

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Superintendência Federal de Agricultura na Paraíba – SFA/PB

**RELATÓRIO DE GESTÃO
INDIVIDUAL DO EXERCÍCIO DE
2012**

Cabedelo/PB - 2013

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Superintendência Federal de Agricultura na Paraíba – SFA/PB

RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 01/09/2010; Resolução TCU nº 234, de 01/09/2010; Resolução TCU nº 244/2011, de 20/07/2011; Decisão Normativa TCU nº 121, de 13/06/2012; Decisão Normativa TCU nº 124, de 05/12/2012; Decisão Normativa TCU nº 119, de 18/01/2012; Portaria TCU nº 150, de 03/07/2012 e das orientações do órgão de controle interno: Portaria CGU nº 133, de 18/01/2013 e Norma de Execução CGU nº 01, de 18/01/2013.

Seção de Planejamento e Acompanhamento – SePA/SFA/PB

Cabedelo/PB - 2013

**MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
JORGE ALBERTO PORTANOVA MENDES RIBEIRO FILHO**

**SECRETÁRIO EXECUTIVO
JOSÉ CARLOS VAZ**

**SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - SDA
ENIO ANTONIO MARQUES PEREIRA**

**SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA – SPA
NERI GELLER**

**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO – SDC
CAIO TIBÉRIO DORNELLES DA ROCHA**

**SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DA PARAÍBA –
SFA/PB**

SUPERINTENDENTE

**BRUNO FIGUEIREDO ROBERTO – EXONERADO EM 31/05/12, PORTARIA Nº 496
LÚCIO AURÉLIO BRAGA MATOS NOMEADO EM 17/07/12, PORTARIA Nº 655**

**SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO – SePA
MARIA DO SOCORRO NICULAU DA CUNHA**

**SEÇÃO DE APOIO OPERACIONAL E DIVULGAÇÃO – SAOD
LÚCIO FLÁVIO AYRES DE ALBUQUERQUE**

**DIVISÃO DE POLÍTICA, PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO –
DPDAG
ADALBERTO NUNES SOARES**

**SEÇÃO DE SUPORTE AGROPECUÁRIO
MANOEL OCTÁVIO SILVEIRA DA MOTA**

**DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA - DDA
JERÔNIMO BARATA DE MELO**

**SERVIÇO DE INSPEÇÃO E SAÚDE ANIMAL – SISA
ANTONIO HYBERNON DA SILVA**

**SERVIÇO DE INSPEÇÃO E SANIDADE VEGETAL – SISV
JOÃO BERQUIMAS DE ANDRADE**

**SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA – SEFAG
CARLOS AUGUSTO FERREIRA DE CARVALHO**

**SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO - SAD
MÁRIO ANGELO CAHINO**

**SEÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS – SGP
CARMEN BERTA C. D. MACHADO**

SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – SEOF
EDUARDO MARCELO MEIRA

SETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO – SMP
ISABELLE ALVES DO NASCIMENTO

SETOR DE COMPRAS E CONTRATOS
MARIA ZILMA M. G. DA COSTA

SEÇÃO DE ATIVIDADES GERAIS - SAG
MARCOS ANTÔNIO BENJAMIM DA SILVA

NÚCLEO DE MANUTENÇÃO PREDIAL - NMAP
MARIA DO CARMO BARROS

SETOR DE PROTOCOLO – SPR
LUIZ ALBERTO MACEDO CAMPELO

SETOR DE TRANSPORTE – STR
JONAS FRANCISCO DE OLIVEIRA

EQUIPE DE ELABORAÇÃO:

Maria do Socorro Nicolau da Cunha – Coordenadora
Cristiane Eduardo Pereira Costa
Eny Soares Pereira de Souza Oliveira
Rita Laurindo Costa
Ary Bonifácio de Farias
Kelson Caldas Ribeiro
Jamir Mascena de Souza

SUMÁRIO

Missão /Visão de Futuro/Valores Organizacionais	14
Apresentação	15
Introdução	16
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	17
1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada	17
1.1.1. Relatório de Gestão Individual	17
1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	17
1.3. Organograma Funcional	19
1.4. Macroprocessos Finalísticos	24
1.5. Macroprocessos de Apoio	24
1.6. Principais Parceiros	25
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES	25
2.1. Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada	25
2.2. Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos	26
2.3. Execução do Plano de Metas ou de Ações	27
2.4. Indicadores	44
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	52
3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	52
3.4. Sistema de Correição	53
3.5. Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	53
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	54
4.1. Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ	54
4.1.4. Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	54
Divisão de Defesa Agropecuária - DDA	56
Serviço de Inspeção e Saúde Animal - SISA	58
Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV	77
Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários - SEFAG	95
Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG	109
4.1.6 – Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	129
Serviço de Apoio Administrativo - SAD	129
4.2. Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa	133
4.2.1. Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	133
4.2.3. Movimentação de Créditos Interna e Externa	134
4.2.4. Execução Orçamentária da Despesa	137
4.2.4.1. Execução da Despesa com Créditos Originários	137
4.2.4.1.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	137
4.2.4.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	137
4.2.4.2.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	137
4.2.4.2.2. Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	138
4.2.4.2.3 Análise crítica	139
5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	139
5.1. Reconhecimento de Passivos	139
5.1.1. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	139
5.2. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	139
5.2.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	139
5.2.2. Análise Crítica	139
5.3. Transferências de Recursos	140
5.3.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	140
5.3.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	141

5.3.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes	141
5.3.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	142
5.3.5. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	142
5.3.6. Análise Crítica	143
5.4. Suprimento de Fundos	143
5.4.1. Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos	143
5.4.1.1. Suprimento de Fundos – Visão Geral	143
5.4.1.2. Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”	144
5.4.1.3. Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	144
5.4.1.4. Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ	145
5.4.1.5. Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	146
5.4.1.6. Análise Crítica	147
5.5. Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ	147
6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.	147
6.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos	147
6.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	147
6.1.1.1. Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada	147
6.1.2. Qualificação da Força de Trabalho	148
6.1.2.1. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	148
6.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	149
6.1.3. Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	150
6.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	151
6.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria	151
6.1.4.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada	151
6.1.5. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	151
6.1.6. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	151
6.1.7. Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação	151
6.1.7.1. Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC	152
6.1.7.2. Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico	152
6.1.7.3. Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos	153
6.1.8. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	153
6.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	154
6.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão	154
6.2.2. Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público	154
6.2.3. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados	154
6.2.4. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	155
6.2.5. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	155
6.2.6. Composição do Quadro de Estagiários	157
7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	157
7.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	157
7.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário	163
7.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	163
7.2.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	163
7.2.3. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ	165
8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	166
8.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	166
8.2. Análise Crítica	167
9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	167

9.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	167
9.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	169
10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	170
10.1. Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício	170
10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	170
10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	170
10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	170
10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	170
10.3. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	170
10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	170
10.3.2. Análise Crítica	171
10.4. Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	171
10.4.1. Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	171
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	172
11.1. Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	172
11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos	172
11.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	173
11.2.2 Declaração com Ressalva	173
12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	173
12.1. Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ	173
ANEXO I - Demonstrativo de Capacitação dos Servidores da SFA/PB - Ano 2012	174

LISTA DE QUADROS E TABELAS

1.1.1. Relatório de Gestão Individual	17
Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	17
1.3. Organograma Funcional	19
Ilustração 1	20
2.3. Execução do Plano de Metas ou de Ações	27
Ilustração 2	29
Tabela 1 - Resultados estratégicos da SFA/PB em 2012 - Situação da Unidade Organizacional	30
Tabela 2 - Resultados estratégicos da SFA/PB em 2012 - Gabinete do Superintendente	30
Tabela 3 - Resultados estratégicos da SFA/PB em 2012 - Divisão Administrativa	32
Tabela 4 - Resultados estratégicos da SFA/PB em 2012 - Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG	33
Tabela 5 - Resultados estratégicos da SFA/PB em 2012 - Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV	35
Tabela 6 - Resultados estratégicos da SFA/PB em 2012 - Serviço de Inspeção e Saúde Animal – SISA	37
Tabela 7 - Resultados estratégicos da SFA/PB em 2012 - Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG	39
2.4. Indicadores	44
Indicadores de Desempenho da Área Finalística 2012	44
Tabela 8 - Eficácia - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais - PCEANIMAL	44
Tabela 8.1 - Eficiência - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais - PCEANIMAL	44
Tabela 8.2 - Eficácia - Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais - PCEVEGETAL	45
Tabela 8.3 - Eficiência - Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais - PCEVEGETAL	45
Tabela 8.4 - Eficácia - Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos - VIGIFITO1	45
Tabela 8.5 - Eficiência - Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos – VIGIFITO1	46
Tabela 8.6 - Eficácia - Inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal - IPVEGETAL2	46
Tabela 8.7 - Eficiência - Inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal - IPVEGETAL2	46
Tabela 8.8 - Eficácia - Inspeção e fiscalização de produtos de origem animal - INSPANIMAL	47
Tabela 8.9 - Eficiência - Inspeção e fiscalização de produtos de origem animal - INSPANIMAL	47
Tabela 8.10 - Eficácia - Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos vegetais – PADCLASSIF	47
Tabela 8.11 - Eficiência - Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos vegetais – PADCLASSIF	47
Tabela 8.12 - Eficácia - Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal - FISCINAN	48
Tabela 8.13 - Eficiência - Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal - FISCINAN	48
Tabela 8.14 - Eficácia - Fiscalização de sementes e mudas - FISCALSEM1	48
Tabela 8.15 - Eficiência - Fiscalização de sementes e mudas - FISCALSEM1	49
Tabela 8.16 - Eficácia - Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes - FISFECOI	49
Tabela 8.17 - Eficiência - Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes - FISFECOI	49
Tabela 8.18 - Eficácia - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e insumos - FISCPLANTA2	50
Tabela 8.19 - Eficiência - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e insumos - FISCPLANTA2	50
Indicadores de Desempenho da Área Administrativa	51
Tabela 9 - Indicadores da Área Administrativa 2012	51
3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	52
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	52
Divisão de Defesa Agropecuária - DDA	56
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ - PI - FISCPLANTA2	57

Tabela 10 Resultados alcançados da ação	57
Serviço de Inspeção e Saúde Animal - SISA	58
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ - PI - FEBREAFOTOS	59
Tabela 11 - Resultados alcançados da ação	59
Tabela 11.1 - Vacinação contra a febre aftosa - 2012	61
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ- PI – PCEANIMAL	62
Tabela 12 – Resultados alcançados da ação	62
Tabela 12.1 - Informações sobre AIE e MORMO	66
Tabela 12.2 - N° de exames de AIE e MORMO	66
Tabela 12.3 - N° de exames positivos em eqüídeos AIE e MORMO	66
Tabela 12.4 - N° de eqüídeos sacrificados com AIE e MORMO - 2009 a 2012	66
Tabela 12.5 - Informações sobre Raiva e outras Encefalopatias	67
Tabela 12.6 - N° de herbívoros vacinados contra Raiva	67
Tabela 12.7 - N° de amostras positivas para Raiva	67
Tabela 12.8 - N° de morcegos hematófagos capturados e tratados	68
Tabela 12.9 - N° de colheitas de ração e de bovinos sacrificados	68
Tabela 12.10 - Condensado dos relatórios de diagnóstico de brucelose - 2009 a 2012	68
Tabela 12.11 - N° de exames de brucelose em bovinos	68
Tabela 12.12 - N° de bovinos reagentes e sacrificados	68
Tabela 12.13 - N° de bezerras vacinadas contra brucelose	69
Tabela 12.14 - Condensado dos relatórios de diagnóstico de tuberculose - 2009 a 2012	69
Tabela 12.15 - Outros dados de interesse do PNCEBT	69
Tabela 12.16 - Resultados alcançados da ação – PI VIGIZOO	70
Tabela 12.17 - Guia de trânsito animal emitida	70
Tabela 12.18 - Trânsito de Produtos e Subprodutos de Origem Animal - CIS Emitido - 2012	71
Tabela 12.19 - Fiscalização nos postos fixos - 2012	71
Tabela 12.20 - Fiscalização volante - 2012	72
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ - PI – RESÍDUOS	73
Tabela 13 – Resultados alcançados da ação	73
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ - PI – INSPANIMAL3	74
Tabela 14 - Resultados alcançados da ação	75
Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV	77
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ – PI - VIGIFITO1	78
Tabela 15 - Resultados alcançados da ação	78
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ - PI - PCEVEGETAL	81
Tabela 16 - Resultados alcançados da ação	82
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ - PI – ERRADMOSCA	86
Tabela 17 - Resultados alcançados da ação	86
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ - PI – FISCORGEN	88
Tabela 18 - Resultados alcançados da ação	88
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ - PI – IPVEGETAL2	89
Tabela 19 - Resultados alcançados da ação	90
Tabela 19.1 – Atividades do PI IPVEGETAL2	92
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	92

- PI – PADCLASSIF	
Tabela 20 - Resultados alcançados da ação	93
Tabela 20.1 - Demonstrativo de coleta de amostra pelo PNCR	95
Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários - SEFAG	95
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ - PI – FISAGROTOX	96
Tabela 21 - Resultados alcançados da ação	97
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ - PI – FISFECOI	98
Tabela 22 - Resultados alcançados da ação	99
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ - PI – FISCALSEM1	100
Tabela 23 - Resultados alcançados da ação	101
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ - PI – FISCGENE	102
Tabela 24 - Resultados alcançados da ação	102
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ - PI – FISCINAN	103
Tabela 25 - Resultados alcançados da ação	104
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ - PI – FISPROVET	105
Tabela 26 - Resultados alcançados da ação	105
Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG	109
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ - PI - ORGMANEJO	110
Tabela 27 - Resultados alcançados da ação	110
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ - PI – CERTORGAN1	112
Tabela 28 - Resultados alcançados da ação	112
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ - PI - APOIOPEC	114
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ - PI - APOIOAGRIC	115
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ - PI - DESENORG	115
Tabela 29 - Resultados alcançados da ação	116
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ - PI FISCONTRATO	117
Tabela 30 – Contratos de Repasse 2012	118
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ - PI INFRALOG	121
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ - PI REGENAGRO	122
Tabela 31 - Resultados alcançados da ação	122
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ - PI INOVAGRO	123
Tabela 32 - Resultados alcançados da ação	124
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ - PI INDIGRAF	124
Tabela 33 - Resultados alcançados da ação	125
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ - PI AGRIRRIGA	127
Tabela 34 - Resultados alcançados da ação	127
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	128

– PI MANUTSDC	
4.1.6 – Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	129
Serviço de Apoio Administrativo - SAD	129
QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ – PI MANUTSFAS – 2012	130
Tabela 35. - Informações orçamentárias e financeiras da ação 2011	130
Tabela 35.1 - Informações orçamentárias e financeiras da ação 2010	131
4.2.1. Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	133
Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	133
4.2.3. Movimentação de Créditos Interna e Externa	134
Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	134
4.2.4.2.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	137
QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO	137
4.2.4.2.2. Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	138
QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO	138
5.2.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	139
QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	139
5.3.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	140
QUADRO A.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	140
5.3.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	141
QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	141
5.3.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes	141
QUADRO A.5.5 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTE	141
5.3.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	142
QUADRO A.5.6 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.	142
5.3.5. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	142
QUADRO A.5.7 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIO E CONTRATOS DE REPASSE	142
5.4.1.1. Suprimento de Fundos – Visão Geral	143
QUADRO A.5.8 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF)	143
5.4.1.3. Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	144
QUADRO A.5.10 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR	144
5.4.1.4. Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ	145
QUADRO A.5.11 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)	145
5.4.1.5. Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	146
QUADRO A.5.12 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)	146
6.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	147
QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	147
6.1.1.1. Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada	147
QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12	147
6.1.2. Qualificação da Força de Trabalho	148
QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES	148

GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)	
6.1.2.1. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	148
QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	148
6.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	149
QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	149
6.1.3. Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	150
QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES	150
6.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria	151
QUADRO A.6.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO	151
6.1.4.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada	151
QUADRO A.6.8 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	151
6.1.7.1. Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC	152
QUADRO A.6.9 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)	152
QUADRO A.6.10 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)	152
QUADRO A.6.11 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC	152
6.1.7.2. Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico	152
QUADRO A.6.12 – ATOS SUJEITOS À REMESSA FÍSICA AO TCU (ART. 14 DA IN TCU 55/2007)	153
6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos	153
QUADRO A.6.13 – ATUAÇÃO DO OCI SOBRE OS ATOS SUBMETIDOS A REGISTRO	153
6.1.8. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	153
Tabela 36 – Demonstrativo de Educação Continuada	153
6.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão	154
QUADRO A.6.14 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA	154
6.2.2. Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público	154
QUADRO A.6.15 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS	154
6.2.3. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados	154
QUADRO A.6.16 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS	154
6.2.4. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	155
QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA	155
6.2.5. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	155
QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	155
6.2.6. Composição do Quadro de Estagiários	157
QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	157
7.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	157
Tabela 37 – Programação Executada 2012	158
Tabela 37.1 – Atividades Executadas Relativas à Manutenção Automotiva	158
Tabela 37.2 – Discriminação dos gastos de combustíveis	159
Tabela 37.3 – Relação da frota da SFA-PB por grupo - 2012	159
Tabela 37.4 – Relação de consumo de combustível com suprimento em 2012	160
Tabela 37.5 – Programação executada em 2009 a 2012	161
Tabela 37.6 – Consumo de combustível e manutenção mecânica por veículo	161
Tabela 37.7 – Consumo de pneus e material de expediente via almoxarifado - 2012	163
7.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	163

QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO	163
7.2.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	163
QUADRO A.7.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS	163
7.2.3. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ	165
QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ	165
8.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	166
QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	166
9.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	167
QUADRO A.9.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	167
9.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	169
QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	169
10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	170
QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR	170
10.4.1. Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	171
QUADRO A.10.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG	171
QUADRO A.10.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SICONV	172
11.2.2 Declaração com Ressalva	173
QUADRO A.11.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.	173

Missão

“Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira”

Visão de Futuro do MAPA para 2015

“Ser Reconhecido pela Qualidade e Agilidade na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio”

Visão da SFA para 2015

“Ser excelência na gestão pública nacional e no desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro”

Valores Organizacionais do MAPA

Comprometimento - Eficiência e Eficácia
Estratégia - Ética
Foco no Cliente - Inovação
Liderança - Organização
Respeito - Trabalho em Equipe
Transparência

Princípios/Valores da SFA/PB

Gestão Participativa - Transparência
Legalidade - Agilidade
Credibilidade - Efetividade
Valorização Das Pessoas - Cordialidade
Comprometimento – Impessoalidade

Apresentação

Este relatório de gestão da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento na Paraíba, elaborado anualmente em caráter ordinário, é uma atribuição constitucional da Unidade. Atende ao art. 70 da Constituição Federal, sob a orientação normativa e legal dos órgãos de controle interno e externo.

Referenciados nessas orientações, estabelecemos o compromisso e desafio de relatar com clareza, objetividade e exatidão a essência da Unidade, realizando todos os esforços para demonstrar a vinculação sistêmica dos processos e produtos da Unidade desde a sua competência regimental - razão da sua existência - até os resultados dos serviços prestados e colocados à disposição da sociedade.

Neste particular, o relatório contempla a descrição da finalidade e competência institucional, macroprocessos finalísticos e de apoio, planejamento estratégico, parcerias realizadas, planos de metas, análise da economicidade, eficácia, eficiência e efetividade das ações e apresenta um conjunto de quadros e tabelas sobre a gestão de pessoal, finanças, patrimônio, licitações, contratos, convênios, dentre outros, exigidas pela Portaria TCU nº 150/2012 e demais normativos do TCU/CGU.

Sobre os resultados gerais do trabalho, as categorias de análise desenvolvidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e aplicadas ao relatório, demonstram que a Unidade alcançou satisfatoriamente os seus objetivos, associados à administração interna dos recursos humanos, materiais e financeiros, contribuição sócio-econômica e ambiental à agropecuária estadual e à segurança alimentar da sociedade.

Por oportuno, registramos o nosso reconhecimento às instituições parceiras, notadamente a AGU/CJU, CGU e TCU, sediadas na Paraíba, aos entes federativos – Estado e Municípios – e aos setores organizados da agropecuária paraibana que contribuíram decisivamente para a concretização dos objetivos legais e operativos desta Superintendência.

Lúcio Aurélio Braga Matos
Superintendente da SFA-PB

Introdução

Este relatório de gestão que a SFA-PB coloca à disposição da sociedade e dos órgãos de controle interno e externo está estruturado em conformidade com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 01/09/2010; Resolução TCU nº 234, de 01/09/2010; Resolução TCU nº 244, de 20/07/2011; Decisão Normativa TCU nº 121, de 13/06/2012; Decisão Normativa TCU nº 124, de 05/12/2012; Decisão Normativa TCU nº 119, de 18/01/2012; Portaria TCU nº 150, de 03/07/2012; Portaria CGU nº 133, de 18/01/2013 e Norma de Execução CGU nº 01, de 18/01/2013.

O relato do conjunto de objetivos estratégicos e operacionais, programas, ações, metas e estratégias de atuação está organizado com base no Plano Plurianual – 2012/2015 (Lei 12.593/2012) e no Planejamento Estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A visão de futuro para 2015 que é “Ser reconhecido pela qualidade e agilidade na implantação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio”, visando a propósito concretizar a missão institucional de “Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira”.

Em síntese, o relatório expõe o trabalho realizado pela Unidade, contextualizado nos seguintes momentos:

- a) Identificação institucional – aborda a finalidade e competência, organograma funcional, macroprocessos finalísticos e de apoio, parcerias realizadas, planejamento das ações, estratégias frente aos objetivos estratégicos e execução das metas;
- b) Avaliação de desempenho – realiza a análise quantitativa e qualitativa dos resultados alcançados dos programas e ações estratégicas, relacionado aos indicadores de economicidade, eficácia, eficiência e efetividade e
- c) Gestão administrativa – expõe um conjunto de quadros e tabelas sobre a gestão de pessoal, financeira, patrimonial, dentre outras exigidas pela Portaria TCU nº 150/2012 e demais normativos do TCU/CGU.

Por fim, constatou-se que os itens 4.2.4.1, 4.2.4.1.1, 5.5, constantes do Anexo da Portaria TCU nº 150/2012, não se aplica à natureza jurídica da Unidade e que são da competência direta do Órgão Central, razão pela qual não estão contempladas no relatório. E para os itens não 3.4, 3.5, 5.1.1, 5.4.1.2, 6.1.5, 6.1.6, não existe a informação requerida na SFA-PB

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.1. Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência Federal de Agricultura na Paraíba			
Denominação Abreviada: SFA/PB			
Código SIORG: 2796	Código LOA: Não se Aplica		Código SIAFI: 130024
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Administração Direta do Poder Executivo			CNPJ: 00396895002098
Principal Atividade: Vide Tabela CNAE/IBGE			Código CNAE: 7513-2
Telefones de contato	(083) 3216-6300	(083) 3246-2123	
Fax de contato	(083) 3246-2535	(083) 32462008	(083) 3246-1203
Endereço Eletrônico: gab-pb@agricultura.gov.br			
Página na Internet: www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Br 230, Km 14, Estrada de Cabedelo, Cabedelo/PB, CEP: 58.010-000			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei Delegada nº 09 de 11/10/1962, publicada no DOU de 12/10/1962 e republicada em 03/01/1963; Decreto nº 4.629, de 22/03/2003, publicada no DOU de 23/03/2003.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria nº 300, de 16/06/2005, publicada no DOU nº 116 de 20/06/2005.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
130024	Superintendência Federal de Agricultura na Paraíba		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
130024		00001	

1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O propósito essencial deste tópico, conforme a Portaria TCU nº 150/2012, é introduzir as competências, finalidade, objetivos e realizações da Unidade, antecipando os conteúdos que serão detalhados em tópicos posteriores.

As competências regimentais da SFA/PB estão definidas no Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010 (Capítulo III, Seção III – Art. 36º), que aprovou a Estrutura Regimental do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Portaria nº 428, de 9 de junho de 2010 que aprovou o Regimento Interno da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento na Paraíba e nos estados federativos.

A estrutura regimental do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é composta de Órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, Órgãos específicos singulares, Unidades descentralizadas, Órgãos colegiados e Entidades vinculadas, tendo cada uma dessas instâncias as suas competências específicas,

A SFA-PB é uma Unidade Descentralizada da administração direta do MAPA, sendo as suas competências definidas no art. 36, Decreto nº 7.127/2010 - Às Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, consoante orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério, competem executar atividades e ações de: I - defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias; II - fomento e desenvolvimento agropecuários e da heveicultura; III - assistência técnica e extensão rural; IV - infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural; V - produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool; VI - administração e desenvolvimento de pessoas, bem assim de serviços gerais; VII - planejamento estratégico e planejamento operacional; VIII - programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados; IX - qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e X - aperfeiçoamento da gestão da Superintendência. Parágrafo único. - As Superintendências Federais têm jurisdição no âmbito de cada Estado da Federação e do Distrito Federal, podendo haver alteração desse limite, no interesse comum, para execução das atividades de defesa agropecuária e de apoio à produção e à comercialização agropecuárias, à infra-estrutura rural, bem como ao cooperativismo e ao associativismo rural, mediante ato do Ministro de Estado.

Para operar as suas competências a SFA/PB dispõe da seguinte estrutura regimental, estabelecida pela Portaria nº 428, de 9 de junho de 2010 (Regimento Interno):

I - Unidade de Assistência Direta: composta de Serviços e Seções que exercem atividades de planejamento, acompanhamento, apoio operacional e divulgação;

II - Unidades Centrais de Execução Finalística: composta de Divisão que exerce atividades de defesa sanitária vegetal e animal, fiscalização e inspeção de insumos agropecuários e produtos e subprodutos de origem animal e vegetal (Divisão de Defesa Agropecuária) e de Divisão e Seção que exercem atividades de suporte agropecuário (Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG/SFA).

III - Unidades Descentralizadas de Execução Finalística: Composta de Serviço e Seções que exercem atividades de vigilância e quarentena agropecuária;

IV - Unidades de Apoio Operacional: composta Serviço, Seções e Setores que exercem atividades de gestão orçamentária e financeira, gestão de pessoas, compras, contratos, protocolo, patrimônio, transporte.

A finalidade ou a razão de existência da Unidade é concretizar a missão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que é “Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira”, mediante a execução direta ou em parcerias de ações que potencializam o desenvolvimento da agropecuária e garantem a segurança alimentar da sociedade. De forma resumida, as ações de competência regimental da Unidade e que foram efetivamente realizadas tiveram o seguinte foco: a), fiscalização, inspeção e vigilância interestadual e internacional de produtos, insumos e serviços da área animal e vegetal, b). prevenção e controle de pragas quarentenárias de vegetais e doenças de animais, principalmente as zoonoses e febre aftosa e c). apoio ao desenvolvimentos das cadeias produtivas da área animal e vegetal, especialmente a produção orgânica, manejo e conservação de recursos genéticos, proteção de cultivares e indicação geográfica

Com relação às realizações da Unidade, as categorias de análise adotadas pelo MAPA para mensurar o cumprimento dos objetivos estratégicos e operacionais das Superintendências, estabelece a aferição dos resultados com base na avaliação qualitativa e quantitativa de execução das metas e respectivos indicadores de desempenho. A avaliação qualitativa refere-se aos produtos gerados e aos pontos de atenção (oportunidades de melhoria), enquanto a avaliação quantitativa refere-se à mensuração das metas em função dos indicadores de desempenho correspondentes.

Neste exercício, o relatório demonstra que 90% das ações planejadas atingiram percentuais que variam de 90% a 200% efetivamente executadas e apenas uma ação atingiu nível 0,0% de execução, porém com justificativa perfeitamente plausível. No item 2.3 – Execução do Plano de Metas ou Ações consta a relação das metas e as justificativas sobre aquelas cuja execução divergiram significativamente dos quantitativos planejados.

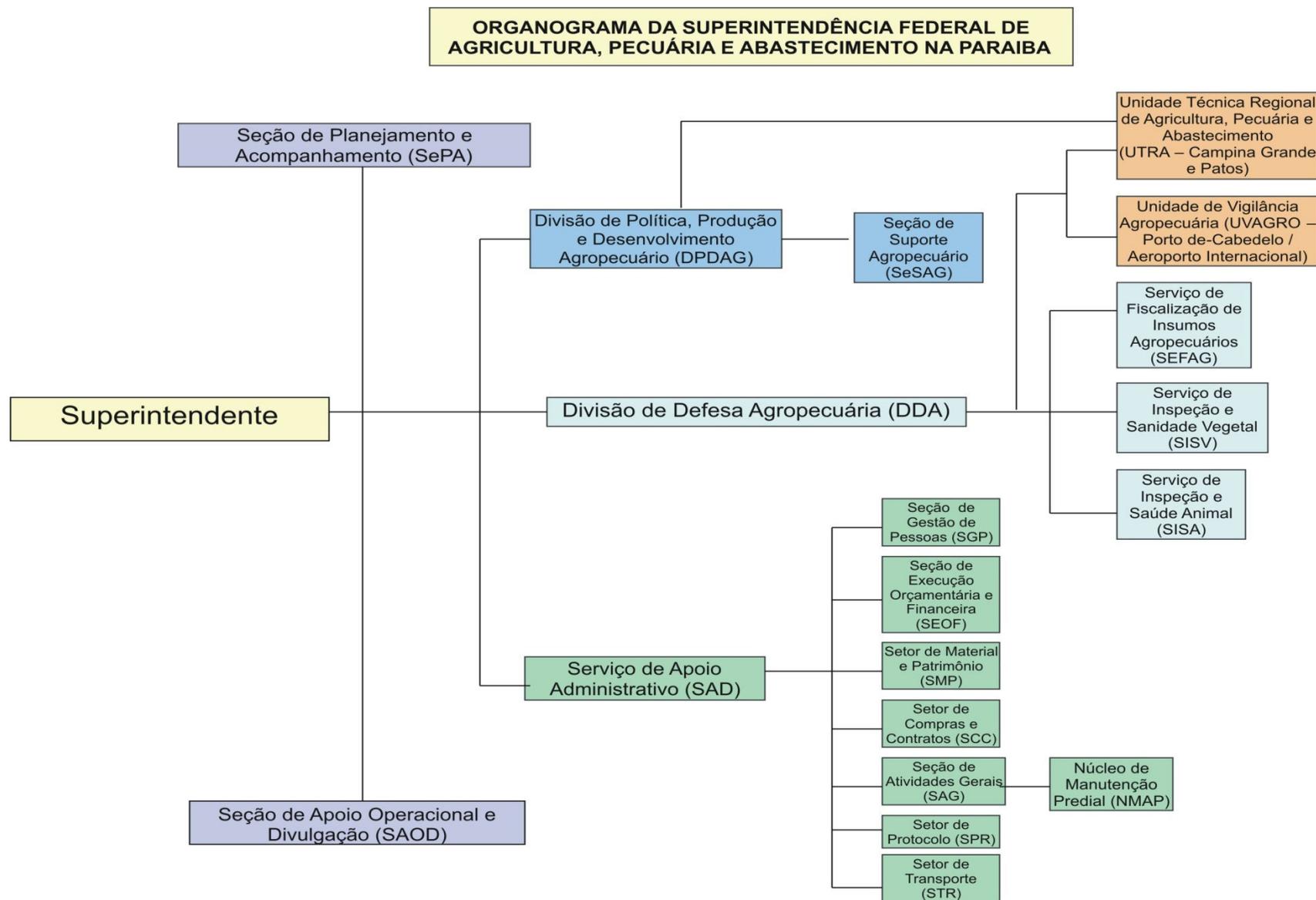
Por fim, a avaliação geral da Unidade, nos termos das categorias de análise do planejamento estratégico do MAPA, demonstra que a SFA-PB alcançou o status amarelo, significando que o cumprimento dos objetivos estratégicos se situou entre 60% e 90%, o que é considerado um desempenho satisfatório.

1.3. Organograma Funcional

Por orientação da Portaria TCU nº 150/2012 este tópico contém a estrutura formal da Unidade, descrição sucinta das competências de cada área.

Segue o Organograma e o resumo das competências das diversas áreas da Unidade. As competências estão detalhadas na Portaria nº 428/2010, do MAPA– Regimento Interno das Superintendências.

Ilustração 1



Atribuições do Superintendente

Art. 44 Ao Superintendente Federal incumbe assessorar o Ministro de Estado nos assuntos relacionados com o desenvolvimento da política agrícola, aprovar a proposta orçamentária e financeira; celebrar, mediante convênios, acordos, ajustes ou contratos com órgãos e entidades públicas ou privadas, celebrar Termo de Cooperação Técnica, praticar os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos créditos orçamentários, homologar licitação, autorizar a abertura e anular processo licitatório; ratificar dispensa e inexigibilidade de licitação; conceder aposentadoria, pensão e licença especial; instaurar procedimentos administrativos disciplinares no âmbito de sua jurisdição, elaborar e apresentar Relatório de Gestão da Superintendência Federal de Agricultura e relatório de desempenho operacional.

Unidades de Assistência Direta

Art. 13 À Seção de Planejamento e Acompanhamento compete promover o processo de gestão estratégica e de gestão operacional, com relação à orientação do planejamento, execução, acompanhamento e avaliação, atualização de instrumentos de apoio à gestão estratégica, orientar a melhoria contínua dos processos de trabalho, e consolidação do plano operativo anual, da programação físico-orçamentária; elaborar relatórios, periódicos e anuais, consolidar dados e compor o Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Art. 14 À Seção de Apoio Operacional e Divulgação compete promover o processo de gestão estratégica, agenda de trabalho, cerimonial, despachos e representação institucional relacionamento com imprensa e promoção institucional, divulgação de notícias e informações, bem como distribuir publicações e material audiovisual para os parceiros do agronegócio; manter atualizado cadastro de autoridades do setor público, publicação de portarias, instruções, ordens de serviço e outros atos administrativos, coordenar e executar as atividades inerentes à tecnologia da informática.

Unidades Centrais de Execução Finalística

Art. 15 À Divisão de Defesa Agropecuária compete coordenar, acompanhar, orientar e avaliar a execução das atividades de: vigilância zoossanitária e fitossanitária, prevenção, controle e erradicação de doenças e pragas, fiscalização do trânsito interestadual e internacional, educação sanitária, fiscalização e registro de estabelecimentos agropecuários, fiscalização de produtos e atividades com organismos geneticamente modificados; controle das execuções dos convênios, ajustes, acordos e contratos, habilitação de profissionais sem vínculo com a administração pública federal, propor os indicadores de desempenho operacional da defesa agropecuária, elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Art. 22 Ao Serviço de Inspeção e Saúde Animal compete programar, promover, orientar, controlar e auditar a execução das atividades de inspeção de produtos de origem animal e de saúde animal, com relação à vigilância sanitária e epidemiológica; prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais; educação sanitária; inquéritos epidemiológicos, rastreabilidade animal; credenciamento de médicos veterinários particulares, gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas, inspeção *ante-mortem* e *post-mortem* de animais de açougue; inspeção higiênico-sanitária e tecnológica dos estabelecimentos de abate, controle de resíduos químicos e biológicos e de contaminantes, orientar, controlar e auditar os acordos e convênios firmados com os governos estaduais e municipais, elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Art. 23 Ao Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal compete programar, promover, orientar, controlar e auditar a execução das atividades de inspeção de produtos de origem vegetal e de sanidade vegetal, com relação à vigilância fitossanitária; prevenção, controle e erradicação de

pragas dos vegetais; educação fitossanitária; fiscalização de organismos geneticamente modificados, fiscalização do trânsito interestadual e internacional de vegetais, fiscalizar propriedades rurais e empresas exportadoras, indicar a quarentena de vegetais; promover a execução de campanha fitossanitária; gerenciar as programações orçamentárias; apoio para o controle de resíduos químicos e biológicos e de contaminantes; acordos e convênios firmados com os governos estaduais e municipais, subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Art. 27 Às Divisões de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário compete promover, orientar, acompanhar e fiscalizar a execução das atividades de desenvolvimento agropecuário, em especial inovação e uso da propriedade intelectual no agronegócio, indicação geográfica, marcas coletivas e marcas de certificação no agronegócio; proteção de cultivares; conservação e uso sustentável de recursos genéticos; agroecologia e sistemas orgânicos; sistemas agropecuários de produção integrada; proteção, manejo e conservação do solo e da água; recuperação de áreas de agricultura e de pastagens degradadas; preservação, conservação e proteção do patrimônio genético, certificação relacionada à produção e comercialização agropecuária; promover, desenvolvimento dos sistemas orgânicos de produção agropecuária; levantamentos, prognósticos, diagnósticos e estudos relativos ao setor agropecuário.

Art. 28 À Seção de Suporte Agropecuário compete coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações relacionados ao desenvolvimento agropecuário; prestar apoio ao Chefe de Divisão no que concerne às suas competências, elaborar o Plano Operativo Anual de Desenvolvimento Agropecuário; promover e organizar os fóruns consultivos às cadeias de produção; planejar e acompanhar as atividades desempenhadas pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Unidades Descentralizadas de Execução Finalística

Art. 34 À Unidade Técnica Regional de Agricultura, Pecuária e Abastecimento compete executar as atividades de defesa agropecuária, executar as atividades de desenvolvimento agropecuário, executar as atividades de administração geral no âmbito da respectiva jurisdição, relativos a controle de frequência e férias de servidores; encaminhamento de documentos necessários aos registros funcionais; administração de material e patrimônio; transporte; elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da SFA/MAPA.

Art. 30 Ao Serviço de Vigilância Agropecuária Área Vegetal e Animal localizados em portos, aeroportos internacionais, compete executar as atividades de inspeção de produtos de animal e origem vegetal, sêmen, embriões, produtos para alimentação animal, produtos de uso veterinário, agrotóxicos, fertilizantes, corretivos, inoculantes, sementes e mudas e vinhos e bebidas em geral, na importação e na exportação; examinar, bagagens de passageiros, com vistas a detectar produtos de origem animal ou vegetal e produtos biológicos que possam veicular agentes de doenças ou pragas, que constituem ameaça à agropecuária nacional, desinfecção e desinfestação em animais e vegetais, apreensão, interdição ou destruição de animais, vegetais, expedir certificados sanitários e fitossanitários, para a exportação de animais vivos e vegetais, coletar amostras de produtos para análise laboratorial, análise e providências específicas para o licenciamento de importação e de exportação; elaborar relatórios específicos e das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal;

Unidades de Apoio Operacional

Art. 35 Ao Serviço de Apoio Administrativo compete coordenar a execução das atividades de administração geral e de execução orçamentária e financeira dos recursos alocados à SFA/MAPA, com relação à procedimentos licitatórios; contrato, ajustes; alienação de bens móveis; execução físico-financeira de convênio; programar e promover auditorias; coordenar o trabalhos da

Comissão Permanente de Licitação - CPL e Pregoeiro no âmbito, cadastramento e atualização dos dados cadastrais dos fornecedores no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF; formalização, promover coleta, processamento e manutenção dos dados dos sistemas de informações administrativas e de gestão orçamentária, financeira e patrimonial; elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Art. 36 À Seção de Atividades Gerais compete promover, acompanhar e orientar a execução das atividades de transporte, material e patrimônio, reprografia, zeladoria, manutenção predial, almoxarifado, protocolo, limpeza, conservação e vigilância, programar as aquisições de materiais e as contratações de serviços; administrar o arquivo central; elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Art. 37 Ao Núcleo de Manutenção Predial compete acompanhar e controlar a execução de serviço prestado para manutenção, limpeza e vigilância de edifícios e outros bens imóveis; promover e orientar mudanças, remanejamentos, recolhimentos e redistribuições de bens móveis; vistoriar as condições de infraestrutura física dos bens imóveis e manter atualizados os registros cadastrais e instalações elétricas e elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Art. 38 Ao Setor de Compras e Contratos compete para a formalização de compra ou de contrato de prestação de serviço e de execução de obra; receber, conferir, classificar e registrar os pedidos de aquisições de materiais, prestações de serviços e execuções de obras; informar sobre aplicação de penalidades e multas devidas, operar o Sistema Integrado de Registro de Preços, cadastrar e implementar atualização dos dados cadastrais dos fornecedores no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, acompanhar os prazos de vigência dos contratos e de Atas de Registro de Preços; providenciar divulgação e publicação de termo contratual e demais ações consequentes; manter registros dos contratos firmados e gerar cronogramas no SIASG; elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do relatório de gestão anual da Superintendência Federal.

Art. 39 Ao Setor de Material e Patrimônio compete controlar a entrega e manter a guarda de material adquirido; classificar, registros, guarda dos materiais de consumo e permanente; classificar, registrar e cadastrar bem patrimonial e controlar a distribuição; proceder a mudanças, remanejamentos, recolhimentos e redistribuições de bens móveis; executar os procedimentos de alienação de bens móveis; providenciar legalização e manter atualizados os registros cadastrais dos bens imóveis; elaborar relatório anual das para subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão.

Art. 40 Ao Setor de Protocolo compete receber, distribuir e expedir a documentação corrente; classificar, numerar, registrar e autuar as documentações recebidas e expedidas; sistematizar, recuperar e prestar informações relativas ao trâmite documental; receber e expedir malotes; instruir processo administrativo; elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Art. 41 Ao Setor de Transporte compete manter sistema de controle de acompanhamento da utilização dos veículos; promover recuperação, manutenção e revisão dos veículos; levantar e analisar custos de manutenção e conservação dos veículos, bem como do consumo de combustíveis; detalhar o Plano Anual de Aquisição de Veículos - PAAV, bem como a proposta de coletar, processar e manter os dados específicos dos sistemas de informações administrativas; e elaborar relatório de atividades para subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão.

Art. 42 À Seção de Gestão de Pessoas compete promover aplicação da legislação, com relação à registros funcionais; concessões de férias, licenças e aposentadorias; benefícios sociais e assistenciais; e exames médicos periódicos, providenciar a realização de perícia médica; controlar as atividades dos estagiários; identificar as necessidades de desenvolvimento de competências e de realização de programações e projetos de educação continuada, coletar, processar e manter os dados específicos dos sistemas de informações administrativas, elaborar relatório anual das atividades para subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão.

Art. 43 À Seção de Execução Orçamentária e Financeira compete processar a execução orçamentária e financeira; efetuar pagamentos de suprimentos de fundos e demais despesas, controlar a respectiva prestação de contas; executar inclusões, alterações e exclusões de informações no Sistema SIAFI; processamento contábil e prestação de contas correspondentes aos contratos, convênios, ajustes, acordos e demais instrumentos de parcerias; verificar e registrar a conformidade de gestão, elaborar relatório anual das atividades para subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão,

1.4. Macroprocessos Finalísticos

Neste tópico a Portaria TCU nº 150/2012 recomenda indicar quais os macroprocessos finalísticos e como foram conduzidos pela Unidade.

Os macroprocessos finalísticos que compõem a Cadeia de Valor da administração direta do MAPA, estão em conformidade com o que preconiza o Sistema de Organização do Governo Federal – SIORG, instituído pelo Decreto nº 6.944, de 21.08.2009.

A Cadeia de Valor se refere ao conjunto de atividades desenvolvidas pela instituição para satisfazer as necessidades da sociedade. Por sua vez, os macroprocessos se referem ao conjunto de processos executado de forma ordenada para a realização dos objetivos e metas da instituição.

Os macroprocessos estabelecidos para a administração direta do MAPA são os seguintes: a), Defesa Agropecuária, b). Desenvolvimento Agropecuário, c)- Política Agrícola, d). Cooperativismo e Associativismo Rural, e). Execução do Plano da Lavoura Cacaueira, f). Meteorologia e Climatologia, g). Política de Agroenergia, h). Política Cafeeira e i). Relações Internacionais do Agronegócio.

Os programas e ações predominantemente realizados pela Unidade estão associados aos macroprocessos de Defesa Agropecuária, Desenvolvimento Agropecuário e Política Agrícola. A condução desses macroprocessos para o cumprimento das competências institucionais está demonstrada nos resultados, consubstanciados no presente Relatório de Gestão, envolvendo ações de fiscalização, inspeção, vigilância agropecuária, prevenção, controle de doenças, pragas e contaminantes de produtos agropecuários, apoio e fomento ao desenvolvimento de cadeias produtivas da agropecuária, agricultura orgânica, indicação geográfica, dentre outras.

1.5. Macroprocessos de Apoio

Neste tópico, a Portaria TCU nº 150/2012 recomenda indicar quais os macroprocessos de apoio essenciais ao funcionamento da Unidade e como foram conduzidos, no exercício.

Os macroprocessos de apoio estão registrados na Cadeia de Valor da administração direta do MAPA, classificados como Macroprocessos de Governança e Administração Interna, conforme se apresenta, a seguir:

Macroprocesso de Governança: Gestão Institucional.

Macroprocessos de Administração Interna: a).Administração de Pessoal, b). Assessoramento Jurídico, c).Articulação Institucional, d).Articulação Política, e). Comunicação Institucional, f).Contabilidade Pública, g).Documentação e Informação Agropecuária, h).Desenvolvimento Organizacional e Inovação, i).Desenvolvimento de Pessoas, j).Interação com a Sociedade e Servidores, l).Logística e Serviços Gerais, m). Procedimentos Disciplinares e n). Tecnologia da Informação.

Na condição de órgão da administração direta do MAPA, a SFA/PB, cotidianamente, recebe recomendações, orientações, assessoramento, capacitação em todos os campos dos macroprocessos de apoio, os quais são essenciais para o funcionamento regular da Unidade. Da mesma forma que os macroprocessos, a sua condução para o cumprimento das competências institucionais podem ser percebidas nos resultados consubstanciados neste Relatório de Gestão.

1.6. Principais Parceiros

Neste tópico a Portaria TCU nº 150/2012 recomenda indicar as parcerias internas ou externas, relacionadas aos macroprocessos, que participaram da consecução dos objetivos.

A Unidade firmou parcerias com o Governo do Estado, mediante o acompanhamento e fiscalização de convênios para a promoção da defesa agropecuária (vegetal e animal) e com 80 (oitenta) Prefeituras, mediante a aprovação de projetos para a liberação de emendas parlamentares, destinados a aquisição de patrulhas mecanizadas, construção e reforma de matadouros, mercados públicos, estradas vicinais e construção de central de comercialização. Da mesma forma, desenvolveu ações de apoio técnico e material a entidades governamentais e não governamentais para a realização de encontros, seminários, reuniões técnicas voltados para a promoção e desenvolvimento do Agronegócio.

Este trabalho de parceria esteve diretamente relacionado aos macroprocessos de Defesa Agropecuária, Desenvolvimento Agropecuário e Política Agrícola.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1. Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

O propósito essencial deste tópico, conforme a Portaria TCU nº 150/2012, é estabelecer a vinculação entre o Planejamento Estratégico da Unidade e o Plano Plurianual – 2012/2015, identificando os programas e ações planejadas para que a Unidade atingisse os objetivos estabelecidos.

Os objetivos estratégicos e operacionais da SFA/PB, órgão da administração direta do MAPA, são definidos pelo Órgão Central, tendo como referência o Planejamento Estratégico da instituição e o PPA 20012 -2015. Dessa forma, coube a Superintendência realizar o seu planejamento de metas, de acordo com a sua capacidade operativa, material e humana, e a dotação orçamentária estabelecida pelo Órgão Central para o planejamento das referidas metas e o consequente alcance dos objetivos institucionais. A seguir, são antecipados, de forma sintética, os objetivos estratégicos e os programas e ações correspondentes, cujo detalhamento consta em itens específicos do relatório.

Em síntese, os objetivos estratégicos da SFA/PB para este exercício estão relacionados à promoção do agronegócio; fortalecimento da gestão estratégica, infra-estrutura e processos de trabalho; valorização e motivação dos servidores, fortalecendo do trabalho em equipe; preservação da qualidade dos alimentos e dos insumos agropecuários; aprimoramento do processo de padronização e classificação vegetal, vigilância do trânsito Internacional e interestadual de vegetais, animais e seus produtos, prevenção e controle de pragas dos vegetais e doenças dos animais; erradicação da febre aftosa, controle de resíduos e contaminantes em produtos vegetal e animal; aprimoramento dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica, uso e manejo sustentável dos recursos naturais em agroecossistemas, desenvolvimento das cadeias produtivas agrícolas, desenvolvimento da agricultura orgânica e processos de indicação geográfica de produtos agropecuários.

Estes objetivos estratégicos estão associados aos seguintes programas, executados pela Superintendência: Apoio Administrativo; Gestão da Política Agropecuária; Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários; Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas; Segurança na Sanidade da Agropecuária; Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio; Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade e Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual.

Estes programas, por sua vez, contemplam as seguintes ações: apoio administrativo; difusão de informações para o agronegócio; gestão estratégica para o desenvolvimento sustentável do agronegócio; capacitação de servidores públicos; fiscalização de insumos destinados à alimentação animal, uso veterinário, material genético animal, fertilizantes, corretivos e inoculantes, sementes e mudas, agrotóxicos e afins; inspeção, padronização e fiscalização de produtos de origem vegetal;

vigilância e fiscalização do trânsito internacional e interestadual de vegetais e animais, seus produtos e insumos; vigilância prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e doenças dos animais; erradicação da mosca da carambola; inspeção e fiscalização de produtos de origem animal; erradicação e prevenção da febre aftosa; controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal; aplicação de mecanismos de garantia da qualidade orgânica de produtos agropecuários; apoio ao uso e manejo sustentável dos recursos naturais em agroecossistemas; apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas agrícolas; desenvolvimento da agricultura orgânica; fomento à Inovação no agronegócio à conservação e uso sustentável de recursos genéticos para agricultura e alimentação; fomento à indicação geográfica de produtos agropecuários e proteção e fiscalização de cultivares.

É importante registrar que o mapa estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, contempla 25 (vinte e cinco) objetivos estratégicos, dos quais 15 (quinze) são executados pelas Superintendências, quais sejam: GM.R1 - Sistema de Comunicação Integrada do MAPA; AGE.R1 – Processo de Gestão Estratégica; GM.R4 - Contas do MAPA certificadas pela CGU e pelo TCU; SE.R1 - Gestão por competência; Espaço Físico do Mapa Reformado e Reformulado; SDA.R3 – Conformidade dos Insumos Pecuários; SDA R2a - Conformidade dos insumos agrícolas; SDA.R4 – Qualidade dos Produtos de Origem Vegetal Assegurada; SDA.R8 - Qualificar e Melhorar o Status Fitossanitário Nacional; SDA.R5 – Sistema de Inspeção Animal; SDA R1a - Sistema Zoossanitário Implantado e Operacional em Todo o Território Nacional; SDA.R6a - Redução da produção e comercialização dos produtos de origem animal sem inspeção oficial; SDC.R1 - Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis; SDC.R2 – Ampliação do Capital Intelectual Protegido, do desenvolvimento tecnológico e da inovação no agronegócio e SDC.R4 – Minimizar os problemas de infraestrutura e logística

2.2. Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Neste tópico a Portaria TCU nº 150/2012 recomenda evidenciar as estratégias para o alcance dos objetivos e informar sobre alterações realizadas no planejamento, abordando causas e ações mitigadoras, contextualizadas no campo político, econômico, ambiental, tecnológico e das limitações internas.

Os mecanismos utilizados pela Unidade para o alcance dos objetivos estratégicos foram desenvolvidos basicamente em três frentes de atuação, quais sejam:

a) Atuação direta nos processos de fiscalização, inspeção, vigilância agropecuária, prevenção, controle de doenças, pragas e contaminantes de produtos agropecuários, apoio e fomento ao desenvolvimento de cadeias produtivas da agropecuária, agricultura orgânica, indicação geográfica, dentre outras.

b) Parcerias com o Governo do Estado, mediante o acompanhamento e fiscalização de convênios para a promoção da defesa agropecuária (vegetal e animal) e a aprovação de projetos para a liberação de emendas parlamentares, destinados a aquisição de patrulhas mecanizadas, construção e reforma de matadouros, mercados públicos, estradas vicinais e construção de central de comercialização.

c) Apoio técnico e material a entidades governamentais e não governamentais para a realização de encontros, seminários, reuniões técnicas voltados para a promoção e desenvolvimento da Agropecuária.

No presente exercício, não se verificou a ocorrência de eventos determinantes de natureza conjuntural ou estrutural, seja na esfera administrativa, política, econômica, ambiental, tecnológica ou social que determinasse alterações no planejamento estratégico da Unidade.

As limitações internas foram de natureza administrativa, de ocorrência histórica e recorrente, e estão relacionadas ao aporte e capacitação de recursos humanos, estruturas físicas de trabalho, procedimentos diferenciados na definição de metas físicas e orçamentárias e na descontinuidade de descentralização orçamentária entre os programas, especialmente em razão do contingenciamento de recursos que normalmente acontece no serviço público.

Essas limitações foram resolvidas administrativamente, mediante negociações entre a Superintendência e o Órgão Central, de modo que não houve necessidade da adoção de medidas de exceção às normas e regras gerais da administração para o encaminhamento de soluções para essas questões cotidianas. É certo que essas limitações sempre aumentam o grau de dificuldade dos trabalhos, mas não se constituíram em eventos internos capazes comprometer, na essência, o desempenho da instituição.

2.3. Execução do Plano de Metas ou de Ações

Neste tópico, a Portaria TCU nº 150/2012 recomenda evidenciar os resultados alcançados, referenciados nas ações executadas e metas alcançadas, associando os resultados aos objetivos estratégicos a ao aperfeiçoamento dos serviços/produtos disponibilizados à sociedade.

Os parâmetros de análise desenvolvidos pelo MAPA e aplicados ao relatório para a avaliação dos trabalhos executados pelas Superintendências demonstram que a Unidade alcançou os objetivos a que se propôs no presente exercício, tendo em vista que o conjunto de ações efetivamente realizadas propiciou a execução das metas planejadas em níveis significativamente satisfatórios.

Constata-se que 90% das ações trabalhadas atingiram percentuais que variam de 90% a 200% de efetiva execução, quais sejam: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, Seus Produtos e Insumos - FISCPLANTA2 (105,45%), Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal – RESÍDUOS (93,62%), Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal – INSPANIMAL3 (100%), Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, Seus Produtos e Insumos – VIGIFITO1 (154,56%), Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais – PCEVEGETAL (100%), Erradicação da Mosca da Carambola – ERRADMOSCA1 (100%), Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados – FISCORGEN (100%), Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL2 (119,35%), Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais – PADCLASSIF (103,80%), Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECOI (122,46%), Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISCALSEM1 (105,72%), Fiscalização de Material Genético Animal – FISCGENE (116,67%), Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal – FISCINAN (106,87%), Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – FISPROVET1 (116,14%), Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica – CERTORGAN1 (200%), Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico – DESENGORG (120%) e Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – IG – INDGRAF (200%).

Apenas 10% das ações apresentaram níveis de execução significativamente baixos. Porém com justificativas perfeitamente plausíveis, quais sejam: Erradicação da Febre Aftosa – FEBREAFTOS (0,0%) e Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais – PCEANIMAL (52,14%).

Segue a síntese das justificativas sobre as ações que divergiram significativamente dos quantitativos programados, cujo detalhamento consta em tópico específico do relatório:

a) Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, Seus Produtos e Insumos - FISCPLANTA2 - Fiscalizar o trânsito internacional de produtos vegetais para importação e exportação (Percentual 105,45%): As ações de vigilância agropecuária internacional é exercida por demanda. Neste exercício houve um aumento significativo de importações desembaraçadas no Porto de Cabedelo, certamente creditado ao dinamismo da própria economia do país.

b) Erradicação da Febre Aftosa – FEBREAFTOS- Tornar o Estado da Paraíba Livre da Febre Aftosa: (Percentual 0,0%): Está sendo realizado o inquérito soroepidemiológico para verificar a presença ou ausência de vírus circulante no Estado. Este inquérito é a etapa essencial que antecede o pleito de área livre, com vacinação, para a febre aftosa.

c) Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais –PCEANIMAL – Prevenir, controlar e erradicar as doenças dos animais nas propriedades (Percentual 52,14%): Esta meta foi superdimensionada pelo órgão central, em relação a situação estrutural do Estado.

d) Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, Seus Produtos e Insumos – VIGIFITO1 - Fiscalizar ações de vigilância do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos, executado pelo OEDSV/PB (Percentual 154,54%): A execução do Convênio MAPA/SFA-PB/SEDAP (Governo do Estado) para a promoção da defesa vegetal impôs uma maior demanda de fiscalização.

e) Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – IG – INDGRAF - Fomentar a indicação geográfica de produtos agropecuários (Percentual 200%): O MAPA mudou o conceito de computação das metas realizadas. Neste exercício foram consideradas não, apenas, as indicações geográficas efetivamente registradas no INPE, mas todas aquelas que estavam em processo de registro.

f) Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico – DESENORG - Promover o desenvolvimento da agricultura orgânica (Percentual 120%): O aumento do número de pessoas beneficiadas ocorreu devido à demanda cada vez maior dos agricultores familiares vinculados às OCS's (Organismo de Controle Social de Vendas Diretas sem Certificação) e a participação dessas pessoas nos cursos de capacitação e palestras.

Com relação à verificação do cumprimento dos objetivos estratégicos da Unidade, a sua aferição é realizada com base na avaliação qualitativa e quantitativa, referenciada no conjunto de metas e respectivos indicadores de desempenho. A avaliação qualitativa refere-se aos produtos gerados e aos pontos de atenção (oportunidades de melhoria), enquanto a avaliação quantitativa refere-se à mensuração das metas em função dos indicadores de desempenho correspondentes.

O desempenho da instituição é aferido em uma escala percentual que vai de 0% a 100%, conforme quadro, abaixo:

		Média dos Indicadores entre 2,51 e 3,0		Média dos Indicadores entre 1,51 e 2,5		Média dos Indicadores abaixo de 1,5		Dado não disponível
Indicadores		3 pontos		2 pontos		1 ponto		0 ponto

Status		Acima 90% da Meta		Entre 60% e 90% da Meta		Abaixo 60% da Meta		Dado não disponível
---------------	--	-------------------	--	-------------------------	--	--------------------	--	---------------------

Com relação ao desempenho de cada serviço/seção/setor, o cumprimento da metas se configurou da seguinte forma:

Gabinete do Superintendente: status amarelo – entre 60% a 90%;

Divisão Administrativa: status amarelo – entre 60% a 90%;

Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG – status verde, acima de 90%;

Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal – SISV - status amarelo entre 60% a 90%;

Serviço de Inspeção e Saúde Animal – SISA - status amarelo – entre 60% a 90%;

Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG - status amarelo – entre 60% a 90%.

Por fim, com base nas categorias de análise do planejamento estratégico do MAPA, a avaliação geral da SFA/PB alcançou o status amarelo, significando que o cumprimento dos objetivos estratégicos se situou entre 60% e 90%, o que é considerado um bom desempenho.

Segue o Mapa Estratégico e os resultados alcançados pela SFA-PB em 2012.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Mapa Estratégico

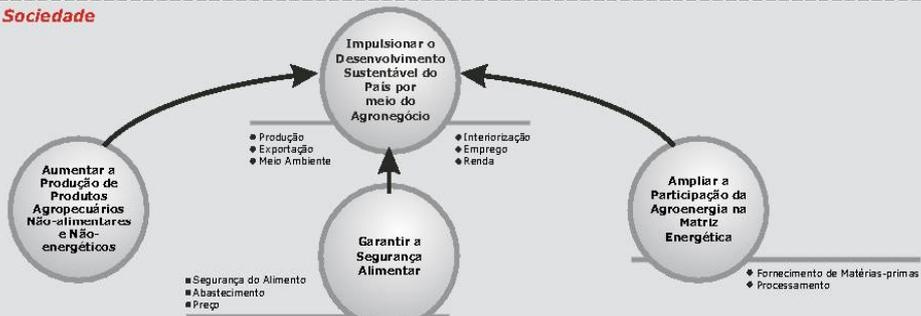
Missão

Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira

Visão

Ser Reconhecido pela Qualidade e Agilidade na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

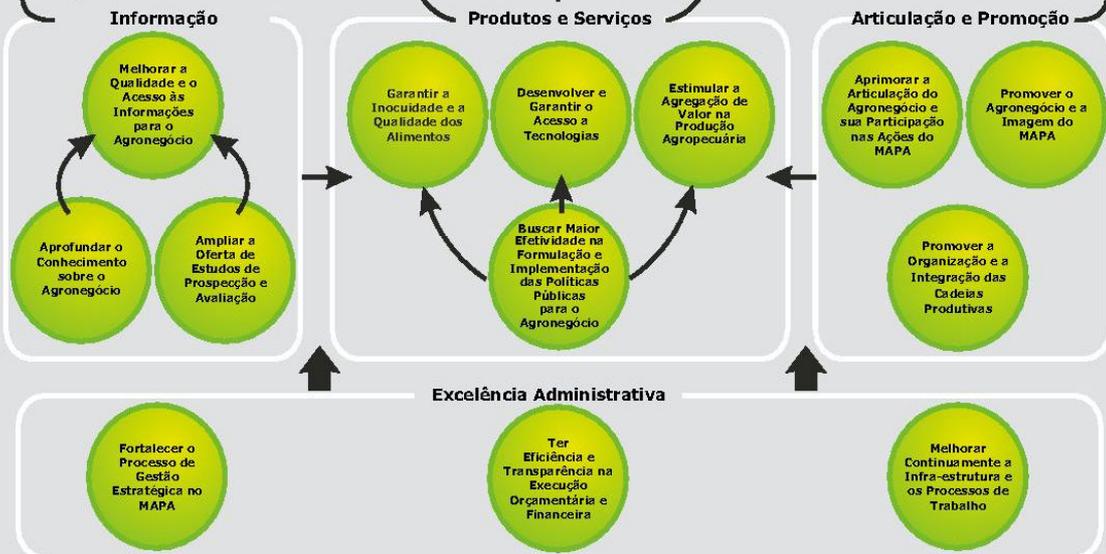
Perspectiva da Sociedade



Perspectiva do Agronegócio e Parceiros



Perspectiva de Processos Internos



Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento



Sumário da Situação Atual – 1º, 2º, 3º e 4º trimestre de 2012

1. Situação das Unidades Organizacionais

Tabela 1 - Resultados estratégicos da SFA/PB em 2012 - Situação da Unidade Organizacional

T1	T2	T3	T4	Unidade Organizacional	Resultados Estratégicos
				Gabinete do Superintendente	1) GM.R1 - Sistema de Comunicação Integrada do MAPA implantado 2) AGE.R1 – Processo de Gestão Estratégica Consolidado 3) GM.R4 - Contas do MAPA certificadas pela CGU e pelo TCU
				Divisão Administrativa	1) SE.R1 - Gestão por competência Implantada 2) Espaço Físico do Mapa Reformado e Reformulado
				SEFAG	1) SDA.R3 – Conformidade dos Insumos Pecuários Assegurada 2) SDA R2a - Conformidade dos insumos agrícolas assegurada
				SISV	1) SDA.R4 – Qualidade dos Produtos de Origem Vegetal Assegurada (conformes e seguros) 2) SDA.R8 - Qualificar e Melhorar o Status Fitossanitário Nacional
				SISA	1) SDA.R5 – Sistema de Inspeção Animal Revisado e Implantado 2) SDA R1a - Sistema Zoossanitário Implantado e Operacional em Todo o Território Nacional 3) SDA.R6a - Redução da produção e comercialização dos produtos de origem animal sem inspeção oficial
				DPDAG	1) SDC.R1 - Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis Implantados 2) SDC.R2 – Ampliação do Capital Intelectual Protegido, do desenvolvimento tecnológico e da inovação no agronegócio 3) SDC.R4 – Minimizar os problemas de infraestrutura e logística

Fonte: SFA/PB

Cor		Média dos Indicadores entre 2,51 e 3,0		Média dos Indicadores entre 1,51 e 2,5		Média dos Indicadores abaixo de 1,5		Dado não disponível
Indicadores		3 pontos		2 pontos		1 ponto		0 ponto

RESULTADOS ESTRATÉGICOS DE 2012

Avaliação 1º, 2º, 3º e 4º trimestre de 2012

Unidade: Gabinete do Superintendente



1. Principais Produtos Gerados

2. Pontos de Atenção

3. Situação dos Resultados Estratégicos

Tabela 2 - Resultados estratégicos da SFA/PB em 2012 - Gabinete do Superintendente

T1	T2	T3	T4	Resultado	Indicadores de Desempenho	Avaliação do Desempenho até o Período
				GM.R1 - Sistema de Comunicação Integrada do MAPA implantado	Taxa de notícias espontâneas favoráveis veiculadas na mídia sobre o MAPA	Produtos Gerados: 1) Programação da central telefônica para efetuar a tarifação; 2) Transferência da central telefônica para o STI; 3) Troca do Modem Analógico de Voz por um Modem Digital;

						<p>4) Instalação de 18 micros novos, e 20 Monitores novos;</p> <p>5) Instalação de 7 Impressoras novas;</p> <p>6) Reparo no Firewall;</p> <p>7) Migração de 2 servidores Win2003 para Win2008;</p> <p>8) Chamados de suporte total de 1092 em todo ano de 2012.</p> <p>9) Atualização do novo site interno da SFA-PB;</p> <p>10) Atividades de suporte ao usuário e reparo de equipamentos;</p> <p>11) Publicação de 26 notícias favoráveis sobre a SFA-PB nos meios de comunicação.</p> <p>Pontos de Atenção:</p> <p>1) Ampliação do link da Internet da SFA/PB.</p>
						<p>OBJETIVOS ESTRATÉGICOS</p> <p>Promover o Agronegócio e a Imagem do Mapa</p>
						<p>PROGRAMAS E AÇÕES</p> <p>P. 0750 - Apoio Administrativo Ação: 2000 – Administração da Unidade</p> <p>P. 0360 - Gestão da Política Agropecuária Ação: 4721 – Sistema Nacional de Difusão de Informações para o Agronegócio - DIFRAGONEG</p>
						<p>Produtos Gerados:</p> <p>1) Com o PPA 2012/2015 ocorre um alinhamento com os resultados do mapa estratégico. Em abril houve uma Oficina de Desdobramento da Estratégia 2012/2015 com os chefes dos DDA's e DPDAG's para apresentar os resultados estratégicos alinhados ao novo PP e a metodologia a ser implementadas nas Superintendências. A equipe da SePA/PB fez uma análise do material disponibilizado no evento e verificou-se que os formulários para o desdobramento das estratégias estavam incompletos. Enviamos e-mail e contactamos com a equipe da AGE a respeito das inconformidades dos formulários e ficamos aguardando a liberação do material ajustado. Na Oficina de Capacitação Estratégica e Planejamento Operacional e Inovação realizada em novembro apresentamos esses questionamentos quanto ao material disponibilizado e somente em fevereiro a equipe da AGE autorizou que utilizássemos os formulários aplicados em 2011. Por esses motivos acima relacionados, não realizamos as RAE's trimestralmente em 2012.</p> <p>Pontos de Atenção:</p>
						<p>Nº de RAE's executadas</p>
						<p>AGE.R1 – Processo de Gestão Estratégica Consolidado</p>
						<p>Grau de entendimento dos gerentes sobre a Gestão Estratégica</p>

						1) Foram consolidados os resultados, mas não houve a realização da 3ª e 4ª RAE/2011; 2) Não realizamos as RAE's em 2012 mediante os motivos explicitados acima;
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS				Fortalecer o Processo de Gestão Estratégica no MAPA Melhorar Continuamente a Infra-Estrutura e os Processos de Trabalho		
PROGRAMAS E AÇÕES				Programa 0360 - Gestão da Política Agropecuária Ação: 1K40 – Implantação do Processo de Gestão Estratégica Orientada ao Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio - AGE		
				GM.R4 - Contas do MAPA certificadas pela CGU e pelo TCU	Nº das Contas Certificadas Regulares Sem Ressalvas pela CGU	Produtos Gerados: 1) Relatório de Gestão 2011; 2) Julgamento das contas regulares e quitação plena aos responsáveis, através do recebimento do Certificado de Auditoria Anual de Contas nº 201203393/CGU de 10/07/2012; Pontos de Atenção: 1) Maior comprometimento de cada servidor com os dados disponibilizados para o Relatório de Gestão Anual, com suas respectivas análises.

Fonte: GAB

Status		Acima 90% da Meta		Entre 60% e 90% da Meta		Abaixo 60% da Meta		Dado não disponível
---------------	---	-------------------	---	-------------------------	---	--------------------	---	---------------------

Unidade: Divisão Administrativa 

1. Principais Produtos Gerados

2. Pontos de Atenção

3. Situação dos Resultados Estratégicos

Tabela 3 - Resultados estratégicos da SFA/PB em 2012 - Divisão Administrativa

T1	T2	T3	T4	Resultado	Indicadores de Desempenho	Avaliação do Desempenho até o Período
				SE.R1 - Gestão por Competência Implantada	Índice de Capacitação em Competências	Produtos Gerados: 1) Participação de 42 servidores em capacitações diversas; 2) Elaboração, consolidação e oficialização do PAEC/2012 – Plano Anual de Educação Continuada de forma participativa. Pontos de Atenção: 1) Maior efetividade na descentralização dos cursos elencados no PAEC/2012 para as Superintendências.
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS				Valorizar e Motivar as Pessoas e Fortalecer o Trabalho em Equipe Desenvolver e Reter Competências do Corpo Funcional		

PROGRAMAS E AÇÕES				Programa: 0360 - Gestão da Política Agropecuária Ação: 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação – CAPACITA1.		
				Espaço Físico do Mapa Reformado e Reformulado	Nº de servidores por área construída	<p>Produtos Gerados:</p> <p>1) Conclusão da readequação dos sanitários masculino e feminino da sede da SFA/PB; 2) Conclusão da recuperação da rede elétrica da sede; 3) Instalação/Remoção de Divisórias no Laboratório de Classificação Vegetal; 4) Serviço de Impermeabilidade de Goteiras no SAOD/SFA-PB; 5) Aquisição de materiais (como portas com forras e conjuntos sanitários) para reforma dos sanitários do Setor de Transporte; 6) Realização de licitação de serviços de colocação de piso em porcelanato, revestimento das paredes de tijolinho aparente, revestimento do teto do corredor e colocação de esquadrias de vidro (portas, janelas e painéis fixos) da SFA-PB;</p> <p>Pontos de Atenção:</p> <p>1) Adequação do espaço físico dos setores; ampliação do estacionamento dos servidores/ visitantes; climatização da recepção; construção do refeitório..</p>

Fonte: SAD

Status		Acima 90% da Meta		Entre 90% e 60% da Meta		Abaixo 60% da Meta		Dado não disponível
--------	---	-------------------	---	-------------------------	---	--------------------	---	---------------------

Unidade: Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários - SEFAG 

1. Principais Produtos Gerados

2. Pontos de Atenção

3. Situação dos Resultados Estratégicos

Tabela 4 - Resultados estratégicos da SFA/PB em 2012 - Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários - SEFAG

T1	T2	T3	T4	Resultado	Indicadores de Desempenho	Avaliação do Desempenho até o Período
				SDA.R3 – Conformidade dos Insumos Pecuários Assegurada	Índice de Conformidade dos Insumos Pecuários	<p>Produtos Gerados:</p> <p>1) Quanto aos resultados de conformidade dos insumos pecuários, apenas registramos o indicador que refere-se ao ICPEAA – Índice de Conformidade de Produtos para Alimentação Animal e que os mesmos foram atingidos conforme previsto para 2012; 2) Para obtenção do resultado foram responsáveis, a equipe de FFA's</p>

					<p>suficiente, a disponibilização de recursos financeiros em quantidade suficiente e a tempo e hora, como também, as boas condições de veículo para deslocamento;</p> <p>3) Quanto aos PI's FISPROVET e FISCGENE não existe no Estado da Paraíba fábricas de produtos de uso veterinário e estabelecimentos produtores de material genético animal, motivo pelo qual deixamos de registrar resultados de índice de conformidade.</p> <p>Pontos de Atenção: 1) Não tem pontos de atenção.</p>
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos				
PROGRAMAS E AÇÕES	<p>Programa 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal – FISCINAN. 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – FISPROVET. 2019 - Fiscalização de Material Genético Animal – FISCGENE.</p>				
					<p>Produtos Gerados:</p> <p>1) Quanto aos resultados de conformidade dos insumos agrícolas, os mesmos não atingiram o previsto para 2012 em virtude da apuração deste resultado se referir a análise dos produtos sementes e fertilizantes, logo foge completamente da ação da fiscalização quanto à melhoria da qualidade dos referidos produtos.</p> <p>2) Com referência à equipe de FFA's é suficiente para atender a contento a demanda de fiscalização;</p> <p>3) A disponibilização de recursos financeiros por parte do Departamento foi feita em quantidade suficiente e a tempo e hora como também as boas condições de veículo para deslocamento;</p> <p>4) O PI-FISAGROTOX, no estado da Paraíba não possui indústria e a fiscalização do comércio é competência do governo estadual.</p> <p>Pontos de Atenção: 1) Efetiva e contínua fiscalização com coleta de amostras de produtos para análise de conformidade notadamente nos produtos das empresas que rotineiramente se encontram inconformes.</p>
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos				
PROGRAMAS E AÇÕES	<p>P. 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECOL. 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISCALSEM. 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins – FISAGROTOX.</p>				

Fonte: SEFAG

Status	 Acima 90% da Meta	 Entre 90% e 60% da Meta	 Abaixo 60% da Meta	 Dado não disponível
---------------	---	---	--	---

Unidade: Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV



1. Principais Produtos Gerados

2. Pontos de Atenção

3. Situação dos Resultados Estratégicos

Tabela 5 - Resultados estratégicos da SFA/PB em 2012 - Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV

T1	T2	T3	T4	Resultado	Indicadores de Desempenho	Avaliação do Desempenho até o Período
				SDA.R4 – Qualidade dos Produtos de Origem Vegetal Assegurada (conformes e seguros)	Índice de Conformidade dos Produtos de Origem Vegetal	<p>Produtos Gerados: Área de bebidas 1) Superação significativa da meta proposta, de 93 inspeções, atingindo-se 111 inspeções, ou 19% acima do corrigido. Tal se deve não ao ingresso imprevisto de estabelecimentos, mas à necessidade de acompanhamento mais intenso daqueles com não conformidades críticas, o que foi decisivo para o alcance do índice de conformidade apontado no cálculo do respectivo indicador, considerando o segmento de bebidas isoladamente; 2) Para 2013 será dada especial atenção à fiscalização de produtos disponíveis no comércio, tendo em vista a disponibilidade de produtos não inspecionados ao consumidor.</p> <p>Área da classificação vegetal 1) Os resultados estão de acordo com a previsão, pois os recursos financeiros foram repassados dentro das solicitações para desenvolver as atividades programadas; 2) A perspectiva para os próximos períodos são animadoras com relação a descentralização de recursos financeiros; 3) Foram realizadas fiscalizações na grande João Pessoa e Campina Grande e em outras cidades do Estado com maior abrangência, pois não faltou apoio da Coordenação e recursos financeiros.</p> <p>Pontos de Atenção: Área de bebidas 1) Persiste o não compartilhamento de informação acerca do desenvolvimento do sistema gerencial previsto como sub processo da Tarefa SDA.R4a.T2 - Agilizar Serviço de Registro.</p>

						<p>Área da classificação vegetal</p> <p>1) Necessidade de uma legislação mais coesa e punitiva para melhor andamento das ações da fiscalização com vistas aos estabelecimentos fiscalizados para trazer um melhor resultado no padrão e na qualidade dos produtos fiscalizados;</p> <p>2) Necessidade de dois FFA/Classificador para ajudar no desenvolvimento das atividades de fiscalização e no laboratório de classificação vegetal;</p> <p>3) A partir do segundo semestre não houve coleta de amostras no PNCR devido a falta de laboratório credenciado para execução das análises.</p>
						<p>OBJETIVOS ESTRATÉGICOS</p> <p>Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos Buscar Maior Efetividade na Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio</p>
						<p>PROGRAMAS E AÇÕES</p> <p>P. 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas 8939 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL2. 4746 - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais – PADCLASSIF.</p>
				<p>SDA.R8 - Qualificar e Melhorar o Status Fitossanitário Nacional</p>	<p>Porcentagem de suspeitas atendidas no prazo de 48 horas da notificação</p>	<p>Produtos Gerados:</p> <p>1) A celebração do convênio plurianual 2011-2015 contribui em muito com a manutenção dos resultados obtidos. A segurança de contar com recursos para realização de atividades de rotina na fiscalização de vegetais e seus produtos e o levantamento de pragas de interesse para o Estado garantem o desempenho das ações.;</p> <p>2) O Status fitossanitário do Estado vem sendo mantido tendo em vista a execução das ações de levantamentos fitossanitários para a manutenção da Área Livre de Sigatoka Negra, manutenção da condição de estado livre das pragas moko da bananeira, cancro citrico, greening pinta preta dos citros, e cancro da videira.;</p> <p>3) No entanto, a situação perdura quanto a falta de contratação de pessoal mais qualificado para a vigilância e fiscalização do trânsito de vegetais desenvolvidas nos Postos de Vigilância Agropecuária faz com que a atividade se desenvolva de forma bastante precária, necessitando de ajustes, principalmente quanto a quantidade de técnicos e sua capacitação para o desenvolvimento das referidas ações.</p> <p>Pontos de Atenção:</p> <p>1) O OEDSV possui um quadro de pessoal que necessita de constante capacitação e melhoria das condições</p>

						de trabalho para que possamos qualificar e melhorar o status fitossanitário do Estado, a celebração de convênios vem amenizando essa situação, mas a atenção quanto a essa questão deve ser mantida.
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS				Garantir a Inocuidade e Qualidade dos Alimentos		
PROGRAMAS E AÇÕES				Programa 0357 - Segurança na Sanidade da Agropecuária 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos - FISCPLANTA2 . 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos - VIGIFITO1 . 8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais - PCEVEGETAL . 4738 - Erradicação da Mosca da Carambola - ERRADMOSCA1 .		

Fonte: SISV

Status		Acima 90% da Meta		Entre 90% e 60% da Meta		Abaixo 60% da Meta		Dado não disponível
---------------	---	-------------------	---	-------------------------	---	--------------------	---	---------------------

Unidade: Serviço de Inspeção e Saúde Animal – SISA



1. Principais Produtos Gerados

2. Pontos de Atenção

3. Situação dos Resultados Estratégicos

Tabela 6 - Resultados estratégicos da SFA/PB em 2012 - Serviço de Inspeção e Saúde Animal – SISA

T1	T2	T3	T4	Resultado	Indicadores de Desempenho	Avaliação do Desempenho até o Período
				SDA.R5 – Sistema de Inspeção Animal Revisado e Implantado	Índice de Conformidade dos Produtos de Origem Animal	Produtos Gerados: 1) Continuamos sem a publicação do novo Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal; 2) As tarefas elencadas para este resultado não contemplam ação dos serviços de inspeção nos Estados. Ficamos aguardando que o Departamento dê o encaminhamento ao novo regulamento, com vistas a modernização e melhoria da fiscalização exercida pelos Serviços. Pontos de Atenção: 1) Como principal ponto de atenção verificamos a insuficiência de técnicos que a cada dia torna-se maior devido ao grande número de aposentadorias e de fiscais com problemas de saúde.
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS				Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos Buscar Maior Efetividade na Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio		
PROGRAMAS E AÇÕES				Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas 8938 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal – INSPANIMAL3		

						<p>Porcentagem de propriedades cadastradas no sistema eletrônico para emissão de GTA e em conformidade com o manual de padronização</p>	<p>Produtos Gerados:</p> <p>1) PNEFA - Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa - Os resultados não estão de acordo com o esperado, pois o resultado esperado "Área Livre de Febre Aftosa com Vacinação" continua na mesma situação de médio risco.</p> <p>2) O órgão executor apresentou o resultado da primeira etapa de vacinação contra febre aftosa, portanto a segunda etapa de vacinação não houve porque os municípios foram declarados em estado calamidade devido à seca;</p> <p>3) Foi celebrado o convênio plurianual 2011-2015 nº 755774/2011 entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca - SEDAP com o objetivo de estruturar e manter o sistema unificado de atenção à saúde animal no Estado da Paraíba para controle, erradicação e prevenção das doenças dos animais, mas no ano de 2012 não aconteceu o repasse do Ministério de Agricultura para a SEDAP. Porém, foi iniciado o estudo soro epidemiológico para avaliação de circulação do vírus da febre aftosa na Paraíba. O objetivo desse estudo é comprovar a ausência de circulação viral para que será reconhecido zona livre de febre aftosa com vacinação nacional e internacional;</p> <p>4) Continua sendo atualizado o cadastro de propriedades e rebanhos, migrando do sistema SIDAGRO para o SIAPEC, mais eficiente;</p> <p>5) PCEANIMAL: A meta estipulada programada pelo Departamento em 24.000 propriedades atendidas, sendo atendidas 12.515 propriedades atendidas, dando o resultado de 52,14% do programado. Acharmos esse percentual sugerido pelo Departamento superdimensionado, portanto, toda demanda surgida foi atendida.</p> <p>Pontos de Atenção:</p> <p>1) Houve o aditivo do convênio para 2012, apresentaram o Plano de Trabalho, mas houve um atraso no repasse para a SEDAP;</p> <p>2) Em andamento a atualização do cadastro de propriedades e rebanhos no sistema SIAPEC.</p>
						<p>Porcentagem de suspeitas atendidas no prazo de 24 horas da notificação (Síndromes: vesicular, hemorrágica do suíno, nervosa, respiratória e nervosa das aves)</p>	
						<p>Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa</p>	
<p>SDA R1a - Sistema Zoossanitário Implantado e Operacional em Todo o Território Nacional</p>							

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos Melhorar Continuamente a Infra-Estrutura e os Processos de Trabalho Desenvolver e Reter Competências do Corpo Funcional		
PROGRAMAS E AÇÕES	Programa 0357 - Segurança na Sanidade da Agropecuária 8658 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais - PCEANIMAL . 4842 - Erradicação da Febre Aftosa – FEBREAFTOS . 2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos – FISCANIMAL . 2139 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos - VIGIZOO . Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas 4723 - Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal – RESIDUOS .		
	SDA.R6a - Redução da produção e comercialização dos produtos de origem animal sem inspeção oficial		Produtos Gerados: 1) Os trabalhos realizados no combate à clandestinidade realizados no Estado da Paraíba não foram frutos do Plano Nacional de Combate à Clandestinidade, e sim, de ações deliberadas pelo próprio SISA-PB. 2) Realizamos ações de reinspeção no comércio de produtos de origem animal. Pontos de Atenção: 1) Elaboração de um plano nacional eficiente e condizente com a realidade dos Estados da Federação.
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos Buscar Maior Efetividade na Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio		
PROGRAMAS E AÇÕES	Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas 8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal – INSPANIMAL3 .		

Fonte: SISA

Status		Acima 90% da Meta		Entre 90% e 60% da Meta		Abaixo 60% da Meta		Dado não disponível
--------	---	-------------------	---	-------------------------	--	--------------------	---	---------------------

Unidade: Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG

1. Principais Produtos Gerados



2. Pontos de Atenção

3. Situação dos Resultados Estratégicos

Tabela 7 - Resultados estratégicos da SFA/PB em 2012 - Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG

T1	T2	T3	T4	Resultado	Indicadores de Desempenho	Avaliação do Desempenho até o Período
				SDC.R1 – Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis Implantados	Área sob sistemas orgânicos de produção (ha)	Produtos Gerados: 1) Os resultados estão de acordo com a previsão, pois as atividades planejadas no Plano Operativo Anual foram, em sua maioria, executadas; 2) As reuniões ordinárias da Comissão Estadual da Produção Orgânica

						<p>(CPOrg) tiveram continuidade, com participação efetiva e atuante de todos os membros. Nota-se um amadurecimento e consolidação desta Comissão, com importantes decisões tomadas ao longo do ano de 2012;</p> <p>3) Foram realizadas palestras sobre Mecanismos de Garantia e Informação da Qualidade Orgânica em municípios paraibanos. Tais palestras tiveram o objetivo de esclarecer melhor os produtores envolvidos na agricultura orgânica sobre a nova legislação que entrou em vigor.</p> <p>4) Foi dada sequência ao Programa Banco Comunitário de Sementes de Adubos Verdes, com distribuição de sementes a vários produtores da Paraíba;</p> <p>5) Foi dada sequência ao Programa Banco Comunitário de Sementes de Adubos Verdes, com distribuição de sementes a vários produtores da Paraíba. Visitas foram feitas às unidades de multiplicação de sementes, acompanhadas pelo Consultor do Programa;</p> <p>6) Com relação ao cadastramento dos produtores orgânicos, foram distribuídos vários certificados de declaração da Organização de Controle Social (OCS) aos mesmos, além de palestras ministradas sobre o tema. No mês de setembro houve treinamento em Brasília para 2 fiscais do DPDAG, cujo tema envolvia os Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica;</p> <p>7) As perspectivas são boas, pois, com a entrada da nova legislação em vigor, ocorreu o cadastramento de aproximadamente 330 produtores orgânicos das diferentes regiões do Estado da Paraíba, pertencentes a 13 associações. Além disso, houve a continuidade das ações de desenvolvimento da agricultura orgânica, com a realização de reunião ordinária da CPOrg., objetivando o estabelecimento de diretrizes para a atividade no Estado;</p> <p>8) Os elementos que contribuíram para o desempenho foram a boa comunicação com a Coordenação em Brasília, capacitações realizadas pela mesma, descontingenciamento dos recursos, além da participação e compromisso de algumas instituições parceiras e dos integrantes da Comissão Estadual de Produção Orgânica (CPOrg);</p> <p>9) A DPDAG/PB também planejou e executou a 8ª Semana do Alimento</p>
--	--	--	--	--	--	--

						<p>Orgânico, em parceria com diversas entidades que atuam neste segmento. A Semana do Alimento Orgânico já se tornou uma tradição no mês de maio, compreendendo diversas ações em vários municípios paraibanos, tais como: distribuição de material de divulgação, realização de seminários curtos, palestras em escolas, abordagem e contato com consumidores de feiras livres orgânicas, etc.;</p> <p>10) Com relação ao Programa Banco Comunitário de Sementes de Adubos Verdes, o mesmo teve expansão em nosso estado, com distribuição de sementes para diversos agricultores em todas regiões da Paraíba. Nota-se, em alguns casos, grande aceitação por parte dos produtores e resultados satisfatórios em suas culturas orgânicas;</p> <p>11) Apesar destes resultados, os mesmos poderiam ser bem melhores se houvesse um maior repasse de recursos para este PI, uma vez que a agricultura orgânica vem se expandindo bastante na Paraíba, tanto em número de feiras agroecológicas espalhadas nos municípios, como no aumento da área plantada e diversificação de produtos ofertados.</p> <p>Pontos de Atenção:</p> <p>1) Necessidade de estabelecer uma estratégia conjunta com as diversas instituições parceiras, para ampla divulgação da nova legislação, pois existem inúmeras unidades de produção orgânica no Estado e, em muitos casos, os produtores não têm acesso às informações.</p> <p>2) Para o ano de 2013, há necessidade de um maior repasse de recursos com a finalidade de fiscalização <i>in loco</i> das unidades de produção que receberam o certificado emitido pelo MAPA.;</p>
						<p>Desenvolver e garantir o acesso a tecnologias Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária</p>
						<p>Programa 1442 - Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica – CERTORGAN1. 8593 – Apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas - ORGMANEJO2. 8591 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas – APOIOAGRIC. Programa 1426 - Conservação, Manejo e uso Sustentável da Agrobiodiversidade 8606 – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico – DESENORG.</p>
						<p>SDC.R2 – Ampliação do Capital Intelectual Protegido, do desenvolvimento tecnológico e da</p>
						<p>Percentual de Indicações Geográficas do Agronegócio Apoiadas</p>
						<p>Produtos Gerados:</p> <p>1) Os resultados não estão de acordo, pois os resultados ficaram muito abaixo do esperado. As ações previstas</p>

				<p>inovação no agronegócio.</p>		<p>e elencadas no Plano Operativo Anual de 2012 não foram totalmente realizadas, devido à restrição orçamentária;</p> <p>2) No caso do PI INDGRAF, os recursos só foram liberados no mês de Junho, dificultando e impedindo a participação em importantes reuniões e eventos. Essa restrição orçamentária, aliada a liberação de recursos tardiamente, prejudica seriamente as ações previstas, causando descontinuidade dos trabalhos e perda da credibilidade do MAPA junto aos parceiros institucionais;</p> <p>3) Analisando-se criticamente os resultados como um todo, chega-se a conclusão que não houve avanço no desenvolvimento dos trabalhos, fato esse que nos causa indignação e perplexidade. Como exemplo podemos destacar que os recursos começaram a ser liberados somente no final do mês de junho de 2012. Diversas ações foram prejudicadas e o planejamento realizado no início do ano não foi cumprido;</p> <p>4) Com relação aos outros PIs relacionados à ampliação do capital intelectual protegido, do desenvolvimento tecnológico e da inovação do agronegócio, (REGENAGRO e INOVAGRO) não ocorreram resultados concretos, pois os recursos foram destinados prioritariamente para a capacitação dos fiscais federais agropecuários em agricultura de precisão, recursos genéticos e outras atividades;</p> <p>5) A perspectiva com relação aos próximos períodos de avaliação é boa, uma vez que consideramos o ano de 2012 atípico, pois muito pouco foi feito em razão da grande restrição de recursos. Há necessidade urgente da retomada das ações que vêm sendo desenvolvidas ao longo dos anos. Os elementos que contribuíram para o desempenho apurado, conforme descrito acima, foram a liberação tardia dos recursos e a redução drástica no repasse dos mesmos.</p> <p>Pontos de Atenção:</p> <p>1) Alguns pontos de atenção podem ser destacados, principalmente no que diz respeito ao contingenciamento de recursos, muitas vezes realizado sem critérios, ocasionando um certo descrédito por parte das instituições parceiras e produtores envolvidos nas atividades. De que adianta sermos</p>
--	--	--	--	---------------------------------	--	---

									<p>cobrados acerca do planejamento das atividades e elaborarmos o Plano Operativo Anual se o mesmo não é respeitado pelas Coordenações?;</p> <p>2) Outro ponto a ser destacado é o decreto que proíbe a celebração de convênios com entidades não-governamentais, restringindo o leque de instituições para tal finalidade. Destaca-se que muitas prefeituras do Estado da Paraíba encontram-se com alguma restrição de documentação para a celebração de convênios, dificultando o aporte de recursos por parte do MAPA;</p> <p>3) Há necessidade também de treinamentos e capacitações dos técnicos envolvidos, além de pelo menos um encontro anual para nivelamento de ações, troca de experiências e esclarecimento de dúvidas.</p>	
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	<p>Desenvolver e Garantir o Acesso a Tecnologias Melhorar a Qualidade e o Acesso às Informações para o Agronegócio Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária Maior Efetividade na Formulação e Implementação de Políticas para o Setor Agropecuário</p>									
PROGRAMA E AÇÕES	<p>Programa 1442 - Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio 8560 - Fomento à Inovação no Agronegócio – INOVAGRO. Programa 1426 - Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade 8949 - Fomento à Conservação e o Uso Sustentável de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação – REGENAGRO. Programa 0393 - Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual 2B47 - Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – IG – INDGRAF. Programa 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários 2122 - Proteção e Fiscalização de Cultivares - PROTCULTIV2.</p>									
										<p>Produtos Gerados:</p> <p>1) Pode-se afirmar que para o ano de 2012 os resultados estão de acordo com a previsão, mesmo ocorrendo diminuição dos valores e número de municípios contemplados.;</p> <p>2) Foram analisados e emitidos pareceres favoráveis a 80 contratos de repasse/emenda parlamentar, beneficiando 57 municípios do Estado da Paraíba. O valor total dos contratos de repasse analisados pela DPDAG foi de R\$ 26.082.001,98 (vinte e seis milhões, oitenta e dois mil e um e noventa e oito centavos);</p> <p>3) As perspectivas com relação aos próximos períodos de avaliação são boas, pois a divulgação sobre o processo de contratação e os objetos que podem ser contemplados é maior por parte das prefeituras. A meta é que todos os municípios do Estado da Paraíba sejam contemplados com esta modalidade de repasse de recursos.</p> <p>Pontos de Atenção:</p> <p>1) Falta de pessoal habilitado nas</p>

						<p>prefeituras para elaboração das propostas e inserção no SICONV;</p> <p>2) As emendas ficam quase em sua totalidade direcionadas para patrulha mecanizada;</p> <p>3) Desconhecimento dos gestores municipais em relação à outras modalidades de repasse, como por exemplo o financiamento de mercados públicos, matadouros, hortos florestais, passagens molhadas, etc.;</p> <p>4) Dificuldade de comunicação com as Prefeituras Municipais e falta de compromisso de algumas, no que diz respeito aos ajustes no Plano de Trabalho sugeridos pelos analistas do DPDAG;</p> <p>5) Maior acompanhamento in loco dos contratos de repasse celebrados junto às prefeituras;</p> <p>6) Colocamos como sugestão a possibilidade de verificação <i>in loco</i> da viabilidade do pleito.</p>
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS				Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária		
PROGRAMA E AÇÕES				Não Orçamentário		

Fonte: DPDAG

Status		Acima 90% da Meta		Entre 90% e 60% da Meta		Abaixo 60% da Meta		Dado não disponível
---------------	---	-------------------	---	-------------------------	--	--------------------	---	---------------------

2.4. Indicadores

Indicadores de desempenho da área finalística 2012

Tabela 8 - Eficácia - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais - PCEANIMAL

Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais – PCEANIMAL	
Indicador	Índice de propriedade atendida - Ipa
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de propriedade atendida realizada o nº de propriedade atendida programada
Cálculo 2012	$Ipa = 12.515 / 24.000 = 52,14\%$
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2012	52,14%
Resultado 2011	133,84%
Resultado 2010	98,76%
Resultado 2009	100,20%
Resultado 2008	149,67%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISA

Tabela 8.1 - Eficiência - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais - PCEANIMAL

Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais - PCEANIMAL	
Indicador	Custo por propriedade atendida - Icpa
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº a propriedade atendida realizada

Cálculo 2012	$Icpa = 47.912,06 / 12.515 = R\$ 3,83$
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2012	R\$ 3,83 (por propriedade atendida)
Resultado 2011	R\$ 1,81 (por propriedade atendida)
Resultado 2010	R\$ 21,19 (por propriedade atendida)
Resultado 2009	R\$ 4,18 (por propriedade atendida)
Resultado 2008	R\$ 6,82 (por propriedade atendida)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções.

Fonte: SISA

Tabela 8.2 - Eficácia - Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais - PCEVEGETAL

Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais - PCEVEGETAL	
Indicador	Índice de área controlada - Iac
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre a área controlada realizada e a área controlada programada
Cálculo 2012	$Iac = 142.223 / 142.223 = 100\%$
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2012	100%
Resultado 2011	100%
Resultado 2010	100%
Resultado 2009	100%
Resultado 2008	90,27%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISV

Tabela 8.3 - Eficiência - Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais - PCEVEGETAL

Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais - PCEVEGETAL	
Indicador	Custo por área controlada = Icac
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e a área controlada realizada por hectare
Cálculo 2012	$Icac = 16.218,75 / 142.223 = R\$ 0,12$
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2012	R\$ 0,11 (por hectare de área controlada)
Resultado 2011	R\$ 0,12 (por hectare de área controlada)
Resultado 2010	R\$ 0,25 (por hectare de área controlada)
Resultado 2009	R\$ 0,91 (por hectare de área controlada)
Resultado 2008	R\$ 0,36 (por hectare de área controlada)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções.

Fonte: SISV

Tabela 8.4 - Eficácia - Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos - VIGIFITO1

Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos – VIGIFITO1	
Indicador	Índice de fiscalização realizada = Ifr
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de fiscalização realizada e o nº de fiscalização realizada programada
Cálculo 2012	$Ifr = 34 / 22 = 154,54 \%$
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2012	154,54%
Resultado 2011	90,23 %

Resultado 2010	113,76%
Resultado 2009	212,5 %
Resultado 2008	141,18%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISV

Tabela 8.5 - Eficiência - Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos - VIGIFITO1

Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos – VIGIFITO1	
Indicador	Custo por fiscalização realizada = Icf _r
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de fiscalização realizada
Cálculo 2012	Icf _r = 8.676,15 / 34 = R\$ 255,18
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2012	R\$ 255,19 (por fiscalização realizada)
Resultado 2011	R\$ 577,85 (por fiscalização realizada)
Resultado 2010	R\$ 808,47 (por fiscalização realizada)
Resultado 2009	R\$ 459,49 (por fiscalização realizada)
Resultado 2008	R\$ 367,88 (por fiscalização realizada)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISV

Tabela 8.6 - Eficácia - Inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal - IPVEGETAL2

Inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal – IPVEGETAL2	
Indicador	Índice de estabelecimento inspecionado - Iei
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de estabelecimento inspecionado realizado e o nº de estabelecimento inspecionado programado
Cálculo 2012	Iei = 111 / 93 = 119,35%
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2012	119,35%
Resultado 2011	107,77 %
Resultado 2010	126,67%
Resultado 2009	96,44%
Resultado 2008	101,33%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISV

Tabela 8.7 - Eficiência - Inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal - IPVEGETAL2

Inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal – IPVEGETAL2	
Indicador	Custo por estabelecimento inspecionado - Icei
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de estabelecimento inspecionado realizado
Cálculo 2012	Icei = 20.848,78/ 111 = R\$ 187,83
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2012	R\$ 187,83
Resultado 2011	R\$ 308,64
Resultado 2010	R\$ 382,48 (por estabelecimento inspecionado)
Resultado 2009	R\$ 98,26 (por estabelecimento inspecionado)
Resultado 2008	R\$ 152,64 (por estabelecimento inspecionado)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISV

Tabela 8.8 - Eficácia - Inspeção e fiscalização de produtos de origem animal - INSPANIMAL

Inspeção e fiscalização de produtos de origem animal - INSPANIMAL	
Indicador	Índice de estabelecimento inspecionado - Iei
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de estabelecimento inspecionado realizado e o nº de estabelecimento inspecionado programado
Cálculo 2012	$Iei = 16 / 16 = 100\%$
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2012	100%
Resultado 2011	100 %
Resultado 2010	100%
Resultado 2009	100%
Resultado 2008	116,94 %
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISA

Tabela 8.9 - Eficiência - Inspeção e fiscalização de produtos de origem animal - INSPANIMAL

Inspeção e fiscalização de produtos de origem animal - INSPANIMAL	
Indicador	Custo por estabelecimento inspecionado - Icei
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	Relação entre o orçamento aplicado e o nº de estabelecimento inspecionado realizado
Cálculo	$Icei = 59.478,50 / 16 = R\$ 3.717,41$
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2012	R\$ 3.717,41 (por estabelecimento inspecionado)
Resultado 2011	R\$ 3.065,26 (por estabelecimento inspecionado)
Resultado 2010	R\$ 593,89 (por estabelecimento inspecionado)
Resultado 2009	R\$ 701,02 (por estabelecimento inspecionado)
Resultado 2008	R\$ 498,12 (por estabelecimento inspecionado)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISA

Tabela 8.10 - Eficácia - Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos vegetais – PADCLASSIF

Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos vegetais - PADCLASSIF	
Indicador	Índice de produto fiscalizado - Ipf
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre nº de produto fiscalizado realizado e o nº de produto fiscalizado programado
Cálculo	$Ipf = 31.140 / 30.000 = 103,80\%$
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2012	103,80%
Resultado 2011	131,04 %
Resultado 2010	107,39%
Resultado 2009	156 %
Resultado 2008	102,56 %
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISV

Tabela 8.11 - Eficiência - Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos vegetais – PADCLASSIF

Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos vegetais - PADCLASSIF	
Indicador	Custo por produto fiscalizado - Icpf
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de produto fiscalizado realizado

Cálculo 2012	$I_{cpf} = 126.133,95 / 31.140 = R\$ 4,05$
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2012	R\$ 4,05 (por produto fiscalizado)
Resultado 2011	R\$ 4,67 (por produto fiscalizado)
Resultado 2010	R\$ 2,20 (por produto fiscalizado)
Resultado 2009	R\$ 1,11 (por produto fiscalizado)
Resultado 2008	R\$ 0,82 (por produto fiscalizado)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISV

Tabela 8.12 - Eficácia - Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal - FISCINAN

Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal - FISCINAN	
Indicador	Índice de fiscalização realizada = Ifr
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de fiscalização realizada e o nº de fiscalização programada
Cálculo 2012	$I_{fr} = 140 / 131 = 106,87 \%$
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2012	106,87%
Resultado 2011	111,27 %
Resultado 2010	127,11%
Resultado 2009	126,83 %
Resultado 2008	128,44%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SEFAG

Tabela 8.13 - Eficiência - Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal - FISCINAN

Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal - FISCINAN	
Indicador	Custo por fiscalização realizada = Icf
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de fiscalização realizada
Cálculo 2012	$I_{cf} = 18.712,93 / 140 = 133,66$
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2012	R\$ 133,66 (por fiscalização realizada)
Resultado 2011	R\$ 108,77 (por fiscalização realizada)
Resultado 2010	R\$ 93,85 (por fiscalização realizada)
Resultado 2009	R\$ 49,26 (por fiscalização realizada)
Resultado 2008	R\$ 73,90 (por fiscalização realizada)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SEFAG

Tabela 8.14 - Eficácia - Fiscalização de sementes e mudas - FISCALSEM1

Fiscalização de sementes e mudas – FISCALSEM1	
Indicador	Índice de fiscalização realizada = Ifr
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de fiscalização realizada e o nº de fiscalização programada
Cálculo	$I_{fr} = 536 / 507 = 105,72 \%$
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2012	105,72%
Resultado 2011	136,90 %

Resultado 2010	120,07%
Resultado 2009	109,18%
Resultado 2008	118,91%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SEFAG

Tabela 8.15 - Eficiência - Fiscalização de sementes e mudas - FISCALSEM1

Fiscalização de sementes e mudas – FISCALSEM1	
Indicador	Custo por fiscalização realizada = Icf _r
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de fiscalização realizada
Cálculo	Icf _r = 57.172,78/ 536= R\$ 106,67
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2012	R\$ 106,67 (por fiscalização realizada)
Resultado 2011	R\$ 125,99 (por fiscalização realizada)
Resultado 2010	R\$ 567,06 (por fiscalização realizada)
Resultado 2009	R\$ 913,62 (por fiscalização realizada)
Resultado 2008	R\$ 415,71 (por fiscalização realizada)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SEFAG

Tabela 8.16 - Eficácia - Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes - FISFECO I

Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes - FISFECO I	
Indicador	Índice de fiscalização realizada = If _r
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de fiscalização realizada e o nº de fiscalização programada
Cálculo 2012	If _r = 169/ 132 = 128,03 %
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2012	128,03%
Resultado 2011	110,61 %
Resultado 2010	112,12%
Resultado 2009	111,43 %
Resultado 2008	134,54%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SEFAG

Tabela 8.17 - Eficiência - Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes - FISFECO I

Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes - FISFECO I	
Indicador	Custo por fiscalização realizada = Icf _r
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de fiscalização realizada
29.652,00Cálculo 2012	Icf _r = 29.652,00/ 132 = R\$ 224,64
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SPA
Resultado 2012	R\$ 224,64 (por fiscalização realizada)
Resultado 2011	R\$ 210,75 (por fiscalização realizada)
Resultado 2010	R\$ 263,21 (por fiscalização realizada)
Resultado 2009	R\$ 177,06 (por fiscalização realizada)
Resultado 2008	R\$ 96,03 (por fiscalização realizada)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SEFAG

Tabela 8.18 - Eficácia - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e insumos - FISCPLANTA2

Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e insumos – FISCPLANTA2	
Indicador	Índice de partida inspecionada = Ipi
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de partida inspecionada realizada e o nº de partida inspecionada programada
Cálculo 2012	$Ipi = 405 / 385 = 105,45\%$
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2012	105,45%
Resultado 2011	117,04 %
Resultado 2010	146,41 %
Resultado 2009	240,28 %
Resultado 2008	147,10%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISV

Tabela 8.19 - Eficiência - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e insumos - FISCPLANTA2

Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e insumos – FISCPLANTA2	
Indicador	Custo por partida inspecionada = Icpí
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de partida inspecionada realizada
Cálculo 2012	$Icpí = 4.410,70 / 405 = R\$ 10,89$
Método de aferição	Mensalmente, o responsável técnico registra os dados no SIPLAN e consulta os recursos financeiros no sistema SIAFI.
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2012	R\$ 10,89
Resultado 2011	R\$ 57,09 (por partida inspecionada)
Resultado 2010	R\$ 20,33 (por partida inspecionada)
Resultado 2009	R\$ 6,84 (por partida inspecionada)
Resultado 2008	R\$ 19,85 (por partida inspecionada)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISV

Indicadores de Desempenho da Área Administrativa 2012

Tabela 9 – Indicadores de Desempenho da Área Administrativa 2012

SIGLA	TIPO	INDICADOR	FÓRMULA	CÁLCULO	Valor %
SGP					
Isartsa (%)	Eficácia	Servidores administrativos em relação ao total de servidores ativos	$(\text{N}^\circ \text{ de servidores Administrativos} / \text{N}^\circ \text{ total de servidores ativos}) \times 100$	$(56 / 111) \times 100 =$	50,45%
Ialimed (%)	Eficácia	Índice de dias de afastamento por licença médica dos servidores	$\text{Afastamento em dias dos servidores} / (\text{N}^\circ \text{ de servidores totais} \times \text{período considerado em dias}) \times 100$	$1736 / (111 \times 365) \times 100 =$	4,28%
Ialimed (%)	Eficácia	Índice de Servidores afastados por Licença Médica	$(\text{N}^\circ \text{ de servidores afastados} / \text{N}^\circ \text{ total de Servidores ativos}) \times 100$	$(20 / 111) \times 100 =$	18,02%
Iaffa (%)	Eficácia	Índice de Servidores FFA com afastamento por licença médica	$(\text{N}^\circ \text{ de FFA afastados} / \text{N}^\circ \text{ total de FFA ativos}) \times 100$	$(5 / 42) \times 100 =$	11,90%
Iagtec (%)	Eficácia	Índice de Servidores AISIPOA-AAA com afastamento por licença médica	$(\text{N}^\circ \text{ de AISIPOA-AG.ATIV.AGROP. afastados} / \text{N}^\circ \text{ de AISIPOA-AG.ATIV. Total}) \times 100$	$(4 / 11) \times 100 =$	36,36%
Iaadm (%)	Eficácia	Índice de servidores Administrativos com afastamento por licença médica	$(\text{N}^\circ \text{ de Administrativos afastados} / \text{N}^\circ \text{ total de administrativos ativos}) \times 100$	$(11 / 56) \times 100 =$	19,64%
Iaap (30d) (%)	Eficácia	Índice de Concessão de Aposentadoria em 30 dias	$(\text{N}^\circ \text{ de aposent. concedidas} / \text{N}^\circ \text{ de aposent. solicitadas}) \times 100$	$(3 / 3) \times 100 =$	100%
Ipapc	Eficiência	Produtividade na concessão de aposentadoria	$\text{N}^\circ \text{ de aposentadoria concedidas} / \text{N}^\circ \text{ de servidores envolvidos na ação.}$	$3 / 2 =$	1,5
SCC/SMP					
Icfplic (%)	Eficácia	Conformidade dos Processos licitatórios (empenhados)	$(\text{N}^\circ \text{ de processos licitatórios concluídos (empenhados)} / \text{N}^\circ \text{ de processos iniciados}) \times 100$	$(5 / 4) \times 100 =$	1,25%
Iplic	Eficiência	Produtividade na conclusão de Processos de licitação.	$\text{N}^\circ \text{ de processos licitatórios concluídos} / \text{N}^\circ \text{ de servidores envolvidos}$	$5 / 5 =$	1
Iaalm (%)	Eficácia	Índice de atendimento do Almojarifado	$(\text{N}^\circ \text{ de solicitações de materiais atendidos} / \text{N}^\circ \text{ de materiais solicitados}) \times 100$	$(2005 / 2248) \times 100 =$	89,19%
SEOF					
Ieof(%)	Eficácia	Execução Orçamentária e Financeira	$(\text{Créditos empenhados} / \text{Créditos provisionados}) \times 100$	$(1627.986,83 / 1.627.987,42) \times 100 =$	99,99%
Icfd (%)	Eficácia	Índice de Conformidade das diárias	$(\text{N}^\circ \text{ de diárias aptas para pagamento} / \text{N}^\circ \text{ de diárias recebidas}) \times 100$	$(751 / 751) \times 100 =$	100%
Icfig(%)	Eficácia	Índice de Conformidade Contábil	$(\text{N}^\circ \text{ de conformidades atribuídas sem restrição} / \text{N}^\circ \text{ total de registros de conformidades}) \times 100$	$(4 / 12) \times 100 =$	33,33%
Ippd	Eficiência	Produtividade no pagamento de diárias	$\text{N}^\circ \text{ de diárias pagas} / \text{N}^\circ \text{ de servidores envolvidos}$	$751 / 4 =$	187,75%
Iemp	Eficiência	Produtividade na emissão de empenho	$\text{N}^\circ \text{ de empenhos emitidos} / \text{N}^\circ \text{ de servidores envolvidos}$	$1.475 / 4 =$	368,75

Fonte: SePA/SFA-PB

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		x			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		x			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		x			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		x			
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		x			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		x			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		x			

22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		x			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		x			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		x			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Análise Crítica:					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.4. Sistema de Correição

O Sistema de Correição está centralizado na CGPAD/SE, na sede do MAPA, sendo a Coordenação Geral de Processo Administrativo Disciplinar - CGPAD também Coordenadora do Sistema CGU/PAD, no MAPA. Informamos ainda que todos os dados pertinentes ao Sistema CGU/PAD, no MAPA, foram prestados pela citada Coordenação. O ato legal foi instituído através da Portaria MAPA/SE nº 37, de 19/03/2008, publicada no boletim de Pessoal nº 09, de 31/03/2008.

Em 25/05/2012, os servidores Karina Yokoyama de Melo e José Euvaldo Padilha participaram da 1ª Reunião de Trabalho por intermédio de videoconferência na sede da SFA-PB, realizada pelo MAPA. Em 12/12/12, dois servidores da SFA-PB, Karina Yokoyama de Melo e Lúcio Flávio Ayres de Albuquerque foram treinados no Sistema de Gestão de Processos Administrativos Disciplinares – CGU/PAD. A servidora Karina Yokoyama de Melo é cadastradora no Sistema CGU/PAD, designada através da Portaria nº 72 de 25/05/2011, publicada no Boletim de Pessoal/SFA-PB, de 30/05/2011.

3.5. Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Em 2009 tivemos dois processos cadastrados:

- a) nº 21032.000103/2009-19 – Sindicância; e
- b) nº 21032.001211/2009-17 – Processo Administrativo Disciplinar.

Em 2012 foi cadastrado o processo nº 21032.00070/2012-11, referente à Sindicância Investigativa.

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1. Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

4.1.4. Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

A Divisão de Defesa Agropecuária - **DDA** coordena os serviços abaixo relacionados:

I. Serviço de Inspeção e Saúde Animal - **SISA**

II. Serviço de Inspeção de Sanidade Vegetal - **SISV**

III. Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários - **SEFAG**

DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA - DDA

PROGRAMA: 2028 – Defesa Agropecuária

OBJETIVO 0364

INICIATIVA: Código 012J

- Ação: 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, Seus Produtos e Insumos - **FISCPLANTA2**

SERVICO DE INSPEÇÃO E SAÚDE ANIMAL – SISA

PROGRAMA: 2028 – Defesa Agropecuária

◆ OBJETIVO 0364

◆ INICIATIVA: Código 012I - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais

- Ação: 4842 – Erradicação da Febre Aftosa – **FEBREAFTOS**

- Ação: 8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais - **PCEANIMAL**

OBJETIVO 0570

◆ INICIATIVA: Código 0277

- Ação: 4723 – Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal – **RESIDUOS**

◆ INICIATIVA: Código 0278

- Ação: 8938 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal – **INSPANIMAL3**

SERVICO DE INSPEÇÃO E SANIDADE VEGETAL – SISV

PROGRAMA: 2028 – Defesa Agropecuária

◆ OBJETIVO 0364

◆ INICIATIVA: Código 012H

- Ação: 2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, Seus Produtos e Insumos – **VIGIFITO1**

- Ação: 8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais – **PCEVEGETAL**

- Ação: 4738 – Erradicação da Mosca da Carambola – **ERRADMOSCA1**

◆ OBJETIVO 0368

◆ INICIATIVA: Código 013H

- Ação: 4745 – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados - **FISCORGEN**

◆ OBJETIVO 0570

◆ INICIATIVA: Código 0279
- Ação: 8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – **IPVEGETAL2**

◆ INICIATIVA: Código 027A
- Ação: 4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais – **PADCLASSIF**

SERVICO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS – SEFAG

PROGRAMA: 2028 – Defesa Agropecuária

◆ OBJETIVO 0368

◆ INICIATIVA: Código 013E

- Ação 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins – **FISAGROTOX** (CGAA/SDA)

- Ação 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes - **FISFECOI** (Departamento de Fiscalização Insumos Agrícolas - DFIA/SDA)

- Ação 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudanças - **FISCALSEM** (DFIA/SDA)

◆ INICIATIVA: Código 013F

- Ação 2019 - Fiscalização de Material Genético Animal - **FISCGENE** (Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários - DFIP/SDA)

- Ação 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal - **FISCINAN**(DFIP/SDA)

- Ação 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário - **FISPROVET** (DFIP/SDA)

DIVISÃO DE POLÍTICA, PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO – DPDAG

PROGRAMA: 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

◆ OBJETIVO 0743

◆ INICIATIVA: Código 02WU

- Ação: 8593 – Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – **ORGMANEJO2**

◆ OBJETIVO 0744

◆ INICIATIVA: Código 02X3

- Ação: 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica – **CERTORGAN1**

◆ INICIATIVA: Código 02X9

- Ação: 8598 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias– **APOIOPEC**

- Ação: 8591 – Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Cadeias Produtivas Agrícolas – **APOIOAGRIC**

◆ INICIATIVA: Código 02XB

- Ação: 8606 – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico – **DESENORG**

◆ OBJETIVO 0747

◆ INICIATIVA: Código 02XH

- Ação: 2B17 – Fiscalização de Contratos de Repasse – **FISCONTRATO**

◆ INICIATIVA: Código 02XO

- Ação: 20SR - Estudos de Infraestrutura e Logística da Produção – **INFRALOG**

PROGRAMA: 2042 – Inovações para a Agropecuária

◆ OBJETIVO 0969

◆ INICIATIVA: Código 044I

- Ação: 8949 – Fomento à Conservação e ao Uso Sustentável de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação – **REGENAGRO**

◆ INICIATIVA: Código 044H

- Ação 8560 – Fomento à Inovação no Agronegócio – **INOVAGRO**

◆ INICIATIVA: Código 044P

- Ação: 2B47 – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – **IG - INDGRAF**

PROGRAMA: 2013 – Agricultura Irrigada

◆ OBJETIVO 0171

◆ INICIATIVA: Código 00F9

- Ação: 20QX – Desenvolvimento e Difusão de Tecnologias, Estudos e Pesquisas afins em Agricultura Irrigada- **AGRIRRIGA**

PROGRAMA: 2105 – Gestão e Manutenção do MAPA

- Ação 2000: Administração da Unidade – **MANUTSDC**

Divisão de Defesa Agropecuária - DDA

Equipe de Trabalho:

Jerônimo Barata de Melo – Engenheiro Agrônomo – FFA – Chefe

Edson Arnaldo Cavalcante Loureiro - Engenheiro Agrônomo – FFA - Substituto

Apoio Administrativo:

Maria de Lourdes Cavour V. Trindade – Agente Administrativo

Elza Maria da Silva - Digitadora – Terceirizada

Atividades Desenvolvidas

A DDA é uma Divisão de Defesa Agropecuária com o objetivo de acompanhar, coordenar, planejar e avaliar o Plano Operativo Anual dos serviços técnicos, de todos os Planos Internos e sua execução pré estabelecida no POA/2012.

A DDA coordena e acompanha inclusive as ações do VIGIAGRO - Vigilância Agropecuária Internacional, cujas ações são Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos, PI – FISCPLANTA2, e Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos, PI - FISCANIMAL. Em 2012 foram realizadas 357 fiscalizações em produtos de origem vegetal, importados, incluindo suporte de madeira, trigo e bebidas em geral especialmente vinhos e derivados, sendo 232 Termos de Ocorrência e 174 Partidas Inspeccionadas.

Foi realizado um curso de Capacitação Técnica em Processo Administrativo, no período de 22 /10 a 26/10 de 2012 em João Pessoa-PB, ministrado pela AGU e FFA's do VIGIAGRO/MAPA. Na ocasião foram treinados 03 Fiscais Federais Agropecuários do UVAGRO/PB. Este curso teve como objetivo treinar os FFA's de todos os Estados que trabalham com importação e exportação de produtos de origem vegetal e de suporte de madeira no cumprimento da NINF 15/2006.

Outra atividade da DDA é o suporte técnico-administrativo da área técnica da SFA/PB, onde faz com que haja tramitação de documentos externos e internos resultantes da ação de fiscalização e inspeção dos serviços.

A DDA teve participação em diversas reuniões técnicas e administrativas no âmbito da SFA/PB e do Órgão Central-MAPA, de cunho regional e nacional. Os dados Físicos e Financeiros dos Planos Internos encontram-se no relatório de gestão dos serviços de fiscalização e inspeção, os quais são SEFAG, SISA e SISV.

➤ PROGRAMA: 2028 – Defesa Agropecuária

◆ OBJETIVO 0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.

Unidade responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA / MAPA

◆ INICIATIVA: Código 012J - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais seus produtos e insumos agropecuários

◆ AÇÃO: 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, Seus Produtos e Insumos - **FISCPLANTA2**

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ								
Identificação da Ação								
Código		2180						
Descrição		Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, Seus Produtos e Insumos						
Iniciativa		Código 012J - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais seus produtos e insumos agropecuários						
Unidade Responsável		VIGIAGRO/SDA/MAPA						
Unidade Orçamentária		22101 - MAPA						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)								
Natureza de Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Perc. Utilizado (%)
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3390.14	1.100,00	1.100,00	383,34	383,34	-	-	383,34	34,85
3390.30	2.800,00	2.800,00	2.800,00	2.800,00	-	-	2.800,00	100,00
3390.39	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	-	-	1.000,00	100,00
3390.47	227,36	227,36	227,36	227,36	-	-	227,36	100,00
TOTAL	5.127,36	5.127,36	4.410,70	4.410,70	-	-	4.410,70	
Metas do Exercício Para a Ação								
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira			
			Prevista	Realizada	Prevista (POA)	Realizada		
01	Fiscalizar o trânsito internacional de produtos vegetais para importação e exportação	Partida Inspeccionada (Unid.)	385	406	6.200,00	4.410,70		

Fonte: SIAFI GERENCIAL/DDA/SISV/DDA

Resultados

Tabela 10 - Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
2180 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos.	FISCPLANTA2	Partida Inspeccionada (Unid.)	251	385	406	105,45
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			

			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
1. Vigilância e Controle Fitossanitários do Trânsito Internacional de Vegetais, suas Partes, Produtos e Subprodutos.	FISCPLANTA2	Partida Inspeccionada (Unid.)	251	385	406	105,45
ATIVIDADE		Quantidade	Unidade			
1.1. Termo de ocorrência		232	Unid.			
1.2. Licenciamento de importação deferido.		174	Unid.			
1.3. Termo de fiscalização emitido (carreta, vagão e navio).		-	Unid.			
1.4. Termo de Destruição (colis posteux)		-	Unid.			
1.5. Requerimento exportação e importação /embalagem de madeira		357	Unid.			

Fonte: SISV/DDA

OBS: A programação do SIPLAN foi de 251 fiscalizações, foram realizadas 406 fiscalizações.

Análise Crítica de Desempenho

O desempenho do Projeto Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos, no ano de 2012, atingiu as metas acima do programado, que foi de 251 fiscalizações, totalizando 406 fiscalizações conforme dados do SIPLAN, perfazendo 161,75%, considerado normal em termos de planejamento, especialmente quando se trata de ações realizadas sob demanda.

O trabalho desenvolvido pelos FFA's no Porto de Cabedelo é realizado mediante demanda, em razão do aquecimento ou desaquecimento da economia, de modo que o percentual de execução acima do programado ocorreu em função do maior ingresso da importação de produtos de origem vegetal, tendo Suape/PE como porto de entrada, e destino final o porto de Cabedelo/PB, com uma demanda maior de embalagem e suporte de madeira, bebidas em geral e vinho ressaltando-se que as importações de trigo em grão e cevada são efetivadas diretamente através do porto de Cabedelo.

I. Serviço de Inspeção e Saúde Animal - SISA

Equipe de Trabalho:

Antônio Hybernon da Silva - Chefe - Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário
 Frederico Ronaldo de Arruda - Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário
 Janete Vatanabe Okamoto Lima - Médica Veterinária - Fiscal Federal Agropecuário
 Marco Aurélio Viana Silva - Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário
 Elisângela Luiza de Souza Marques – Médica Veterinária – Fiscal Federal Agropecuário
 Márcio Ayrton Cavalcanti de Almeida – Médico Veterinário – Fiscal Federal Agropecuário
 Wilton Ribeiro Pinho – Médico Veterinário – Fiscal Federal Agropecuário
 Paulo Roberto Maciel Fernandes – Médico Veterinário – Fiscal Federal Agropecuário
 Artur Vasconcelos Valadares - Médico Veterinário – Fiscal Federal Agropecuário
 Daniel Rodrigues Viana – Agente de Inspeção de Produtos Agropecuários
 Geraldo Gonçalves da Rocha – Agente de Inspeção de Produtos Agropecuários
 Vilberto Nunes Raimundo – Agente de Inspeção de Produtos Agropecuários
 Bernadete Pereira – Agente de Inspeção de Produtos Agropecuários
 João Batista da Silva - Agente de Inspeção de Produtos Agropecuários

UTRA Patos:

Tarcisio Ferreira Maia - Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário
 Girley Medeiros Palmeira Maia – Agente de Inspeção de Produtos Agropecuários
 Joaquim de Oliveira Santos – Agente de Atividade Agropecuária

UTRA Campina Grande:

João de Arruda Câmara - Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário

Gilberto Bevenuto da Silva – Agente de Atividade Agropecuária

Ademar Pereira Bastos-Cedido CONAB

Antonio Benedito-Cedido CONAB

Apoio Administrativo:

Lucas Sales Carneiro da Cunha –Terceirizado

➤ PROGRAMA: 2028 – Defesa Agropecuária

◆ OBJETIVO 0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.

Unidade responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA / MAPA

◆ INICIATIVA: Código 012I - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais

AÇÃO: 4842 – ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA – FEBREAFTOS

**AÇÃO: 8658 – PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE DOENÇAS DOS ANIMAIS
- PCEANIMAL**

◆ AÇÃO: 4842 – Erradicação da Febre Aftosa - FEBREAFTOS

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ								
Identificação da Ação								
Código	4842							
Descrição	Erradicação da Febre Aftosa							
Iniciativa	Código 012I - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais							
Unidade Responsável	DSA /SDA / MAPA							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)								
Natureza de Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Perc. Utilizado (%)
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3390.14	12.969,45	12.969,45	12.866,10	12.866,10	-	-	12.866,10	99,20
3390.30	2.608,89	2.608,89	2.060,76	2.060,76	-	-	2.060,76	78,99
3390.33	5.500,00	5.500,00	4.041,14	4.041,14	-	-	4.041,14	73,48
3390.39	2.459,46	2.459,46	2.459,46	2.459,46	-	-	2.459,46	100,00
3390.47	571,16	571,16	571,16	571,16	-	-	571,16	100,00
TOTAL	24.108,96	24.108,96	21.998,62	21.998,62	-	-	21.998,62	91,25
Metas do Exercício Para a Ação								
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira			
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada		
01	Tornar o Estado da Paraíba livre de febre aftosa	Área total declarada livre (Km2)	56.440	-	24.108,96	21.998,62		

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIPLAN/SISA

Resultados

Tabela 11 - Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%

4842 – Erradicação da Febre Aftosa.	FEBREAFTOS	Área Total Declarada Livre (Km2)	56.440	-	-	-
FÍSICO						
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
01. Controle e Erradicação da Febre Aftosa.	FEBREAFTOS	Área Total Declarada Livre (Km2)	56.440	-	-	-
ATIVIDADE		Quantidade	Unidade			
1.1. Reunião Técnica.		38	Unid.			
1.2. Reunião Técnica Nacional.		02	Unid.			
1.3. Reunião com a Comunidade Organizada.		02	Unid.			
1.4. Videoconferência		02	Unid.			
1.5. Supervisão na Central.		09	Unid.			
1.6. Supervisão na Regional		01	Unid.			
1.7. Supervisão/Auditoria nas ULSAV		25	Unid.			
1.8. Supervisão/Auditoria nos EAC		14	Unid.			
1.9. Supervisão / Fiscalização em Propriedades Rurais de risco para febre aftosa		21	Unid.			
1.10. Supervisão/Fiscalização em Revendas de Vacinas		09	Unid.			
1.11. Supervisão da fiscalização de área de risco para febre aftosa		02	Unid.			
1.12. Lançamento oficial da campanha		01	Unid.			
1.13. Atendimento a ouvidoria		01	Unid.			
1.14. Treinamento para a realização do inquérito soroepidemiológico da Febre aftosa		2	Unid.			
1.15. N.º de médicos veterinários e auxiliares treinados para o inquérito soroepidemiológico da febre aftosa		47	Unid.			
1.16. N.º de propriedades com colheita de amostra para o inquérito soroepidemiológico da febre aftosa		196	Unid.			
1.17. N.º de amostras colhidas de bovinos para o inquérito soroepidemiológico da febre aftosa.		4.401	Unid.			
1.18. N.º de amostras colhidas de pequenos ruminantes para o inquérito soroepidemiológico da febre aftosa.		1.096	Unid.			
1.19. Acompanhamento de convênio		06	Unid.			
1.20. Auditoria nas ULSAV e EAC (Descentralizado)		06	Unid.			
1.21. N.º de ULSAV auditadas (Descentralizado)		08	Unid.			
1.22. Auditoria nos EAC (Descentralizado)		-	Unid.			
1.23. Atendimento a Suspeita de Doença Vesicular Fundamentada (Descentralizada)		-	Unid.			
1.24. Atendimento a Suspeita de Doença Vesicular não Fundamentada (Descentralizada)		02	Unid.			
1.25. Vacinação Fiscalizada em Propriedades Rurais (Descentralizada)		607	Unid.			
1.26. Animais Existentes nas Propriedades Fiscalizadas (Descentralizado)		15.860	Unid.			

1.27. Vacinação Assistida em Propriedades Rurais (Descentralizado)	1.220	Unid.
1.28. Animais Existentes nas Propriedades Assistidas (Descentralizado)	39.132	Unid.
1.29. Propriedades Rurais com Vacinação (Descentralizado)	42.220	Unid.
1.30. Animais Vacinados (Descentralizado)	1.077.276	Unid.
1.31. Animais Quarentenados Fiscalizados (Descentralizado)	224	Unid.
1.32. Propriedades fiscalizadas com animais quarentenados. (Descentralizado)	13	Unid.

Fonte: SISA/DDA/SFA-PB

Análise Crítica de Desempenho

A Ação Erradicação da Febre Aftosa é uma ação prioritária na LDO e tem como principal objetivo manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuários Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional aos mercados internos e externos.

A execução é direta e descentralizada, em ações conjuntas com o serviço de defesa sanitária animal do Estado, que trabalha também com recursos oriundos de convênio com o MAPA, o que infelizmente não foi firmado no ano de 2012.

A meta não foi atingida em nosso Estado, como no restante da região Nordeste, apesar dos esforços despendidos pelos Serviços Veterinários Oficiais e Iniciativa Privada, porém, foi iniciado o estudo soro epidemiológico para avaliação de circulação do vírus da febre aftosa nos estados do nordeste (MA, PI, CE, RN, PB, PE e AL) mais a região norte do estado do Pará. O objetivo desse estudo é comprovar a ausência de circulação viral para que sejamos reconhecidos como zona livre de febre aftosa com vacinação nacional e internacionalmente.

Os recursos financeiros disponibilizados foram suficientes para a realização das atividades programadas, porém, há falta de fiscais federais agropecuários para atender a demanda nos diversos programas sanitários. O link da conexão na internet (1 MB) é insuficiente para o número de funcionários e quantidade de dados transitados na rede devido à demanda de serviço. Os sistemas informatizados implantados no MAPA não são facilmente operacionais e alguns notadamente não foram devidamente testados antes do início da operacionalização, atrasando e dificultando os trabalhos, já comprometidos devido o baixo número de servidores.

O número de atendimento a suspeita de doença vesicular continua preocupante, com apenas duas notificações no ano.

A vacinação dos bovídeos contra a febre aftosa está dentro do aceitável, porém há a necessidade de aumentar esse índice para no mínimo 90%. A 2ª etapa da campanha que seria realizada em novembro foi suspensa devido à seca. Os animais estavam com baixo escore corporal e poderiam não produzir a imunidade desejada.

Tabela 11.1 - Vacinação contra a febre aftosa - 2012

VACINAÇÃO CONTRA A FEBRE AFTOSA – 2012						
ESPÉCIE	1ª. Etapa – Maio			2ª. Etapa – Novembro *		
	Existente	Vacinado	%	Existente	Vacinado	%
BOVINA	1.232.260	1.076.129	87,33	-	*	-
BUBALINA	1.254	1.147	91,47	-	*	-
TOTAL	1.233.514	1.077.276	87,33	-	*	-

Fonte: SEDAP/PB

*Etapa não realizada devido aos problemas da seca.

Os maiores entraves detectados no órgão executor, estão relacionados com a falta de funcionários, falta de compromisso com o trabalho de alguns servidores, salários muito baixos, corpo técnico desmotivado, comprometendo substancialmente o desenvolvimento das ações.

◆ AÇÃO: 8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais – PCEANIMAL

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ								
Identificação da Ação								
Código	8658							
Descrição	Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais							
Iniciativa	Código 0121 - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais							
Unidade Responsável	DSA / SDA/ MAPA							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)								
Natureza de Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Perc. Utilizado (%)
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3390.14	16.748,38	16.748,38	16.538,47	16.538,47	-	-	16.538,47	98,75
3390.30	13.747,02	13.747,02	8.192,32	7.955,32	-	237,00	7.955,32	59,59
3390.33	11.617,40	11.617,40	11.617,40	11.617,40	2.301,84	-	9.315,56	100,00
3390.36	9.278,40	9.278,40	8.132,60	8.132,60	-	-	8.132,60	87,65
3390.39	3.351,27	3.351,27	3.351,27	3.351,27	-	-	3.351,27	100,00
3390.93	80,00	80,00	80,00	80,00	-	-	80,00	100,00
TOTAL	54.822,47	54.822,47	47.912,06	47.675,06	2.301,84	237,00	45.373,22	87,40
Metas do Exercício Para a Ação								
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		Prevista	Realizada
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada		
01	Prevenir, controlar e erradicar as doenças dos animais nas propriedades	Propriedade Atendida (Unid.)	24.000	12.515	54.822,47	47.912,06		

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIPLAN/SISA

Resultados

Tabela 12 - Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais.	PCEANIMAL	Propriedade Atendida (Unid.)	24.000	24.000	12.515	52,14
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
01. Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose.	PCEANIMAL	Propriedade Atendida (Unid.)	-	-	3.786	-
ATIVIDADE			Quantidade	Unidade		
1.1 Fiscalizar as Ações do Órgão Executor para Habilitação de Salas de Diagnóstico e Ações Fiscais (Ação Descentralizada)			14	Unid.		
1.2. Fiscalizar Procedimento para Certificação de Propriedades Livres ou Monitoradas do PNECBT. (Ação Descentralizada)			01	Unid.		
1.3. Certificar Propriedades Livres e Monitoradas do PNECBT (Ação Direta)			05	Unid.		
1.4. Fiscalizar Curso para Habilitação de Veterinários Autônomos no PNECBT. (Ação Direta)			01	Unid.		
1.5. Habilitar Salas de Diagnósticos do PNECBT (Ação Direta)			03	Unid.		
1.6. Realizar Palestras Educativas. (Ação Direta, Ação Descentralizada)			01	Unid.		
1.7. Participar de Reunião Técnica. (Ação Direta)			02	Unid.		

1.8. Propriedades Trabalhadas em Brucelose. (Ação Descentralizada)			2.966			Unid.
1.9. Propriedades Trabalhadas em Tuberculose. (Ação Descentralizada)			2.364			Unid.
1.10. Animais Testados para Brucelose (Ação Descentralizada)			18.512			Unid.
1.11. Animais Testados para Tuberculose. (Ação Descentralizada)			16.850			Unid.
1.12. Animais Positivos Brucelose (Ação Descentralizada)			17			Unid.
1.13. Animais Negativos Brucelose (Ação Descentralizada)			18.495			Unid.
1.14. Animais Positivos para Tuberculose (Ação Descentralizada)			20			Unid.
1.15. Animais Negativos para Tuberculose (Ação Descentralizada)			28.053			Unid.
1.16. Fiscalização para Médicos Veterinários Habilitados (Ação Direta, Ação Descentralizada)			15			Unid.
1.17. Propriedade com Foco Brucelose (Ação Descentralizada)			14			Unid.
1.18. Propriedade com Foco Tuberculose (Ação Descentralizada)			11			Unid.
1.19. Animais Sacrificados com Tuberculose (Ação Descentralizada)			07			Unid.
1.20. Animais Sacrificados com Brucelose (Ação Descentralizada)			07			Unid.
1.21. Número de Veterinários Habilitados no PNECBT (Ação Direta)			03			Unid.
FÍSICO						
PROCESSO	PI	PRODUTO	Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
02. Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Suídeos.	PCEANIMAL	Propriedade Atendida (Unid.)	-	-	3	-
ATIVIDADE				Quantidade	Unidade	
2.1. Fiscalizar as ações do Órgão Executor no Controle de Doenças dos Suídeos (Ação Descentralizada)				-	Unid.	
2.2. Participar de Reunião Técnica (Ação Descentralizada)				-	Unid.	
2.3. Realizar Palestras Educativas (Ação Direta e Descentralizada)				-	Unid.	
2.4. Propriedades Afetadas.				-	Unid.	
2.5. Número de Foco de Exames Negativos para Peste Suína Clássica (Ação Descentralizada)				-	Unid.	
obs.: Durante o período não houve registro de foco ou atendimento em propriedades rurais.						
FÍSICO						
PROCESSO	PI	PRODUTO	Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
03. Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina – EEB.	PCEANIMAL	Propriedade Atendida (Unid.)	-	-	5.389	-
ATIVIDADE				Quantidade	Unidade	
3.1. Fiscalizar o Órgão Executor nas Ações de Combate aos Morcegos Hematófagos e a outros Transmissores.				4	Unid.	
3.2. Colheita de Material para Raiva dos Herbívoros e outras encefalopatias				8	Unid.	
3.3. Resultado Positivo de Raiva e Outras Encefalopatias.				1	Unid.	
3.4. Propriedade com Foco de Raiva.				1	Unid.	
3.5. Morcegos Capturados				3	Unid.	
3.6. Morcegos Tratados				3	Unid.	
3.7. Herbívoros Vacinados				240.017	Unid.	
3.8. Números de animais mortos				4	Unid.	
3.9. Reunião Técnica com o Órgão Executor – SEDAP/PB.				3	Unid.	

3.10. Propriedades atendidas			6.068	Unid.		
3.11. Colheita de ração – identificação prot. anim. na ração de ruminantes			1	Unid.		
3.12. Resultados positivos – proteína animal na ração de ruminantes			1	Unid.		
3.13. Sacrifícios de bovinos que se alimentaram de proteína animal			117	Unid.		
FÍSICO						
PROCESSO	PI	PRODUTO	Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
04. Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Equideocultura.	PCEANIMAL	Propriedade Atendida (Unid.)	-	-	115	-
ATIVIDADE			Quantidade		Unidade	
4.10. Propriedades com Foco de AIE.			82		Unid.	
4.11. Propriedades com Foco de Mormo			1		Unid.	
4.3. Colheita de Amostra para AIE			6.105		Unid.	
4.4. Colheita de Amostra para Mormo			5.586		Unid.	
4.5. Resultados Positivos de Equídeos para AIE			111		Unid.	
4.6. Resultados Positivos de Equídeos para Mormo			7		Unid.	
4.7. Equídeos Sacrificados com AIE			86		Unid.	
4.8. Equídeos Sacrificados com Mormo			2		Unid.	
4.9. Reunião Técnica com méd. veterinários cadastrados no PNSE			4		Unid.	
FÍSICO						
PROCESSO	PI	PRODUTO	Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
05. Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Avicultura.	PCEANIMAL	Propriedade Atendida (Unid.)	-	-	3.222	-
ATIVIDADE			Quantidade		Unidade	
5.1. Fiscalizar as Ações do Órgão Executor no Cadastramento e Controle das Doenças das Aves em Granjas.			08		Unid.	
5.2. Controlar e Certificar Núcleos e Estabelecimentos Avícolas como Livre para Salmoneloses e Micoplasmose			13		Unid.	
5.3. Participar de Reunião Técnica			08		Unid.	
5.4. Amostras Colhidas para Diagnóstico de Salmonela e Micoplasma – SUABES			5.010		Unid.	
5.5. Amostras Colhidas para Diagnóstico de Salmonela e Micoplasma – SORO			15.909		Unid.	
5.6. Amostras Colhidas para Diagnóstico de Salmonela e Micoplasma – OVOS BICADOS			335		Unid.	
5.7. Amostras Colhidas para Diagnóstico de Salmonela e Micoplasma – MECÔNIOS			1.100		ml	
5.8. Amostras Colhidas para Diagnóstico de Salmonela e Micoplasma – PINTOS OU AVES MORTAS			324		Unid.	
5.9 Outras amostras (propés).			9		Unid.	
5.10. Fiscalização conjunta com o SEFAG/PB a granjas matrizeiras com vista à renovação de registro.			04		Unid.	

Fonte: SISA/DDA/SFA-PB

Análise Crítica de Desempenho

A execução é direta e descentralizada, em ações conjuntas com o serviço de defesa sanitária animal do governo estadual, o qual trabalha também com recursos oriundos de convênio com o MAPA, mas que neste ano não foi firmado.

As ações conjuntas tem como principal objetivo garantir a segurança zoonosológica nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais. A referida ação possui os seguintes processos básicos:

- Controle e a Certificação de Núcleos ou Estabelecimentos Avícolas livres das Micoplasmoses e Salmoneloses Aviárias;
- Prevenção e Controle das doenças dos Equídeos, Caprinos, Ovinos e Abelhas;
- Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina;
- Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose;
- Controle e Erradicação das doenças dos Suídeos.

A meta corrigida – propriedade atendida para as ações do PCEANIMAL foram tabuladas conjuntamente, em virtude da impossibilidade de especificar os programas em separado. A meta corrigida foi estipulada em 24.000 propriedades atendidas, registrando-se, no ano, 52,14% do programado (12.515 propriedades atendidas). Acharmos esse percentual sugerido pelo Departamento superdimensionado.

O SISA por delegação à GEDA/SEDAP-PB acompanha as ações do Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA, dentre as quais as de vigilância sanitária para salmonelose e micoplasmose aviária. Os dados de 2012 são comparativos aos de 2011: colheita de 335 ovos bicados (acrécimo de 11,66% em relação à 2011), 15.909 soros (acrécimo de 0,46 %), 324 aves mortas (acrécimo de 1,85%), 5.000 swabs (decrécimo de 17,27%) e 1.100 mecônios (acrécimo de 31,81%). Este SISA-PB, durante o período certificou 13 lotes (decrécimo de 7,14% em relação à 2011) em 3 granjas matrizeiras de aves. Não houve registros de resultados positivos de salmonelose e micoplasmose aviária no período. Em atendimento as instruções normativas nºs 56, de 04.12.2007 e 59, de 04.12.2007, o SISA e SEFAG/SFA-PB realizaram 4 fiscalizações durante o ano nas três granjas matrizeiras instaladas no estado. As ações conjuntas entre os serviços são direcionadas para as atividades de produção e de sanidade dos plantéis.

No programa de Prevenção e Controle das Doenças dos Equídeos – PNSE, este serviço recebe e tabula os dados das requisições e resultados de exames - ANEMIA INFECCIOSA EQUINA (AIE) e MORMO realizados por laboratórios credenciados pelo MAPA, neste estado e por laboratórios oficiais - LANAGRO/PE e LANAGRO/MG; delegação da vigilância e saneamento de focos de AIE e MORMO, após a autuação em processos, que são encaminhados para o órgão executor – SEDAP/PB. Contamos no estado com 2 laboratórios particulares, instalados em Campina Grande e em Catolé do Rocha/PB, responsáveis pelos diagnósticos de Anemia Infecciosa Equina (AIE) e Mormo dos equídeos em trânsito. Os exames de AIE e Mormo de propriedades sob vigilância e saneamento são realizados, respectivamente, pelos LANAGRO's de Minas Gerais e de Pernambuco.

Durante o ano de 2012, os laboratórios particulares e oficiais realizaram 6.105 diagnósticos de AIE (acrécimo de 15,82% em relação a 2011) e 5.586 de MORMO (acrécimo de 4,62% em relação a 2011) no Estado da Paraíba, que apresentaram os seguintes resultados: 111 positivos para AIE, equivalendo 1,81% dos exames realizados e um decréscimo de 0,31% em relação a 2011; 07 positivos para Mormo, equivalendo a 0,12% dos exames realizados e um decréscimo de 0,21% em relação a 2011. Foram sacrificados no total 88 equídeos, sendo 86 com AIE e 2 com MORMO, equivalendo, respectivamente, 97,72% (AIE) e 2,28% (Mormo) dos resultados positivos obtidos no ano. Os equídeos não sacrificados no período deverão ser abatidos em 2013.

Os restos a pagar processados referem-se às passagens aéreas que foram liquidadas e não pagas até 31/12, devido à inoperabilidade do sistema. O pagamento foi efetuado na primeira semana de janeiro/13, quando da disponibilidade do sistema. E os restos a pagar não processados diz respeito a aquisição de material de informática no final do exercício e não entregue pelo fornecedor até 31/12/12.

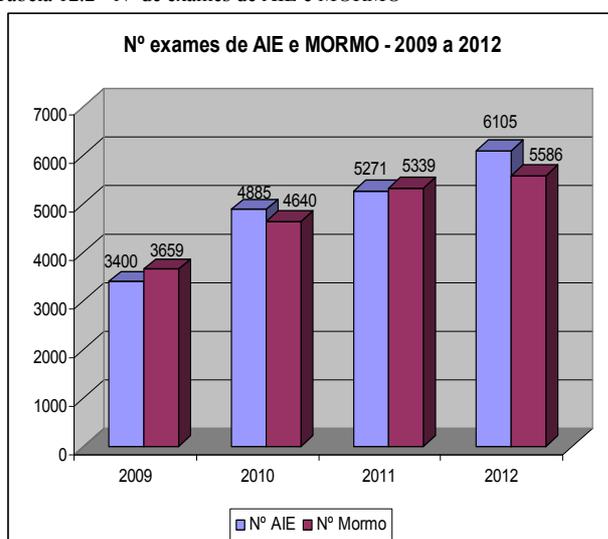
Tabela 12.1 - Informações sobre AIE e MORMO

Anos	AIE				MORMO			
	Exames	Positivos	Negativos	Sacrificados	Exames	Positivos	Negativos	Sacrificados
2009	3.400	52 (1,52%)	3.348	99	3.659	18 (0,49%)	3.641	18
2010	4.885	73 (1,49%)	4.812	73	4.640	16 (0,34%)	4.624	16
2011	5.271	112 (2,12%)	5.159	73	5.339	18 (0,33%)	5.321	09
2012	6.105	111 (1,81%)	5.994	86	5.586	7 (0,12%)	5.579	02
Diferença		decréscimo de 0,31%				decréscimo de 0,21%		

Fonte: SISA/DDA/SFA-PB

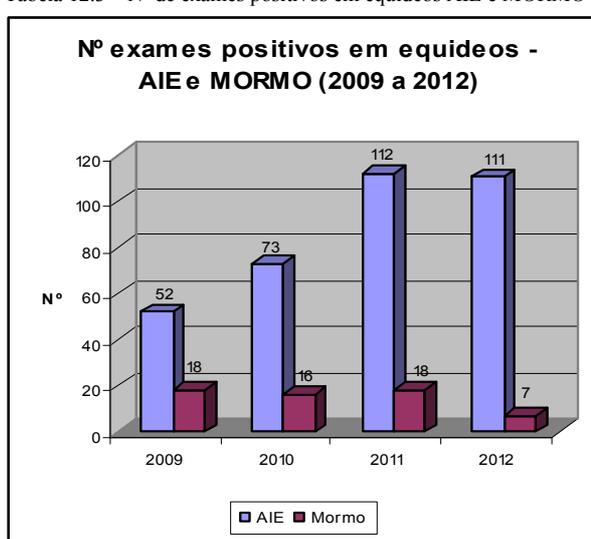
Dados do SISA-PB:

Tabela 12.2 - N° de exames de AIE e MORMO



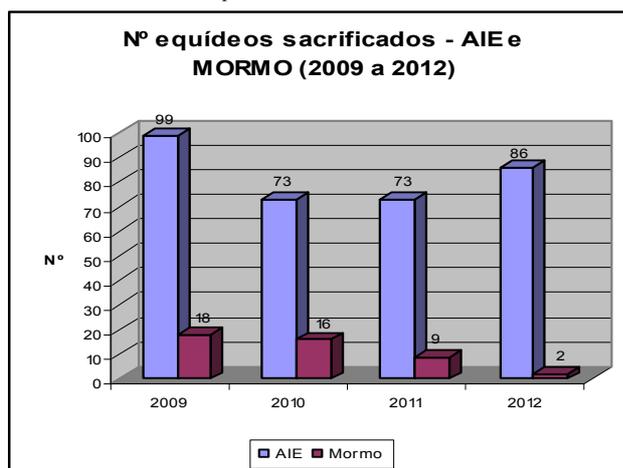
Fonte: SISA/DDA/SFA-PB

Tabela 12.3 – N° de exames positivos em equídeos AIE e MORMO



Fonte: SISA/DDA/SFA-PB

Tabela 12.4 - N° de equídeos sacrificados com AIE e MORMO



Fonte: SISA/DDA/SFA-PB

Para o Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias - PNCRH, também é delegada as ações para a SEDAP-PB, constando de cadastramento de propriedades rurais, monitoramento de abrigos de morcegos hematófagos, execução da vigilância em áreas ou propriedades de risco e atendimento aos focos da doença raiva ou outras encefalites; na vigilância ativa de colheita de ração com fins de identificação de proteína de origem animal na alimentação de ruminantes. Apresentamos à seguir dados de 2009 a 2012 do Programa Nacional de

Controle de Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias – PNCRH, onde comentamos especificamente os dois últimos anos, 2011 e 2012: Propriedades atendidas em 2012 foram 5.372 (decréscimo de 59,17% em relação a 2011); nº animais vacinados contra raiva – 280.235 (decréscimo de 40,43%); propriedades com ocorrência de raiva (foco) - 1 (decréscimo de 87,5%); diagnósticos laboratoriais com resultados positivos - 1 (decréscimo de 88,89%); morcegos hematófagos capturados – 3 (decréscimo de 89,66%); morcegos hematófagos tratados – 3 (decréscimo de 88,89%); colheita de ração – 1 (decréscimo de 91,67%). Os decréscimos observados nas atividades - propriedades atendidas, animais vacinados contra raiva, propriedades focos de raiva, nº de diagnósticos laboratoriais, morcegos hematófagos capturados e tratados e colheita de ração foram devidos a ocorrência de estiagem da região.

Tabela 12.5 - Informações sobre Raiva e outras Encefalopatias

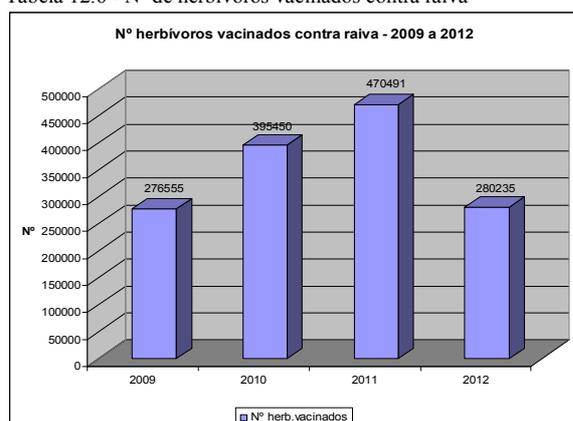
Anos	RAIVA E OUTRAS ENCEFALOPATIAS							Ração no cocho		
	Propried. atendidas	Animais vacinados	Propried. com foco	Animais Mortos	Diagnós. t. (+)	MH capturados	MH tratados	Colheita ração	Result. (+)	Sacrifícios bovinos
2009	6.620	276.555	03	05	03	14	02	-		
2010	9.973	395.450	17	17	17	12	09	15	03	17
2011	9.079	470.491	8	4	9	29	27	12	02	14
2012	5.372	280.235	1	-	1	3	3	1	1	117 (*)
Diferença	Decréscimo de 59,17 %	decréscimo de 40,43 %	decréscimo de 87,5 %		decréscimo de 88,9 %	decréscimo de 89 %	decréscimo de 88,9 %	decréscimo de 91,6 %	decréscimo de 50%	acréscimo de 835,7 %

Legendas: MH – Morcego hematófago
(*) Denúncia Ouvidoria

Fonte: SISA/DDA/SFA-PB

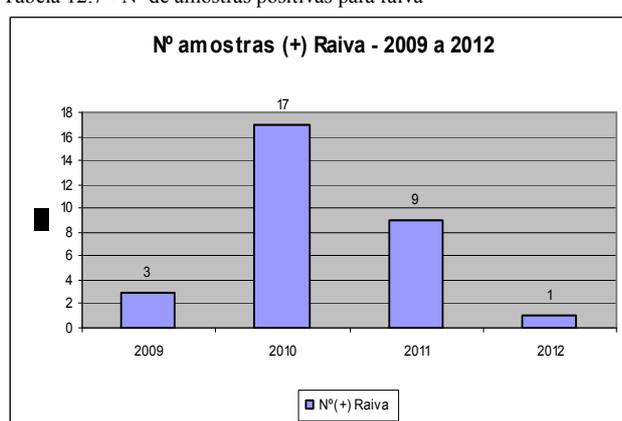
Outra ação delegada para o Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros – PNCRH ao Serviço Estadual de Defesa Agropecuária é a de fiscalização ativa em propriedades rurais, para identificação do uso indevido de proteína animal (cama de aviário e resíduos de suínos) na alimentação de ruminantes. A ação de colheita de amostras de ração, para este ano não foi executada pelo órgão executor, restringida apenas em uma única colheita (fiscalização passiva) de amostra, resultante da denúncia OUIDORIA nº 52.711, a qual apresentou detecção de subprodutos de origem animal ao teste de microscopia. A referida propriedade onde se constatou o uso de cama de aviário foi interdita e sacrificados todos os bovinos em número de 117, em estabelecimento fiscalizado pelo serviço de inspeção estadual (SIE), com aproveitamento de carcaça após a remoção e destruição de material de risco para encefalopatia espongiiforme bovina (EEB), conforme estabelecido pelo MAPA.

Tabela 12.6 - Nº de herbívoros vacinados contra raiva



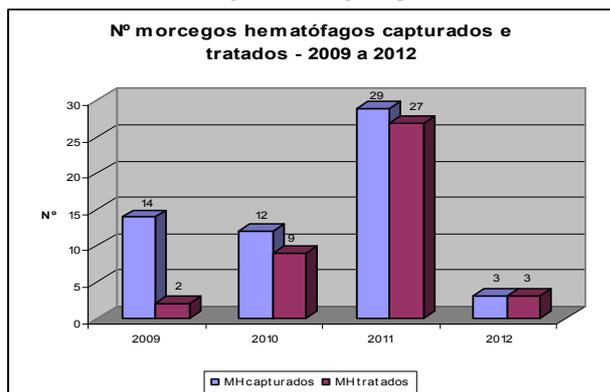
Fonte: SISA/DDA/SFA-PB

Tabela 12.7 - Nº de amostras positivas para raiva



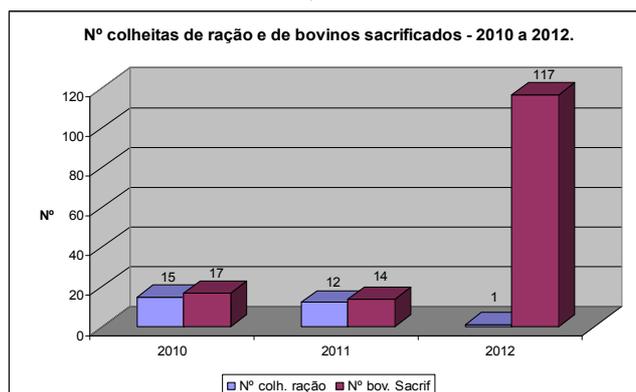
Fonte: SISA/DDA/SFA-PB

Tabela 12.8 - Nº de morcegos hematófagos capturados e tratados



Fonte: SISA/DDA/SFA-PB

Tabela 12.9 - Nº de colheitas de ração e de bovinos sacrificados



Fonte: SISA/DDA/SFA-PB

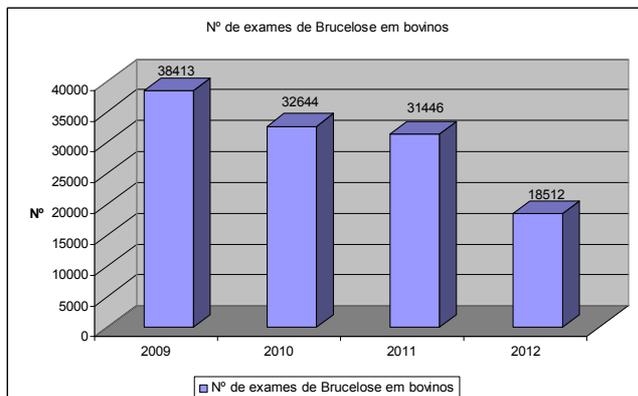
As ações referentes ao Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal executadas pelo Órgão Executor - SEDAP/PB, desde o sacrifício sanitário dos animais positivos, fiscalização de revendas de vacinas, entre outros, sob a supervisão e gerenciamento do SISA/PB. Comparando os dados de Brucelose Animal do ano de 2011 com os de 2012, constatamos: um decréscimo de 52,34% no nº de propriedades trabalhadas (7.233 para 3.786 = 3.447); um decréscimo de 41,14% (31.446 para 18.512 = 12.934) no nº de animais examinados; um decréscimo de 26,09 % (23 para 17 = 6) no nº de animais positivos; um decréscimo 32,79% (27.516 para 18.495 = 9.021) no nº de animais com resultados negativos; decréscimo de 21,89 % (5.884 para 4.596 = 1.288) no nº de rebanhos vacinados; um decréscimo de 25,96 % (21.289 para 15.763 = 5.526) no nº de bezerras vacinadas; um decréscimo de 41,18% (17 para 7 = 10) no nº de animais sacrificados.

Tabela 12.10 - Condensado dos relatórios de diagnóstico de brucelose - 2009 a 2012

CONDENSADO DOS RELATÓRIOS DE DIAGNÓSTICO DE BRUCELOSE - 2009 a 2012.							
ANO	Propriedades trabalhadas	Animais examinados	Animais positivos (%)	Animais negativos (%)	Rebanhos vacinados	Bezerras vacinadas	Nº Animais sacrificados
2009	5.913	38.413	208 (0,54%)	32.593	3.912	17.191	40
2010	6.996	32.644	51 (0,15%)	27.542	4.709	18.929	67
2011	7.233	31.446	23 (0,09%)	27.516	5.884	21.289	17
2012	3.786	18.512	17 (0,09)	18.495	4.596	15.763	10
Diferenças entre 2011 e 2012.	3.447 (decréscimo de 52,34%)	12.934 (decréscimo de 41,14 %)	6 (decréscimo de 26,09%)	9.021 (decréscimo de 32,79 %)	1.288 (decréscimo de 21,89%)	5.526 (decréscimo de 25,96 %)	7 (decréscimo de 41,18 %)

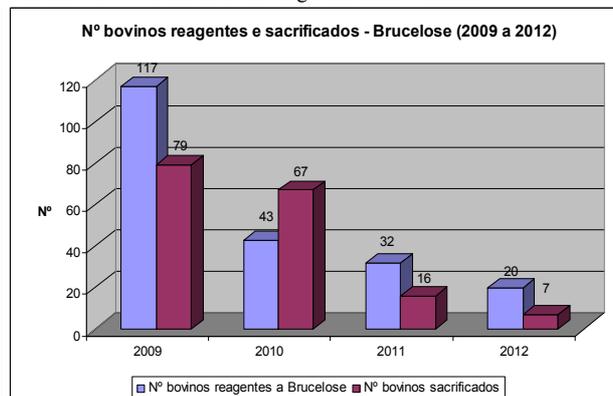
Fonte: SISA/DDA/SFA-PB

Tabela 12.11 - Nº de exames de brucelose em bovinos



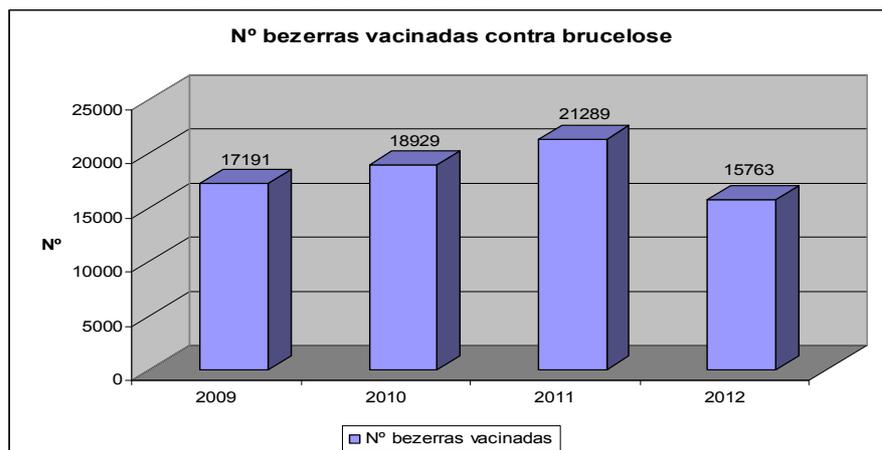
Fonte: SISA/DDA/SFA-PB

Tabela 12.12 - Nº de bovinos reagentes e sacrificados



Fonte: SISA/DDA/SFA-PB

Tabela 12.13 - Nº de bezerras vacinadas contra brucelose



Fonte: SISA/DDA/SFA-PB

Analisando os dados de Tuberculose Animal nos anos de 2011 e os de 2012, constatamos: um decréscimo de 50,8% no nº de propriedades trabalhadas (7.296 para 3.584 = 3.712); um decréscimo de 4,76% no nº de propriedades positivas (21 para 20 = 1); um decréscimo de 51,02% no nº de propriedades negativas (7.275 para 3.564 = 3.711); um decréscimo de 47,23% no nº de animais examinados (31.925 para 16.850 = 15.075); um decréscimo de 37,5 % no nº de animais positivos (32 para 20 = 12); um decréscimo de 47,24% no nº de animais negativos (31.894 para 16.830 = 15.064) e um decréscimo 56,25% no nº de animais sacrificados (16 para 7 = 9).

Tabela 12.14 - Condensado dos relatórios de diagnóstico de tuberculose

CONDENSADO DOS RELATÓRIOS DE DIAGNÓSTICO DE TUBERCULOSE - 2009 a 2012.							
ANO	Propriedades trabalhadas	Propried. Positivas (%)	Propried. Negativas (%)	Animais examinados	Animais positivos (%)	Animais negativos (%)	Nº Animais sacrificados
2009	8.099	50 (0,61%)	8.049 (99,39%)	31.631	117	31.514	79
2010	6.894	19 (0,27%)	6.875 (99,73%)	31.919	43	31.876	67
2011	7.296	21 (0,28%)	7.275 (99,72%)	31.925	32	31.894	16
2012	3.584	20 (0,55%)	3.564 (99,45%)	16.850	20	16.830	7
Diferenças entre 2011 e 2012.	3.712 (decréscimo de 50,8%)	01 (decréscimo 4,76%)	3.711 (decréscimo 51,02%)	15.075 (decréscimo de 47,23%)	12 (decréscimo de 37,5%)	15.064 (decréscimo de 47,24%)	9 (decréscimo de 56,25%)

Fonte: SISA/DDA/SFA-PB

Foi realizado um curso de Treinamento em Métodos de Diagnóstico da Brucelose e Tuberculose e outras Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis, em atendimento ao programa, com participação e habilitação de 20 médicos veterinários.

Tabela 12.15 – Outros dados de interesse do PNCEBT

OUTROS DADOS DE INTERESSE DO PNCEBT	
Nº de médicos veterinários cadastrados na SEDAP para vacinação de brucelose	102
Nº de médicos veterinários oficiais da SFA/PB/MAPA	10
Nº de médicos veterinários oficiais da SFA/PB/MAPA treinados	05
Nº de médicos veterinários oficiais do órgão executor – SEDAP/PB	61
Nº de médicos veterinários oficiais do órgão executor – SEDAP/PB treinados	21
Nº de médicos veterinários autônomos treinados em 2012	20
Total de cursos de treinamento do PNCEBT	01

Fonte: SISA/DDA/SFA-PB

As ações do Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos são também executadas pela SEDAP/PB, com supervisão e orientação do SISA/PB. No Estado da Paraíba não há granjas de reprodutores e comerciais, somente de "fundo de quintal". Durante o período houve o registro de 3 atendimentos a propriedades rurais no período.

Os recursos financeiros disponibilizados foram suficientes para a realização das atividades programadas, porém, há falta de fiscais federais agropecuários para atender a demanda nos diversos programas sanitários.

Um grande problema enfrentado por este SISA-PB na execução do PCEANIMAL, refere-se ao link da conexão na internet disponibilizado para toda superintendência em somente 1 MB, capacidade considerada insuficiente para o número de funcionários e quantidade de dados transitados na rede devido a demanda de serviço. Os sistemas informatizados implantados no MAPA não são facilmente operacionais e alguns notadamente não foram devidamente testados antes do início da operacionalização, atrasando e dificultando sobremaneira os trabalhos já comprometidos devido o baixo número de servidores.

Quanto aos entraves detectados nas ações delegadas ao órgão executor, estão relacionados ao número insuficiente de funcionários para atender a demanda de serviços, salários muito baixos, como consequência um corpo técnico desmotivado, comprometendo substancialmente o desenvolvimento das ações, dentre elas vários relatórios técnicos que se encontram em atraso, comprometendo inclusive o fechamento dos relatórios anuais deste Serviço.

O relatório a seguir é do antigo **PI VIGIZOO** cujas atividades foram absorvidas pelo **PI PCEANIMAL** no atual PPA 2012-2015.

Tabela 12.16 – Resultados alcançados da ação – PI VIGIZOO

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1. Supervisão/Auditoria Posto de Vigilância Agropecuária.	05	Unid.
1.2. Treinamento para emissão de certificado de inspeção sanitária	01	Unid.
1.3. N.º de médicos veterinários treinados para emissão de certificado de inspeção sanitária	09	Unid.
1.4. Eventos pecuários fiscalizados (Descentralizado).	434	Unid.
1.5. Animais fiscalizados nos eventos pecuários (Descentralizado).	167.500	Unid.
1.6. Acompanhamento de embarque de animais (Descentralizado).	13	Unid.
1.7. Fiscalização dos animais embarcados (Descentralizado).	91	Unid.

Fonte: SISA/DDA/SAF-PB e SEDAP/PB.

Análise Crítica de Desempenho

A Ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos tem como principal objetivo manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos nacionais, protegendo áreas reconhecidas como livres de agentes causadores de doenças.

A execução é descentralizada, para o serviço de defesa sanitária animal do Estado e médicos veterinários da iniciativa privada, (estes, credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para emitirem certificados de inspeção sanitária de produtos de origem animal não comestíveis).

Nesta ação também foram utilizados recursos financeiros da Febre Aftosa, visto que a maioria das atividades é concomitante, isto é, as supervisões das ações delegadas são realizadas de modo geral e não especificamente do trânsito animal, seus produtos e subprodutos.

Tabela 12.17 - Guia de trânsito animal emitida

TRÂNSITO ANIMAL – GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL (GTA) EMITIDA NO ANO DE 2012						
ANIMAIS	TRÂNSITO INTRAESTADUAL		TRÂNSITO INTERESTADUAL		TRÂNSITO TOTAL	
	N.º ANIMAIS	N.º GTA	N.º	N.º GTA	N.º	N.º

			ANIMAIS		ANIMAIS	GTA
Bovideos	413.823	73.623	36.847	4.241	450.670	77.864
Equídeos	419	169	3.197	1.311	3.616	1.480
Ovinos	111.619	7.532	24.096	2.979	135.715	10.511
Caprinos	47.323	3.935	12.598	1.084	59.921	5.019
Suídeos	13.416	2.356	2.102	156	15.518	2.512
Animais de Laboratório	-	-	30	2	30	2
Lagomorfos	-	-	11	3	11	3
Animais Silvestres	5	5	7	4	12	9
TOTAL	586.605	87.620	78.888	9.780	665.493	97.400

Fonte: SEDAP-PB

Tabela 12.18 - Trânsito de Produtos e Subprodutos de Origem Animal - CIS Emitido - 2012

TRÂNSITO DE PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – CERTIFICADO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA EMITIDO NO ANO DE 2012 POR MÉDICOS VETERINÁRIOS DA INICIATIVA PRIVADA CREDENCIADOS PELO MAPA												
Pele Bovina Salgada				Pele Caprina Salgada			Pele Ovina Salgada			Total		
	Qde	Peso	CIS-E	Qte	Peso	CIS-E	Qte	Peso	CIS-E	Qte	Peso	CIS-E
BA	1.400	40.000	04	3.500	5.250	02	5.000	10.000	01	9.900	55.250	07
CE	14.301	400.514	19	-	-	-	-	-	-	14.301	400.514	19
GO	14.030	404.130	11	-	-	-	-	-	-	14.030	404.130	11
MA	4.877	126.000	05	-	-	-	-	-	-	4.877	126.000	05
MG	24.125	660.000	37	-	-	-	-	-	-	24.125	660.000	37
MS	1.430	37.000	01	-	-	-	-	-	-	1.430	37.000	01
MT	1.285	36.000	01	-	-	-	-	-	-	1.285	36.000	01
PA	1.250	35.000	01	-	-	-	-	-	-	1.250	35.000	01
PE	39.377	1.102.400	79	24.150	40.250	15	48.410	86.120	04	111.937	1.228.770	98
PI	0	0	-	2.612	5.224	01	3.895	7.790	00	6.507	13.014	01
PR	21.360	572.000	30	-	-	-	-	-	-	21.360	572.000	30
RJ	9.286	230.000	07	-	-	-	-	-	-	9.286	230.000	07
RS	12.178	320.000	10	-	-	-	-	-	-	12.178	320.000	10
SP	97.158	2.600.700	84	-	-	-	-	-	-	97.158	2.600.700	84
TO TA L	242.057	6.563.744	289	30.262	50.724	18	57.305	103.910	05	329.624	6.718.378	312

Fonte: SEDAP/PB

Tabela 12.19 – Fiscalização nos postos fixos - 2012

FISCALIZAÇÃO NOS POSTOS FIXOS - 2012		
ANIMAIS	N.º ANIMAIS	N.º VEÍCULOS
BOVINOS	27.011	1.837
BUBALINOS	73	05
OVINOS	7.411	298
CAPRINOS	1.962	124
SUÍNOS	5.614	133
EQUINOS	4.686	1.357
MUARES	24	10
ASININOS	02	02
GALINHAS	2.032.904	627
PINTOS DE UM DIA (GALINHA)	6.588.816	374
OVOS FÉRTEIS (GALINHA)	8.738.415	169
ADULTO (PEIXE)	53	3
ALEVINO (PEIXE)	4.218.550	04
ADULTO (CRUSTÁCEO)	14.205	11

LARVA (CRUSTÁCEO)	2.800.000	02
PÓS LARVA (CRUSTÁCEO)	78.199.000	51
PÓS LARVA (MOLUSCO)	500.000	01
TOTAL	103.138.726	5.008
PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL		
	QUANTIDADE	VEÍCULO
PRODUTOS CÁRNEOS (ton.)	160.701	1.866
PRODUTOS LÁCTEOS (ton.)	2.714	339
PESCADOS (ton.)	1.265	156
COUROS E PELES (ton.)	606	36
OVOS (dúzia)	3.895.601	734
CAMA DE FRANGO (ton.)	747	40
TOTAL DE VEÍCULOS FISCALIZADOS:		3.171
INSUMOS AGROPECUÁRIOS		
	QUANTIDADE	VEÍCULO
RAÇÃO ANIMAL (ton.)	46.763	3.405
PRODUTOS BIOLÓGICOS (dose)	8.455	03
TOTAL DE VEÍCULOS FISCALIZADOS:		3.408

Fonte: SEDAP/PB

Tabela 12.20 – Fiscalização volante - 2012

FISCALIZAÇÃO VOLANTE - 2012		
ANIMAIS	N.º ANIMAIS	N.º VEÍCULOS
BOVINOS	809	161
BUBALINOS	00	00
OVINOS	2.050	100
CAPRINOS	1.090	72
SUÍNOS	128	27
EQUINOS	00	00
MUARES	00	00
ASININOS	00	00
GALINHAS	500	01
TOTAL	4.577	361
PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL		
	QUANTIDADE	N.º VEÍCULOS
PRODUTOS LÁCTEOS (ton.)	01	01
OVOS (dúzia)	5.700	02
TOTAL DE VEÍCULOS FISCALIZADOS:	364	
TOTAL DE AUTOS DE INFRAÇÃO EMITIDOS:	03	

Fonte: SEDAP/PB

◆ OBJETIVO 0570 - Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros.

Unidade responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA / MAPA

◆ INICIATIVA: Código 0277 - Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal.

◆ AÇÃO: 4723 - Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal – RESÍDUOS

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ								
Identificação da Ação								
Código	4723							
Descrição	Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal							
Iniciativa	Código 0277 - Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal.							
Unidade Responsável	CRC/DAS/MAPA							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)								
Natureza de Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Perc. Utilizado (%)
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
*	-	-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Ação								
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira			
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada		
01	Coletar amostras para controlar os níveis de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal	Análise realizada (Unid)	47	44	-	-		

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIPLAN/SISA

* Não foi descentralizado crédito orçamentário para o PI RESÍDUOS.

Resultados

Tabela 13 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
4723 – Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal.	RESÍDUOS	Análise realizada (Unid)	169	47	44	93,62
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
01. Monitoramento de produto de origem animal.	RESÍDUOS	Monitoramento realizado (Unid)	169	47	44	93,62
ATIVIDADE		Quantidade		Unidade		
1.1. Coleta de amostra.		44		Unid.		
1.2 Amostras analisadas.		31		Unid.		
1.3 Amostras com violação		01		Unid.		
1.3 Amostras descartadas/não recebidas.		13		Unid.		

Fonte: SISA/DDA/SFA-PB

Análise Crítica de Desempenho

As exportações brasileiras de produtos de origem animal têm como uma garantia a execução do Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes, como também, destina-se a

garantir que os produtos destinados ao comércio interno sejam livres de resíduos e contaminantes, com vistas a preservar a saúde dos consumidores.

As amostras são colhidas mediante sorteio com base estatística e encaminhadas para os laboratórios que são designados e que participam do programa. Anualmente, o escopo analítico do programa é elaborado pela Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes (CCRC) e publicado pela Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA).

Para o Estado da Paraíba foram sorteadas 47 amostras de produtos com vistas à realização das análises, destas, 44 amostras foram coletadas, das quais, 31 amostras (70,45%) foram efetivamente analisadas e apresentaram resultados dentro dos padrões estabelecidos, exceto uma amostra que apresentou violação (2,27%), para a qual foram estabelecidos dois subprogramas de investigação, um no DIPOA e outro no DFIA, tendo sido adotadas as providências previstas na legislação. Foram descartadas ou não chegaram aos laboratórios indicados, 13 amostras (29,55%), devido, na maioria dos casos, a problemas no envio, como, dificuldades de logística, distância dos laboratórios indicados, atraso na entrega por parte dos correios, por se tratar de amostras são perecíveis que necessitam ser mantidas congeladas. Três amostras deixaram de ser coletadas (6,38%) por falta de matéria-prima em estabelecimentos sorteados motivado pela seca que assola o Nordeste.

Não foi disponibilizado orçamento no PI RESIDUOS, as atividades foram desenvolvidas com os recursos do PI INSPANIMAL3, tendo sido atendida a demanda, a qual dependeu do sorteio aleatório com base estatística e parâmetros definidos pela Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes do MAPA (CCRC).

- ◆ INICIATIVA: Código 0278 - Inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal.
- ◆ AÇÃO: 8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal – INSPANIMAL3

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ								
Identificação da Ação								
Código		8938						
Descrição		Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal						
Iniciativa		Código 0278 - Inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal						
Unidade Responsável		DIPOA/SDA						
Unidade Orçamentária		22101 - MAPA						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)								
Natureza de Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Perc. Utilizado (%)
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3390.14	31.236,46	31.236,46	31.236,46	31.236,46	-	-	31.236,46	100,00
3390.30	20.398,19	20.398,19	19.203,56	18.416,32	-	787,24	18.416,32	94,14
3390.33	4.713,70	4.713,70	4.616,25	4.616,25	-	-	4.616,25	97,93
3390.39	3.741,28	3.741,28	3.741,28	3.741,28	-	-	3.741,28	100,00
3390.47	575,95	575,95	575,95	575,95	-	-	575,95	100,00
3390.93	167,00	167,00	105,00	105,00	-	-	105,00	62,87
TOTAL	60.832,58	60.832,58	59.478,50	58.691,26	-	787,24	58.691,26	97,77
Metas do Exercício Para a Ação								
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		Realizada	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada		
01	Inspeccionar e fiscalizar estabelecimentos de produtos de origem animal.	Estabelecimento inspecionado (Unid.)	16	16	60.832,58		59.478,50	

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIPLAN/SISA

Resultados

Tabela 14 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
8938 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal.	INSPANIMAL3	Estabelecimento Inspeccionado (Unid.)	19	16	16	100
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
01. Fiscalização de estabelecimentos de produtos e subprodutos de origem animal	INSPANIMAL3	Fiscalização Realizada (Unid.)	192	179	194	108
ATIVIDADE		Quantidade	Unidade			
1.1. Supervisão em Estabelecimento de Carnes e Ovos.		04	Unid.			
1.2. Supervisão em Estabelecimento de Leite e Derivados.		07	Unid.			
1.3. Supervisão em Estabelecimento de Pescado e Derivados.		02	Unid.			
1.4. Supervisão em Estabelecimento de Mel e Produtos Apícolas.		01	Unid.			
1.5. Inspeção de Leite de Consumo.		9.959.979	L			
1.6. Inspeção de Carnes e Derivados.		36.411.003	Kg			
1.7. Inspeção de Leite e Derivados.		35.633.955	Kg			
1.8. Inspeção de Pescado e Derivados.		866.807	Kg			
1.9. Inspeção de Ovos.		201.531.690	Unid.			
1.10. Inspeção de Mel e Derivados.		15.254	Kg			
1.11. Análise Laboratorial de Carnes, Derivados e Ovos.		200	Unid.			
1.12. Análise Laboratorial de Leite e Derivados.		146	Unid.			
1.13. Análise Laboratorial de Pescado e Derivados		04	Unid.			
1.14. Análise de Água.		05	Unid.			
1.15. Fiscalização no Comércio Varejista e Casa Atacadista.		26	Unid.			
1.16. Capacitação de Técnicos.		02	Unid.			
1.17. Auto de Infração.		43	Unid.			
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
02. Coletas de Amostras para Análises Fiscais de Produtos de Origem Animal	INSPANIMAL3	Produto Analisado (Unid.)	300	350	355	118,33
ATIVIDADE		Quantidade	Unidade			
2.1. Produtos em conformidade		300	Unid.			
2.2. Produtos fora dos padrões.		55	Unid.			
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
03. Registro de Estabelecimentos	INSPANIMAL3	Estabelecimento Registrado	01	01	01	100

Produtos e Subprodutos de Origem Animal	(Unid.)				
ATIVIDADE	Quantidade	Unidade			
3.1. Vistoria de Terreno.	35	Unid.			
3.2. Emissão de Laudo de Vistoria de Terrenos.	35	Unid.			
3.3. Emissão de Títulos de Registro de Estabelecimento Relacionado.	01	Unid.			
3.4. Processos Encaminhados para Registro no DIPOA.	-	Unid.			

Fonte: SISA/DDA/SFA-PB

Análise Crítica de Desempenho

A ação “Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal” tem por objetivo garantir a inspeção dos produtos e subprodutos de origem animal através da inspeção permanente, da inspeção periódica, coleta de produtos para análises fiscais, realização de supervisões e auditorias. Apesar da redução na descentralização dos recursos e da limitação dos deslocamentos dos servidores, as metas do SIPLAN e as propostas no Plano Operativo foram atendidas em sua maioria.

Foram descentralizados R\$ 60.832,58, dos quais aplicamos R\$ 59.478,50 (cinquenta e nove mil e quatrocentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos) que correspondeu a 97,77% destes recursos. Concluiu-se que os recursos aplicados em 2012 foram equivalentes aos recursos que foram aplicados em 2011, não tendo havido descentralização de recursos para aquisição de materiais permanentes, fato também ocorrido em 2011.

A meta física constante do SIPLAN, estabelecimento inspecionado, é não cumulativa, a qual não teve problemas na sua execução, pois, os estabelecimentos registrados sob SIF foram inspecionados, fiscalizados e supervisionados rotineiramente durante todo o ano de 2012, não tendo ocorrido problemas na execução dessa meta.

Desde 2009, sob orientação do DIPOA/SDA, a inspeção e fiscalização dos estabelecimentos vêm sendo executada pelos fiscais e agentes de inspeção através da verificação oficial dos programas de autocontroles destes estabelecimentos, portanto, deu-se prosseguimento a utilização desta ferramenta durante o ano de 2012. Cumpriu-se também o programa de supervisões técnico-higiênico-sanitárias nos estabelecimentos.

O estabelecimento Guaraves Guarabira Aves Ltda passou por auditoria por fiscal designado pelo DIPOA e acompanhado de fiscal do SISA/DDA/SFA-PB para a verificação das condições técnico e higiênico-sanitárias do mesmo, bem como foi realizada auditoria na sede da Inspeção Local (SIF).

O SISA/DDA/SFA-PB (Serviço de Inspeção e Saúde Animal) continuou intensificando a verificação da qualidade e a conformidade dos produtos elaborados por empresas sob SIF na Paraíba e de outros estados da federação através da coleta de amostras para a realização de análises fiscais. Para os produtos que se apresentaram fora dos padrões foi estabelecido o devido procedimento administrativo para apuração das infrações à legislação.

Foram realizadas viagens para atender solicitações do DIPOA, no entanto, os recursos foram descentralizados pelo setor responsável pela convocação, não gerando despesas contabilizadas na SFA-PB.

Ressaltamos que os recursos começaram a ser descentralizados a partir de janeiro de 2012, não tendo havido contingenciamento dos mesmos nos meses subseqüentes, no entanto, o Decreto nº 7.689/2012 estabeleceu no âmbito do Poder Executivo Federal, limites e instâncias de governança para a realização de gastos com diárias e passagens o que dificultou a realização de muitas ações.

Foram convocadas duas reuniões pelo DIPOA, uma da área de leite e outra do pescado para avaliar a execução da verificação oficial dos autocontroles e repassar orientações dessas divisões para implementação por parte dos Serviços nos estados.

Como fato relevante ocorrido em 2012, houve a participação deste Serviço em uma ação conjunta por solicitação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), com a participação dos técnicos desse Ministério, da DILEI/CGI/DIPOA e do Serviço de Inspeção Estadual (SIE-PB) para avaliar os estabelecimentos beneficiadores de leite registrados no SIE que forneciam leite para o Programa do Leite da Paraíba, o qual estava suspenso devido à deflagração da operação Almatéia pela Polícia Federal de detectou irregularidades referido Programa. Foram coletadas 16 amostras de leite para análises fiscais e realizada inspeção de 17 estabelecimentos.

Quanto às ações referentes ao SISBI - Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal, integrado pelo SUASA – Sistema Unificado de Atenção a Saúde Agropecuária, houve a participação de Fiscais Federais Agropecuários em dois seminários nacionais, onde foram apresentadas propostas para o aumento das adesões ao sistema e revisão das normas e procedimentos a ser seguidos pelos gestores estaduais. Este sistema tem o objetivo aumentar a eficiência dos serviços de inspeção dos municípios e estados com vistas ao desenvolvimento e organização das atividades envolvendo produtos de origem animal e a preservação da saúde da população.

O quadro de pessoal que atuam no Serviço de Inspeção Federal na Paraíba encontra-se bastante reduzido e com servidores próximos da aposentadoria necessitando de uma recomposição urgente para atender as demandas crescentes do serviço.

Parte dos valores com restos a pagar não processados referem-se a aquisição de material no final do exercício e o fornecedor não entregou até 31/12/12. O restante diz respeito a suprimento de fundo, prestado conta no final do exercício e devido a inoperabilidade do sistema não foi possível anular o empenho. A referida anulação ocorreu em janeiro/13, quando da disponibilidade do sistema.

II. Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV

Equipe de Trabalho:

João Berquimas de Andrade - Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário - Chefe
José Ribamar Vidal – Engenheiro Agrônomo – Fiscal Federal Agropecuário
Carlos Henrique de Farias Ximenes – Engenheiro Agrônomo – Fiscal Federal Agropecuário
Gecemar Cordeiro Júnior – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário
Edson Arnaldo Cavalcanti Loureiro - Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário
Valter José de Freitas Holanda – Engenheiro Agrônomo – Fiscal Federal Agropecuário
Raimundo Luiz da Silva – Engenheiro Agrônomo – Fiscal Federal Agropecuário
Walkyr Henriques de Araújo – Fiscal Federal Agropecuário
Divaldo da Silva Cunha – Fiscal Federal Agropecuário
Valdemyr Soares de Oliveira – Agente de Atividade Agropecuária
Jamir Mascena de Souza – Engenheiro Agrônomo – Fiscal Federal Agropecuário
Maristela Amaral M. Souza – Agente de Atividade Agropecuária

UTRA Campina Grande:

Adriana Araújo Costa Truta - Engenheira Agrônoma - Fiscal Federal Agropecuário
Alexandre Agra Duarte – Engenheiro Agrônomo – FFA

Apoio Administrativo:

João Bosco Mariz Martins – Assistente Administrativo
Maria Auxiliadora Silva da Cunha – Terceirizada
Rosalina Feitosa dos Santos Nóbrega – Terceirizada
Roberta Félix Paulino - Terceirizada

➤ PROGRAMA: 2028 – Defesa Agropecuária

◆ OBJETIVO 0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.

Unidade responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA / MAPA

◆ INICIATIVA: Código 012H - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais.

ACÇÃO: 2134 – VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE VEGETAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS – VIGIFITO1

ACÇÃO: 8572 – PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE PRAGAS DOS VEGETAIS – PCEVEGETAL

ACÇÃO: 4738 – ERRADICAÇÃO DA MOSCA DA CARAMBOLA – ERRADMOSCA1

◆ ACÇÃO: 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, Seus Produtos e Insumos – VIGIFITO1

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ								
Identificação da Ação								
Código		2134						
Descrição		Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, Seus Produtos e Insumos						
Iniciativa		Código 012H - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais						
Unidade Responsável		DSV/SDA/MAPA						
Unidade Orçamentária		22101 - MAPA						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)								
Natureza de Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Perc. Utiliz (%)
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3330.41	99.500,00	99.500,00	99.500,00	99.500,00	-	-	99.500,00	100,00
3390.14	47.593,05	47.593,05	45.698,71	45.698,71	-	-	45.698,71	96,02
3390.30	5.677,85	5.677,85	5.649,88	2.409,23	-	3.240,65	2.409,23	99,51
3390.33	8.960,00	8.960,00	7.692,67	7.692,67	-	-	7.692,67	85,86
3390.39	172,50	172,50	172,50	172,50	-	-	172,50	100,00
TOTAL	161.903,40	161.903,40	158.713,76	155.473,11	-	3.240,65	155.473,11	98,03
Metas do Exercício Para a Ação								
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		Prevista	Realizada
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada		
01	Fiscalizar ações de vigilância do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos, executado pelo OEDSV/PB	Fiscalização Realizada (Unid.)	22	34	22.068,00	8.676,15		

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIPLAN/SISV

Resultados

Tabela 15 – Resultados alcançados da ação

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos (Ação descentralizada)	VIGIFITO1	Fiscalização Realizada (Unid.)	7.000	7.000	8.201	117,17
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			

			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
01. Capacitação Técnica.	VIGIFITO1	Capacitação Realizada (Unid.)	1	1	-	-
ATIVIDADE			QUANTIDADE		UNIDADE	
1.1. Cursos e Palestras Ministrados .			03		Unid.	
1.2. Participação em Reuniões Técnicas.			14		Unid.	
1.3. Participação em Curso/Treinamento/Capacitação.			00		Unid.	
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
02. Fiscalização de Vegetais e Seus Produtos.	VIGIFITO1	Fiscalização Realizada (Unid.)	22	22	34	154,54%
ATIVIDADE			QUANTIDADE		UNIDADE	
2.1.Fiscalização/Acompanhamento de convênio e das demais ações realizadas pelo OEDSV.			27		Unid.	
2.2. Fiscalização/supervisão em barreiras fitossanitárias			7		unid	
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
03. Certificação Fitosanitária.	VIGIFITO1	Certificação Realizada (Unid)	22	22	23	104,54
ATIVIDADE			QUANTIDADE		UNIDADE	
3.1. Fiscalização na emissão de PTV realizada pelo OEDSV.			23		Unid.	
3.2. Fiscalização no controle da emissão de CFO realizadas pelo OEDSV.			23		Unid.	
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
04. Fiscalização da empresa credenciada para realização de tratamento quarentenário em embalagens de madeira.	VIGIFITO1	Fiscalização Realizada (Unid.)	157	157	12	7,64
ATIVIDADE			QUANTIDADE		UNIDADE	
4.1. Fiscalização de tratamento fitossanitário com fins quarentenários.			12		Unid.	

Fonte: SISV/DDA/SFA-PB

Análise Crítica de Desempenho

A ação 2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos, tem como finalidade garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira, exercendo o controle da certificação fitossanitária e o controle do trânsito interestadual de seus produtos. A ação é de implementação direta e descentralizada através da cooperação técnica com as instâncias estaduais para o trato da vigilância

e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional. Ocorre por meio de celebração de convênios, com órgãos públicos estaduais de defesa fitossanitária, que aportam serviços de profissionais especializados, equipamentos, e infra-estrutura física, como contrapartida de uma proposta de convênio apresentada. Não é uma ação prioritária na LDO.

O Produto da Ação é fiscalização realizada no Sistema Integrado de Planejamento – SIPLAN, com meta cumulativa da ação de vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais e seus produtos executado pelo Órgão Estadual de Defesa Sanitária Vegetal, que no Estado da Paraíba é a Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca – SEDAP-PB, conforme Lei N. 8.171 de 17 de janeiro de 1991, alterada pela Lei 9.712 de 20 de novembro de 1998 e regulamentada pelo Decreto N. 5.741 de 30 de março de 2006 que organiza o Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUASA). A SEDAP-PB no exercício 2012 realizou fiscalização em 8.201 partidas vegetais, atingindo 117,15 % da meta inicial de 7.000 partidas inspecionadas.

Para verificar o cumprimento da legislação de Sanidade Vegetal e visando a necessária articulação institucional para promover a integração de ações, o SISV-PB realizou fiscalizações periódicas nas ações de defesa sanitária vegetal, executadas pela SEDAP-PB, em Postos de Vigilância Agropecuária (PVA's) e Unidades Locais de Sanidade Animal e Vegetal (ULSAV's) distribuídos em todo o Estado da Paraíba. Durante o exercício 2012 foram realizadas 34 fiscalizações das ações desenvolvidas pelo OEDSV, na execução das atividades de Defesa Sanitária Vegetal, sendo 07 em PVA's e 27 em ULSAV's, para verificar a conformidade das ações desenvolvidas com a legislação em vigor e o cumprimento das metas pactuadas através do convênio nº 755951/2011, atingindo assim 154,54% da meta prevista para o exercício, que era de 22 fiscalizações. A programação de fiscalização da certificação fitossanitária exercida pelo OEDSV foi plenamente atingida.

A capacitação técnica programada dentro do PI VIGIFITO não foi cumprida devido a cortes no orçamento do DSV, mas foram realizadas outras atividades dentro do processo de capacitação técnica, como a participação em 14 reuniões técnicas e cursos e treinamentos realizados a convite do OEDSV e UFPB, ministrando as seguintes palestras:

a) Participação na reunião Técnica para Fiscais Agropecuários Estaduais realizado pela SEDAP-PB,

Foram ministradas as seguintes palestras:

- Execução de Convênios e Portal de Convênios do Governo federal - SICONV
- Diretrizes para a realização de levantamento fitossanitário;

b) Participação em Curso de Pós-Graduação da UFPB/CCA

▪ Palestra “A importância da Sanidade Vegetal para o Agronegócio” para pós graduandos na UFPB/CCA, alunos da disciplina patologia de sementes.

O SISV-PB realiza a fiscalização de empresas credenciadas para tratamento fitossanitário com fins quarentenários no Estado da Paraíba, tendo realizado, no exercício 2012, 12 fiscalizações e acompanhamento de tratamentos quarentenários, realizados por empresas cadastradas. Tendo em vista a baixa movimentação da atividade de Importação por Empresas atuantes no Estado da Paraíba, informamos o reduzido nº de 12 fiscalizações da atividade de tratamento fitossanitário com fins quarentenários realizadas neste SISV/DDA/SFA-PB.

Para o Estado da Paraíba, destacamos o trânsito dos seguintes produtos vegetais possíveis veiculadores de pragas quarentenárias A2 de importância econômica para o nosso Estado e a quantidade fiscalizada pelo Órgão executor no exercício 2012: banana (5.718,6 ton.), citros (7.194,1 ton.), mamão (3.159,5 ton.), maracujá (549,6 ton.) e uva (437,2 ton.), constantes nas 8.201 partidas fiscalizadas.

A aprovação de um convênio plurianual (2011-2015) foi o principal avanço da defesa sanitária vegetal no exercício 2012. Os principais problemas enfrentados pela Defesa Sanitária Vegetal no Estado da Paraíba são a falta de pessoal qualificado nas barreiras fitossanitárias interestaduais e um maior número de engenheiros agrônomos capacitados para execução plena das atividades necessárias nas ULSAVs, visando assegurar ao Estado a prevenção da entrada de pragas

de importância econômica para a nossa agricultura, bem como o controle efetivo das pragas quarentenárias já presentes no Estado. Visando solucionar estas questões, esperamos que a execução plena do convênio plurianual SEDAP/SFA-PB 2011-2015, que assegura a continuidade das ações de defesa, e em contrapartida que o Governo do Estado contrate o pessoal já concursado e possa ainda realizar novos concursos para suprir a demanda por pessoal.

Apesar do contingenciamento de recursos sofridos pelo DSV, os recursos humanos, financeiros e materiais disponibilizados no exercício 2012 para o SISV-PB foram suficientes para a execução das atividades mais relevantes, como acompanhamento de convênios, porém a capacitação técnica ficou prejudicada.

Da dotação recebida pelo PI VIGIFITO em diárias, parte foi oriundo de transferência de crédito orçamentário da SFA/PE. Do montante de R\$ 45.698,71, empenhado para pagamento de diárias, apenas R\$ 6.094,42 foram utilizados em atividades desenvolvidas pelo SISV-PB, correspondendo a 13,13 % desse montante. O SISV-PB não adquiriu passagens aéreas no exercício. O valor de R\$ 7.692,67 foram utilizados integralmente pela SFA-PE. Esse fato ocorreu devido à ausência de contrato de aquisição de passagem aérea por aquela Unidade Gestora.

Para o preenchimento do quadro da Execução Orçamentária e Financeira da Ação não consideramos como meta financeira prevista e realizada o montante recebido referente ao repasse do convênio nº 755951/2011 no valor de R\$ 99.500,00 e as despesas com deslocamento da SFA/PE no valor de R\$ 47.296,96, por não impactar diretamente na realização da meta física desempenhadas pelo VIGIFITO/SISV/PB.

Este PI registrou despesa em restos a pagar não processados referente à material de informática e substituição de porta de vidro no ambiente de trabalho, onde são desenvolvidas as atividades de fiscalização de trânsito interestadual de produtos vegetais. Os fornecedores não entregaram os produtos no exercício financeiro.

♦ AÇÃO: 8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais – PCEVEGETAL

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ								
Identificação da Ação								
Código	8572							
Descrição	Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais							
Iniciativa	Código 012H - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais							
Unidade Responsável	DSV/SDA							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)								
Natureza de Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Perc. Utiliz. (%)
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3330.41	176.470,00	176.470,00	176.470,00	176.470,00	-	-	176.470,00	100,00
3390.14	14.006,50	14.006,50	10.732,61	10.732,61	-	-	10.732,61	76,63
3390.30	1.998,91	1.998,91	1.752,22	752,22	-	1.000,00	752,22	87,66
3390.33	4.600,00	4.600,00	3.112,06	3.112,06	-	-	3.112,06	67,65
3390.36	1.911,60	1.911,60	1.911,60	1.911,60	-	-	1.911,60	100,00
3390.39	800,00	800,00	800,00	800,00	-	-	800,00	100,00
3390.47	571,16	571,16	571,16	571,16	-	-	571,16	100,00
TOTAL	200.358,17	200.358,17	195.349,65	194.349,65	-	1.000,00	194.349,65	97,50

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalizar a prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais, executado pelo OEDSV	Área controlada (Ha.)	142.223	142.223	21.688,11	16.218,75

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIPLAN/SISV

Resultados

Tabela 16 – Resultados alcançados da ação

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais	PCEVEGETAL	Área Controlada (Ha.)	142.223	-	142.223	100
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
01. Supervisão, acompanhamento e fiscalização das ações de defesa sanitária vegetal executadas pelo OEDSV para levantamento e monitoramento de pragas quarentenárias.	PCEVEGETAL	Fiscalização realizada	Meta prevista	Corrigida	Meta realizada	%
			11	11	27	245,45
ATIVIDADE			Quantidade	Unidade		
1.1. Supervisão do levantamento fitossanitário para delimitação da ocorrência da praga quarentenária pres. (A2) e demais ações de defesa executadas pelas ULSAVs (Ação Direta).			27	Unid.		
1.2. Fiscalização e acompanhamento de convênio (Ação Direta).			25	Unid.		
1.3. Participação em Reunião técnica (Ação Direta).			12	Unid.		
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
02. Prevenção, Controle e Erradicação das pragas da Palma Forrageira.	PCEVEGETAL	Área Controlada (Ha.)	Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
			65.000	65.000	65.000	100
ATIVIDADE			Quantidade	Unidade		
2.1. Supervisão das ações de sanidade vegetal executadas pelo OEDSV na manutenção da condição fitossanitária das pragas A2 (Ação Direta).			12	unid		
2.2. Municípios Monitorados/Fiscalizados (Ação Descentralizada – OEDSV).			62	Unid.		
2.3. Propriedades rurais monitoradas/Fiscalizadas (Ação Descentralizada – OEDSV).			1.344	Unid.		
2.4. Cadastramento de propriedades rurais (Ação Descentralizada – OEDSV).			882	Unid.		
2.5. Área total monitorada/fiscalizada (Ação Descentralizada – OEDSV).			3.577,6	Ha		
2.6. Unidade de produção (UP) inscrita (Ação Descentralizada – OEDSV).			164	Unid.		
2.7. Reunião técnica/Palestra técnica (Ação Descentralizada – OEDSV).			18	Unid.		

2.8. Termo de Fiscalização emitido (Ação Descentralizada – OEDSV).			1356		Unid.	
FÍSICO						
PROCESSO	PI	PRODUTO	Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
03. Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas da Bananeira	PCEVEGETAL	Área controlada (Ha)	17.000	17.000	17000	100
ATIVIDADE			Quantidade		Unidade	
3.1. Supervisão das ações de sanidade vegetal executadas pelo OEDSV na manutenção da condição fitossanitária das pragas A2 (Ação Direta).			10		Unid.	
3.2. Municípios Monitorados/Fiscalizados (Ação Descentralizada – OEDSV).			59		Unid.	
3.3. Propriedades Rurais Monitoradas/Fiscalizadas (Ação Descentralizada – OEDSV).			1.050		Unid.	
3.4. Cadastramento de propriedades rurais (Ação Descentralizada – OEDSV).			548		Unid.	
3.5. Área total monitorada/fiscalizada (Ação Descentralizada – OEDSV).			1.700		Ha	
3.6. Unidade de Produção (UP) inscrita (Ação Descentralizada – OEDSV).			51		Unid.	
3.7. Coleta de amostra para diagnóstico fitossanitário			05		Unid.	
3.8. Termo de Fiscalização Emitido (Ação Descentralizada – OEDSV).			1.050		Unid.	
FÍSICO						
PROCESSO	PI	PRODUTO	Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
04. Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas da Videira.	PCEVEGETAL	Área controlada (Ha)	110	110	100	100
ATIVIDADE			Quantidade		Unidade	
4.1. Supervisão das ações de sanidade vegetal executadas pelo OEDSV na manutenção da condição fitossanitária das pragas A2 (Ação Direta).			01		Unid.	
4.2. Municípios Monitorados/Fiscalizados (Ação Descentralizada – OEDSV).			01		Unid.	
4.3. Propriedades Rurais Monitoradas/Fiscalizadas (Ação Descentralizada – OEDSV).			61		Unid.	
4.4. Cadastramento de propriedades rurais (Ação Descentralizada – OEDSV).			12		Unid.	
4.5. Área total monitorada/fiscalizada (Ação Descentralizada – OEDSV).			84,7		Ha	
4.6. Unidade de Produção (UP) inscrita (Ação Descentralizada – OEDSV).			03		Unid.	
4.7. Termo de Fiscalização Emitido (Ação Descentralizada – OEDSV).			68		Unid.	
4.8. Colheita de amostra para diagnóstico fitossanitário (Ação Descentralizada).			07		Unid.	
FÍSICO						
PROCESSO	PI	PRODUTO	Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
05. Prevenção, Controle e Erradicação da Praga dos	PCEVEGETAL	Área controlada	3.000	3.000	3.000	100

Citros.		(Ha)				
ATIVIDADE		Quantidade		Unidade		
5.1. Supervisão das ações de sanidade vegetal executadas pelo OEDSV na manutenção da condição fitossanitária das pragas A2 (Ação Direta).		07		Unid.		
5.2. Municípios Monitorados/Fiscalizados (Ação Descentralizada – OEDSV).		27		Unid.		
5.3. Propriedades Rurais Monitoradas/Fiscalizadas (Ação Descentralizada – OEDSV).		207		Unid.		
5.4. Cadastramento de propriedades rurais (Ação Descentralizada – OEDSV).		128		Unid.		
5.5. Área total monitorada/fiscalizada (Ação Descentralizada – OEDSV).		504,72		Ha		
5.6. Unidade de Produção (UP) inscrita (Ação Descentralizada – OEDSV).		24		Unid.		
5.7. Termo de Fiscalização Emitido (Ação Descentralizada – OEDSV).		201		Unid.		
5.8. Colheita de amostra para diagnóstico fitossanitário (Ação Descentralizada).		03		Unid.		
PROCESSO		PI	PRODUTO	FÍSICO		
06. Vigilância, prevenção e Controle da Praga da Cana-de-Açúcar.	PCEVEGETAL	Área controlada (Ha)	Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
			57.113	57.113	57.113	100
ATIVIDADE		Quantidade		Unidade		
6.1. Supervisão das ações de sanidade vegetal executadas pelo OEDSV na manutenção da condição fitossanitária das pragas A2 (Ação Direta).		02		Unid.		
6.1. Municípios monitorados/fiscalizados (Ação Descentralizada – OEDSV).		29		Unid.		
6.2. Propriedades rurais monitoradas/fiscalizadas (Ação Descentralizada – OEDSV).		322		Unid.		
6.3. Cadastramento de propriedades rurais (Ação Descentralizada – OEDSV).		214		Unid.		
6.4. Área total monitorada/ fiscalizada (Ação Descentralizada – OEDSV).		61.885,33		Ha		
6.5. Unidade de Produção (UP) inscrita (Ação Descentralizada – OEDSV).		150		Unid.		
6.6. Termo de fiscalização emitido (Ação Descentralizada – OEDSV).		307		Unid.		
6.7. Reunião técnica/Palestra técnica (Ação Descentralizada – OEDSV).		03		Unid.		

Fonte: SISV/DDA/SFA-PB

Análise Crítica de Desempenho

A Ação Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais - PI-PCEVEGETAL tem como principal objetivo garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e seus subprodutos, por meio da prevenção controle e erradicação de pragas quarentenárias e de importância econômica para os Estados. A execução é direta e descentralizada em ações conjuntas com o Órgão Executor de Defesa Sanitária Vegetal (OEDSV) em cada Estado através de convênios. No Estado da Paraíba, o órgão executor da Defesa Sanitária Vegetal é a Secretária de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca - SEDAP-PB.

Na referida ação são trabalhado 6 (seis) processos básicos, o primeiro deles se refere a ação direta do SISV/DDA/SFA-PB na supervisão, acompanhamento e fiscalização das ações de defesa sanitária vegetal executadas pelo OEDSV para levantamento e monitoramento de pragas quarentenárias de importância para o Estado da Paraíba. Os demais processos são referentes a ações diretas e descentralizadas, executadas pela SEDAP-PB, de acordo com as culturas que são veiculadoras de pragas quarentenárias de importância econômica para o Estado e de acordo com a legislação fitossanitária vigente, conforme abaixo:

- Vigilância, prevenção e controle da praga quarentenária da palma forrageira (cochonilha-do-carmim);
- Vigilância, prevenção e controle da praga quarentenária da videira (cancro da videira);
- Vigilância, prevenção e controle das pragas quarentenárias dos citros (cancro cítrico, mosca negra, HLB-greening e pinta preta);
- Vigilância, prevenção e controle das pragas quarentenárias da bananeira (sigatoka negra e moko da bananeira);
- Vigilância, prevenção e controle da praga quarentenária da cana-de-açúcar (ferrugem alaranjada).

Os créditos orçamentários para a ação de supervisão realizadas pela SFA/PB foram disponibilizados, havendo pequenas divergências, adequadas às necessidades, apenas na distribuição por elemento de despesas, portanto, sendo suficiente para atender a demanda da ação. No entanto, o orçamento previsto para celebração de convênios sofreu um corte drástico, com uma redução de R\$ 572.730,00, chegando apenas a 20 % do valor inicial.

Da dotação recebida pelo PI PCEVEGETAL em diárias e passagens, parte foi oriundo de transferência de crédito orçamentário da SFA/PE. Do montante de R\$ 14.006,50, empenhado para pagamento de diárias, a SISV/PB utilizou 89,82 % nas atividades desenvolvidas e a SFA-PE 10,18% que equivale a 1.092,16. Com relação às despesas com passagens aéreas no exercício, do valor de R\$ 4.600,00, 50,40% que corresponde a R\$ 1.568,74 foi oriundo de transferência de crédito orçamentário da SFA-PE. Esse fato ocorreu devido à ausência de contrato de aquisição de passagem aérea por aquela Unidade Gestora.

Para o preenchimento do quadro da Execução Orçamentária e Financeira da Ação não consideramos como meta financeira prevista e realizada o montante recebido referente ao repasse do convênio nº 755951/2011 no valor de R\$ 176.470,00 e as despesas com deslocamento da SFA/PE no valor de R\$ 2.660,90, por não impactar diretamente na realização da meta física desempenhadas pelo VIGIFITO/SISV/PB.

Este PI registrou despesa em restos a pagar não processados referente aquisição de material de informática, próximo ao final do exercício e o fornecedor não entregou os produtos no decorrer do exercício financeiro.

A execução da meta física foi atingida em 100 % pois a condição fitossanitária do Estado da Paraíba foi mantida. Dentro da previsão de área controlada de 142.223 ha definidos pelo SDA/MAPA não houve ocorrência fitossanitária em nenhuma das 05 culturas de importância econômica para o Estado (banana, palma forrageira, citros, uva e cana-de-açúcar) que são controladas através de levantamento fitossanitário das pragas quarentenárias A2.

Na Supervisão, acompanhamento e fiscalização das ações de defesa sanitária vegetal executadas pelo OEDSV para levantamento e monitoramento de pragas quarentenárias, foram programadas 11 e executadas 27 fiscalizações em ULSAVs, destas 22 correspondem a fiscalização e acompanhamento da execução do convênio Nº 755951/2011, correspondendo a 245 % da meta. Nesse processo o SISV-PB participou de 12 reuniões técnicas, ligadas aos mais diversos assuntos, tais como: a) 06 reuniões do sub-grupo da fruticultura da Comissão de Semente e Mudas - PB, visando elaborar norma de produção e comercialização de material de propagação de citros e abacaxi para o Estado da Paraíba, considerando o aspecto fitossanitário; b) 02 reuniões do Gabinete da palma do Estado da Paraíba; c) 04 reuniões para ajustes no Plano de Trabalho do convênio Nº 755951/2011 para o exercício 2012 entre a SEDAP e o SISV-PB. Dentro desse processo realizou-se ainda a participação em eventos de capacitação:

01 - Participação em Força Tarefa na área de Análise de Risco de Pragas a convite do DSV/MAPA.

02 - Participação de 03 FFAs e 02 Fiscais Estaduais no XVI Encontro Nacional de Fitossanitaristas – realizado pelo DSV em Fortaleza-CE.

03 - Participação de 02 FFAs na 4ª Reunião Nacional com Responsáveis por Convênios de Defesa Agropecuária, realizada pela SDA, em Recife.

O principal problema da execução da ação no Estado é que, apesar do atingimento da meta em 100% a defesa sanitária vegetal enfrenta problemas, pois as ações de defesa executadas pelo Serviço Estadual de Defesa Agropecuária no âmbito das áreas produtoras de banana, citros, uva, palma forrageira, banana e cana de açúcar, notadamente no que se refere a levantamentos fitossanitários em atendimento a IN 52 com o objetivo de prevenir, controlar e erradicar pragas quarentenárias nessas áreas só iniciaram sua execução após a liberação dos recursos do convênio N° 755951/2011 – exercício 2012, que só ocorreu em outubro de 2012, ou seja, o processo de prevenção e controle de pragas no nosso Estado sofre solução de continuidade. Para que fossem executadas as ações necessárias para atender a Instrução Normativa nº 52, e as legislações específicas das pragas quarentenárias de interesse econômico do Estado da Paraíba, a exemplo da manutenção de área livre de sigatoka negra e moko da bananeira, seria necessário que os recursos provenientes de convênios fossem liberados no início de cada exercício, mas não só isso bastaria, o Estado deve promover ações continuadas de capacitação de seus servidores da defesa sanitária vegetal para que as ações desenvolvidas estejam em conformidade com a legislação em vigor.

◆ AÇÃO: 4738 – Erradicação da Mosca da Carambola – ERRADMOSCA1

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ								
Identificação da Ação								
Código	4738							
Descrição	Erradicação da Mosca da Carambola							
Iniciativa	Código 012H - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais							
Unidade Responsável	DSV/SDA							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)								
Natureza de Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Perc. Utilizado (%)
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Ação								
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira			
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada		
01	Monitorar e instalar armadilha de feromônio tipo JACKSON, para captação da mosca da carambola	Armadilha Monitorada (Unid.)	08	08	-	-		

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIPLAN/SISV

Não houve descentralização financeira no PI ERRADMOSCA, no ano de 2012.

Resultados

Tabela 17 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
4738 – Erradicação da Mosca da Carambola.	ERRADMO	Área Controlada	8	0	8	100

	SCA1	(Ha)				
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
01. Monitoramento e instalação de armadilha de Feromônio tipo JACKSON, para captação da Mosca da Carambola.	ERRA DMO SCA1	Nº de Armadilhas Monitoradas (Unid.)	08	08	08	100
ATIVIDADE	QUANTIDADE		UNIDADE			
1.1. Instalação de Monitoramento de Armadilhas com Ferômonios.	08		Unid.			
1.2. Número de Mosca Capturada em Armadilhas.	Indeterminada		Indivíduos Capturados			

Fonte: SISV/DDA/SFA-PB

Análise Crítica de Desempenho

Quanto ao conteúdo da Gestão e Avaliação de resultado temos a considerar os seguintes parâmetros:

- Cumprimento das metas: foi executado 100% das metas estabelecidas, cuja ação de fiscalização resume-se na troca de feromônio específico para a captura da Mosca da Carambola (*Bactrocera carambolae*); manutenção de 08 (oito) armadilhas instaladas na Grande João Pessoa, sendo 02(duas) no Porto de Cabedelo, 02 (duas) no Aeroporto Internacional Castro Pinto em Bayeux, 02 (duas) no Terminal Rodoviário de João Pessoa e 02 (duas) na Central de Abastecimento de João Pessoa-PB, com monitoramento mensal;

- Principais resultados: Atualmente o Estado da Paraíba é considerado como área de baixo risco, relativo à incidência da Mosca da Carambola (*Bactrocera carambolae*), até o momento não houve captura de nenhum exemplar desta espécie nas armadilhas instaladas nos locais acima relacionados;

- Eventuais problemas de execução: Apesar de termos alcançado a meta de 100%, até o momento o Departamento de Sanidade e Defesa Vegetal (DSV) não nos atendeu a solicitação de renovação do Estoque de feromônio específico para captura da mosca da carambola (*Bactrocera carambolae*); com a falta do produto a fiscalização fica prejudicada, ou seja, limitada à inspeção das armadilhas;

- Superações significativas das metas estabelecidas: - As metas acima estabelecidas são uma rotina a ser executada sistematicamente ao final de cada mês, o que exige apenas uma programação do Fiscal Responsável e uma viatura com motorista, cujos custos de manutenção são vinculados ao PI-VIGIFITO, o que vem sendo executado a contento, sem nenhum esforço extra;

- Restos a pagar – Conforme citamos, esta atividade está vinculada ao PI-VIGIFITO para despesas de manutenção e abastecimento do veículo utilizado e que não implica demais despesas de ordem financeira.

- Conclusão: A atividade de fiscalização e inspeção do PI-ERRADMOSCA, conforme planilha acima do Plano Operacional de Ação – 2012, foi executado em 100% das metas; atingindo a contento os objetivos estabelecidos, e que o mesmo quadro se repete para o POA-2013.

◆ OBJETIVO 0368 - Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.

Unidade responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA / MAPA

◆ INICIATIVA: Código 013H - Desenvolvimento e modernização dos instrumentos de fiscalização de atividades com OGM.

◆ AÇÃO: 4745 – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados – FISCORGEN

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ								
Identificação da Ação								
Código	4745							
Descrição	Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados							
Iniciativa	Código 013H - Desenvolvimento e modernização dos instrumentos de fiscalização de atividades com OGM							
Unidade Responsável	SDA / MAPA							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)								
Natureza de Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Perc. Utilizado (%)
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3390.14	4.416,00	4.416,00	2.256,92	2.256,92	-	-	2.256,92	51,11
3390.30	387,73	387,73	387,73	387,73	-	-	387,73	100,00
TOTAL	4.803,73	4.803,73	2.644,65	2.644,65	0,00	0,00	2.644,65	55,05
Metas do Exercício Para a Ação								
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira			
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada		
01	Fiscalizar as atividades com organismos geneticamente modificados	Fiscalização realizada	13	13	10.877,00	2.644,65		

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIPLAN/POÁ/SISV

Resultados

Tabela 18 – Resultados alcançados da ação

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
01. Fiscalizar atividades de uso comercial de vegetais Geneticamente Modificados em ambiente aberto	FISCORGEN	Fiscalização realizada	75	13	13	100
ATIVIDADE		QUANTIDADE	UNIDADE			
1.1. Fiscalização de algodão herbáceo em zona de exclusão		13	Unid.			
1.2. Fiscalização da coexistência de milho		0	Unid.			
1.3. Participação em Curso/Treinamento/Capacitação.		0	Unid.			

Fonte: SISV/DDA/SFA-PB

Análise Crítica de Desempenho

O SISV-PB realiza acompanhamento e fiscalização de atividades de produção e comercialização envolvendo organismos geneticamente modificados no Estado da Paraíba, em cumprimento as determinações da Coordenação de Biosegurança - CBIO/SDA/MAPA, e as legislações correlatas aos organismos geneticamente modificados: Lei nº11.105/2005 (Biosegurança) e seu Decreto nº 5.591/2005.

As ações de fiscalização das atividades comerciais com OGM autorizadas sob condições foram desenvolvidas pelo SISV/DDA/SFA-PB, considerando as características do Estado da Paraíba, como:

1) Fiscalização do plantio de algodão herbáceo - em cumprimento a Portaria nº 21 de 13 de janeiro de 2005 que trata da zona de exclusão onde não poderão ser cultivados sementes ou caroços de algodão herbáceo geneticamente modificado ou de algodão herbáceo convencional com traços de

eventos de transformação genética, ficando a atividade restrita aos municípios constantes na Portaria: Baraúna, Cubati, Frei Martinho, Juazeirinho, Junco do Seridó, Nova Palmeira, Pedra Lavrada, Picui, Salgadinho, São José do Sabugi, Seridó, Tenório e Várzea. Foram fiscalizados os 13 municípios constantes na referida Portaria, cumprindo integralmente a meta para esta atividade, porém em nenhum deles foi encontrado plantio de algodão herbáceo, ou qualquer espécie de algodão. Considera-se que este resultado se deve ao fato da agricultura desenvolvida no Estado da Paraíba ser de base familiar e ao fato da região estar fora do zoneamento agrícola para a cultura do algodão herbáceo no Estado da Paraíba e, portanto, não receber financiamento do PRONAF. Visando a obtenção de melhores resultados na fiscalização realizada adotamos a seguinte metodologia de trabalho: reuniões com técnicos de escritórios locais da Emater e/ou Secretários da Agricultura dos municípios fiscalizados, para entrevista sobre a cultura do algodão no Município.

2) Fiscalização em lavouras comerciais de milho em cumprimento a Resolução Normativa nº 04/2007 que dispõe sobre as distâncias mínimas entre cultivos comerciais de milho geneticamente modificado e não geneticamente modificado, visando a coexistência entre os sistemas de produção. A meta programada para essa atividade não foi cumprida devido a falta de plantio de milho no Estado, em consequência da estiagem que assolou a região. A programação anual foi realizada considerando-se os principais produtores desse grão no Estado da Paraíba, com duas fiscalizações por município, totalizando 62 fiscalizações. Porém deve-se registrar que a participação do Estado da Paraíba na produção nacional de milho já é inferior a 0,5%, e no ano de 2012 a produção foi praticamente inexistente devido às perdas provocadas pela referida estiagem.

3) Participação em Curso/Treinamento/Capacitação – no exercício 2012 a CBIO não realizou a reunião nacional programada no POA 2012, devido ao corte de recursos sofridos por essa Coordenação.

Os recursos disponibilizados no exercício 2012 asseguraram a realização de 100% da meta realizada, que excepcionalmente, como explicado acima, realizou-se apenas a fiscalização na zona de exclusão de algodão herbáceo geneticamente modificado.

Não tivemos registro de Restos a Pagar neste PO.

◆ OBJETIVO 0570 - Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros.

Unidade responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA / MAPA

◆ INICIATIVA: Código 0279 - Inspeção e fiscalização dos produtos de origem vegetal.

◆ AÇÃO: 8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL2

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ								
Identificação da Ação								
Código	8939							
Descrição	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal							
Iniciativa	Código 0279 - Inspeção e fiscalização dos produtos de origem vegetal							
Unidade Responsável	DIPOV/DAS/MAPA							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)								
Natureza de Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Perc. Utiliz (%)
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3390.14	16.579,78	16.579,78	15.853,43	15.853,43	-	-	15.853,43	95,62
3390.30	3.867,85	3.867,85	3.867,85	3.867,85	-	-	3.867,85	100,00
3390.39	1.127,50	1.127,50	1.127,50	1.127,50	-	-	1.127,50	100,00
TOTAL	21.575,13	21.575,13	20.848,78	20.848,78	-	-	20.848,78	96,63
Metas do Exercício Para a Ação								
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		Prevista	Realizada
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada		

01	Inspecionar estabelecimentos de produtos de origem vegetal	Estabelecimento Inspeccionado (Unid.)	90	111	21.575,13	20.848,78
----	--	---------------------------------------	----	-----	-----------	-----------

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIPLAN/SISV

Resultados

Tabela 19 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
8939- Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal.	IPVEGETAL 2	Estabelecimento Inspeccionado (Unid.)	90	93	111	119,35
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
01. Registro de Estabelecimento e Produto	IPVEGETAL 2	Registro Realizado (Unid.)	-	-	6	-
ATIVIDADE		Quantidade	Unidade			
1.1. Registro concedido de estabelecimento.		06	Unid.			
1.2. Registro concedido de produto.		63	Unid.			
1.3. Renovação, alteração e cancelamento de estabelecimento.		14	Unid.			
1.4. Renovação, alteração e cancelamento de produtos.		62	Unid.			
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
02. Certificação de Produtos de Bebidas e Vinagres Importados	IPVEGETAL 2	Certificação Realizada	-	-	60	-
ATIVIDADE		Quantidade	Unidade			
2.1. Certificado de produto importado.		60	Unid.			
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
03. Inspeção e Fiscalização de Bebidas.	IPVEGETAL 2	Inspeção Realizada (Unid.)	90	93	111	119
ATIVIDADE		Quantidade	Unidade			
3.1. Fiscalização realizada.		111	Unid.			
3.2. Inspeção realizada.		111	Unid.			
3.3. Produto fiscalizado.		197	Unid.			
3.4. Produto amostrado.		41	Unid.			
3.5. Produto apreendido.		06	Unid.			
3.6. Produto em conformidade.		23	Unid.			

3.7. Produto não conforme.	18	Unid.
3.8. Auto de Infração.	16	Unid.
3.9. Advertência emitida.	01	Unid.
3.10. Multas Aplicadas.	16	Unid.
3.11. Multas.	48.000,00	R\$
3.12. Termo de Apreensão.	06	Unid.

Fonte: SISV/DDA/SFA-PB

Análise Crítica de Desempenho

Persistiu, no desempenho das atividades em 2012, a priorização das inspeções de estabelecimentos registrados, em face do contingenciamento financeiro, que conduziu a uma despesa realizada 28% menor, em relação ao exercício anterior. A despeito disto, a meta corrigida de 93 inspeções foi largamente superada, alcançando-se um resultado majorado em cerca de 19%, alcançando-se 111 inspeções, demonstrando, pois, uma maior eficácia na aplicação dos recursos disponibilizados, dado que a fiscalização cobriu 100% dos estabelecimentos registrados.

Registra-se, ainda, a completa ausência de ações de capacitação ou participação em operações de âmbito nacional, restringindo-se ao autodesenvolvimento voluntário de cada servidor, os esforços no sentido de manter-se atualizado os conhecimentos e habilidades necessárias ao desempenho das tarefas afetas ao seu cargo. Mais que isto, sequer o encontro anual de responsáveis pelo acompanhamento do PI e chefes de serviço foi realizado, acentuando o isolamento das unidades descentralizadas de fiscalização, em desfavor da difusão de conhecimentos e uniformização de procedimentos de fiscalização.

Mantido o escopo da ação coercitiva do órgão fiscalizador, com o fito de efetivar os comandos normativos no que tange à produção de alimentos conformes e seguros, (Instrução Normativa nº 5, de 31 de março de 2.000, bem como das obrigações administrativas postas pelo regulamento da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, aprovado pelo Decreto nº 6.871, de 4 de junho de 2009) constatam-se recuos na lavratura de autos de infração (-23%) e na quantidade de sanções pecuniárias aplicadas (-38%), ao passo em que as não conformidades de produtos aumentaram, refletidas no número de produtos não conformes e nas apreensões realizadas, donde se pode concluir que o conjunto de estabelecimentos inspecionados convergiu para a conformidade dos pontos de verificação nas inspeções, mas também sugerindo uma intensificação das ações de fiscalização no comércio, com vistas ao combate das irregularidades dos produtos postos à disposição do consumidor paraibano, produzidos também por estabelecimentos situados fora do estado.

O procedimento de auditagem documental para cotejo de saídas de produtos e disponibilidade da matéria-prima necessária para a fabricação de produtos que exijam quantidade mínima da mesma, por regime de competência mensal, abrange os segmentos de vinhos, refrigerantes e cervejas, encontrando-se, todavia, em exaurimento operacional devido à possibilidade de manipulação das informações prestadas pelos estabelecimentos, que são frágeis do ponto de vista de seu controle, dado que a metodologia de apuração, conquanto aplicada rotineiramente nas inspeções apenas a partir de 2009, é de fácil dedução.

Portanto, torna-se premente o confronto das informações fornecidas manualmente pelos estabelecimentos com dados do SICOBE – Sistema de Controle de Produção de Bebidas, operado pela Receita Federal do Brasil, pois, sendo automatizado e operando para apuração de tributos, pode fornecer os dados para confronto com as informações manuais, pelo que reiteramos, mais uma vez, a urgência de acordo de cooperação com o órgão gestor, que possibilite o acesso aos dados do sistema.

Tabela 19.1 – Atividades do PI IPVEGETAL2

ATIVIDADES DO PI IPVEGETAL2		
DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA
Apreensões de Produtos	06	Unid.
Estabelecimentos Interditados	-	-
PRODUTOS APREENDIDOS		
PRODUTO	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA
Cachaça	735.300	Litro
Polpa de frutas	2.310	Kg
Rótulos/vasilhames	169.260	Unid.
Vinho	-	-
Rótulos	-	-
PRODUTOS AMOSTRADOS (COLETA)		
PRODUTO	QUANTIDADE TCA	QUANTIDADE LOTEN
Cachaça	13	923.122 litros
Cerveja	2	150.000 litros
Refrigerantes	-	-
Néctar	-	-
Whisky	-	-
Bebidas em geral	-	-
Vinagre	1	2.000 litros
Polpa de frutas	22	11.252 Kg
Sucos	3	1.600 litros

Fonte: SISV/DDA/SFA-PB

◆ INICIATIVA: Código 027A - Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal.

◆ AÇÃO: 4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais – PADCLASSIF

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ								
Identificação da Ação								
Código	4746							
Descrição	Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais							
Iniciativa	Código 027A - Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal							
Unidade Responsável	DIPOV/DAS/MAPA							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)								
Natureza de Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Perc. Utiliz. (%)
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3390.14	36.769,30	36.769,30	35.837,22	35.837,22	-	-	35.837,22	97,47
3390.30	20.750,00	20.750,00	20.750,00	10.197,94	-	10.552,06	10.197,94	100,00
3390.33	4.000,00	4.000,00	3.235,60	3.235,60	-	-	3.235,60	80,89
3390.39	66.474,34	66.474,34	66.311,13	66.311,13	-	-	66.311,13	99,75
TOTAL	127.993,64	127.993,64	126.133,95	115.581,89	-	10.552,06	115.581,89	98,54
Metas do Exercício Para a Ação								
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		Realizada	
			Prevista	Realizada	Prevista			
01	Fiscalizar o padrão e a qualidade dos produtos vegetais padronizados pelo MAPA	Produto fiscalizado (ton)	30.000	31.140	127.993,64	126.133,95		

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIPLAN/SISV

Resultados

Tabela 20 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais.	PADCLASSIF	Produto Fiscalizado (ton)	40.000	30.000	31.140	103,80
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
01. Inspeção e fiscalização de produto	PADCLASSIF	Fiscalização Realizada (Unid)	187	187	205	109,62
ATIVIDADE		Quantidade	Unidade			
1.1. Fiscalização de Estabelecimento.		205	Unid.			
1.2. Inspeção de Estabelecimento.		205	Unid.			
1.3. Coleta de Amostra.		210	Unid.			
1.4. Auto de Infração.		174	Unid.			
1.5. Multas.		925.375,03	R\$			
1.6. Advertência.		15	Unid.			
1.7. Quantidade de Produto Fiscalizado.		31.140	T			
1.8. Quantidade de Produto sob Suspensão de Comercialização.		265	T			
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
02. Classificação de Produto Importado	PADCLASSIF	Classificação Realizada (Unid.)	60.000	85.000	125.043	147,11
ATIVIDADE		Quantidade	Unidade			
2.1. Quantidade de produto importado.		125.043	T			
2.2. Certificado emitido.		17	Unid.			
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
03. Fiscalização de Classificadora Credenciada.	PADCLASSIF	Fiscalização Realizada (Unid.)	04	02	03	150
ATIVIDADE		Quantidade	Unidade			
3.1. Fiscalização de credenciada.		04	Unid.			
3.2. Número de certificado emitido pelo estabelecimento classificado credenciado.		176	Unid.			
3.3. Quantidade de produtos classificados pelo estabelecimento classificador credenciado.		8.700	T			

Fonte: SISV/DDA/SFA-PB

Análise Crítica de Desempenho

A ação PADCLASSIF, parte integrante do Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas tem amplo espectro de atuação, abrangendo produtores, embaladores, indústrias, cerealistas, armazenadores e distribuidores e estabelecimentos comerciais.

Toda ação de padronização, classificação e fiscalização de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico está respaldada pela Lei nº 9.972, de 25/05/2000, Decreto nº 5.351/05, Portaria MAPA nº 300/05 e Decreto nº 6.268, de 22/11/2007. Não é uma ação prioritária na LDO.

Ações executadas neste PI têm estreita correlação com a segurança alimentar da população e resguardam os direitos do consumidor, pugnando pela diferenciação qualitativa dos produtos agrícolas, e assim seus efeitos perpassam a cadeia produtiva, oportunizando ganhos ao produtor rural, que passaria a receber não apenas por quantidade, como também por qualidade.

No ano de 2012, iniciamos as coletas de amostras nos produtos padronizados pelo MAPA, comprovamos que mais de 85% das amostras coletadas divergiram dos padrões e da qualidade, divergências dos tipos marcadas nas embalagens para o resultado da classificação técnica de fiscalização nos produtos a venda ao consumidor.

Quanto ao demonstrado no quadro das ações realizadas, as atividades foram fiscalizadas com êxito devido os recursos terem sido disponibilizados em tempo certo, no exercício de 2012, o quantitativo de 30.720 toneladas métricas de produtos vegetais, superando a meta atribuída pelo SIPLAN de 30.000 toneladas. Justifica-se tal ocorrência, tendo em vista a expectativa gerada quanto ao contingenciamento dos recursos financeiros na época certa, que implicou em programação dentro das metas físicas, sendo posteriormente ultrapassados em decorrência do esforço concentrado da Fiscalização, em face de entrada em nosso Estado de produtos em desconformidade com a Legislação pertinente à Padronização, Classificação e Fiscalização de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, bem como, à necessidade de garantir ao público consumidor a aquisição de produtos dentro dos parâmetros de identidade e qualidade, conforme dispõe a Lei nº 9.972/2005 e Decreto nº 6.268/2007. Registramos ainda, um superávit quanto a meta de classificação de produto importado, antes estimada em 90.000 toneladas, passando para 125.043 toneladas de trigo, em decorrência da baixa oferta do produto à época. Em 2012 iniciamos o recebimento de cevada cervejeiras.

No laboratório de classificação vegetal com a capacidade de classificação das amostras de fiscalização dos produtos arroz e feijão e outros. Foram analisadas 210 amostras, sendo 36 conformes e 174 não conformes. Este quantitativo é equivalente a 20.000 toneladas de produtos classificados.

O quantitativo fiscalizado demonstrado na meta do SIPLAN não foi considerado a importação de 125.043 toneladas de trigo e 50 toneladas de cevada cervejeiras via porto de Cabedelo, necessariamente submetidos ao padrão nacional de classificação, conforme legislação vigente e fiscalizado pelos fiscais que se encontram plantão no Porto.

Na quantidade acima mencionada, foram fiscalizadas 30.720 toneladas de produto vegetais circulante no mercado interno, correspondente aos produtos padronizados pelo o MAPA: arroz, feijão, farinha de mandioca, óleo comestível, farinha de trigo, canjica de milho e milho de pipoca.

Foram fiscalizados 205 estabelecimentos embaladores, distribuidores e comércio atacadista no Estado.

Os restos a pagar uma parte R\$ 8.171,55 foi de uma reforma no laboratório de classificação (os fornecedores não entregaram no decorrer do exercício) e a outra parte foi empenhada para a compra de material de informática R\$ 2.157,50 (os fornecedores não entregaram dentro do exercício), para realização dos trabalhos no ano de 2013, e R\$ 223,01 refere-se a despesa contratual com combustível utilizado em dezembro e não liquidada no referido exercício.

Tabela 20.1 – Demonstrativo de coleta de amostra pelo PNCR

DEMONSTRATIVO DE COLETA DE AMOSTRA PELO PNCR-VEGETAL - 2012								
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	TOTAL
ABACAXI	Quantidade de amostra	-	-	-	2	-	-	02
	Código da amostra	-	-	-	AB17	-	-	-
MAMÃO	Quantidade de amostra	-	-	-	2	2	-	04
	Código da amostra	-	-	-	MA13S1 MA14S1	MA15S1 MA16S1	-	-
AMENDOIM	Quantidade de amostra	-	-	-	-	-	-	-
	Código da amostra	-	AM07	-	-	-	-	-
PIMENTÃO	Quantidade de amostra	-	-	-	-	-	-	-
	Código da amostra	-	-	PI16	-	-	-	-
TRIGO	Quantidade de amostra	-	-	-	-	-	-	-
	Código da amostra	-	-	-	TR35	-	-	-
TOTAL								06

Fonte: SISV/DDA/SFA-PB

No que se refere ao quadro acima, as atividades ficaram resumidas na coleta de 02 amostras de abacaxi e 04 amostras de mamão para fins de controle de resíduos e contaminantes. Tivemos como principais resultados o controle de resíduos e contaminantes nas culturas de abacaxi e mamão. Tendo em vista o POA 2011/2012 para esta atividade (PNCR/Vegetal) ser executado em conjunto com os departamentos DIPOV e CRC através de contrato com laboratórios de referência, o referido contrato se acha paralisado desde junho de 2012. Em virtude disto, as atividades de inspeção e fiscalização inerentes ao POA foram prejudicadas não atingindo as metas estabelecidas.

Diante da análise acima, conforme contatos com Coordenador da CGQV (Coordenação Geral da Qualidade Vegetal) do DIPOV fomos informados que a referida atividade se acha em fase de planejamento junto às Secretarias SDA e CRC para ajuste e definição do POA para 2013.

III. Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG

Equipe de trabalho:

Carlos Augusto Ferreira de Carvalho – Engenheiro Agrônomo – Fiscal Federal Agropecuário - Chefe

Hailton Pereira do Nascimento – Engenheiro Agrônomo – Fiscal Federal Agropecuário – Chefe Substituto

Claúdio Gilberto Pereira Monteiro – Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário

Gesseraldo José Gico de Sousa – Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário

João Batista de Almeida - Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário

José Noirto Monteiro – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário

Mageciene Chaves de Oliveira – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário

Marcos José Pereira de Souza – Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário

Miguel Nelson Cavalcanti Costa – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário

Reginaldo Ferreira Teixeira – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário

Roberto Carlos Rocha de Moura – Fiscal Federal Agropecuário
 José Marcos do Nascimento – Agente de Atividade Agropecuária

UTRA – Campina Grande

Viviane Maria da Rocha de Almeida Andrade – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário

José Antônio da Costa Filho – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário

Francisco de Assis Rodrigues - Médico Veterinário – Fiscal Federal Agropecuário

UTRA – Patos

Francimar Alves de Sousa – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário

Apoio Administrativo:

Erica Patricia Xavier Bezerra – Digitadora – Terceirizada

Maria das Graças Pedrosa Rodrigues Martins – Assistente Administrativo

O SEFAG é composto pelo seguinte Programa, Objetivos, Iniciativas e respectivas Ações relacionadas a seguir:

➤ PROGRAMA: 2028 – Defesa Agropecuária

◆ OBJETIVO 0368 - Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.

Unidade responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA / MAPA

◆ INICIATIVA: Código 013E - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas.

Ação 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins – FISAGROTOX (CGAA/SDA)

Ação 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes - FISFECOI (Departamento de Fiscalização Insumos Agrícolas - DFIA/SDA)

Ação 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudanças - FISCALSEM (DFIA/SDA)

◆ AÇÃO: 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins - FISAGROTOX

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ								
Identificação da Ação								
Código	2909							
Descrição	Fiscalização de Agrotóxicos e Afins							
Iniciativa	Código 013E - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas.							
Unidade Responsável	CGAA/SDA/MAPA							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)								
Natureza de Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Perc. Utilizado (%)
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3390.14	2.100,00	2.100,00	1.951,62	1.951,62	-	-	1.951,62	92,93
3390.30	594,07	594,07	594,07	594,07	-	-	594,07	100,00
3390.33	5.400,00	5.400,00	5.133,96	5.133,96	654,50	-	4.479,46	95,07
3390.36	1.198,30	1.198,30	1.198,30	1.198,30	-	-	1.198,30	100,00
3390.39	400,00	400,00	400,00	400,00	-	-	400,00	100,00
TOTAL	9.692,37	9.692,37	9.277,95	9.277,95	654,50	-	8.623,45	95,72
Metas do Exercício Para a Ação								
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		Prevista	Realizada
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada		

01	Fiscalizar agrotóxicos e afins.	Unid.	-	01	9.692,37	9.277,95
----	---------------------------------	-------	---	----	----------	----------

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIPLAN/SEFAG

Resultados

Tabela 21 - Resultados alcançados da ação

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
2909 – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins.	FISAGROTOX	Fiscalização Realizada (Unid.)	-	-	1	-
ATIVIDADE						
		Quantidade	Unidade			
1.1. Análise documental		01	Unid.			
1.2. Termo de fiscalização		01	Unid.			
1.3. Reunião técnica nacional		02	Unid.			
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
02. Fiscalização de Empresas Estabelecidas (Ação Descentralizada).	FISAGROTOX	Empresa Fiscalizada (Unid.)	-	-	-	-
Ações executadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca-SEDAP/PB						
ATIVIDADE						
		Quantidade	Unidade			
2.1. Fabricante cadastrado		102	Unid.			
2.2. Marca comercial cadastrada		1.115	Unid.			
2.3. Comerciante cadastrado		53	Unid.			
2.4. Município fiscalizado		17	Unid.			
2.5. Firma fiscalizada		28	Unid.			
2.6. Auto de infração emitido		14	Unid.			
2.7. Auto de interdição emitido		-	Unid.			
2.8. Auto de desinterdição emitido		-	Unid.			
2.9. Auto de apreensão emitido		-	Und.			
2.10. Termo de fiscalização emitido		49	Unid.			
2.11. Transferência de titularidade		09	Produto			
2.12. Inclusão de cultura		09	Unid.			
2.13. Correção razão social		01	Unid.			
2.14. Alteração marca comercial		22	Unid.			
2.15. Cancelamento de produto		03	Unid.			
2.16. Atualização de produto		100	Unid.			

2.17. Alteração de cadastro	-	Unid.
2.18. Adequação de cadastro	-	Unid.
2.19. Alteração de endereço	-	Unid.
2.20. Propriedades fiscalizadas	20	Unid.

Fonte: SEFAG/DDA/SFA-PB

Análise Crítica de Desempenho

Quando do exercício das atividades da fiscalização de Agrotóxicos e Afins durante o ano de 2012, verifica-se que a fiscalização do comércio é de competência da SEDAP/PB, cabendo ao MAPA a fiscalização do seguimento industrial no tocante a fabricação de produtos agrotóxicos.

Entretanto por não existir indústrias no Estado da Paraíba verifica-se que não houve fiscalizações.

Quanto aos itens termo de fiscalização e análise documental, refere-se ao requerimento feito pela Associação dos Plantadores de cana da Paraíba – ASPLAN solicitando registro de produto biológico formulado.

As despesas ocorridas e descritas no quadro de Execução Orçamentária e Financeira da Ação, refere-se a participação de um FFA e um representante da SEDAP no 10º Encontro de Fiscalização e Seminário Nacional sobre Agrotóxicos.

Os restos a pagar processados referem-se às passagens aéreas que foram liquidadas e não pagas até 31/12, devido à inoperabilidade do sistema. O pagamento foi efetuado na primeira semana de janeiro/13, quando da disponibilidade do sistema.

◆ AÇÃO: 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECOI

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ								
Identificação da Ação								
Código	2141							
Descrição	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes							
Iniciativa	Código 013E - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas.							
Unidade Responsável	DFIA/SDA/MAPA							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)								
Natureza de Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Perc. Utilizado (%)
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3390.14	18.145,88	18.145,88	17.686,52	17.686,52	-	-	17.686,52	97,47
3390.30	2.870,00	2.870,00	2.870,00	2.870,00	-	-	2.870,00	100,00
3390.33	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	-	-	100,00
3390.39	1.746,00	1.746,00	1.746,00	1.746,00	-	-	1.746,00	100,00
3390.47	349,48	349,48	349,48	349,48	-	-	349,48	100,00
TOTAL	30.111,36	30.111,36	29.652,00	29.652,00	7.000,00	-	22.652,00	98,47
Metas do Exercício Para a Ação								
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		Prevista	Realizada
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada		
01	Fiscalizar fertilizantes, corretivos e inoculantes	Fiscalização	138	169	30.111,36	29.652,00		

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIPLAN/SEFAG

Resultados

Tabela 22 - Resultados alcançados da ação

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
01. Registro de Estabelecimentos Produtores e Comerciais de Fertilizantes, Corretivos, Inoculantes e Biofertilizantes	FISFECOI	Registro Realizado (Unid.)	3	-	4	133
ATIVIDADE						
		Quantidade	Unidade			
1.1. Termo de fiscalização emitido.		130	Unid.			
1.2. Coleta de amostra.		52	Unid.			
1.3. Produto amostrado.		898	t			
1.4. Auto de infração		03	Unid.			
1.5. Notificação.		-	Unid.			
1.6. Reunião técnica nacional, cursos e treinamentos.		02	Unid.			
1.7. Análise documental.		04	Unid.			
1.8. Laudo de vistoria.		-	Unid.			
1.9. Emissão de registro.		04	Unid.			
1.10. Formação de processo.		08	Unid.			
1.11. Estabelecimento produtor registrado.		-	Unid.			
1.12. Estabelecimento comercial registrado.		04	Unid.			
1.13. Estabelecimento produtor cancelado.		-	Unid.			
1.14. Estabelecimento comercial cancelado.		02	Unid.			
PROCESSO						
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
2. Renovação de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes ou biofertilizantes.	FISFECOI	Registro renovado de estabelecimento (Unid.)	07	-	06	85,71
ATIVIDADE						
		Quantidade	Unidade			
2.1. Análise documental.		06	Unid.			
2.2. Laudo de vistoria.		-	Unid.			
2.3. Emissão de certificado de renovação de registro.		06	Unid.			

Fonte: SEFAG/DDA/SFA-PB

Análise Crítica de Desempenho

No ano em exercício, foram realizadas 169 fiscalizações no PI- FISFECOI, “Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes”, alcançando-se 122,46% da meta programada no previsto corrigido para o exercício de 2012. A limitação de recursos, exigiu uma maximização dos esforços, motivo que nos levou a superar significativamente a meta em 22,46,%. Foram amostradas 898 Toneladas de

fertilizantes químicos, correspondente a 105,6% da meta programada no plano operativo. Coletamos 52 amostras de fertilizantes para análise, com atingimento de 100% da meta estabelecida. Autuamos 3 estabelecimentos produtores de fertilizantes, pela constatação de deficiência nos teores de nutrientes garantidos nos produtos. Em relação a todos os produtos analisados no exercício, constatamos um índice de conformidade de 80,4% e não conformidade de 19,60%. Com relação ao produto corretivo de acidez, não coletamos nenhuma amostra, tendo em vista a falta de produção do único estabelecimento registrado no Ministério da Agricultura na Paraíba, motivo justificado pelo produtor, como sendo o baixo preço do produto no mercado.

As atividades do PI-FISFECOI, foram executadas de forma satisfatória, com o alcance de todas as metas pré-estabelecidas no Plano Operativo, considerando-se a limitação de recursos, imposta pelo Decreto 7.446, referente à natureza de despesas 33.90.14 (diárias). Todavia, fatores como a liberação tempestiva dos recursos, bem como a disponibilidade e boas condições de veículos, contribuíram positivamente para a execução das atividades.

Com relação à aplicabilidade dos recursos financeiros, na N.D 33.90.14 (diárias), dos R\$ 17.686,52 utilizados, foram aplicados R\$ 1.644,82, para custear as despesas de dois fiscais da SFA-PE, durante suas participações na V Reunião Anual de Insumos Agrícolas, na cidade de Foz do Iguaçu-PR, cujo pagamento foi efetuado através da SFA-PB. Na natureza de despesa 33.90.33 (passagem área), dos R\$ 7.000,00 pagos, foram aplicados R\$ 3.481,28, com deslocamento de dois fiscais da SFA-PE, para participarem da V Reunião Anual de Insumos Agrícolas na cidade de Foz do Iguaçu-PR, cujas passagens foram adquiridas através da SFA-PB. Na N.D 33.90.30 (material de consumo), foram utilizados 98,35% dos recursos com combustível. Na N.D 33.90.39 (serviço de terceiro), deixamos de utilizar 25,8% dos recursos, motivo justificado pela contenção de despesa ocorrida neste tipo de serviço. Na N.D 33.90.39-47 (correios) foram utilizados 100% dos recursos. Todos os recursos foram utilizados compativelmente com sua natureza de despesa.

Os restos a pagar processados referem-se as passagens aéreas que foram liquidadas e não pagas até 31/12, devido à inoperabilidade do sistema. O pagamento foi efetuado na primeira semana de janeiro/13, quando da disponibilidade do sistema.

◆ AÇÃO: 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISCALSEMI1

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ								
Identificação da Ação								
Código		2179						
Descrição		Fiscalização de Sementes e Mudanças						
Iniciativa		Código 013E - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas.						
Unidade Responsável		DFIA/SDA/MAPA						
Unidade Orçamentária		22101 - MAPA						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)								
Natureza de Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Perc. Utilizado (%)
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3390.14	36.695,24	36.695,24	34.171,39	34.171,39	-	-	34.171,39	93,12
3390.30	13.305,91	13.305,91	12.490,30	10.267,00	-	2.223,30	10.267,00	93,87
3390.33	6.811,09	6.811,09	6.811,09	6.811,09	-	-	6.811,09	100,00
3390.39	3.700,00	3.700,00	3.700,00	3.700,00	-	-	3.700,00	100,00
TOTAL	60.512,24	57.172,78	57.172,78	54.949,48	-	2.223,30	54.949,48	94,48
Metas do Exercício Para a Ação								
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		Prevista	Realizada
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada		
01	Fiscalizar sementes e mudas	Unid	507	536	60.512,24	57.172,78		

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIPLAN/SEFAG

Resultados

Tabela 23 - Resultados alcançados da ação

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
01. Inscrição/Credenciamento de Estabelecimentos Produtores e Comercias de Sementes e Mudás.	FISCALSEM1	Inscrição/Cre denciamento Realizado (Unid.)	-	-	107	-
ATIVIDADE						
ATIVIDADE		Quantidade	Unidade			
1.1. Análise documental.		107	Unid.			
1.2. Credenciamento de RT.		10	Unid.			
1.3. Inscrição de produtor de mudas.		15	Unid.			
1.4. Inscrição de comerciante de sementes.		59	Unid.			
1.5. Inscrição comerciante de mudas.		22	Unid.			
1.6. Laudo de vistoria.		59	Unid.			
1.7. Formação de Processo.		127	Unid.			
1.8. Reunião Técnica.		08	Unid.			
1.9. Cursos/treinamentos.		-	Unid.			
1.10. Auto de infração.		03	Unid.			
1.11. Autorização para transporte de sementes.		58	Unid.			
1.12. Fiscalização de estabelecimento.		536	Unid.			
1.13. Colheita de amostras.		26	Unid.			
1.14. Fiscalização de campos de sementes/viveiros de mudas.		459	Unid.			
1.15. Medidas cautelares.		02	Unid.			
1.16. Homologação de inscrição.		122	Unid.			
1.17. Eventos realizados.		-	Unid.			
1.18. Palestras proferidas.		02	Unid.			
1.19. Termo de fiscalização emitido.		425	Unid.			

Fonte: SEFAG/DDA/SFA-PB

Análise Crítica de Desempenho

No ano de 2012, foram realizadas 536 fiscalizações no PI FISCALSEM, Fiscalização do comercio e da produção de Sementes e Mudás. A aplicação do Decreto nº 7446/2011, dificultou um pouco as atividades de fiscalização na limitação de deslocamentos em viagem de serviço. Contudo, atingimos um índice total no ano de 105,72%. Superamos em 5,72% a meta programada no POA-2012 devido ao incremento de produtores de mudas de palma forrageira inscritos e do empenho e comprometimento dos FFA's envolvidos além dos recursos financeiros terem sido suficientes e descentralizados em tempo hábil, assim como a disponibilização de uma boa frota de veículo para deslocamento. Foram coletadas 26 amostras em 45,94 toneladas sementes, das quais 07 destas apresentaram inconformidade com os padrões estabelecidos em Lei e Normas, as demais estavam conformes. Inscrevemos e credenciamos 71 comerciantes de sementes e mudas, sendo 49 de sementes e 22 de mudas, 10 responsáveis técnicos, 15 produtores de mudas e renovamos 10 inscrições no RENASEM. Foram realizadas 03 autuações por deficiência nas garantias e descumprimento das normas de produção, comercialização, beneficiamento armazenamento e utilização.

Mediante o acima relatado, observamos como principais resultados da ação um insumo com mais qualidade à disposição do agricultor.

Com relação à utilização dos recursos financeiros, foram utilizados de forma compatível com a natureza de despesa, conforme quadro demonstrativo de desempenho orçamentário e financeiro.

Não nos deparamos com nenhuma outra ação que pudesse impactar na execução das metas.

Os restos a pagar não processados referem-se à aquisição de material de expediente e informática.

- ◆ INICIATIVA: Código 013F - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários.

Ação 2019 - Fiscalização de Material Genético Animal - FISCGENE (Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários - DFIP/SDA)

Ação 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal - FISCINAN(DFIP/SDA)

Ação 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário - FISPROVET (DFIP/SDA)

- ◆ AÇÃO: 2019 - Fiscalização de Material Genético Animal – FISCGENE

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ								
Identificação da Ação								
Código	2019							
Descrição	Fiscalização de Material Genético Animal							
Iniciativa	Código 013F - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários.							
Unidade Responsável	DFIP/SDA/MAPA							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)								
Natureza de Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Perc. Utilizado (%)
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3390.14	2.124,00	2.124,00	1.902,88	1.902,88	-	-	1.902,88	89,59
3390.30	416,00	416,00	416,00	416,00	-	-	416,00	100,00
3390.39	200,00	200,00	200,00	200,00	-	-	200,00	100,00
TOTAL	2.740,00	2.740,00	2.518,88	2.518,88	-	-	2.518,88	91,93
Metas do Exercício Para a Ação								
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira			
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada		
01	Fiscalizar estabelecimento industrial de produção avícola	Fiscalização Realizada (Unid.)	12	14	2.740,00	2.518,88		

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIPLAN/SEFAG

Resultados

Tabela 24 - Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
2019 – Fiscalização de Material Genético Animal.	FISCGENE	Fiscalização Realizada (Unid.)	20	12	14	116,67
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
01. Registro de	FISCGENE	Registro	-	-	-	-

Estabelecimentos de Serviços Pecuários.		Realizado (Unid.)				
FÍSICO						
PROCESSO	PI	PRODUTO	Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
02. Renovação de Registro de Estabelecimento de Serviços Pecuários	FISCGENE	Registro Renovado (Unid.)	-	-	-	-
ATIVIDADE						
ATIVIDADE	Quantidade		Unidade			
2.1. Análise documental	-		Unid.			
2.2. Formação de processo	-		Unid.			
2.3. Termo de Fiscalização e Inspeção	14		Unid.			
2.4. Vistoria de estabelecimentos	-		Unid.			
2.5. Computação e análise de relatórios dos estabelecimentos	48		Unid.			

Fonte: SEFAG/DDA/SFA-PB

Análise Crítica de Desempenho

As execuções das atividades de fiscalizações programadas no Plano Operativo Anual 2012, para o PI FISCGENE, se desenvolveram de forma satisfatória, visto que não ocorreu nenhum contratempo de ordem pessoal e/ou financeiro para o desempenho das atividades programadas. Assim, as metas de fiscalizar estabelecimentos registrados no MAPA foram superadas em 16,6% em relação ao PREVISTO CORRIGIDO. Podemos concluir através das inspeções de vistorias realizadas durante o exercício, que houve uma manutenção, e em alguns casos evolução para melhor do status sanitário e de bio-segurança dos estabelecimentos fiscalizados.

Com relação à fiscalização da produção de ovos férteis e pinto de 1 (um) dia, computamos através de relatórios mensais enviados pelas empresas registradas o quantitativo de 74.884.455 ovos férteis e foram produzidos no estado 45.422.684 pintos de 1 (um) dia no ano de 2012.

Como identificação de entraves ao melhor desempenho da atividade, devemos levar em consideração a revisão do atual modelo legal da atividade, que no momento se baseia na Instrução Normativa 56 de 04 de Dezembro de 2007, e que no nosso entendimento deveria contar com instrumentos mais severos que permitissem um maior poder de pressão na aplicação das normas técnicas preconizadas.

Ressalvamos que a superação da meta física de “Fiscalização de Estabelecimento” em 16,6% ocorreu devido a necessidade de uma maior presença fiscal em um determinado estabelecimento registrado.

No que se refere à capacitação de pessoal não houve participação em nenhum evento, relativo à atividade, durante o ano de exercício.

◆ AÇÃO: 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal – FISCINAN

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
Identificação da Ação	
Código	2124
Descrição	Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal
Iniciativa	Código 013F - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários.
Unidade Responsável	DFIP/SDA/MAPA
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)								
Natureza de Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Perc. Utilizado (%)
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3390.14	14.897,25	14.897,25	14.884,36	14.884,36	-	-	14.884,36	99,91
3390.30	1.999,83	1.999,83	1.999,83	1.999,83	-	-	1.999,83	100,00
3390.39	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	-	-	1.600,00	100,00
3390.47	228,74	228,74	228,74	228,74	-	-	228,74	100,00
TOTAL	18.725,82	18.725,82	18.712,93	18.712,93	-	-	18.712,93	99,93
Metas do Exercício Para a Ação								
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira			
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada		
01	Fiscalizar de insumos destinados à alimentação animal	Fiscalização Realizada (Und.)	131	140	18.725,78	18.712,93		

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIPLAN/SEFAG

Resultados

Tabela 25 - Resultados alcançados da ação

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
01. Registro de Estabelecimentos Fabricantes para Alimentação Animal.	FISCINAN	Registro Realizado (Unid.)	-	-	5	-
ATIVIDADE		Quantidade	Unidade			
1.1. Termo de fiscalização.		140	Unid.			
1.2. Coleta de amostra		51	Unid.			
1.3. Auto de infração.		07	Unid.			
1.4. Notificação.		35	Unid.			
1.5. Produto Registrado.		02	Unid.			
1.6. Amostras colhidas.		51	Unid.			
1.7. Amostras analisadas.		51	Unid.			
1.9. Produto Fiscalizado.		1.356	Unid.			
1.10. Produtos Analisados		51	Unid.			
1.11. Reunião Técnica Nacional.		-	Unid.			

Fonte: SEFAG/DDA/SFA-PB

Análise Crítica de Desempenho

A execução das atividades de Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal foram realizadas de acordo com as metas programadas para o exercício e foram prejudicadas com o advento do Decreto 7.689/2012, que limitou gastos com deslocamentos, forçando ao incremento/concentração das ações fiscais nas regiões metropolitanas (não careciam custeio), acarretando indesejadas soluções de continuidade no controle dos processos; mesmo assim, houve uma superação das metas programadas em 6,87%, logo, o resultado foi satisfatório e dentro da realidade física e financeira do PI mencionado.

No exercício de 2012 foram produzidos e/ou importados (França e Espanha), por estabelecimentos do parque industrial do Estado da Paraíba, os alimentos para animais, a seguir: 124.907 toneladas de rações e concentrados, 611,22 toneladas de suplementos minerais, 3.353 toneladas de aditivos tecnológicos, 4.501 toneladas de calcário calcítico, 123.753 toneladas de torta de algodão, 570.906 toneladas de farelo de milho, 205,19 toneladas de suplemento mineral, 762,00 toneladas de aditivos, 264.060 toneladas de farelo de trigo e 611 toneladas de farelo/quirera de arroz.

Em 2012 ocorreu incremento na realização da ação fiscal tanto em Empresas Fabricantes, Comércio, como forma de assegurar a qualidade e inocuidade dos produtos colocados à disposição dos produtores rurais e sociedade. Ressalte-se o longo período de estiagem/seca que assolou a região, com efeitos avassaladores sobre o desempenho da agropecuária regional. Os resultados obtidos com o atingimento das metas excedendo em 6,87% do programado, ocorreu a contento e conforme planejado para o exercício.

Para a execução das atividades do PI-FISCINAN, além do FFA responsável Técnico pelo PI, tivemos a participação direta de Fiscais Federais Agropecuários - FFA's das UTRA's de Campina Grande e Patos.

A liberação dos recursos financeiros contingenciados pelo Decreto 7.446/11 foram utilizados com parcimônia e zelo, em obediência aos princípios da moralidade administrativa.

Em 2012, foi possível realizar auditorias para verificar a implantação da IN 04/2007 relativas a implantação de Boas Práticas de Fabricação, como forma de assegurar a qualidade dos insumos pecuários ofertados.

Não se registrou restos a pagar.

Não se registrou nenhum evento de capacitação.

♦ **AÇÃO: 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – FISPROVET1**

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ								
Identificação da Ação								
Código	2140							
Descrição	Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário							
Iniciativa	Código 013F - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários.							
Unidade Responsável	DFIP/SDA/MAPA							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)								
Natureza de Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Perc. Utilizado (%)
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3390.14	20.592,31	20.592,31	17.886,52	17.886,52	-	-	17.886,52	86,86
3390.30	3.000,66	3.000,66	2.980,85	2.980,85	-	-	2.980,85	99,34
3390.39	1.700,00	1.700,00	1.700,00	1.700,00	-	-	1.700,00	100,00
TOTAL	25.292,97	25.292,97	22.567,37	22.567,37	-	-	22.567,37	89,22
Metas do Exercício Para a Ação								
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira			
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada		
01	Fiscalizar o comércio de produtos de uso veterinário	Produto fiscalizado (Unid.)	440	511	25.292,97	22.567,37		

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIPLAN/SEFAG

Resultados

Tabela 26 - Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário.	FISPROVET1	Produto fiscalizado (Unid.)	240	440	511	116,14
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%

01. Registro de estabelecimentos comerciais de produtos de uso veterinário.	FISPROVET1	Estabelecimento registrado (Unid.)	-	-	66	-
ATIVIDADE		Quantidade	Unidade			
1.1. Termos de fiscalização emitidos.		511	Unidade			
1.2. Análise documental.		473	Unidade			
1.3. Autuação de processo.		147	Unidade			
1.4. Relatoria de processos administrativos		36	Unidade			
1.5. Estabelecimentos comerciais registrados e licenciados.		66	Unidade			
1.6. Estabelecimentos comerciais com licenças para funcionamento renovadas.		290	Unidade			
1.7. Estabelecimentos comerciais com registros e licenças para funcionamento cancelados		24	Unidade			
1.8. Produtos de uso veterinário apreendidos		112	Unidade			
1.10. Autos de infração emitidos.		36	Unidade			
1.11. Notificações emitidas.		189	Unidade			
1.12. Termos de julgamento emitidos		25	Unidade			
1.13. Termos de advertência emitidos.		-	Unidade			
1.14. Autos de multa emitidos		25	Unidade			
1.15. Multas recolhidas		05	Unidade			
1.16. Processos administrativos enviados à Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN)		39	Unidade			
1.17. Participação em reunião técnica nacional, cursos e treinamentos		-	Unidade			
1.18. Total de estabelecimentos comerciais registrados.		423	Unidade			

Fonte: SEFAG/DDA/SFA-PB

Análise Crítica de Desempenho

O Regulamento de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário e dos Estabelecimentos que os Fabriquem ou Comerciem, aprovado pelo Decreto N° 5.053, de 22 de abril 2004, estabelece no seu Art. 4º que “Todo estabelecimento que fabrique, manipule, fracione, envase, rotule, controle a qualidade, comercie, armazene, distribua, importe ou exporte produtos de uso veterinário para si ou para terceiros deve, obrigatoriamente, estar registrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para efeito de licenciamento”.

Apesar de o Estado da Paraíba dispor unicamente de estabelecimentos comerciais, a fiscalização deste segmento de produtos de uso veterinário se revela como uma atividade muito laboriosa já que tem exigido dos envolvidos considerável dedicação e envolvimento, sem os quais se tornaria difícil levar a bom termo a sua execução, tal grande é a quantidade de estabelecimentos por fiscalizar e o trabalho burocrático resultante à ação fiscal. As atividades relacionadas à Ação estão elencadas e quantificadas na Tabela 02 (Resultados).

Considerando a expressiva quantidade de cidades com estabelecimentos comerciais de produtos de uso veterinário e o grande número de estabelecimentos registrados e licenciados; a obrigatoriedade da renovação anual das licenças para funcionamento e ainda a insuficiente força de trabalho disponível, se decidiu pela execução da ação fiscal de forma planejada, donde foi

estabelecido um cronograma de fiscalizações compatível com aquele que foi executado no ano de 2011 onde foram priorizados os estabelecimentos com licenças vencidas ou por vencer e o registro de novos estabelecimentos – alguns, localizados em cidades ainda não contempladas pela fiscalização.

A seguir, apresentam-se detalhadas algumas das atividades desenvolvidas pelo Serviço:

1. Fiscalizações

Foram realizadas em 511 (quinhentos e onze) estabelecimentos, representando um aumento de 31 (trinta e uma) fiscalizações (6,45%) quando comparado com o ano de 2011. Destas, 323 (63,20%), ocorreram nas cidades do interior do estado e 188 (36,80%) em João Pessoa, Bayeux, Santa Rita e Cabedelo. Como resultado, foram renovadas as licenças de 290 (duzentos e noventa) estabelecimentos, cancelados os registros e licenças de 24 (trinta e quatro) e registrados 66 (sessenta e seis). As 121 (23,67%) fiscalizações restantes estão relacionadas a estabelecimentos que estão em processo de registro, foram autuados ou abandonaram as suas atividades comerciais.

Considerando a quantidade de estabelecimentos comerciais existentes nas cidades de João Pessoa, Bayeux, Santa Rita e Cabedelo, com predominância de Pet Shops, se decidiu por incrementar as fiscalizações nestas localidades, o que provocou um aumento de 91 fiscalizações (93,81%) em relação ao ano de 2011.

Quanto à meta física estadual estabelecida pela Coordenação Nacional para a fiscalização de produtos de uso veterinário, de 440 (quatrocentas e quarenta) fiscalizações, a mesma foi superada em 16,14%, uma vez que foram realizadas 71 (setenta e uma) a mais. A meta estabelecida para o mês de agosto não foi alcançada graças à greve dos fiscais ocorrida neste período.

Como suporte e em adição à ação fiscal, empregou-se um contínuo trabalho educativo e de conscientização junto aos comerciantes, no tocante ao cumprimento da legislação em voga.

2. Registro e licenciamento de estabelecimentos

Todos os 381 (trezentos e oitenta e um) estabelecimentos com registro no final do ano de 2011 foram contemplados pela ação fiscal durante o ano de 2012.

Atualmente existem 423 (quatrocentos e vinte e três) estabelecimentos comerciais de produtos de uso veterinário registrados, o que representa um aumento de 42 (quarenta e dois) estabelecimentos ou 11,02%, em relação ao ano de 2011, descontados aqueles que foram cancelados. Quanto à distribuição espacial, estes estabelecimentos estão presentes em 128 (cento e vinte e oito) das 223 (duzentas e vinte e três) cidades do estado, o que representa 57,90% delas. No ano de 2011 esta relação era na ordem de 60,98% ou 136 (cento e trinta e três) estabelecimentos. Observa-se que houve aumento considerável no número de estabelecimentos registrados, porém o número de cidades com estes estabelecimentos foi pouco alterado.

3. Renovação de licença para funcionamento

As renovações foram realizadas de acordo com as solicitações apresentadas pelos interessados. Enquanto no ano de 2011 foram procedidas 256 (67,19% dos registrados), em 2012 este número foi de 290 (68,55% dos registrados). Os demais, 133 (31,44%) estabelecimentos, estão em processo de renovação, não requereram as suas renovações ou não estão com as suas licenças caducas.

Constata-se que alguns comerciantes insistem em não procederem à renovação de suas licenças de funcionamento, a despeito da ação fiscal e do contínuo trabalho de esclarecimento e conscientização empreendido. Por decorrência, estes estabelecimentos têm sido devidamente autuados e penalizados.

4. Cancelamento de registro e de licença para funcionamento

Foram cancelados os registros de 24 (vinte e quatro) estabelecimentos por solicitação dos interessados ou constatação de abandono das suas atividades comerciais. Em comparação com o

ano de 2011, foi observado um decréscimo no número de registros cancelados na ordem de 33,33%, ou 12 estabelecimentos.

5. Autos de infração

O Serviço lavrou 36 (trinta e seis) autos de infração referentes a 34 (trinta e quatro) estabelecimentos comerciais. Estes autos tiveram como motivação a ausência de registro (19), caducidade da vigência da licença para funcionamento (12) ou inconformidades relacionadas aos produtos comercializados (05). O pequeno número de autos relacionados aos produtos comercializados talvez seja motivado pelo trabalho educativo empreendido pela fiscalização; por outro lado, não se observa o mesmo esclarecimento ou preocupação por parte de alguns comerciantes em registrarem os seus estabelecimentos ou procederem à renovação anual das suas licenças para funcionamento, o que explica o considerável número de autos emitidos por estes motivos.

6. Penalidades

A apuração de processos administrativos de fiscalização instaurados nos anos de 2011 e 2012 culminou com a aplicação de penalidades a 25 (vinte e cinco) estabelecimentos, todos eles penalizados com multas, que redundaram no valor total de R\$ 18.900,00 (dezoito mil e novecentos Reais). Dos 25 (vinte e cinco) estabelecimentos penalizados, somente 05 (cinco), ou 20%, recolheram as suas multas, que totalizaram R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos Reais), ou 23,81% do valor total devido ao erário público. Os 20 outros estabelecimentos (80,00%) que não recolheram as suas multas tiveram os seus processos encaminhados à Chefia do Serviço para envio conseqüente à Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN), conforme estabelecido em lei.

7. Apreensão de produtos de uso veterinário

Constatou-se que o contínuo trabalho educativo empreendido junto aos comerciantes, conjuntamente com o emprego da ação fiscal rotineira, levou-os a adotarem práticas que redundaram positivamente na qualidade dos produtos comercializados. Por decorrência, foram apreendidos somente 112 (cento e doze) produtos de uso veterinários, motivados por irregularidades relacionadas ao prazo de validade ou as suas embalagens.

8. Participação em cursos, treinamentos e outras atividades

Não houve participação de Fiscais em cursos ou congêneres. O fiscal Roberto Carlos Rocha de Moura participou, em atenção à solicitação do Departamento de Fiscalização de Insumos Agropecuários (DFIP), de 04 (quatro) forças-tarefas na cidade de Brasília em serviços de relatoria de processos em segunda instância.

9. Informações orçamentárias e financeiras da Ação

Considerando-se as três dotações disponíveis, a execução orçamentária e financeira foi na ordem de 89,22%, tendo sido utilizados 99,34% dos recursos disponíveis na rubrica 33.90.30 (material de consumo), 100,00% da rubrica 33.90.39 (pessoa jurídica) e 86,86% da rubrica 33.90.14 (despesas com diárias – pessoal civil). Em relação ao ano de 2011, houve aumento de 64,00% das despesas na Rubrica 33.90.14, devido ao envolvimento de mais um Fiscal na execução da Ação.

Quanto ao custo por fiscalização realizada, se considerarmos para o cálculo apenas as despesas relacionadas com o pagamento de combustível e diárias, teremos um valor médio de R\$ 40,84 (Quarenta Reais e oitenta e quatro centavos), o que entendemos ser um valor de pequena monta se levarmos em conta resultados advindos. Este valor foi maior que aquele observado no ano de 2011 (R\$ 28,19) em 44,84%, graças ao aumento das despesas na rubrica 33.90.14.

Os recursos financeiros descentralizados, além de suficientes para o atendimento das demandas do setor, foram disponibilizados de forma tempestiva, contribuindo positivamente para a execução do que foi planejado.

10. Força de trabalho

A execução das diversas atividades relacionadas à Ação é realizada diretamente por dois Fiscais do Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários (SEFAG/DDA), apoiados por outros dois das Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (UTRA) nas cidades de Campina Grande e Patos. Também contou com as parcerias da vigilância sanitária, da Secretaria de Saúde do município de Campina Grande, em ação conjunta de fiscalização e do Conselho Regional de Medicina Veterinária na Paraíba – CRMV-PB, no acompanhamento dos trabalhos afetos aos Médicos Veterinários responsáveis técnicos dos estabelecimentos comerciais de produtos de uso veterinário. Também merece registro a chegada de um novo Fiscal em fevereiro, o que contribuiu em muito para os resultados obtidos na Ação.

Quanto ao quantitativo da força de trabalho, identificamos a necessidade premente de que seja colocado à disposição da Ação FISPROVET 1 um funcionário de nível médio para auxiliar os fiscais na execução das diversas atividades burocráticas existentes.

11. Cumprimento da meta física

Considerando-se que a única meta física estabelecida para a Ação era a realização de quatrocentas e quarenta fiscalizações (440) e foram executadas quinhentas e onze (511), a meta foi superada em 16,14%, ou 71 (setenta e uma) a mais. Esta superação ocorreu graças ao incremento da fiscalização e à disponibilização de recursos financeiros, de forma tempestiva, por parte do órgão central. Merece igualmente registro o empenho e apoio prestado pelo Chefe do Serviço.

Para a execução da Ação, o Serviço contou com o apoio das Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (UTRA) nas cidades de Campina Grande e Patos, realizou fiscalização conjunta com a vigilância sanitária, da Secretaria de Saúde do município de Campina Grande e estabeleceu parceria com o Conselho Regional de Medicina Veterinária na Paraíba – CRMV-PB no trato dos assuntos relacionados à responsabilidade técnica.

12. Considerações finais

Apesar do elevado número de atividades relacionadas à ação fiscal, os resultados obtidos se mostraram satisfatórios, já que a meta foi superada. Em adição, registramos o imenso número de atividades burocráticas elencadas e descritas neste relatório, que, embora necessárias e indispensáveis, consumiram um considerável espaço de tempo dos fiscais envolvidos, levando-os a executarem atividades que poderiam ser realizadas por funcionário de nível médio. Por decorrência, ratifica-se a necessidade de um maior apoio administrativo a este setor de fiscalização.

Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG

Equipe de Trabalho

Adalberto Nunes Soares – Eng. Agrônomo – Assistente Técnico Nível Superior – Chefe.
Manoel Octávio Silveira da Mota – Zootecnista - Fiscal Federal Agropecuário – Chefe Substituto.
Virgínio Carneiro da Silva – Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário.
Hermes Ferreira Barbosa – Eng. Agrônomo – Fiscal Federal Agropecuário.
Hermano Cavalcanti Leite - Auxiliar de Administração.
Cícera Medeiros de Araújo - Auxiliar de Administração.
Liana Inêz Valério dos Santos – Digitadora (terceirizada).

O DPDAG é composto pelos seguintes Programas, Objetivos, Iniciativas e respectivas Ações relacionadas a seguir:

➤ PROGRAMA: 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

◆ OBJETIVO 0743 - Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e

adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários. (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).

Unidade responsável: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC / MAPA.

♦ INICIATIVA: Código 02WU - Promoção da substituição da agricultura tradicional por outra de base sustentável, conservacionista, tecnificada, de baixa emissão de gases de efeito estufa e elevada fixação de carbono no solo e nas plantas (Plano ABC).

♦ AÇÃO: 8593 – Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – ORGMANEJO2

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ								
Identificação da Ação								
Código	8593							
Descrição	Apoio ao desenvolvimento de agricultura de baixa emissão de carbono							
Iniciativa	Código 02WU - Promoção da substituição da agricultura tradicional por outra de base sustentável, conservacionista, tecnificada, de baixa emissão de gases de efeito estufa e elevada fixação de carbono no solo e nas plantas (Plano ABC).							
Unidade Responsável	DEPROS/SDC/MAPA							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)								
Natureza de Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Perc. Utilizado (%)
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3390.14	849,12	849,12	849,12	849,12	-	-	849,12	100,00
3390.30	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	-	-	2.250,00	100,00
TOTAL	3.099,12	3.099,12	3.099,12	3.099,12	-	-	3.099,12	100,00
Metas do Exercício Para a Ação								
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		Prevista	Realizada
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada		
-	*	-	-	-	-	-	3.099,12	3.099,12

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIPLAN/DPDAG

* A Coordenação deste PI não estabeleceu nenhum tipo de meta para a DPDAG.

Resultados

Tabela 27- Resultados alcançados da ação

ATIVIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE
1.1. Acompanhar o coordenador de manejo dos sistemas produtivos da DEPROS/MAPA no acompanhamento do Termo de Cooperação com a EMBRAPA ALGODÃO. Mês: Março Local: Campina Grande/PB.	01	Fiscalização/acompanhamento
1.2. Ministrara palestra no seminário sobre manejo e conservação do solo na Paraíba. Mês: Abril Local: Mogeiro/PB.	01	palestra
1.3. Acompanhar as atividades de conservação de solo realizadas pela EMBRAPA ALGODÃO nas unidades de demonstração implantadas nos municípios Mês: Setembro. Local: Campina Grande, Lagoa Seca, Campina Grande, Pocinhos, Mogeiro.	01	Fiscalização/acompanhamento

1.4. Participar de reunião com o Secretário do Estado de Desenvolvimento Agropecuário sobre o Programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono). Mês: Outubro. Local: Campina Grande.	01	reunião
1.5. Reunião Técnica com diferentes instituições parceiras para divulgação do Programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono). Mês: Março. Local: João Pessoa/PB.	01	reunião

Fonte: DPDAG

Análise Crítica de Desempenho

As ações do PI ORGMANEJO foram voltadas para a divulgação, sensibilização e implantação do Programa Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC) no Estado da Paraíba.

No ano de 2012, técnicos da Empresa Paraibana de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/PB) foram capacitados, com foco principal na conservação do solo, um dos eixos do Programa ABC. O Estado da Paraíba possui grande parte de seu solo susceptível à desertificação, devido às suas características químicas e físicas, bem como ao manejo incorreto praticado por muitos agricultores, muitas vezes por desconhecimento de algumas práticas conservacionistas. Grandes áreas já se encontram sob este processo, prejudicando consideravelmente a fertilidade do mesmo e causando prejuízos ao produtor rural.

Já no mês de março de 2012, o Coordenador Nacional do Programa ABC veio à Paraíba com a finalidade de divulgar e iniciar o processo de implementação do Programa ABC no Estado. Várias instituições parceiras foram convidadas e, devido ao fato da Coordenação do Programa ficar a cargo da Secretaria Estadual de Agricultura, representantes da mesma foram convidados para assumir o papel nesta Coordenação. Infelizmente este evento não sensibilizou os gestores estaduais da referida Secretaria.

Nesta mesma visita do Coordenador, o mesmo também visitou unidades demonstrativas dentro de áreas de produtores selecionados através do termo de Cooperação celebrado com a EMBRAPA ALGODÃO em 2012, acompanhado da equipe da DPDAG. Nestas áreas vêm sendo realizadas práticas de conservação de solo e água, tais como terraceamento e plantio em nível, disponibilizando aos produtores a possibilidade de verificar *in loco* as mudanças que estas práticas podem acarretar. Foi verificado que as unidades demonstrativas já haviam sido instaladas, porém resultados ainda não puderam ser analisados, devido ao fato de que as mesmas haviam sido recém instaladas.

No mês de abril, o técnico da DPDAG ministrou palestra sobre o Programa ABC no município de Mogeiro, em parceria com outras instituições, visando à divulgação ainda maior sobre o que é o Programa ABC, qual sua finalidade, recursos disponíveis, áreas prioritárias, etc. Outras visitas foram realizadas às unidades demonstrativas e foi verificado o desenvolvimento das mesmas, no entanto ainda é cedo para se chegar a qualquer resultado.

No decorrer do ano de 2012 houve mais tentativas de sensibilização do Sr. Secretário Estadual de Agricultura sobre a importância da implementação do ABC no Estado da Paraíba. Ocorreram reuniões, ofícios foram enviados e o Coordenador Nacional voltou à João Pessoa para tentar viabilizar esta ação, porém os resultados não foram satisfatórios.

Espera-se para o ano de 2013 que o Comitê Gestor do programa ABC no Estado da Paraíba seja definitivamente instalado e, com isso, delinear as ações prioritárias ao nosso Estado.

◆ OBJETIVO 0744 - Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.

Unidade responsável: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC / MAPA

◆ INICIATIVA: Código 02X3 - Fiscalização e aplicação de outros mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica, entregando à sociedade produtos orgânicos com qualidade oficialmente controlada.

◆ AÇÃO: 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica – CERTORGAN1

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ								
Identificação da Ação								
Código	4720							
Descrição	Aplicação de mecanismos de garantia da qualidade orgânica – CERTORGAN1							
Iniciativa	Código 02X3 - Fiscalização e aplicação de outros mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica, entregando à sociedade produtos orgânicos com qualidade oficialmente controlada.							
Unidade Responsável	DEPROS/SDC/MAPA							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)								
Natureza de Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Perc. Utilizado (%)
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3390.14	2.755,56	2.755,56	2.755,56	2.755,56	-	-	2.755,56	100,00
3390.30	3.259,71	3.259,71	2.921,61	2.676,84	-	244,77	2.676,84	89,63
3390.33	2.704,66	2.704,66	2.704,66	2.704,66	-	-	2.704,66	100,00
TOTAL	8.719,93	8.719,93	8.381,83	8.137,06	-	244,77*	8.137,06	96,12
Metas do Exercício Para a Ação								
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira			
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada		
1	Aplicar mecanismos de garantia da qualidade orgânica	Unidade Controlada	02	04	8.719,93	8.381,83		

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIPLAN/DPDAG

*Os restos a pagar não processados refere-se à aquisição de material de informática utilizados na impressão dos certificados de conformidade orgânica.

Resultados

Tabela 28 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
4720 - Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica	CERTORGAN1	Unidade Controlada	02	-	04	200
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
01. Credenciamento e Fiscalização do Exercício de Entidades Certificadoras de Produtos Orgânicos por Técnicos do MAPA.	CERTORGAN1	Unidade Controlada	-	-	-	-
ATIVIDADE			Quantidade	Unidade		

1.1 Capacitação em auditoria na aplicação dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica. Período: outubro Local: Brasília/DF	01	treinamento
1.2. Entrega de materiais aos agricultores agroecológicos cadastrados. Período: junho. Local: Campina Grande e Lagoa Seca/PB	01	divulgação
1.3. Participação em evento no sindicato dos trabalhadores rurais sobre mecanismos de avaliação e informações da qualidade orgânica. Período: junho Local: Jacaraú	01	seminário
1.4. Participação em reunião da comissão orgânica da Paraíba onde foram discutidos assuntos das criações dos SPG's e apresentação de trabalhos. Período: setembro Local: Campina Grande/PB	01	reunião
1.5 Participação e coordenação de seminário sobre certificação do sistema orgânico de produção e sensibilização para a criação de uma associação de apoio às OCS (Organizações de Controle Social). Período: novembro Local: Campina Grande/PB	01	seminário
1.6. Coordenação de oficina de mecanismo de avaliação de sistema participativo de avaliação da conformidade orgânica. Período: março Local: Campina Grande/PB	01	oficina
1.7. Cadastramento de OCS Período: agosto. Local: Pedras de Fogo/PB	01	reunião
1.8. Planejamento e realização de eleição para o representante do Estado da Paraíba na Comissão Nacional da Produção Orgânica (CNPOrg). Período: março. Local: João Pessoa/PB	01	assembléia

Fonte: DPDAG /SFA-PB

Análise Crítica de Desempenho

Com a expansão da produção e comercialização dos alimentos orgânicos, por conta de uma demanda cada vez maior dos consumidores finais, o ano de 2012 exigiu uma presença fiscalizadora cada vez maior da DPDAG/PB, com a finalidade de garantir a credibilidade e qualidade dos produtos orgânicos. Para isto, ocorreram treinamentos dos fiscais que estarão envolvidos nesta garantia da conformidade orgânica, bem como o repasse de informações sobre a legislação em vigor à técnicos e produtores envolvidos neste segmento produtivo.

O fator determinante para a superação da meta em 200% foi o cadastramento de mais duas OCS (Organismo de Controle Social de Vendas Diretas sem Certificação) na região do anel do brejo, além da meta programada.

O PI CERTORGAN1 – Certificação da Produção Orgânica de Alimento tem como finalidade garantir ao consumidor a identidade e a qualidade dos produtos orgânicos. Uma atividade eminentemente fiscalizadora, porém até a publicação do Decreto Lei 6.323 de 27 de dezembro de 2007 que regulamentou a Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003, não havia o foco direcionado à fiscalização pelo MAPA, já que o mesmo era direcionado ao fomento através das ações, tais como: Organização e Capacitação de Agentes Atuantes em Produção Orgânica, Fomento ao Uso de Produtos e Processos Apropriados a Produção Orgânica.

Com a Regulamentação da Lei, as ações do CERTORGAN1 passam a ocupar um maior espaço de trabalho, visto que a atividade fiscalizadora torna-se imperiosa, para atender a referida

Lei. Portanto, conforme a regulamentação inerente, toda produção orgânica de origem animal ou vegetal obrigatoriamente estará sujeita à fiscalização e deverá ser certificada ou cadastrada junto a SFA/PB. Os mecanismos de garantia da qualidade da produção orgânica são assegurados pelos Sistemas: A - Certificação por Auditoria, B – Sistema Participativo de Garantia, C – Controle Social para a Venda Direta sem Certificação.

Outro fator importante a ser destacado é a complexidade da referida legislação. A mesma abrange toda produção animal e vegetal, além do extrativismo e contempla cosméticos, restaurantes e outros setores. Diante disso, a própria Coordenação de Agroecologia (COAGRE/SDC/MAPA) recomendou que fosse dado mais tempo para o entendimento correto por parte dos produtores da referida lei, priorizando-se a orientação antes da punição.

Diante disso, conforme descrito na tabela de atividades apresentada acima, muitas das ações do PI CERTORGAN1 destinaram-se à divulgação e capacitação da legislação sobre os mecanismos de avaliação da conformidade orgânica.

◆ INICIATIVA: Código 02X9 - Promoção da sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias.

◆ AÇÃO: 8598 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias– APOIOPEC

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ								
Identificação da Ação								
Código	8598							
Descrição	Apoio Ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias– APOIOPEC							
Iniciativa	Código 02X9 - Promoção da sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias.							
Unidade Responsável	DEPROS/SDC/MAPA							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)								
Natureza de Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Perc. Utilizado (%)
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3390.39	7.868,00	7.868,00	7.868,00	7.868,00	-	-	7.868,00	100,00
3390.93	1.034,80	1.034,80	1.034,80	1.034,80	-	-	1.034,80	100,00
TOTAL	8.902,80	8.902,80	8.902,80	8.902,80	-	-	8.902,80	100,00
Metas do Exercício Para a Ação								
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		Prevista	Realizada
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada		
-	*	-	-	-	-	-	8.902,80	8.902,80

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIPLAN/DPDAG

* A Coordenação deste PI não estabeleceu nenhum tipo de meta para a DPDAG.

Análise Crítica de Desempenho

Os recursos utilizados acima, disponibilizados pelo PI APOIOPEC, foram utilizados no apoio ao evento intitulado “Simpósio Brasileiro de Melhoramento Genético”, realizado em junho na capital João Pessoa. Cabe ressaltar que os recursos foram negociados diretamente entre a Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária (EMEPA) e a Coordenação em Brasília. A DPDAG só foi informada quando os recursos foram descentralizados, portanto não participou do processo. Há um grande distanciamento por parte da Coordenação e não foram disponibilizados recursos para trabalho com as cadeias produtivas de maior relevância na Paraíba, como é o caso da caprinocultura.

◆ AÇÃO: 8591 – Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Cadeias Produtivas Agrícolas – APOIOAGRIC

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ								
Identificação da Ação								
Código	8591							
Descrição	Apoio ao desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agrícolas							
Iniciativa	Código 02X9 - Promoção da sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias.							
Unidade Responsável	DEPROS/SDC/MAPA							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)								
Natureza de Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Perc. Utilizado (%)
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3390.14	531,00	531,00	224,04	224,04	-	-	224,04	42,19
3390.30	400,00	400,00	400,00	400,00	-	-	400,00	100,00
3390.36	88,50	88,50	88,50	88,50	-	-	88,50	100,00
TOTAL	1.019,50	1.019,50	712,54	712,54	-	-	712,54	69,90
Metas do Exercício Para a Ação								
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira			
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada		
-	*	-	-	-	-	1.019,50	712,54	

Fonte: SIAFI GERNICIAL/SIPLAN/DPDAG

* A Coordenação deste PI não estabeleceu nenhum tipo de meta para a DPDAG.

Análise Crítica de Desempenho

No ano de 2012 os recursos do PI APOIOAGRIC, como a maioria dos outros PIs, sofreu uma redução drástica na descentralização de recursos, ocasionando descontinuidade de várias ações que vinham sendo implementadas ao longo dos anos anteriores e prejudicando os trabalhos em parceria e a credibilidade do MAPA.

Portanto, os poucos recursos disponibilizados pela Coordenação, foram utilizados com a finalidade de se realizar uma visita técnica para analisar a viabilidade de um projeto de cajucultura para a região do município de Tacima/PB, em novembro. Verificou-se que existia a viabilidade e o projeto foi elaborado em parceria com o Governo do Estado. Para o ano de 2013, espera-se que o referido projeto seja aprovado e se inicie mais uma ação de desenvolvimento regional sustentável.

◆ INICIATIVA: Código 02XB - Promoção do desenvolvimento da Agricultura Orgânica pelo aumento do acesso às tecnologias apropriadas e pela ampliação dos mercados de produtos orgânicos por meio de campanhas de conscientização.

◆ AÇÃO: 8606 – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico – DESENORG

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ								
Identificação da Ação								
Código	8606							
Descrição	Desenvolvimento da agricultura orgânica – pró-orgânico							
Iniciativa	Código 02XB - Promoção do desenvolvimento da Agricultura Orgânica pelo aumento do acesso às tecnologias apropriadas e pela ampliação dos mercados de produtos orgânicos por meio de campanhas de conscientização.							
Unidade Responsável	DEPROS/SDC/MAPA							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)								
Natureza de	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Perc. Utilizado
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não		

Despesa						Processados		(%)
3390.14	597,44	597,44	448,08	448,08	-	-	448,08	75,00
3390.30	4.023,91	4.023,91	4.023,91	4.023,91	-	-	4.023,91	100,00
TOTAL	4.621,35	4.621,35	4.471,99	4.471,99	-	-	4.471,99	96,77
Metas do Exercício Para a Ação								
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira			
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada		
1	Promover o desenvolvimento da agricultura orgânica	Pessoa Beneficiada (Unid.)	250	300	4.621,35	4.471,99		

Fonte: SIAFI GERNICIAL/SIPLAN/DPDAG

Resultados

Tabela 29 - Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
8606 - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-orgânico	DESENORG	Pessoa Beneficiada (Unid.)	250	300	300	120
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
01. Informação, Fomento e Treinamento em Sistemas de Produção Agropecuários.	DESENORG	Pessoa Beneficiada (Unid.)				
ATIVIDADE			QUANTIDADE	UNIDADE		
1.1. Palestra sobre Produção Orgânica. Mês: setembro Local: Jacarau/PB			01	palestra		
1.2. Planejamento e Coordenação de Oficina sobre Bancos Comunitários de Sementes e Adubação Verde. Mês: maio Local: Lagoa Seca/PB			01	oficina		
1.3. Planejamento e realização de reuniões da Comissão Estadual da Produção Orgânica (CPOrg) Mês: fevereiro, maio, setembro e dezembro Local: Campina Grande/PB			04	reunião		
1.4. Planejamento e realização da 8ª Semana do Orgânico. Mês: maio Local: João Pessoa, Campina Grande, Monteiro, Lagoa Seca, Congo, Jacaraú e Alhandra/PB			07	evento		
1.5. Visita técnica e distribuição de sementes de adubos verdes. Mês: abril, junho, agosto e novembro Local: Congo, Monteiro, Sumé e Lucena/PB			04	visita técnica		
1.6. Distribuição de material de divulgação. Mês: fevereiro, abril, maio, junho, julho, setembro, outubro, novembro Local: Estado da Paraíba			08	divulgação		

Fonte: DPDAG /SFA-PB

Análise Crítica de Desempenho

As ações desenvolvidas pelo PI DESENORG, no ano de 2012, foram focadas na consolidação da CPOrg (Comissão Estadual de Orgânico da PB) como instância central das discussões e planejamento de políticas públicas para o fomento e desenvolvimento da agricultura orgânica no estado da Paraíba.

O aumento do número de pessoas beneficiadas ocorreu devido à demanda cada vez maior dos agricultores familiares vinculados às OCS's (Organismo de Controle Social de Vendas Diretas sem Certificação) e a participação dessas pessoas nos cursos de capacitação e palestras.

Conforme mencionado na tabela de atividades, foram realizadas 04 reuniões da referida Comissão, todas elas com debates de alto nível e participativas, ocasionando um espaço interessante e saudável para os debates e encaminhamentos.

A DPDAG/PB também planejou e executou a 8ª Semana do Alimento Orgânico, em parceria com diversas entidades que atuam neste segmento. A Semana do Alimento Orgânico já se tornou uma tradição no mês de maio, compreendendo diversas ações em vários municípios paraibanos, tais como: distribuição de material de divulgação, realização de seminários curtos, palestras em escolas, abordagem e contato com consumidores de feiras livres orgânicas, etc.

Com relação ao Programa Banco Comunitário de Sementes de Adubos Verdes, o mesmo teve expansão em nosso estado, com distribuição de 59 kg de sementes de mucuna preta, feijão guandu e crotalaria, para diversos agricultores em todas as regiões da Paraíba. Nota-se, em alguns casos, grande aceitação por parte dos produtores e resultados satisfatórios em suas culturas orgânicas.

Apesar destes resultados, os mesmos poderiam ser bem melhores se houvesse um maior repasse de recursos para este PI, uma vez que a agricultura orgânica vem se expandindo bastante na Paraíba, tanto em número de feiras agroecológicas espalhadas nos municípios, como no aumento da área plantada e diversificação de produtos ofertados.

♦ OBJETIVO 0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.

Unidade responsável: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC / MAPA

♦ INICIATIVA: Código 02XH - Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário.

♦ AÇÃO: 2B17 – Fiscalização de Contratos de Repasse – **FISCONTRATO**

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ								
Identificação da Ação								
Código	2B17							
Descrição	Fiscalização de contratos de repasse							
Iniciativa	Código 02XH - Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário.							
Unidade Responsável	DIEL/SDC/MAPA							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)								
Natureza de Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Perc. Utilizado (%)
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3390.14	802,10	802,10	802,10	802,10	-	-	802,10	100,00
3390.30	140,00	140,00	140,00	140,00	-	-	140,00	100,00
TOTAL	942,10	942,10	942,10	942,10	-	-	942,10	100,00
Metas do Exercício Para a Ação								
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		Prevista	Realizada
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada		
-	*	-	-	-	-	-	942,10	942,10

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIPLAN/DPDAG

* A Coordenação deste PI não estabeleceu nenhum tipo de meta para a DPDAG.

Análise Crítica de Desempenho

Com relação às ações relativas ao PI FISCONTRATO, os recursos liberados foram destinados à fiscalização dos Contratos de Repasse celebrados entre o MAPA e as Prefeituras, verificando-se *in loco* se os objetos previstos no Plano de Trabalho estavam sendo utilizados de acordo com o preconizado. Foram realizadas fiscalizações de contratos de repasse/emendas parlamentares em 05 municípios de Sobrado, Mari, Sertãozinho, Juripiranga e Gado Bravo no Estado da Paraíba. Infelizmente os recursos disponibilizados foram escassos e apenas contemplaram a visita *in loco* destes 05 municípios. Espera-se que para o ano de 2013 ocorra aumento no repasse de recursos para as fiscalizações, uma vez que esta atividade é de suma importância para a verificação dos verdadeiros objetivos inseridos no Plano de Trabalho.

A DPDAG analisou 80 (oitenta) Projetos de Emendas Parlamentares em 2012, oriundos do Orçamento Geral da União (OGU), contemplando 57 municípios do Estado da Paraíba, no valor total de R\$ 26.082.001,98 (vinte e seis milhões, oitenta e dois mil e um e noventa e oito centavos), os quais encontram-se na Gerência de Apoio ao Desenvolvimento Urbano (GIDUR), da Caixa Econômica Federal da Paraíba – Agência Cabo Branco, em fase de contratação.

Dos 80 (oitenta) projetos analisados, 79 (setenta e nove) foram aprovados. Dos 79 (setenta e nove) aprovados, 74 (setenta e quatro) destinaram-se à Aquisição de Patrulha Mecanizada, 03 (três) para Construção de Mercado Público, 01 (um) para Construção de Central de Comercialização de Produtos Agropecuários e 01 (um) para Recuperação de Estrada Vicinal, discriminados na tabela abaixo:

Tabela 30 – Contratos de Repasse 2012

Contrato de Repasse 2012			
MUNICÍPIO	SICONV	OBJETO	VALOR (R\$)
1. ALAGOINHA	002084/2012	Construção de Matadouro Público	390.000,00
2. SÃO J. BONFIM	002671/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	487.500,00
3. POMBAL	029288/2012	Construção Central de Comercialização	975.000,00
4. AREAL	025959/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	390.000,00
5. PIRPIRITUBA	003571/2012	Reforma de Mercado Público	390.000,00
6. LAGOA	052475/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
7. SUMÉ	025828/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
8. SANTA CECÍLIA	023807/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
9. MATURÉIA	020331/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
10. BARRA DE SANTA ROSA	020770/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	243.750,00
11. QUEIMADAS	022120/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	243.750,00
12. JUNCO DO SERIDÓ	036277/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	136.500,00
13. LOGRADOURO	022139/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	136.500,00
14. BELÉM BREJO CRUZ	022121/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
15. ASSUNÇÃO	125031/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
16. APARECIDA	026147/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
17. SUMÉ	029319/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	97.500,00
18. SÃO FRANCISCO	023440/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	770.250,00
19. MONTEIRO	033701/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00

20. RIO TINTO	027262/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	390.000,00
21. SÃO JOÃO DO CARIRI	028109/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
22. SÃO JOSÉ BREJO CRUZ	026093/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
23. ARARUNA	034567/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
24. MATO GROSSO	053169/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	292.500,00
25. MATURÉIA	025416/2012	Estradas Vicinais	390.000,00
26. TENÓRIO	029042/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	243.750,00
27. PAULISTA	033204/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
28. LAGOA DE DENTRO	031645/2012	Construção de Matadouro Público	585.000,00
29. BARRA DE SÃO MIGUEL	031539/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	370.500,00
30. GADO BRAVO	031577/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	146.250,00
31. CONCEIÇÃO	033643/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	224.250,00
32. PILÕES	033640/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	224.250,00
33. MONTEIRO	033988/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	243.750,00
34. SÃO JOÃO DO TIGRE	034309/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	243.750,00
35. SANTA CRUZ	033236/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
36. SÃO JOSÉ DE PRINCESA	033224/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	146.250,00
37. VISTA SERRANA	033219/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	146.250,00
38. IGARACY	033859/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	234.750,00
39. REMÍGIO	033852/2012	Construção de Matadouro Público	975.000,00
40. FAGUNDES	033926/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	243.750,00
41. SANTA CRUZ	034266/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	126.750,00
42. SÃO JOÃO DO TIGRE	034942/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
43. SÃO JOÃO DO TIGRE	050578/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	487.500,00
44. SOLEDADE	043244/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	487.500,00
45. CUBATI	049510/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
46. VÁRZEA	047902/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	243.750,00
47. UIRAÚNA	054142/2012	Recuperação de Estrada Vicinal	390.000,00
48. SANTA HELENA	054177/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
49. POÇO DANTAS	051342/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	487.500,00
50. RIO TINTO	051242/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	146.250,00
51. VIEIRÓPOLIS	052084/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	146.250,00
52. CAJAZEIRINHAS	051654/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	156.000,99
53. GADO BRAVO	052621/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	487.500,00
54. CAMALAÚ	049519/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
55. BOA VISTA	052459/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	390.000,00
56. PAULISTA	048799/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	243.750,00
57. SÃO BENTO	048702/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	243.750,00

58. GADO BRAVO	050504/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	263.250,00
59. CUITÉ	048009/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	438.750,00
60. BOM SUCESSO	053823/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	243.750,00
61. MARI	053076/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	390.000,00
62. SANTA HELENA	053120/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	390.000,00
63. BARRA DE SÃO MIGUEL	048577/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	536.250,99
64. PILAR	053126/2012	Aquis. Patrulha Mecanizada	390.000,00
65. ALCANTIL	053110/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	390.000,00
66. SANTA CECÍLIA	053109/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	390.000,00
67. SOBRADO	054055/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	195.000,00
68. BORBOREMA	054402/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	536.250,00
69. SÃO JOÃO DO TIGRE	054839/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	243.750,00
70. SOLEDADE	043244/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	487.500,00
71. PATOS	054255/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	487.500,00
72. SERRA DA RAÍZ	054707/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	243.750,00
73. LUCENA	004291/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	117.000,00
74. S. J. DE LAGOA TAPADA	054613/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	585.000,00
75. NATUBA	055360/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	487.500,00
76. SUMÉ	054676/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	243.750,00
77. SÃO BENTO	054693/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	243.750,00
78. ALCANTIL	054604/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	243.750,00
79. PEDRO REGIS	026462/2012	Aquis. de Patrulha Mecanizada	214.500,00
TOTAL			26.082.001,98

Fonte: DPDAG/SFA-PB

Espera-se que com os recursos das emendas parlamentares que sejam celebrados junto à Caixa Econômica Federal sejam beneficiados direta e indiretamente cerca de 320.000 (trezentos e vinte mil) produtores rurais e a população em geral dos municípios citados acima.

Para o ano de 2013, a DPDAG pretende realizar seminários e treinamentos visando informar aos gestores municipais outros objetos de contratação, pois nota-se, pela tabela acima, que a maioria se concentra em Patrulha Mecanizada, porém existem muitos outros objetos que podem acarretar um maior desenvolvimento do município.

Por fim, em se tratando de Contrato de Repasse, de acordo com a Portaria N°. 1.232, de 23 de dezembro de 2008, os planos de trabalho deverão ser analisados pela DPDAG/SFA-PB para análise de compatibilidade do objeto proposto com as ações regidas pela citada portaria e o seu respectivo enquadramento em relação aos dados cadastrais, programáticos e orçamentários, sendo de sua responsabilidade o deferimento ou indeferimento para alterações, reformulações ou complementações das informações prestadas pelo proponente.

A Caixa é a responsável pela celebração dos Contratos de repasse com os municípios.

◆ INICIATIVA: Código 02XO - Elaboração de estudos que visem a redução do custo logístico da movimentação de produtos agropecuários destinados ao abastecimento e à exportação.

◆ AÇÃO: 20SR Estudos de Infraestrutura e Logística da Produção – **INFRALOG**

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ								
Identificação da Ação								
Código	20SR							
Descrição	Estudos de infraestrutura e logística da produção							
Iniciativa	Código 02XO - Elaboração de estudos que visem a redução do custo logístico da movimentação de produtos agropecuários destinados ao abastecimento e à exportação.							
Unidade Responsável	DIEL/SDC/MAPA							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)								
Natureza de Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Perc. Utilizado (%)
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3390.14	1.282,61	1.282,61	1.282,61	1.282,61	-	-	1.282,61	100,00
3390.33	2.221,80	2.221,80	2.172,49	2.172,49	2.172,49	-	-	97,78
TOTAL	3.504,41	3.504,41	3.455,10	3.455,10	2.172,49	-	1.282,61	98,59
Metas do Exercício Para a Ação								
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira			
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada		
-	*	-	-	-	3.504,41	3.455,10		

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIPLAN/DPDAG

* A Coordenação deste PI não estabeleceu nenhum tipo de meta para a DPDAG

Análise Crítica de Desempenho Anual

O PI INFRALOG é um PI novo nos trabalhos da DPDAG/PB e no ano de 2012 os recursos foram destinados à capacitação de um fiscal federal agropecuário no Curso de Formação no Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras, realizado em Londrina/PR, no mês de novembro. Esta capacitação diz respeito à importância da qualidade dos grãos armazenados para o consumidor final. Foram abordados procedimentos de fiscalização, compreendendo itens como o cadastramento das unidades, localização, isolamento, acesso, infraestrutura, ambiente de atendimento ao público, armazenagem de grãos, sistema de pesagem, sistema de movimentação do produto, sistema de limpeza e secagem e certificação das unidades armazenadoras.

Durante o curso, foram realizadas visitas à experimentos de soja no campo, casa de vegetação, laboratórios e uma aula prática com visita à 04 unidades armazenadoras nos níveis: fazenda, coletora, intermediária e terminal.

Para o ano de 2013 a expectativa é que os recursos do PI INFRALOG sejam direcionados também à ações destinadas ao escoamento da produção agropecuária e melhoria das estradas vicinais no Estado da Paraíba.

Os restos a pagar processados referem-se as passagens aéreas que foram liquidadas e não pagas até 31/12, devido à inoperabilidade do sistema. O pagamento foi efetuado na primeira semana de janeiro/13, quando da disponibilidade do sistema.

➤ PROGRAMA: 2042 – Inovações para a Agropecuária

◆ OBJETIVO 0969 - Fomentar a inovação na agropecuária, com ênfase na disseminação da cultura de propriedade intelectual e no desenvolvimento da biotecnologia, da agricultura de precisão, da proteção de cultivares, da indicação geográfica e marcas coletivas, visando às necessidades do pequeno e médio produtor e à competitividade e agregação de valor aos processos, produtos, sistemas e serviços agropecuários.

Unidade responsável: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC / MAPA

◆ INICIATIVA: Código 044I - Conservação, valorização e uso sustentável dos recursos genéticos para a agricultura e alimentação - RENEAGRO.

◆ AÇÃO: 8949 – Fomento à Conservação e ao Uso Sustentável de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação – **REGENAGRO**

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ								
Identificação da Ação								
Código	8949							
Descrição	Fomento à conservação e ao uso sustentável de recursos genéticos para agricultura e alimentação							
Iniciativa	Código 044I - Conservação, valorização e uso sustentável dos recursos genéticos para a agricultura e alimentação - RENEAGRO.							
Unidade Responsável	DEPTA/SDC/MAPA							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)								
Natureza de Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Perc. Utilizado (%)
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3390.14	642,33	642,33	404,47	404,47	-	-	404,47	62,97
3390.30	448,00	448,00	448,00	448,00	-	-	448,00	100,00
TOTAL	1.090,33	1.090,33	852,47	852,47	-	-	852,47	78,18
Metas do Exercício Para a Ação								
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira			
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada		
-	*	-	-	-	-	1.090,33	852,47	

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIPLAN/DPDAG

* Com relação a este PI não foram estabelecidas metas físicas pela Coordenação de Apoio e Promoção da Tecnologia Agropecuária – CAPTA. Os trabalhos realizados foram de acordo com as demandas surgidas a nível estadual e demandadas da própria CAPTA.

Resultados

Tabela 31 – Resultados alcançados da ação

ATIVIDADES	QUANTIDADE	UNIDADE
1.1. Participar a convite, do seminário “Pesquisa e a política de sementes do semiárido”. Período: Maio Local: Lagoa Seca	01	seminário
1.2. Participar de reunião do Fórum de Fruticultura do Vale do Piranhas. Período: Dezembro. Local: Lagoa Seca	01	reunião
1.3. Participação no Congresso Brasileiro de Agricultura de Precisão. Período: Setembro. Local: Ribeirão Preto/SP	01	congresso

Fonte: DPDAG/SFA-PB

Análise Crítica de Desempenho

No ano de 2012, as ações referentes ao PI REGENAGRO se dividiram em duas vertentes, conforme orientação da Coordenação Nacional: prospecção de potenciais produtos e capacitação dos fiscais federais agropecuários no segmento dos recursos genéticos e agricultura de precisão.

Na prospecção de potenciais produtos, empresas de pesquisas agropecuárias estaduais (EMEPA) e nacionais (EMBRAPA) foram contatadas ao longo do ano, surgindo dois produtos

nativos a serem trabalhados em conjunto: mangaba e cajá. O objetivo geral é a manutenção dos jardins clonais e bancos de germoplasma da EMEPA, bem como o mapeamento dos locais de ocorrência destas duas espécies frutíferas de interesse econômico para o Estado da Paraíba.

Ao final, foi elaborado Plano de Trabalho para celebração de convênio entre a EMEPA e o MAPA, com a finalidade de repasse de recursos para realização das atividades descritas acima. A referida proposta foi inserida no SICONV, entretanto o convênio não foi celebrado, pois, segundo a Coordenação em Brasília, os recursos foram destinados ao combate à seca. Lamenta-se o fato de que, após todo esse trabalho e expectativa, os recursos não foram liberados.

Com relação à capacitação dos fiscais federais agropecuários, a participação em seminários e congressos relativos ao tema foi de extrema relevância para um maior conhecimento desta área e possíveis levantamentos de demandas e projetos a serem elaborados para a conservação de recursos genéticos. Saliente-se que é um tema muito abrangente, novo, complexo e dinâmico, necessitando de atualização rotineira dos conhecimentos.

Como os PIs REGENAGRO e INOVAGRO estão inseridos na mesma Coordenação (CAPTA/SDC), muitas atividades destes PIs terminam por se complementarem umas às outras. Abaixo seguem as atividades do PI INOVAGRO e esta observação pode ser notada.

♦ INICIATIVA: Código 044H - Cadastro de empresas prestadoras de serviços em Agricultura de Precisão –AP, em cooperação com órgãos públicos privados.

♦ AÇÃO 8560 – Fomento à Inovação no Agronegócio – **INOVAGRO**

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ								
Identificação da Ação								
Código	8560							
Descrição	Fomento à inovação no agronegócio							
Iniciativa	Código 044H - Cadastro de empresas prestadoras de serviços em Agricultura de Precisão –AP, em cooperação com órgãos públicos privados.							
Unidade Responsável	DEPTA/SDC/MAPA							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)								
Natureza de Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Perc. Utilizado (%)
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3390.14	149,36	149,36	149,36	149,36	-	-	149,36	100,00
3390.30	112,00	112,00	112,00	112,00	-	-	112,00	100,00
TOTAL	261,36	261,36	261,36	261,36	-	-	261,36	100,00
Metas do Exercício Para a Ação								
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira			
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada		
-	*	-	-	-	-	261,36	261,36	

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIPLAN/DPDAG

* Com relação a este PI não foram estabelecidas metas físicas pela Coordenação de Apoio e Promoção da Tecnologia Agropecuária – CAPTA. Os trabalhos realizados foram de acordo com as demandas surgidas a nível estadual e demandadas da própria CAPTA. O foco dos trabalhos baseou-se na capacitação do quadro técnico.

Resultados

Tabela 32 – Resultados alcançados da ação

ATIVIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE
1.1. Participação em Workshop para Formação de Redes Regionais de Recursos Genéticos Vegetais Mês: Março. Local: Campinas/SP.	01	capacitação
1.2. Participação na Feira Nacional de Agricultura Irrigada. Mês: Maio. Local: Petrolina/PE.	01	capacitação
1.3 Realizar prospecção e definir ações para a cadeia produtiva da ovinocultura. Mês: Dezembro. Local: Tacima/PB.	01	visita técnica

Fonte: DPDAG

Análise Crítica de Desempenho

Os recursos do PI INOVAGRO destinaram-se preferencialmente à capacitação de fiscais federais agropecuários nas áreas de recursos genéticos, agricultura irrigada e agricultura de precisão. Conforme orientação da Coordenação, estes temas devem estar na pauta de atuação dos fiscais federais em suas regiões de trabalho. Para que isso ocorra, os mesmos devem possuir conhecimento técnico necessário para dialogar com instituições parceiras e prospectar produtos.

As capacitações descritas na tabela de atividades acima foram muito importantes para o aprendizado teórico e aplicação prática na rotina de trabalho das DPDAGs. Percebe-se pela tabela acima, que ao final de 2012 iniciou-se prospecção do potencial da ovinocultura da Paraíba.

A expectativa para o ano de 2013 é que sejam continuadas estas atividades de capacitação dos fiscais e que os mesmos possam iniciar o trabalho de prospecção de produtos, em parceria com outras instituições que trabalham nesta área do segmento agropecuário.

◆ INICIATIVA: Código 044P - Organização de cadeias produtivas para o uso das Indicações Geográficas e marcas coletivas – INDIGRAF

◆ AÇÃO: 2B47 – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – IG – INDGRAF

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ								
Identificação da Ação								
Código	2B47							
Descrição	Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários							
Iniciativa	Código 044P - Organização de cadeias produtivas para o uso das Indicações Geográficas e marcas coletivas – INDIGRAF							
Unidade Responsável	DEPTA/SDC/MAPA							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)								
Natureza de Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Perc. Utilizado (%)
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3390.14	1.743,91	1.743,91	1.100,82	1.100,82	-	-	1.100,82	63,12
3390.30	560,00	560,00	560,00	560,00	-	-	560,00	100,00
3390.33	900,00	900,00	694,08	694,08	-	-	694,08	77,12
TOTAL	3.203,91	3.203,91	2.354,90	2.354,90	-	-	2.354,90	73,50
Metas do Exercício Para a Ação								
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira			
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada		
01	Fomentar a indicação geográfica de produtos agropecuários.	Cadeia produtiva atendida	01	02	3.203,91	2.354,90		

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIPLAN/DPDAG

Resultados

Tabela 33 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
Ação 2B47 – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários.	INDGRAF	Cadeia Produtiva Atendida (Unid.)	01	-	02	200
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
01. Levantamento de produtos agropecuários com potencial de indicação geográfica e Apoio a projetos de promoção da IG.	INDGRAF	Produtor Atendido (Unid.)	01	-	02	200
ATIVIDADE			QUANTIDADE	UNIDADE		
1.1. Reunião com o Fórum de Fruticultura do Vale do Piranhas, visando a divulgação e planejamento de atividades para a Indicação Geográfica do Coco de Sousa. Mês: Dezembro Local: Sousa.			01	reunião		
1.2. Reunião do Grupo de Trabalho de Signos Distintivos para elaboração de nova metodologia de trabalho. Mês: Março Local: Brasília-DF.			01	reunião		
1.3. Palestra intitulada “Valorizando o Produto com o Uso da Indicação Geográfica na Agropecuária”, no AGROEX – Seminário do Agronegócio para Exportação Mês: Julho. Local: Serra Talhada-PE.			01	palestra		
1.4. Reunião técnica da Subcomissão de Sementes e Mudanças, discutindo-se pendências relacionadas às sementes e grãos do arroz vermelho do Vale do Piancó. Mês: Outubro e Novembro. Local: Campina Grande e João Pessoa/PB			03	reunião		
1.5. Reunião Técnica com a Coordenação de Indicação Geográfica. Mês: Março e Setembro Local: Brasília/DF.			02	reunião		
1.6. Reunião com produtores de arroz vermelho do Vale do Piancó. Mês: Setembro. Local: Itaporanga/PB.			01	reunião		
1.7. Ministrar palestra sobre Indicação Geográfica Mês: Julho. Local: Pombal/PB.			02	palestra		
1.8. Ministrar palestra sobre Indicação Geográfica. Mês: Julho Local: Marizópolis/PB.			01	palestra		
1.9. Ministrar palestra sobre o processo de Pós-Indicação Geográfica do Algodão Colorido da Paraíba Mês: Março e Outubro. Local: João Pessoa/PB.			02	palestra		
1.10. Reunião Técnica do Comitê Gestor do Algodão Colorido da Paraíba Mês: Fevereiro, Abril, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro. Local: João Pessoa e Campina Grande/PB.			07	reunião		

1.11. Participação no Curso sobre o Processo de Signos Distintivos-Indicação Geográfica e Marcas Coletivas. Mês: Novembro. Local: Parati-RJ.	01	curso
--	----	-------

Fonte: DPDAG/SFA-PB

Análise Crítica de Desempenho

No ano de 2012, os trabalhos com o PI INDGRAF sofreram um grande contingenciamento financeiro, além do fato que os recursos disponibilizados para a execução dos mesmos só foram liberados no mês de junho. Estes dois fatores acarretaram alguma descontinuidade nos trabalhos, principalmente relacionados ao Fórum Paraibano de Indicação Geográfica e Marcas Coletivas. O referido Fórum acabou sendo esvaziado e os parceiros institucionais cobraram uma participação maior da DPDAG, o que não aconteceu devido à falta de recursos para o deslocamento e participação efetiva nas reuniões.

A mesma limitação também acabou interferindo nos trabalhos do Fórum de Fruticultura do Vale do Piranhas, pois, devido ao mesmo problema financeiro, a DPDAG não teve condições de participar de todas as reuniões do Fórum. Ressalta-se que as reuniões ordinárias do referido Fórum são realizadas no município de Sousa, distante 450 km da capital João Pessoa, e recursos financeiros são necessários para a participação na reunião. Devido à esse motivo, o processo de reconhecimento da indicação geográfica do Coco de Sousa, importantíssimo ao desenvolvimento regional, praticamente não foi adiante. Aguarda-se, para o ano de 2013, que os recursos financeiros sejam liberados a contento e nos períodos programados, sob pena dos trabalhos realizados por esta Divisão perderem a credibilidade perante aos produtores rurais e a sociedade em geral.

Ressalte-se que houve mudança na forma de verificação das metas, conforme mostrado na tabela acima. Esta mudança ocasionou resultados acima do previsto, uma vez que a meta era uma cadeia produtiva trabalhada e, ao final de 2012, duas cadeias foram trabalhadas; cadeia do Coco de Sousa e Algodão Colorido da Paraíba. Antes as metas eram estabelecidas em número de indicações geográficas efetivamente registradas no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Com esta mudança, todas as cadeias produtivas trabalhadas, mesmo que não consigam registro no INPI, são computadas.

Com relação ao Projeto de Indicação de Procedência do Arroz Vermelho do Vale do Piancó, o mesmo foi concluído, prestações de contas foram apresentadas e aprovadas pelo órgão competente do MAPA. Cabe agora aguardar o reconhecimento desta indicação geográfica, o que ocasionará em melhoria das condições de vida de mais de 6.000 produtores da região do Vale do Piancó.

Um fator muito importante para o desenvolvimento e consolidação do tema Indicação Geográfica é a sua correta divulgação entre técnicos, gestores, produtores e população em geral. No ano de 2012 procurou-se, mais uma vez, difundir esse conceito. Foram realizadas 05 palestras, para diferentes públicos e, nota-se que no Estado da Paraíba começa a se formar uma massa crítica em relação ao tema. Um fiscal da DPDAG também foi convidado para ministrar palestra no AGROEX, em Serra Talhada/PE, sobre o tema em questão. Isso demonstra que o conceito e aplicação prática da indicação geográfica vem se disseminando na região Nordeste e a DPDAG/PB é uma referência.

Como mencionado na tabela de atividades acima, houve um direcionamento dos trabalhos para a Cadeia Produtiva do Algodão Colorido da Paraíba, tanto pela sua importância social e financeira, como pelo fato da mesma ter sua indicação geográfica reconhecida pelo INPI. Este fato ensejou um forte trabalho no chamado processo de “pós-IG” do algodão colorido, um novo e grande desafio. Foi estruturado um Comitê Gestor do Algodão Colorido da Paraíba, composto por diversas instituições públicas, privadas, beneficiadores, comerciantes, etc. Várias reuniões foram realizadas ao longo do ano, inúmeros gargalos foram identificados ao longo desta cadeia e iniciativas foram tomadas para a solução dos mesmos, priorizando-se ações em parceria. Ao final, pode-se fazer um balanço positivo deste Comitê, pois, apesar das dificuldades, o mesmo terminou o ano de 2012 consolidado e as perspectivas para 2013 são animadoras.

Finalmente, conclui-se que o ano de 2012 não foi um ano de grandes avanços em relação ao PI INDGRAF, principalmente pela falta e liberação tardia de recursos.

➤ PROGRAMA: 2013 – Agricultura Irrigada

◆ OBJETIVO 0171 - Promover e fortalecer a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e inovação voltados para a agricultura irrigada e a sua difusão visando o incremento nos ganhos em produtividade, com qualidade e redução dos custos de produção.

Unidade responsável: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC/MAPA

◆ INICIATIVA: Código 00F9 - Realização de estudos e pesquisas direcionadas a redução das perdas de água em sistemas irrigados e a otimização de sua aplicação na agricultura irrigada, com vistas ao aumento de sua eficiência.

◆ AÇÃO: 20QX – Desenvolvimento e Difusão de Tecnologias, Estudos e Pesquisas afins em Agricultura Irrigada - **AGRIRRIGA**

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ								
Identificação da Ação								
Código	20QX							
Descrição	Desenvolvimento e difusão de tecnologias, estudos e pesquisas afins em agricultura irrigada							
Iniciativa	Código 00F9 - Realização de estudos e pesquisas direcionadas a redução das perdas de água em sistemas irrigados e a otimização de sua aplicação na agricultura irrigada, com vistas ao aumento de sua eficiência.							
Unidade Responsável	DEPROS/SDC/MAPA							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)								
Natureza de Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Perc. Utilizado (%)
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3390.14	3.236,01	3.236,01	3.236,01	3.236,01	-	-	3.236,01	100,00
3390.30	752,00	752,00	752,00	752,00	-	-	752,00	100,00
TOTAL	3.988,01	3.988,01	3.988,01	3.988,01	-	-	3.988,01	100,00
Metas do Exercício Para a Ação								
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira			
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada		
-	*	-	-	-	-	3.988,01	3.988,01	

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIPLAN/DPDAG

* Como se trata de um PI novo, não foram estabelecidas metas para o ano de 2012.

Resultados

Tabela 34 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
20QX– Agricultura Irrigada.	AGRIRRIGA	Pessoa Beneficiada	-	-	-	-
PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO			

			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
01. Desenvolvimento e difusão de tecnologias, estudos e pesquisas afins em agricultura irrigada	AGRIRRIGA	Pessoa Beneficiada	-	-	-	-
ATIVIDADE			Quantidade		Unidade	
1.1. Participar de reunião do núcleo de inovação e tecnologia do Estado da Paraíba, e professores da UFCG de Pombal com vistas à implantação de unidades demonstrativas de irrigação Período: junho Local: Campina Grande e Pombal/PB				02	reunião	
1.2. Participar de reuniões com produtores rurais com finalidade de apresentar o PI AGRIRRIGA, juntamente com os parceiros da UFCG, CONAB, EMATER, para implantação de Unidades Técnicas Demonstrativas. Período: julho. Local: Aparecida, Coremas, Marizópolis e Pombal/PB				04	reunião	

Fonte: DPDAG

Análise Crítica de Desempenho

O PI AGRIRRIGA foi disponibilizado para trabalho no ano de 2012, sendo o primeiro ano de trabalho com o mesmo pela DPDAG. Por tratar-se de um PI novo, as ações destinaram-se à divulgação e envolvimento de entidades parceiras com objetivo de planejar ações para a consecução do mesmo. Este PI é considerado de vital importância para projetos voltados ao desenvolvimento agropecuário do Estado da Paraíba, devido às nossas condições edafoclimáticas e irregularidade de precipitações pluviométricas.

Diante disso, buscou-se aproximação com docentes e alunos da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Pombal, visando elaboração de projetos voltados à instalação de Unidades Demonstrativas de irrigação dentro do Campus, bem como em lotes de pequenos produtores rurais. Infelizmente não foi possível a celebração de convênio entre o MAPA e a UFCG, devido à escassez de recursos deste PI. Após reuniões técnicas realizadas, houve a elaboração do projeto, porém o mesmo não foi adiante pelos motivos já expostos.

A DPDAG/PB considera este PI fundamental para o complemento de ações já iniciadas e espera que, para o ano de 2013, os recursos para este PI sejam aumentados e se possa dar continuidade aos projetos voltados para a área de irrigação.

➤ PROGRAMA: 2105 – Gestão e Manutenção do MAPA

◆ AÇÃO 2000: Administração da Unidade – MANUTSDC

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ								
Identificação da Ação								
Código	2000							
Descrição	Administração da unidade							
Iniciativa	Programa de Gestão e Manutenção do MAPA							
Unidade Responsável	CAO/SDC/MAPA							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)								
Natureza de Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Perc. Utilizado (%)
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3390.14	614,05	614,05	389,85	389,85	-	-	389,85	63,49
3390.30	901,22	901,22	901,22	901,22	-	-	901,22	100,00
3390.33	1.200,00	1.200,00	-	-	-	-	-	0,00
3390.39	785,71	785,71	785,71	785,71	-	-	785,71	100,00

3390.47	345,07	345,07	345,07	345,07	-	-	345,07	100,00
TOTAL	3.846,05	3.846,05	2.421,85	2.421,85	-	-	2.421,85	62,97
Metas do Exercício Para a Ação								
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira			
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada		
-	*	-	-	-	3.846,05	2.421,85		

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIPLAN/DPDAG

* Como se trata de um PI novo, não foram estabelecidas metas para o ano de 2012.

Análise Crítica de Desempenho

O PI MANUTSDC tem por finalidade a manutenção de equipamentos que são imprescindíveis a execução dos trabalhos da área finalística.

No caso da DPDAG/PB, os recursos disponibilizados foram utilizados na manutenção dos dois veículos desta Divisão. Foram efetuados pagamentos do Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), licenciamentos e peças de reposição. É importante frisar que os recursos demoraram muito e a DPDAG ficou alguns meses sem poder utilizar os veículos, fato lamentável.

Por solicitação de Brasília e descentralização dos recursos através do PI MANUTSDC, o chefe da DPDAG se deslocou até Brasília, em setembro/2012, para participar de uma reunião técnica das chefias das DPDAG's, visando o nivelamento e padronização dos procedimentos.

4.1.6 – Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Serviço de Apoio Administrativo - SAD

Equipe de Trabalho:

Mário Ângelo Cahino - Chefe

Hiula Nóbrega Leite – Agente Administrativo

Maria de Lourdes Cavour Vasquez Trindade – Agente de Portaria

Vânia Lúcia da Silva Leyton - Odontóloga

Rodrigo Alves de Macedo – Agente Administrativo

Adelina Stela Vasconcelos Batista de Souto – Agente Administrativo

Luiz Soares Leite – Assistente de Administração - NS

Marcos Antonio Felipe da Silva – Assistente Administrativo - NI

Maruzia de Borba Maranhão - Administradora

Lia Fontenelle Costa – Agente Administrativo

João Procópio de Alencar-Cedido CONAB

Aderval Primo Teodoro- Cedido CONAB

Antonio Reginaldo de Oliveira- Cedido CONAB

Jose Gomes de Lima-Cedido CONAB

Manoel do Nascimento-Cedido CONAB

Paulo Roberto Campos-Cedido CONAB

Francisco Inácio de Souza Filho-Cedido CONAB

Jose Inácio dos Santos-Cedido CONAB

Setores Vinculados:

1. Seção de Atividades Gerais – SAG/SAD/SFA/PB;

1.1. Setor de Material e Patrimônio – SMP/SAG/SAD/SFA/PB;

1.2. Setor de Transportes – STR/SAG/SAD/SFA/PB;

- 1.3. Setor de Protocolo – SPR/SAG/SAD/SFA/PB;
- 1.4. Setor de Compras e Contratos – SCC/SAG/SAD/SFA/PB;
- 1.5. Núcleo de Manutenção Predial – NMAP/SAG/SAD/SFA-PB;
2. Seção de Gestão de Pessoas – SGP/SAD/SFA/PB;
3. Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF/SAD/SFA/PB.

O SAD dispõe do seguinte programa:

- PROGRAMA: 2105 – Gestão e Manutenção do MAPA
- ◆ AÇÃO: 4716 - Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas – MANUTSFAS

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ								
Identificação da Ação								
Código	4716							
Descrição	Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas							
Unidade Responsável	SE/MAPA							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) - 2012								
Natureza de Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Perc. Utiliz. (%)
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3390.14	16.044,69	16.044,69	16.044,69	16.044,69	-	-	16.044,69	100,00
3390.30	56.755,49	56.755,49	56.754,90	44.524,95	3.255,92	12.229,95	41.269,03	100,00
3390.33	14.888,52	14.888,52	14.888,52	14.888,52	-	-	14.888,52	100,00
3390.36	7.976,52	7.976,52	7.976,52	7.179,91	-	796,61	7.179,91	100,00
3390.37	1.071.954,44	1.071.954,44	1.071.954,44	961.022,53	7.776,94	110.931,91	953.245,59	100,00
3390.39	451.330,11	451.330,11	451.330,11	242.647,48	1.666,31	208.682,63	240.981,17	100,00
3390.47	2.217,98	2.217,98	2.217,98	2.217,98	-	-	2.217,98	100,00
3390.92	749,15	749,15	749,15	749,15	-	-	749,15	100,00
3390.93	2.720,52	2.720,52	2.720,52	2.720,52	-	-	2.720,52	100,00
3391.39	3.350,00	3.350,00	3.350,00	1.822,20	-	1.527,80	1.822,20	100,00
TOTAL	1.627.987,42	1.627.987,42	1.627.986,83	1.293.817,93	12.699,17	334.168,90	1.281.118,76	99,99
Metas do Exercício Para a Ação								
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		Previsão	Realização
			Previsão	Realização	Previsão	Realização		
-	*	-	-	-	-	-	1.627.987,42	1.627.986,83

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIAFI/SIPLAN/SePA

* Esse PI não tem meta específica definida pela Secretaria Executiva do MAPA, para as SFA's, em 2012.

Tabela 35 - Informações orçamentárias e financeiras da ação 2011

Informações orçamentárias e financeiras da ação 2011						
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL/FINAL (RS)	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA (RS)	RP NÃO PROCESSADO (RS)	VALORES PAGOS (RS)	PERC UTILIZADO (%)
33.90.14	24.584,75	24.536,03	24.536,03	0,00	24.536,03	99,80
33.90.30	415.685,48	415.642,28	54.573,75	361.068,53	49.717,57	99,99
33.90.33	21.076,08	21.072,08	19.466,66	1.605,42	15.077,25	99,98
33.90.36	8.282,10	8.081,50	7.451,50	630,00	7.451,50	97,58
33.90.37	946.291,90	946.291,90	857.705,68	88.586,22	857.705,68	100,00
33.90.39	464.603,22	464.603,22	235.734,60	228.868,62	233.029,01	100,00
33.90.47	2.343,22	2.343,22	2.343,22	0,00	2.343,22	100,00
33.90.92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.90.93	249,50	249,50	249,50	0,00	249,50	100,00
33.91.39	9.620,81	9.620,81	4.494,76	5.126,05	4.494,76	100,00
33.91.92	1.256,22	1.256,22	1.256,22	0,00	1.256,22	100,00

44.90.51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44.90.52	229.500,00	222.369,62	3.990,00	218.379,62	3.990,00	96,89
TOTAL	2.123.493,28	2.116.066,38	1.211.801,92	904.264,46	1.199.850,74	99,65

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIAFI/SIPLAN/SePA

Tabela 35.1 - Informações orçamentárias e financeiras da ação 2010

Informações orçamentárias e financeiras da ação 2010						
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL/FINAL (R\$)	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA (R\$)	RP NÃO PROCESSADO (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	PERC UTILIZADO (%)
33.90.14	33.139,20	32.462,39	32.462,39	0,00	32.462,39	97,96
33.90.30	150.662,99	146.659,36	65.866,44	80.792,92	39.927,39	97,34
33.90.33	17.682,34	17.682,34	17.581,92	100,42	15.883,34	100,00
33.90.36	7.780,00	7.780,00	7.150,00	630,00	7.150,00	100,00
33.90.37	970.404,83	970.404,83	873.603,43	96.801,40	803.199,86	100,00
33.90.39	328.991,74	328.991,74	285.732,65	43.259,09	285.332,65	100,00
33.90.47	2.455,83	2.455,83	2.243,01	212,82	2.243,01	100,00
33.90.92	1.717,43	1.717,43	1.717,43	0,00	1.717,43	100,00
33.90.93	116,00	116,00	116,00	0,00	116,00	100,00
33.91.39	6.032,58	6.032,58	4.676,98	1.355,60	4.676,98	100,00
44.90.51	260.242,58	44.170,65	10.320,65	33.850,00	10.320,65	16,97
44.90.52	122.261,30	122.261,30	16.800,00	105.461,30	0,00	100,00
TOTAL	1.901.486,82	1.680.734,45	1.318.270,90	362.463,55	1.203.029,70	88,39

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIAFI/SIPLAN/SePA

Análise Crítica de Desempenho

O presente relatório tem por objetivo registrar os resultados obtidos na gestão do Serviço de Apoio Administrativo desta Superintendência Federal de Agricultura na Paraíba em 2012, demonstrando os resultados alcançados, ao longo desse período, num modelo de Administração Gerencial orientado para efetividade dos resultados, considerando o Programa 0750 – Apoio Administrativo e Ação 4716 – Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas – MANUTSFAS.

No que se refere aos aspectos formais, este Relatório de Gestão 2012 analisa os termos mais relevantes da gestão no SAD/SFA-PB, ao longo do período, promovendo transformação no seu desempenho gerencial de forma sustentável, com a descentralização das ações, sem prejuízo das atividades que já estavam sendo executadas, com um trabalho sem atropelar o programado na área administrativa e financeira e fazendo cumprir os prazos para novos contratos e renovação ou prorrogação dos existentes.

De fevereiro, quando assumimos o Serviço de Apoio Administrativo, a dezembro, tivemos dois Superintendentes titulares e um interino, o que de certa maneira interferiu nos resultados, principalmente quando se trabalha no modelo de gestão colegiada. Durante esse período, a base administrativa com a implantação de ações programadas realizou doze reuniões para execução e acompanhamento dos trabalhos. Uma maior integração do apoio administrativo com as unidades técnicas também foi posta em prática, sem deixar de considerar as metas e normas traçadas pelo MAPA, para execução dos trabalhos, realizando uma gestão voltada principalmente para a melhoria da qualidade de vida dos servidores. Participamos, sempre que convocados, de todas as reuniões e treinamentos realizados pelo MAPA, a exemplo, da Reunião Nacional de Avaliação da Execução Orçamentária no Plano Operativo maio/2012 e Programação Orçamentária de julho/2012, realizada em Goiás/GO. O SAD esteve também presente na IX Semana Orçamentária Financeira de Contratos Públicos, bem como na Reunião com a Assessoria da Secretaria Executiva, em 25 de junho, na cidade de Fortaleza. Treinamento do SCVA em agosto na sede da SFA/PB e no Curso de Gestão de Documentos Públicos e Arquivos e Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos - SIGED, em Brasília.

Promovemos reuniões visando um melhor entrosamento e desempenho dos servidores, visando acima de tudo uma organização digna dos serviços que realizamos com atendimento e

solução á altura daqueles que procuram a SFA, em especial no tocante a segurança e recepção, com uma triagem, anotação de identidade e orientação através da vigilância instalada na guarita, de entrada da Superintendência.

No tocante a parte física da Superintendência, realizamos diversas melhorias, a saber:

- Substituição de toda rede elétrica, obras realizadas pela empresa DISKLUX ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, decorrente do Pregão nº 14/2011, no valor de R\$ 118.500,00 (Cento e dezoito mil e quinhentos reais). Foi realizada a remoção de todas as calhas de zinco, substituição das luminárias por lâmpada fluorescente alto desempenho de (2x32w e 2x16w), com sensor de presença e articulador e fotocélula e outros serviços complementares;
- Também por processo licitatório realizamos os serviços de readequação dos sanitários (masculino e feminino) da SFA/PB, decorrente do Pregão nº 13/2011, e firmado com a empresa MIMPORT-MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS PORTUÁRIOS LTDA, no valor de R\$ 49.780,00 (Quarenta e nove mil setecentos e oitenta reais);
- Também no exercício de 2012, foi licitado, através do pregão nº 06/2012, o serviço de piso em porcelanato (60x60), revestimento das paredes de tijolinho aparente, revestimento do teto do corredor e colocação de esquadrias de vidros (portas, janelas e painéis fixos) da SFA/PB, no valor de R\$ 181.391,03 (cento e oitenta e um mil trezentos e noventa e um reais e três centavos), iniciada em janeiro de 2013, contratada com a GMIESKI E SANTOS LTDA;
- Substituição dos aparelhos de ar-condicionado por sprints, adquiridos na gestão anterior, mas, somente, entregues e instalados em 2012. Com isto tivemos uma redução considerável no consumo de energia;
- Transferência da central telefônica para a sala do STI, evitando desperdício de energia em duas salas. Modernização do sistema telefônico, suprimindo todas as dependências com ramal. Eliminação em definitivo do uso de ligação para celular originário do PABX, bem como controle com registro no computador do uso do PABX nas ligações a longa distância;
- Disciplinamento do uso de energia, com eliminação do excesso de pontos de luz em algumas dependências externas, substituição de lâmpadas de voltagem excessiva, a exemplo da garagem que era iluminada, sem a mínima necessidade, por 1.600watts, serviços realizados a custo zero, redução do uso do motor submerso para extração d'água no poço com 75 mil metros de profundidade, conscientização dos servidores no uso de ar-condicionado e excesso de luz nas dependências, principalmente ao ausentar-se da sala. Com essas medidas, reduzimos em cerca de 30% (trinta por cento) o consumo de energia na sede, saindo de uma fatura mensal de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) para R\$ 11.000,00 (Onze mil reais), aproximadamente.

Da dotação recebida pelo PI MANUTSFAS em diárias e passagens aéreas, parte foi oriundo de transferência de crédito orçamentário da SFA/PE, sendo R\$ 2.840,20 em diárias e R\$ 3.373,78 em passagens aéreas. Esse fato ocorreu devido à ausência de contrato de aquisição de passagem aérea por aquela Unidade Gestora.

Os restos a pagar processados referem-se às faturas de contrato de ar condicionado, combustível, repactuação da mão de obra terceirizada de apoio administrativo e serviço de telefonia móvel que foram liquidadas e não pagas até 31/12, devido à inoperabilidade do sistema. O pagamento foi efetuado em janeiro/13, quando da disponibilidade do sistema.

Os restos a pagar não processados referem-se:

- aquisição de material de informática, fardamento para os motoristas e agentes de vigilância oficiais no final do exercício financeiro e não entregue pelos fornecedores até 31/12/12;
- manutenção nos condicionadores de ar e telefonia, realizada em dezembro e não faturada pelos fornecedores até 31/12/12;
- despesas contratuais com telefonia, correios, água e esgoto, energia elétrica, vigilância monitorada, aluguel e serviço de terceirização de mão de obra, realizadas em dezembro e faturadas no mês subsequente;
- despesa com publicação divulgada no D.O.U. e não faturada até 31/12/12;
- serviço de assentamento de piso e esquadrias, licitado em dezembro, com execução para 2013.

4.2. Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1. Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
SFA-PB	22101	130024

4.2.3. Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ				
	Recebidos SE / GCOF	130101		SAD		NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ
				22101.09.272.0089.0181 INATPENS1	47.027,41	
				22101.20.122.2105.20TP ATIVOS1	24.281,62	
				22101.20.122.2105.4716 MANUTSFAS		1.627.987,42
				22101.20.122.2105.2000 ADMSEDE1		0,00
				22101.20.128.2105.4572 CAPACITA1		46.485,10
				22101.20.121.2014.1K40 AGE		5.891,40
				TOTAL SE	71.309,03	1.680.363,92
	Recebidos SDC / GCOF	130101		DPDAG		
				22101.20.122.2105.2000 MANUTSDC		3.846,05
				22101.20.125.2014.4720 CERTORGAN1		8.719,93
				22101.20.601.2014.8591 APOIOAGRIC1		1.019,50
				22101.20.572.2042.8560 INOVAGRO		261,36
				22101.20.665.2042.2B47 INDGRAF		3.203,91
				22101.20.665.2014.8606 DESENOrg		4.621,35
				22101.20.541.2014.8593 ORGMANEJO2		3.099,12
				22101.20.572.2042.8949		1.090,33

			REGENAGRO		
			22101.20.125.2014.2B17 FISCONTRATO		942,10
			22101.20.605.2014.8611 APRODUTOR		0,00
			22101.20.602.2014.8598 APOIOPEC1		8.902,80
			22101.20.607.2013.20QX AGRIRRIGA		3.988,01
			22101.20.605.2014.20SR INFRALOG		3.504,41
			22101.20.125.2014.2177 FISCAGRIC1		0,00
			TOTAL SDC		43.198,87
Recebidos SDA /GCOF	130101		SISA		
			22101.20.604.2028.4842 FEBREAFTOS		24.108,96
			22101.20.604.2028.2181 FISCANIMAL2		0,00
			22101.20.604.2028.8658 PCEANIMAL		54.822,47
			22101.20.125.2028.8938 INSPANIMAL3		60.832,58
			22101.20.665.2028.4723 RESIDUOS		0,00
			SUBTOTAL		139.764,01
			SISV		
			22101.20.603.2028.4738 ERRADMOSCA1		0,00
			22101.20.125.2028.4745 FISCORGEN		4.803,73
			22101.20.603.2028.2180 FISCPLANTA2		5.127,36
			22101.20.125.2028.8939 IPVEGETAL2		21.575,13
			22101.20.125.2028.4746		127.993,64

				PADCLASSIF			
				22101.20.603.2028.8572 PCEVEGETAL			200.358,17
				22101.20.367.2028.8654 PROMOEDUC			0,00
				22101.20.603.2028.2134 VIGIFITO1			161.903,40
				SUBTOTAL			521.761,43
				SEFAG			
				22101.20.125.2028.2124 FISCINAN			18.725,82
				22101.20.125.2028.2140 FISPROVET1			25.292,97
				22101.20.125.2028.2019 FISCGENE			2.740,00
				22101.20.125.2028.2909 FISAGROTOX			9.692,37
				22101.20.125.2028.2179 FISCALSEM1			60.512,24
				22101.20.125.2028.2141 FISFECOI			30.111,36
				SUBTOTAL			147.074,76
				TOTAL SDA			808.600,20
				TOTAL GERAL	71.309,03		2.532.162,99
Movimentação Externa	Concedidos	NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ					
	Recebidos SE - MPA	110008		58101.20.122.2113.2000 ADM. DA UNIDADE			68.286,54
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						

Fonte: SIAFI GERENCIAL

4.2.4. Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1. Execução da Despesa com Créditos Originários - NÃO SE APLICA

4.2.4.1.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - NÃO SE APLICA

4.2.4.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO –
CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	939.197,49	1.463.169,88	911.922,56	730.659,29
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	939.197,49	1.463.169,88	911.922,56	730.659,29
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)	636.187,00	909.781,95	636.103,49	689.841,34
g) Dispensa	569.869,55	792.912,04	569.786,04	593.678,49
h) Inexigibilidade	66.317,45	116.869,91	66.317,45	96.162,85
3. Regime de Execução Especial	21.536,90	20.807,24	21.536,90	20.807,24
i) Suprimento de Fundos	21.536,90	20.807,24	21.536,90	20.807,24
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	387.709,01	327.414,82	387.709,01	327.414,82
j) Pagamento em Folha – auxílio funeral	71.309,03	34.755,85	71.309,03	34.755,85
k) Diárias	305.068,98	280.287,77	305.068,98	280.287,77
l) Diárias – colaborador eventual	11.331,00	12.371,20	11.331,00	12.371,20
5. Indenizações/restituições	3.940,32	1.437,56	3.940,32	1.437,56
6. Outros (m)	275.970,00	4.628.885,47	275.970,00	4.628.885,47
m) Convênio	275.970,00	4.628.885,47	275.970,00	4.628.885,47
7. Total (1+2+3+4+5+6+7)	2.264.540,72	7.351.496,92	2.237.182,28	6.399.045,72

Fonte: SIAFI

4.2.4.2.2. Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal								
31.90.08 – Outros benefícios assistenciais	71.309,03	34.755,85	71.309,03	34.755,85	-	-	71.309,03	34.755,85
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes								
3390.37 – Locação de mão de obra	1.134.759,77	1.076.862,26	1.023.827,86	988.276,04	110.931,91	88.586,22	1.016.050,92	988.276,04
3390.39 – Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	553.317,55	611.849,10	344.634,92	365.471,61	208.682,63	246.377,49	342.968,61	362.766,02
33.90.14 – Diárias – Pessoal Civil	305.068,98	280.287,77	305.068,98	280.287,77	-	-	305.068,98	280.287,77
Demais elementos do grupo	552.539,31	2.055.586,60	519.699,93	1.675.173,63	32.839,38	380.412,97	501.784,74	1.664.104,32
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL

4.2.4.2.3. Análise Crítica

Como foi registrado nas análises críticas de desempenho dos diversos PIS, não tivemos dificuldades em realizar as atividades pertinentes a UJ, no que se refere à descentralização e execução dos créditos recebidos por movimentação interna a externa.

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1. Reconhecimento de Passivos

5.1.1. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos - NÃO EXISTÊNCIA DA INFORMAÇÃO REQUERIDA

5.2. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	19.459,22	-	19.459,22	-
2010	274.579,15	-	274.579,15	-
2009	65.131,05	-	65.131,05	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	938.676,30	191.524,38	640.812,92	106.339,00
2010	3.534.473,32	68.438,12	3.466.035,20	-
2009	418.755,36	21.025,70	397.729,66	-

Fonte: SIAFI

5.2.2. Análise Crítica

Com relação ao saldo de restos a pagar não processados temos a informar que R\$ 99.500,00 refere-se a aquisição de esquadrias de vidro que no ato da abertura do processo da licitação esta Unidade Gestora não tinha disponibilidade orçamentária suficiente para licitar o serviço de retirada das existentes para colocação das novas esquadrias. Somente no final de 2012 foi disponibilizado crédito orçamentário para licitar o serviço de retirada e instalação das esquadrias, pregão nº 06/12. A empresa responsável pelas esquadrias de vidro assinou um Termo de Compromisso para entregar o material licitado, atendendo ao cronograma de execução do contrato nº 01/2013, já iniciado, pertinente ao pregão mencionado.

O restante do saldo refere-se à aquisição de materiais permanentes, na sua maioria. Como esses materiais são considerados importantes para a SFA/PB, o setor competente fez vários contatos com os fornecedores, para viabilizar a entrega dos mesmos. Dentre elas, a empresa Magno Suetone Ferreira da Silva foi punida com impedimento de licitar por 02 (dois) anos em 29/01/2013, por não ter entregado o material. Para as demais empresas estão sendo providenciadas as punições, equivalentes a cada caso.

5.3. Transferências de Recursos

5.3.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

QUADRO A.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Federal de Agricultura na Paraíba									
CNPJ: 00.396.895/0020-98					UG/GESTÃO:				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
01	Nº no SICONV 755951/2011	SEDAP-PB	2.875.630,00	306.280,00	275.970,00	925.730,00	22/08/2011	31/12/2015	A
01	755774/2011	SEDAP-PB	14.092.340,21	1.411.031,91	0	0	04/07.2011	31/12/2015	
02	*	*	*	*	*	*	*	*	*
03		Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária (EMBRAPA ALGODÃO)							
<p>LEGENDA</p> <p>Modalidade:</p> <p>1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso</p> <p>Situação da Transferência:</p> <p>1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado</p>									
Fonte: DPDAG									

* A DPDAG não possui esta informação, pois somente analisa e dá parecer sobre os diversos pleitos de contratos de repasse. Conforme Portaria Ministerial nº 1.232, de 23 de dezembro de 2008, artigo 7º: “A CAIXA é o Agente Operador contratado pelo MAPA para prestar serviços, na condição de mandatária da União Federal, com vistas à operacionalização, avaliação técnica, acompanhamento, vistoria, medição da execução das propostas e análise e prestação de contas dos contratos de repasse”. Portanto, qualquer informação referente aos contratos de repasse deve ser efetuada junto à CAIXA, uma vez que a mesma não comunica à DPDAG informações referentes aos contratos de repasse analisados por esta Divisão.

5.3.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Superintendência Federal de Agricultura na Paraíba					
CNPJ:	00.396.895/0020-98					
UG/GESTÃO:	130024					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	01	01	-	275.970,00	649.760,00	
Contrato de Repasse	*	*	*	*	*	*
Termo de Cooperação	01		-			
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	01	-	-	-	-	-

Fonte: DPDAG

* A DPDAG não possui esta informação, pois somente analisa e dá parecer sobre os diversos pleitos de contratos de repasse. Conforme Portaria Ministerial nº 1.232, de 23 de dezembro de 2008, artigo 7º: “A CAIXA é o Agente Operador contratado pelo MAPA para prestar serviços, na condição de mandatária da União Federal, com vistas à operacionalização, avaliação técnica, acompanhamento, vistoria, medição da execução das propostas e análise e prestação de contas dos contratos de repasse”. Portanto, qualquer informação referente aos contratos de repasse deve ser efetuada junto à CAIXA, uma vez que a mesma não comunica à DPDAG informações referentes aos contratos de repasse analisados por esta Divisão.

5.3.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

QUADRO A.5.5 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura na Paraíba					
CNPJ: 00.396.895/0020-98			UG/GESTÃO: 130024		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	01		925.730,00	600.330,00	36,03%
Contrato de Repasse	*	*	*	*	*
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	-	-	-	-	-

Fonte: DPDAG

* A DPDAG não possui esta informação, pois somente analisa e dá parecer sobre os diversos pleitos de contratos de repasse. Conforme Portaria Ministerial nº 1.232, de 23 de dezembro de 2008, artigo 7º: “A CAIXA é o Agente Operador contratado pelo MAPA para prestar serviços, na condição de mandatária da União Federal, com vistas à operacionalização, avaliação técnica,

acompanhamento, vistoria, medição da execução das propostas e análise e prestação de contas dos contratos de repasse”. Portanto, qualquer informação referente aos contratos de repasse deve ser efetuada junto à CAIXA, uma vez que a mesma não comunica à DPDAG informações referentes aos contratos de repasse analisados por esta Divisão.

5.3.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

QUADRO A.5.6 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura na Paraíba					
CNPJ: 00.396.895/0020-98			UG/GESTÃO: 130024		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado) R\$		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	01	-	**
		Montante Repassado	649.760,00		**
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			**
		Montante Repassado			**
2011	Contas Prestadas	Quantidade	01*		**
		Montante Repassado	159.953,44		**
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			**
		Montante Repassado			**
2010	Contas Prestadas	Quantidade	01/2008		
		Montante Repassado	704.060,00		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: DPDAG

* As contas prestadas pela conveniente são enviadas ao MAPA em Brasília, onde existe um setor responsável por sua análise.

** Conforme Portaria Ministerial nº 1.232, de 23 de dezembro de 2008, artigo 7º, “A CAIXA é o Agente Operador contratado pelo MAPA para prestar serviços, na condição de mandatária da União Federal, com vistas à operacionalização, avaliação técnica, acompanhamento, vistoria, medição da execução das propostas e análise e prestação de contas dos contratos de repasse.

5.3.5. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

QUADRO A.5.7 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIO E CONTRATOS DE REPASSE Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Superintendência Federal de Agricultura na Paraíba						
CNPJ: 00.396.895/0020-98			UG/GESTÃO: 130024			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos		
				Convênios	Contratos de Repasse	
2012	Quantidade de Contas Prestadas					
	Com Prazo de Análise ainda não	Quantidade	Contas Analisadas			
			Contas Não Analisadas			

	Vencido	Montante Repassado (R\$)			
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade		
Montante Repassado (R\$)					
2011	Quantidade de contas prestadas			01	
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		01	
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
Montante repassado (R\$)					
2010	Quantidade de Contas Prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
Montante Repassado					
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Fonte: DPDAG					

5.3.6. Análise Crítica

A SFA-PB celebrou um convênio Plurianual 2011-2015 com o Órgão Executor de Defesa Sanitária Vegetal na Paraíba, a SEDAP-PB, e atualmente encontra-se em plena vigência e adimplente, tendo recebido um aditivo em 06 de julho de 2012 com alteração de metas. A evolução das transferências efetuadas para o órgão executor da defesa na Paraíba vem sendo suficientes, em consonância com as condições de execução hora apresentados pela SEDAP-PB. As transferências de recursos a partir de 2011 foram realizadas dentro do Portal de Convênios do Governo Federal – SICONV. O gerenciamento da transferência é realizado através do SICONV e através de fiscalizações e acompanhamentos “in loco” da execução do pactuado no plano de trabalho de cada exercício.

Houve diminuição dos contratos de repasse analisados pela DPDAG no ano de 2012 em relação ao ano de 2011. Ressalta-se mais uma vez o fato de que a DPDAG somente analisa e dá parecer nos Planos de Trabalho encaminhados pelas prefeituras. Cabe à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL a celebração dos referidos Contratos, verificação de adimplência, operacionalização e vistoria dos mesmos.

Infelizmente há uma falha de comunicação do processo de celebração de Contratos de Repasse no que tange à troca de informações da Caixa com a DPDAG, em relação aos contratos efetivamente celebrados pela mesma.

5.4. Suprimento de Fundos

5.4.1. Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.4.1.1. Suprimento de Fundos – Visão Geral

QUADRO A.5.8 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS Valores em R\$
(SF) 1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo “B”	Valores		Total Geral
			CPGF		
			Saque	Fatura	

130024	SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NA PARAIBA	-	-	21.536,90	21.536,90
UG 2		-	-	-	-
UG 3		-	-	-	-
UG n...		-	-	-	-
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF			21.536,90	21.536,90

Fonte: SIAFI

5.4.1.2. Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B - NÃO EXISTÊNCIA DA INFORMAÇÃO REQUERIDA

5.4.1.3. Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

QUADRO A.5.10 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	130024		Limite de Utilização da UG	R\$ 96.000,00		
	Portador	CPF		Valor		Total
			Valor do Limite Individual	Saque	Fatura	
	JOAQUIM DE O. SANTOS	425.304.824-20	2.000,00	0,00	1.137,27	1.137,27
	MARCIO AYRON C. DE ALMEIDA	507.190.334-20	2.000,00	0,00	1.116,99	1.116,99
	WILTON RIBEIRO PINHO	242.489.087-00	2.000,00	0,00	583,61	583,61
	MARCOS JOSE P. DE SOUZA	247.557.454-20	2.000,00	0,00	98,78	98,78
	GILBERTO BENEVUTO DA SILVA	136.285.504-91	2.000,00	0,00	2.804,60	2.804,60
	JOSE NOIRTO MONTEIRO	131.476.764-04	2.000,00	0,00	763,03	763,03
	FABIO ANTONIO DA C. CARVALHO	165.942.231-00	2.000,00	0,00	90,02	90,02
	JOSE GARCIA DA SILVA	172.631.154-68	2.000,00	0,00	801,20	801,20
	JOSE DOS SANTOS	181.128.034-04	2.000,00	0,00	745,01	745,01
	GILWAN DE CARVALHO RODRIGUES	203.634.194-20	2.000,00	0,00	5.838,83	5.838,83
	FRANCISCO RODRIGUES DE LIMA	226.000.191-20	2.000,00	0,00	486,02	486,02
	CLENES ANTONIO P. DE SOUZA	247.478.661-91	2.000,00	0,00	645,49	645,49
	VIRGINIO CARNEIRO DA SILVA	070.634.314-04	2.000,00	0,00	98,00	98,00
	REGINALDO TEIXEIRA FERREIRA	078.744.134-15	2.000,00	0,00	417,06	417,06
	JOSE ANTONIO DA C. FILHO	131.476.844-15	2.000,00	0,00	518,00	518,00
	JOAO BATISTA DE ALMEIDA	131.967.584-00	2.000,00	0,00	885,00	885,00
	JOSE PEREIRA DA CUNHA	938.791.568-91	2.000,00	0,00	612,00	612,00
	ADRIANA ARAUJO C. TRUTA	646.360.894-72	2.000,00	0,00	634,87	634,87
	RAIMUNDO LUIZ DA SILVA	806.800.978-72	2.000,00	0,00	561,50	561,50
	ROBERTO CARLOS ROCHA DE MOURA	799.596.951-15	2.000,00	0,00	380,21	380,21
	ALEXANDRE AGRA DUARTE	361.420.774-91	2.000,00	0,00	550,00	550,00
	JONAS FRANCISCO DE LIVEIRA	203.154.064-53	2.000,00	0,00	1.599,41	1.599,41
	MANOEL OCTAVIO SILVEIRA DA MOTA	093.739.328-29	2.000,00	0,00	170,00	170,00
	JOÃO BERQUIMAS DE ANDRADE	086.147.414-72	2.000,00	0,00	0,00	0,00
	MARCOS ANTONIO BENJAMIN DA SILVA	146.498.884-68	2.000,00	0,00	0,00	0,00
	ANTONO HYBERNON DA SILVA	132.026.774-20	2.000,00	0,00	0,00	0,00
	Total Utilizado pela UG				21.536,90	21.536,90
Código da UG 2:			Limite de Utilização da			

5.4.1.5. Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

QUADRO A.5.12 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO "B" E CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	98	21.536,90	89	20.807,24	88	29.059,59

Fonte: SIAFI

5.4.1.6. Análise Crítica

A necessidade, na sua maioria, de utilização do CPGF, da modalidade fatura, se dá para atender as despesas emergenciais na aquisição de combustível para os veículos oficiais em objeto de serviço, tendo em vista a ocorrência de licitações desertas nas localidades como Patos e Campina Grande/PB.

5.5. Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ - NÃO SE APLICA

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

6.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	115	115	02	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	115	115	02	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	111	111	02	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	04	04	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	-	-	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	115	115	02	-

Fonte: SIAPI/SGP

6.1.1.1. Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3) –	04
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (Amparo Legal : artigo 93, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com redação dada pelo artigo 22, da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, artigo 5º da Lei 8.682, de 14 de julho de 1993, e artigo 47, da Lei Complementar nº 73, de 10 fevereiro de 1993).	04
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	-
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-

3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em Pessoa da Família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	-
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	-
5.5. Mandato Classista	-
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	01
6.1. Licença Paternidade	-
6.2. Redução de Jornada Art 5 MP	01
6.3. Licença Incentivada não Remunerada	-
6.4. Suspensão Temporária Administrativa	-
6.5. Aguardando a Remuneração	-
6.6. Tratamento Doença Específica (Próprio Servidor)	-
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	04

Fonte: SIAFI/SGP

6.1.2. Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	07	07	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	0-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	07	07	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	07	07	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	11	11		
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	11	11	-	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	18	18	-	-

Fonte: SIAFI/SGP

6.1.2.1. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provedimento de Cargo Efetivo		04	12	47	39
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	04	12	47	39
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provedimento de Cargo em Comissão				05	04

2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	03	04
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	02	-
3. Totais (1+2)	-	4	12	52	43

Fonte: SIAFI/SGP

6.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	2	-	05	23	70	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	2	-	05	22	67	-	01	01
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença					01	03			
2. Provimento de Cargo em Comissão					02	07			
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		-	-	-	01	06	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas		-	-	-	01	01	-	-	-
3. Totais (1+2)		02	-	05	25	77	-	01	01

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAFI/SGP

6.1.3. Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão											
Exercícios	2012	6.622.732,14	-	5.931.043,22	1.370.634,76	382.129,33	105.325,00	3.905,20	29339,63	30.849,92	14.476.019,20
	2011	6.298.483,19	-	5.733.782,15	1.476.671,29	387.865,28	115.354,00	2.711,79	8.000,00	24.507,72	14.047.375,42
	2010	6.167.532,14	-	5.827.693,85	1.195.959,62	409.883,29	75.584,00	18.661,13	63.199,26	62.705,54	13.821.218,83
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	69.960,63	-	156,04	719,96	3.151,08	1.738,00	-	-	-	75.725,71
	2011	331.919,22	-	28.128,44	2.687,46	18.874,17	12.103,98	2.536,43	-	103,64	396.353,34
	2010	298.854,05	-	27.807,91	-	20.454,04	9.901,00	4.733,75	-	-	361.750,75
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	799.750,93	102.389,23	545.205,10	171.020,50	35.163,69	11.450,61	3.049,22	-	-	1.668.029,28
	2011	665.870,66	106.102,97	719.656,12	192.544,69	24.333,82	16.284,19	-	-	-	1.724.792,45
	2010	695.906,35	112.825,82	726.884,63	147.802,83	29.778,00	10.282,62	-	-	6.442,98	1.729.923,23
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	747.390,17	62.498,57	181.957,24	44.539,03	51.199,02	12.306,56	2.556,25	-	15.462,24	1.117.909,08
	2011	518.345,75	56.365,53	126.701,16	15.414,83	47.284,16	7.624,18	1.936,15	184,32	16.807,56	790.663,64
	2010	708.553,57	60.157,67	189.499,06	46.287,35	50.913,53	12.458,55	-	-	16.807,56	1.084.677,29
		Total Geral	Média Mês								
Exercícios	2012	17.337.683,27	1.444.806,94								
	2011	16.959.184,85	1.413.265,40								
	2010	16.997.570,10	1.416.464,18								

Fonte: SIAFI/SGP

6.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO A.6.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	148	03
1.1 Voluntária	119	03
1.2 Compulsória	01	-
1.3 Invalidez Permanente	28	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	76	-
2.1 Voluntária	74	-
2.2 Compulsória	01	-
2.3 Invalidez Permanente	01	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	224	03

Fonte: SIAFI/SGP

6.1.4.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.8 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	142	13
1.1. Integral	85	09
1.2. Proporcional	57	04
2. Em Atividade	498	2
3. Total (1+2)	590	15

Fonte: SIAFI/SGP

6.1.5. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

As providências adotadas pela SFA/PB para identificar possíveis acumulações de cargos, funções e empregos públicos, se faz através do preenchimento obrigatório pelo servidor/empregado público/cargo em comissão de formulário padronizado do Ministério da Agricultura (RH 2.05) – Declaração de Acumulação de Cargos Público, no ato de admissão de posse.

Para pensionistas se faz através do preenchimento obrigatório de Formulário padronizado do Ministério da Agricultura (RH 2.13) – Declaração de Acumulação de Pensão, no ato da concessão da pensão e no ato do cadastramento através de Formulário padronizado pela Superintendência.

6.1.6. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não existem casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos na SFA-PB.

6.1.7. Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.7.1. Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

QUADRO A.6.9 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	03	03	03	03
Concessão de pensão civil	15	11	15	11
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	04	-	04	-
Totais	22	14	22	14

Fonte: SIAPI/SGP

QUADRO A.6.10 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	-	-	-	-
Cancelamento de concessão	01	-	01	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Totais	01	-	01	-

Fonte: SIAPI/SGP

QUADRO A.6.11 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	03	-	-	-
Concessão de pensão civil	14	01	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	03	01	-	-
Total	20	02	-	-
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	-	-	-	-
Cancelamento de concessão	01	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Total	01	-	-	-

Fonte: SIAPI/SGP

6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

QUADRO A.6.12 – ATOS SUJEITOS À REMESSA FÍSICA AO TCU (ART. 14 DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias	-	-	-	-
Outros atos fora do SISAC (especificar)	-	-	-	-
Totais	-	-	-	-

Fonte: SIAPI/SGP

6.1.7.3. Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

QUADRO A.6.13 – ATUAÇÃO DO OCI SOBRE OS ATOS SUBMETIDOS A REGISTRO

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	02	03	-	-
Concessão de pensão civil	01	01	01	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
Totais	03	04	01	-

Fonte: SIAPI/SGP

6.1.8. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

◆ Absenteísmo

Em 2012 tivemos a ocorrência de 01 servidor com ocorrência de falta sem justificativa, num total de 13 dias.

◆ Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

No exercício de 2012 tivemos 20 servidores afastados com licença médica, num universo de 111 servidores ativos da SFA/PB.

◆ Rotatividade (*turnover*)

Não existência da informação requerida.

◆ Educação Continuada

O Ministério da Agricultura, Pecuária Abastecimento - MAPA iniciou a implantação programa de educação continuada para os servidores, com a elaboração do Plano Anual de Capacitação, em 2006. Esse programa está aliado à perspectiva de pessoas, aprendizado e crescimento, do mapa estratégico.

Em 2012 foi elaborado o PAEC - Plano Anual de Educação Continuada, com a participação das diversas Coordenações técnicas e administrativas na sede do MAPA e das Superintendências, onde foi mapeado as necessidades de capacitação, por área de atuação e encaminhado a Coordenação Geral de Desenvolvimento de Pessoas – CGDP para a consolidação do PAEC 2012. Segue demonstrativo da educação continuada de 2010 a 2012.

Tabela 36 – Demonstrativo de educação continuada

ANO	META DO	TOTAL DE HORAS	ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO EM COMPETÊNCIA	SERVIDORES ATIVOS E	Nº SERVIDORES
-----	---------	----------------	--------------------------------------	---------------------	---------------

	MAPA		(HORA/SERVIDOR)	EMPREGADOS PÚBLICOS	TREINADOS
2010	30	4.515	90h	114	69
2011	40	2.696	36 h	111	37
2012	50	2.595	47 h	111	42

◆ **Disciplina**

Quando da ocorrência de ato indisciplinar, essa UJ atua de acordo com a legislação vigente, instaurando processo de sindicância, inicialmente, e após apuração de fatos comprobatórios e relatório final é aberto ou não processo administrativo disciplinar. Em 2012 houve abertura de um processo de sindicância investigativa e arquivado os autos em março do corrente exercício.

◆ **Aposentadoria *versus* reposição do quadro**

Essa Unidade Jurisdicionada não tem governança no que se refere à reposição de quadro de servidores. É competência do MAPA a realização de concurso público e outros atos administrativos, em conformidade com a legislação vigente, para essa finalidade.

6.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.6.14 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2012	2011	2010		
NÃO EXISTE TERCEIRIZADOS NAS ATIVIDADES INERENTES AS CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DO MAPA					
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					

Fonte: SCC

6.2.2. Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

QUADRO A.6.15 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS

Nome do Empregado Terceirizado Substituído	Cargo que Ocupava no Órgão	D.O.U. de Publicação da Dispensa			
		Nº	Data	Seção	Página
NÃO OCORREU SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADO, NA SFA/PB, EM DECORRÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2009, REALIZADO PELO MAPA.					

Fonte: SGP

6.2.3. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

QUADRO A.6.16 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	
A SFA/PB NÃO REALIZA CONCURSO PÚBLICO. NO ÚLTIMO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2009, PUBLICADO NO DOU EM 30/10/2009, REALIZADO PELO MAPA, NÃO FOI DISPONIBILIZADO VAGA PARA A SFA/PB.			

Fonte: SGP

6.2.4. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: SFA-PB													
UG/Gestão: 130024/00001							CNPJ: 00.396.895/0020-98						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	11/2009	24.270.795/0001-16	16.12.2009	15.12.2010	-	05	-	06	-	01	P
2011	V	O	03/2011	09.222.175/0001-18	01.03.2011	29.02.2012		03	-	02	-	01	P
2011	V	O	05/2011	09.222.175/0001-18	20.06.2011	19.06.2012	-	02	-	-	-	-	A
Observações: - Contrato 03/2011 vigilância ostensiva na SEDE e contrato 05/2011 nas UTRAs; - Pessoal da limpeza tem 1 analfabeto e 10 com Fundamental incompleto													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: SCC/SAD-PB

A coluna “P” não foi preenchida tendo em vista que nos editais de limpeza e vigilância não foi exigida a escolaridade dos empregados da empresa a ser contratada, tendo em vista que a Instrução Normativa/MPOG nº 02, de 30/04/2008, que dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não, não especifica o nível de escolaridade para esse tipo de serviço. Para serviços mais especializados como nos constantes no Quadro A.6.18. foi exigida a escolaridade de acordo com os postos de serviço.

6.2.5. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: SFA-PB													
UG/Gestão: 130024/00001							CNPJ: 00.396.895/0020-98						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	

2012	3	O	06/2012	00.323.090/0001-51	16.09.2011	16.09.2013	12	03	06	15	01	01	A
2012	4; 5; 7; 8 e 9	O	07/2012	10.339.944/0001-41	10.09.2012	10.09.2013	05	03	-	02			A

Observações:

- Contrato 03/2011 vigilância ostensiva na sede da SFA/PB e contrato 05/2011 nas UTRAs Campina Grande e Patos/PB

LEGENDA

Área:

1. *Segurança;*
2. *Transportes;*
3. *Informática;*
4. *Copeiragem;*
5. *Recepção;*
6. *Reprografia;*
7. *Telecomunicações;*
8. *Manutenção de bens móveis*
9. *Manutenção de bens imóveis*
10. *Brigadistas*
11. *Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes*
12. *Outras*

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SCC/SAD-PB

6.2.6. Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	08	09	07	07	
3.1. Área Fim	07	08	06	06	
3.2. Área Meio	01	01	01	01	
4. Nível Médio	04	04	04	04	
1.1 Área Fim	-	-	-	-	
1.2 Área Meio	04	04	04	04	
2. Total (1+2)	12	13	11	11	54.576,02

Fonte: SGP

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

O Setor de Transporte da SFA-PB opera atualmente com equipe formada por 12 (doze servidores), distribuídas em funções conforme abaixo discriminado:

Equipe de Trabalho

Jonas Francisco de Oliveira – Chefe do STR/SFA-PB

José Célio Martins Silva - Assistente de Operações

Elias Gomes de Araujo Neto – Assistente Administrativo

Sandoilton Laurindo Firmino de Almeida – Apoio Administrativo

Clenes Antonio Inácio Oliveira – Motorista

José dos Santos – Motorista

José Pereira da Cunha – Motorista

José Garcia da Silva - Motorista

Francisco Rodrigues de Lima – Motorista

Fábio Antonio da Costa Carvalho – Motorista

Adílio Nélio Batista – Manutenção de Veículos

Alexandro da Silva – Limpeza e conservação de veículos

Durante o exercício de 2012, a equipe de trabalho do STR/SFA/PB, participou do curso de treinamento e implantação do SCVA (Sistema de Controle de Veículos Automotores), ministrado nesta Superintendência.

A frota de veículos jurisdicionada na SFA/PB tem sua gestão calcada na legislação contida na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03 e no Art. 10 do Decreto 6.403 de 17 de março de 2008.

A frota de veículos sob a responsabilidade da SFA/PB é entre os elementos de apoio logístico o de maior importância nas atividades desenvolvidas por este órgão público, uma vez que os trabalhos de fiscalização de produtos agropecuários e as atividades de apoio administrativo, executadas na capital e no interior do estado dependem diretamente de veículos revisados e em bom estado de conservação

A SFA-PB possui 28 veículos classificados como IV/C-3 (Fiscalização), 13 veículos classificados como IV/A (Transporte de servidores a serviço) e 01 veículo classificado como IV/B-2 (Transporte de carga pesada).

Durante o exercício de 2012, os veículos utilizados pela Fiscalização (IV/C-3) percorreram 228.401 km, os veículos utilizados para transportar servidores a serviço (IV/A) percorreram 56.446 km e o veículo de Carga Pesada (IV/B-2) percorreram 10.389 km.

Os veículos jurisdicionados na SFA-PB possuem média de idade de aproximadamente 06 anos de uso.

Os custos totais apurados com a frota de veículos da SFA-PB, relativos ao exercício de 2012 são da ordem de R\$ 117.860,56, incluindo-se aqui os valores gastos com combustíveis, lubrificantes, manutenções com substituições de peças.

Anualmente, a SFA/PB, elabora o Plano de Alienação e Aquisição de Veículos (PAAV), conforme instruções regulamentares em vigor e necessidade de adequação de sua frota.

A SFA/PB utiliza a modalidade AQUISIÇÃO em detrimento da LOCAÇÃO por questões de economicidade, uma vez que os custos de locação por veículo seriam bastante elevados em comparação com os gastos auferidos com a manutenção executada em cada veículo de nossa frota.

A SFA/PB tem no SCVA (Sistema de Controle de Veículos Automotores) e em programas internos como PLANOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA executados conforme manuais dos fabricantes, uma estrutura de controle a qual tem apresentados excelentes resultados no que diz respeito a economicidade e na eficiência dos serviços prestados na área de transportes.

Atividades desenvolvidas pelo STR/SFA-PB

a) No período compreendido entre janeiro a dezembro, a equipe de trabalho do STR/SFA-PB, operando com uma frota composta por 42 veículos; emitiu 2.369 ordens de saídas de veículos; 759 ordens de abastecimentos para um consumo de 31.925,42 litros de combustível necessários para que fosse trafegado um percurso de 295.236 km em atividades administrativas e de fiscalização de produtos agropecuários.

b) Durante o referido período foram executadas nos veículos da SFA-PB, 65 manutenções preventivas, 25 manutenções corretivas e 70 trocas de óleo lubrificantes, substituição de pneus em 10 veículos e 42 renovações de emplacements.

c) As ações acima elencadas foram fundamentais na conservação dos veículos pertencentes à SFA-PB e principalmente na segurança dos condutores quando das atividades desenvolvidas no cumprimento de suas funções.

Tabela 37 – Programação Executada 2012

PROGRAMAÇÃO EXECUTADA / 2012	
• ATIVIDADES	Quant.
Frota de veículo oficial	42
Emissão de ordem de saída de veículos oficial	2.369
Emissão de ordem de abastecimento	759
Km rodados da frota	295.236
Programar veículo para atender solicitações de serviços	
Programar emplacements conforme tabela pelo DETRAN	
Cadastro de veículo no Sistema de Controle de Veículo Automotivo - SCVA	
Cadastro de ordem de saída de veículo no sistema SCVA	
Cadastro de manutenção de veículo no sistema SCVA	
Cadastro de abastecimento de veículo no sistema SCVA	
Controle da autorização para conduzir veículo oficial	
Vistoria nos veículos oficial quando da saída e retorno em viagem a serviço	
Arquivar em pasta individual para cada veículo ordem de saída, combustível e manutenção	
Supervisionar a limpeza e manutenção dos veículos	
Elaborar relatório mensal e anual do consumo de combustível	
Elaborar relatório Anual da programação executada no final do exercício	

Fonte: STR

Tabela xxx – Atividades Executadas Relativas à Manutenção Automotiva

Tabela 37.1 – Atividades Executadas Relativas à Manutenção Automotiva

ATIVIDADES EXECUTADAS RELATIVAS À MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA
70 Trocas de óleos lubrificantes
65 Revisões preventivas
25 Manutenções corretivas
42 Renovações de emplacements

CUSTO TOTAL DA MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA (R\$)	
PNEUS	10.858,32
PEÇAS	18.477,25
SERVIÇOS	8.034,85
TOTAL	37.370,42
CUSTO OPERACIONAL DA FROTA (R\$)	
EMPLACAMENTO	9.091,08
CONSUMO DE COMBUSTÍVEL (31.925,42 L)	71.399,06
PNEUS	10.858,32
PEÇAS	18.477,25
SERVIÇOS	8.034,85
TOTAL	117.860,56

Fonte: STR/SAD/SFA-PB

Tabela 37.2 – Discriminação dos gastos de combustíveis

DISCRIMINAÇÃO DOS GASTOS DE COMBUSTÍVEIS (L)	
SEDE	20.959,03
UTRA – CG	1.927,50
UTRA-PATOS	2.031,68
S. DE FUNDO	5.797,40
Abastecimento Externo (TRE)	1.209,81
TOTAL	31.925,42

Fonte: STR

Tabela 37.3 – Relação da frota da SFA-PB por grupo - 2012

RELAÇÃO DA FROTA DA SFA-PB POR GRUPO - 2012			
GRUPO	VEÍCULO	PLACA	ANO
SEFAG	S - 10	MNS - 4276	2007
	BLAZER	MOC - 2019	2004
	CORSA	NPX - 3299	2009
	S - 10	NPX - 3319	2009
	RANGER	NQA - 7444	2011
SISV	RANGER	MOT - 0900	2003
	PÁLIO	MNN - 2462	2007
	PÁLIO	MNN - 2472	2007
	S - 10	MNS - 4456	2007
	RANGER	NQA - 7544	2011
	RANGER	NQA - 7584	2011
SISA	FRONTIER	MNF - 9084	2005
	S - 10	MNS - 4256	2007
	RANGER	MOS - 8584	2002
	FRONTIER	MNF - 9064	2005
	PÁLIO	MNK - 1531	2007
	S - 10	MNS - 4266	2007
	LOGAN	HNT - 5857	2010
	XTERRA	MNW - 1316	2007
DPDAG	S - 10	MNS - 4386	2007

	LOGAN	HSH - 2334	2009
UTRA - C. GRANDE	CORSA	MOK - 3252	2010
	FRONTIER	MNF - 9094	2005
	GOL	MNI - 1085	2005
	RANGER	NPW - 4936	2009
	FRONTIER	MNI - 1135	2005
UTRA - PATOS	S - 10	MNS - 4376	2007
	PRISMA	NPX - 3309	2009
GAB	PAJERO	MOM - 5763	2009
	PÁLIO	MNN - 2432	2007
TRANSPORTE	PEUGEOUT	MNA - 1080	1995
	BAÚ	MOQ - 1260	2000
	GOL	MOL - 2499	2004
	GOL	MMX - 7842	1999
	PARATI	MOG - 2168	1999
	ESCORT	MON - 8375	2002
	CORSA	MNB - 5763	2004
	CORSA	MNB - 5843	2004
	PARATI	MOC - 2029	2004
	GOL	MOL - 2669	2005
	GOL	MOL - 2489	2004
	TRANSIST	MOO - 0311	2011

Fonte: STR

Tabela 37.4 – Relação de consumo de combustível com suprimento em 2012

RELAÇÃO DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL COM SUPRIMENTO EM 2012			
MÊS	KM RODADO	LITROS	VALOR (R\$)
JANEIRO	-	-	-
FEVEREIRO	3.089	185,50	393,80
MARÇO	3.866	185,40	386,60
ABRIL	7.110	452,10	929,10
MAIO	10.913	706,90	1.450,80
JUNHO	6.284	483,20	1.020,20
JULHO	7.153	561,50	1.201,30
AGOSTO	2.161	164,50	360,20
SETEMBRO	8.633	671,90	1.366,70
OUTUBRO	9.859	740,70	1.620,90
NOVEMBRO	10.423	751,20	1.685,50
DEZEMBRO	10.783	894,50	1.958,90
TOTAL	80.274	5.797,40	12.374,00

Fonte: STR

Tabela 37.5 – Programação executada em 2009 a 2012

PROGRAMAÇÃO EXECUTADA DE 2009 A 2012								
ATIVIDADES	2009		2010		2011		2012	
	QUANT.	VALOR (R\$)	QUANT.	VALOR (R\$)	QUANT.	VALOR (R\$)	QUANT.	VALOR (R\$)
Ordem de saída de veículos oficial	3.226	-	2.962	-	2.481	-	2.369	-
Ordem de Abastecimento	1.824	-	1.232	-	923	-	759	-
Frota de veículo oficial	52	-	50	-	44	-	42	-
Km rodados da frota (KM)	1.163.812	-	458.921	-	305.457	-	295.236	-
Combustível consumido (L)	75.032	156.770,27	46.909,07	104.844,68	35.372,33	73.463,29	31.925,42	71.399,06
Comb. Consumido Sede (L)	55.22,31	-	32.885,19	-	22.529,271	-	20.959,03	-
Comb. Consumido UTRA/CG (L)	6.351,38	-	6.065,11	-	3.659,56	-	1.927,50	-
Comb. Consumido UTRA/Patos	8.560,52	-	5.867,00	-	2.763,30	-	2.031,68	-
Comb. Consumido Suprimento de Fundo (L)	4.898,78	-	2.091,77	-	6.420,20	-	5.797,40	-
Abastecimento Externo (TRE)	-	-	-	-	-	-	1.209,81	-
Custo de manutenção da frota	-	102.064,69	-	69.549,83	-	37.995,16	-	46.461,50
Consumo de pneus	-	16.860,84	-	6.320,50	-	12.118,60	-	10.858,32
Consumo de peças	-	66.847,26	-	51.045,78	-	11.562,98	-	18.477,25
Serviço de manutenção	-	18.356,59	-	12.183,55	-	3.669,56	-	8.034,85
Emplacamento	-	11.396,00	-	10.030,98	-	10.644,02	-	9.091,08
TOTAL MANUTENÇÃO DA FROTA		270.230,96	-	184.425,49	-	111.458,45	-	117.860,56

Fonte: STR

Tabela 37.6 – Consumo de combustível e manutenção mecânica por veículo

CONSUMO DE COMBUSTÍVEL E MANUTENÇÃO MECÂNICA POR VEÍCULO											
VEÍCULO	PLACA	ANO	SETOR	COMBUS-TÍVEL	EMPLACA-MENTO	PNEUS	QUANT. LITRO	VALOR NOTA	KM ROD	MANUTENÇÃO	TOTAL
TRANSIT	MOO - 0311	2011	STR	DIESEL	360,16	-	286,88	588,10	2.582	378,18	1.326,44
RANGER	MOT - 0900	2003	SISV	DIESEL	222,10	-	245,20	455,30	2.452	247,21	924,61
PEUGEOT	MNA -1080	1995	STR	DIESEL	222,10	-	-	-	-	399,60	621,70
GOL	MNI - 1085	2005	UTRA-CG	FLEXPOWER	100,78	-	414,615	1.111,16	2.695	656,32	1.868,26
FRONTIER	MNI - 1135	2005	UTRA-CG	DIESEL	105,28	-	180,46	369,94	2.346	303,73	778,95
BAÚ	MOQ - 1260	2000	STR	DIESEL	272,21	-	1.398,30	2.866,51	10.389	1.917,16	5.055,88
XTERRA	MNW -1316	2007	SISA	DIESEL	220,34	2.118,60	1.015,23	2.081,22	12.760	1.650,74	6.070,90
PALIO	MNK - 1531	2007	SISA	FLEXPOWER	214,46	620,00	317,76	851,59	2.701	993,41	2.679,46
BLAZER	MOC - 2019	2004	SEFAG	GASOLINA	302,73	1.391,72	366,46	982,11	2.382	1.031,03	3.707,59
PARATI	MOC - 2029	2004	STR	FLEXPOWER	217,11	-	375,00	1.005,00	3.750	1.643,25	2.865,36
PARATI	MOG - 2168	1999	STR	ALCOOL	217,01	-	-	-	Doação	-	217,01

PALIO	MNN - 2432	2007	GAB	FLEXPOWER	214,46	-	486,10	1.302,74	4.618	239,74	1.756,94
LOGAN	HSH - 2334	2009	DPDAG	FLEXPOWER	214,46	-	703,27	1.884,76	7.736	238,35	2.337,57
PALIO	MNN - 2462	2007	SISV	FLEXPOWER	214,46	-	312,00	836,16	3.276	224,11	1.274,73
PALIO	MNN - 2472	2007	SISV	FLEXPOWER	214,46	620,00	814,09	2.181,76	8.548	183,43	3.199,65
GOL	MOL - 2489	2004	STR	FLEXPOWER	217,11	620,00	973,47	2.608,89	9.248	566,44	4.012,44
GOL	MOL - 2499	2004	STR	ALCOOL	217,11	-	-	-	-	23,94	241,05
GOL	MOL - 2669	2004	SAD	FLEXPOWER	217,11	-	768,12	2.058,56	6.145	1.020,92	3.296,59
CORSA	NPX - 3299	2009	SEFAG	FLEXPOWER	217,11	-	798,17	2.139,09	9.179	134,25	2.490,45
CORSA	MOK - 3252	2010	UTRA-CG	FLEXPOWER	214,46	-	708,80	1.899,58	7.088	290,86	2.404,90
PRISMA	NPX - 3309	2009	SISA	FLEXPOWER	217,11	-	537,39	1.440,20	6.180	304,25	1.961,56
S - 10	NPX - 3319	2009	SEFAG	DIESEL	221,61	-	1.441,21	2.954,48	16.574	596,35	3.772,44
S - 10	MNS - 4256	2007	SISA	DIESEL	220,34	-	1.403,60	2.139,38	15.036	1.093,09	3.452,81
S - 10	MNS - 4266	2007	SISA	DIESEL	220,34	1.144,00	1.180,00	2.419,00	11.520	292,90	4.076,24
S - 10	MNS - 4276	2007	SEFAG	DIESEL	220,34	1.144,00	614,42	1.259,56	4.301	346,94	2.970,84
S - 10	MNS - 4376	2007	UTRA/PATOS	DIESEL	220,34	1.144,00	731,23	1.499,02	7.678	446,16	3.309,52
S - 10	MNS - 4386	2007	DEPDAG	DIESEL	220,34	-	889,05	1.822,55	7.557	334,84	2.377,73
S - 10	MNS - 4456	2007	UTRA/CG	DIESEL	220,34	-	554,42	1.136,56	5.267	1.273,29	2.630,19
RANGER	NPW - 4936	2009	SISV	DIESEL	220,34	-	945,33	1.937,92	9.408	1.091,32	3.249,58
PAJERO	MOM - 5763	2009	GAB	DIESEL	218,96	-	1.435,71	2.943,20	10.750	1.120,89	4.283,05
CORSA	MNB - 5763	2004	STR	FLEXPOWER	214,46	-	797,33	2.136,84	7.176	946,10	3.297,40
CORSA	MNB - 5843	2004	STR	FLEXPOWER	214,46	-	1.215,62	3.257,86	9.725	198,85	3.671,17
LOGAN	HNT - 5857	2010	SISA	FLEXPOWER	216,60	-	1.050,36	2.814,96	11.554	362,73	3.394,29
GOL	MMX - 7842	1999	STR	ALCOOL	214,46	-	-	-	Doação	-	214,46
RANGER	NQA - 7444	2011	SEFAG	DIESEL	218,96	-	2.232,58	4.576,78	18.977	497,90	5.293,64
RANGER	NQA - 7544	2011	SISV	DIESEL	218,96	-	1.953,57	4.004,81	13.675	497,90	4.721,67
RANGER	NQA - 7584	2011	SISV	DIESEL	218,96	-	1.810,62	3.711,77	14.485	921,27	4.852,00
ESCORT	MON - 8375	2002	UTRA/CG	GASOLINA	100,78	-	-	-	Doação	0	100,78
RANGER	MOS - 8584	2002	SISA	DIESEL	218,96	-	-	-	Doação	0	218,96
FRONTIER	MNF - 9064	2005	SISA	DIESEL	218,96	-	204,41	419,04	2.453	113,73	751,73
FRONTIER	MNF - 9084	2005	SISA	DIESEL	218,96	2.056,00	907,50	1.860,37	8.060	2.402,06	6.537,39
FRONTIER	MNF - 9094	2005	SISV	DIESEL	218,96	-	1.739,36	3.565,68	17.474	1.528,86	5.313,50
RANGER	NMD - 4757	-	SFA-SE	DIESEL	-	-	62,00	127,10	-	-	127,10
PAJERO	PFJ - 0753	-	SFA-PE	GASOLINA	-	-	35,79	95,91	-	-	95,91
PARATI	MYX - 1664	-	SFA-RN	GASOLINA	-	-	20,00	53,60	-	-	53,60
Total Geral					9.091,08	10.858,32	31.925,42	71.399,06	295.236	26.512,10	117.860,56

Fonte: STR

Tabela 37.7 – Consumo de pneus e material de expediente via almoxarifado - 2012

CONSUMO DE PNEUS E MATERIAL DE EXPEDIENTE VIA ALMOXARIFADO EXERCÍCIO 2012						
DATA	VEÍCULO	PLACA	SETOR	MATERIAL	QUANT.	VALOR
03/12/2012	XTERRA	MNW - 1316	SISA	PNEU	04	2118,60
28/11/2012	FRONTIER	MNF - 9084	SISA	PNEU	04	2.056,00
13/11/2012	S - 10	MNS - 4266	SISA	PNEU	04	1.144,00
09/10/2012	S - 10	MNS - 4376	UTRA-PATOS	PNEU	02	572,00
25/09/2012	S - 10	MNS - 4376	UTRA-PATOS	PNEU	02	572,00
31/07/2012	PÁLIO	MNN - 2472	SISV	PNEU	04	620,00
11/07/2012	GOL	MOL - 2489	SAD	PNEU	04	620,00
12/04/2012	S - 10	MNS - 4276	SEFAG	PNEU	04	1.144,00
28/03/2012	BLAZER	MOC - 2019	SEFAG	PNEU	04	1.391,72
09/02/2012	PÁLIO	MNK - 1531	SISA	PNEU	04	620,00
TOTAL						10.858,32
OBS.:	Material de expediente e outros					1.862,58
TOTAL GERAL						12.720,90

7.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1 - Paraíba	02	01
	município 1 – Cabedelo	01	01
	município 2 – Campina Grande	01	01
	município “n”	-	-
	UF “n”	-	-
	município 1	-	-
	município 2	-	-
	município “n”	-	-
Subtotal Brasil		02	02
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
	PAÍS “n”	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		02	02

Fonte: SMP/SAG//SFA-PB

7.2.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

QUADRO A.7.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1 - Paraíba	01	01
	município 1 - Patos	01	01
	município 2	-	-
	município “n”	-	-

	UF “n”	-	-
	município 1	-	-
	município 2	-	-
	município “n”	-	-
Subtotal Brasil		01	01
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
	PAÍS “n”	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		01	01

Fonte: SMP

7.2.3. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
130024 - SFA-PB	1965.0027.500-7	21	03	*	05/11/2009	3.089.322,69	181.391,03	30.121,86
130024 - SFA-PB	1981.00049.500-9	21	03	*	16/08/2011	287.605,48	-	-
Total							181.391,03	30.121,86
* O sistema SPIUNET não forneceu o valor histórico do imóvel.								
Fonte: SMP/SAG								

Análise Crítica

Os bens imóveis identificados no quadro A.7.3, registrados no SPIUNET, pertinente ao patrimônio da SFA/PB, estão em bom estado de conservação. Não temos evidência de bens imóveis fora do patrimônio da União, decorrente da existência de algum impedimento legal, para regularização.

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
2	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
3	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
2	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
2	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
2	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
2	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
3	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
4	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
2	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
3	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
2	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
2	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
3	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
3	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
2	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
2	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
3	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
1	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
2	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
2	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
1	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
2	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
2	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
3	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
2	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
3	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
2	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
2	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
2	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
2	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
2	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
1	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	

2	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
3	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
4	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
4	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
3	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
3	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(3)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(3)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(1)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(1)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input checked="" type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
Fonte: STI	

8.2. Análise Crítica

Informamos que existe uma pendência a sanar que é o aumento da velocidade do nosso link, pois estamos apenas com 1MB para toda Superintendência, com mais de 120 micros e mais de 100 usuários, com isso os serviços que dependem da Internet muitas vezes é perdido ou cancelado, devido à lentidão.

9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.9.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS					
Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				x	
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente			x		

QUADRO A.9.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS					
Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<i>adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</i>					
3. <i>A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</i>			X		
4. <i>Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</i> • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?				X	
5. <i>No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</i> • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
6. <i>No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</i> • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?				X	
7. <i>No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</i> • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
	Sim ()		Não (X)		
8. <i>Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</i> • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?				X	
9. <i>Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.</i>			X		
10. <i>Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</i>				X	
11. <i>Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</i>				X	
12. <i>Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</i> • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?				X	
13. <i>Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</i> • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?				X	
Considerações Gerais:					
<u>LEGENDA</u>					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

QUADRO A.9.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS							
Aspectos sobre a gestão ambiental			Avaliação				
Licitações Sustentáveis			1	2	3	4	5
Considerações gerais:							
<p>ITEM 4 – no pregão nº 11/2011 referente à manutenção de veículo foi exigido a comprovação de licenciamento ambiental para participar do processo licitatório e no pregão nº 02/2012 inerente a manutenção de ar condicionado foi exigido o descarte ambientalmente adequado das peças e materiais originários da contratação.</p> <p>ITEM 5 – Na reforma dos WC feminino e masculino as torneiras foram substituídas pelas automáticas e a na reforma elétrica da sede as lâmpadas utilizadas foram as econômicas e no corredor foi instalado sensor para as lâmpadas.</p> <p>ITEM 6 – todo o papel adquirido em 2012 por esta UJ foi reciclável.</p> <p>ITEM 10 - no pregão nº 06/12 relacionado ao serviço de piso, parede, teto e esquadria na sede da SFA/PB foi exigido observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na resolução CONAMA nº 307/02 e IN nº01/2010 do MPOG.</p> <p>ITEM 12 – Essa UJ tem poço artesanal e utiliza a água para a manutenção das instalações. Com relação ao consumo de energia esta Superintendência adotou medidas de otimização ao consumo, disciplinando o horário de funcionamento condicionadores de ar para que sejam todos desligados no horário do almoço (12h00 às 14h00) e no final do expediente às 17h30 e as luzes internas deverão ser apagadas das 12h00 às 14h00 e as externas às 18h00 (corredores). Essa diretriz foi definida em reunião realizada em 27/02/2012, com todos os chefes da área técnica e administrativa e comunicada aos servidores através do Memo/CIRCULAR/GAB/SFA/PB nº 008, de 05/03/2012. A SFA aderiu ao acordo verde da ENERGISA.</p> <p>ITEM 13 – Palestra de sensibilização dos funcionários da Empresa de Limpeza Urbana – EMLUR com os servidores da SFA/PB, em julho e setembro/2009, 03 reuniões da Comissão da Coleta Seletiva Solidária da SFA/PB com os funcionários da empresa prestadora de limpeza dessa organização e com a associação responsável pela coleta dos recicláveis da SFA/PB – a ASTRAMARE, distribuição dos cestos da coleta seletiva nos diversos serviços, seções e setores e fixação dos coletores externos e identificação dos cestos de papel nos setores com o nome: SÓ PAPEL. Os servidores foram avisados dessas ações através do serviço de som do PABX, quadro de aviso, Memorando Circular/GAB/SFA/PB nº 16 de 27/07/2009 e 33 de 11/09/09. Em 2011 ocorreram reuniões de avaliação da Coleta, aquisição de novos cestos para serem distribuídos nos setores, mensagem: SEPRE O LIXO QUE VOCÊ PRODUZ NO AMBIENTE DE TRABALHO na tela do computador, ao colocar o login de acesso, diariamente, durante 02 meses, e palestra de sensibilização.</p>							
Fonte: SCC/SAG/SePA							

9.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Valores em R\$
1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Tarifa hora sazonal verde (TARIFA VERDE) da ENERGISA/PB		01/06/2010		Redução de aproximadamente 10,07% no valor da fatura e no consumo em W de 10,28% a partir da adesão em relação ao ano anterior.		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resma)	653	683	818	7.088,34	7.200,27	8.580,82
Água (L)	1.103	1.697	1.573	10.120,99	12.950,53	12.098,07
Energia Elétrica (W)	313.614	331.396	297.311	157.496,23	156.300,14	173.811,43
			Total	174.705,56	176.450,94	194.490,32

Fonte: Sistema ASI - Almoxarifado

10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1. Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

FOMOS AUDITADOS PELA CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO NA PARAÍBA – CGU/PB EM 2012, NÃO RECEBEMOS RECOMENDAÇÕES E NÃO FOI GERADO PLANO DE PROVIDÊNCIA.

RECEBEMOS O CERTIFICADO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS Nº 201203393, DE 10/07/2012 ONDE O ENCAMINHAMENTO DAS CONTAS DOS RESPONSÁVEIS FOI PELA REGULARIDADE.

10.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

FOMOS AUDITADOS PELA CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO NA PARAÍBA – CGU/PB EM 2012, NÃO RECEBEMOS RECOMENDAÇÕES E NÃO FOI GERADO PLANO DE PROVIDÊNCIA.

RECEBEMOS O CERTIFICADO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS Nº 201203393, DE 10/07/2012 ONDE O ENCAMINHAMENTO DAS CONTAS DOS RESPONSÁVEIS FOI PELA REGULARIDADE.

10.1.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

FOMOS AUDITADOS PELA CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO NA PARAÍBA – CGU/PB EM 2012, NÃO RECEBEMOS RECOMENDAÇÕES E NÃO FOI GERADO PLANO DE PROVIDÊNCIA.

RECEBEMOS O CERTIFICADO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS Nº 201203393, DE 10/07/2012 ONDE O ENCAMINHAMENTO DAS CONTAS DOS RESPONSÁVEIS FOI PELA REGULARIDADE.

10.1.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

FOMOS AUDITADOS PELA CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO NA PARAÍBA – CGU/PB EM 2012, NÃO RECEBEMOS RECOMENDAÇÕES E NÃO FOI GERADO PLANO DE PROVIDÊNCIA.

RECEBEMOS O CERTIFICADO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS Nº 201203393, DE 10/07/2012 ONDE O ENCAMINHAMENTO DAS CONTAS DOS RESPONSÁVEIS FOI PELA REGULARIDADE.

10.3. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro

Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	01	01	18
	Entregaram a DBR	01	-	18
	Não cumpriram a obrigação	01	01	01

Fonte: SGP

10.3.2. Análise Crítica

Bruno Figueiredo Roberto, cargo em comissão /sem vínculo, exonerado pela Portaria nº 7.446 de 30/05/2012, publicada DOU de 31.05.2012, não entregou cópia DBR ao afastar-se. Solicitamos a cópia da DBR através de Carta nº 45/2012, Notificação nº 01/2013 e Notificação 138/2013, mas não obtivemos resposta.

Na SFA-PB não existe sistema informatizado para gerenciamento da recepção das DBR. As DBR são arquivadas em pasta na SGP/PB. Não existe análise das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida.

10.4. Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

10.4.1. Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

QUADRO A.10.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba
Serviço de Apoio Administrativo - SAD
Setor de Compras e Contratos – SCC

DECLARAÇÃO

Eu, **Maria Zilma Moreira Gonçalves da Costa**, CPF nº 220.125.754-04, **chefe do Setor de Compras e Contratos**, exercido na **SFA-PB**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Cabedelo, 08 de fevereiro de 2013.

MARIA ZILMA MOREIRA GONÇALVES DA COSTA
SETOR DE COMPRAS E CONTRATOS
CPF 220.125.754.04
(83) 3216.6324/3216.6310

QUADRO A.10.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SICONV



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba
Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG

DECLARAÇÃO

Eu, **Jerônimo Barata de Melo**, CPF nº 089.399.264-04, **Chefe da Divisão de Defesa Agropecuária - DDA** exercido na **SFA-PB**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Administração de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Cabedelo, 05 de março de 2013.

Jerônimo Baata de Melo
Chefe da Divisão de Defesa Agropecuária
CPF: 089.399.264-04

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1. Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

11.1.1. Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

A Coordenação de Contabilidade – CCONT/SPOA/MAPA informou, quando da solicitação da SFA-PB, o seguinte:

Quanto a este item, estamos em contato permanente junto à Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGLSG a qual nos apresentou cópia do Termo de Referência referente à manutenção e suporte técnico do software de gestão ASI, módulos de patrimônio mobiliário e almoxarifado onde o motivo maior da contratação foi exatamente a implantação do módulo de depreciação/amortização. Com isso a setorial de contabilidade acompanhará de forma pontual a implantação no decorrer do exercício corrente. Diante do exposto, esclarecemos:

- A UJ não está aplicando os dispositivos contidos nas NBCT 16.9 E NBCT 16.10;
- Apesar dos esforços das autoridades, conforme acima descrito, até o momento não foi disponibilizado um sistema de patrimônio para o MAPA;
- Não estamos adotando nenhum método haja vista que os trabalhos não foram iniciados ainda no MAPA;
- Não estão sendo aplicados;
- Não estão sendo aplicados;
- Não estão sendo aplicados;
- Não estão sendo aplicados.

11.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.2. Declaração com Ressalva

QUADRO A.11.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.			
DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO /PB			130024
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) 464 FALTA COMPROVAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	31 de dezembro de 2012
Contador Responsável	Alberto Jerônimo Pereira	CRC n.º	006624/T-8 GO

Documentos e sistemas oficiais pesquisados na elaboração do Relatório de Gestão Individual da SFA/PB – 2012

- ◆ PPA 2012-2015 do MAPA;
- ◆ Portaria MAPA 428, de 09/06/2010;
- ◆ Instrução Normativa TCU n.º 63, de 01/09/2010;
- ◆ Resolução n.º 234, de 01/09/2010;
- ◆ Resolução n.º 244, de 20/07/2011
- ◆ Decisão Normativa TCU n.º 119, de 18/01/2012;
- ◆ Decisão Normativa TCU n.º 121, de 16/06/2012;
- ◆ Decisão Normativa TCU n.º 124, de 05/12/2012
- ◆ Portaria TCU n.º 150, de 03/07/2012;
- ◆ Portaria CGU n.º 133, de 18/01/2013;
- ◆ Norma de Execução CGU n.º 01, de 18/01/2013;
- ◆ Relatórios de Gestão da SFA/PB, exercício 2011;
- ◆ SIAFI;
- ◆ SIAFI GERENCIAL;
- ◆ SIPLAN;
- ◆ SAFINDE 2012 SFA/PB.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1. Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Demonstrativo de Capacitação dos Servidores da SFA/PB - Ano 2012.

ANEXO I

DEMONSTRATIVO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA SFA/PB - ANO 2012											
Servidor (a)	Categoria Funcional	Serviço seção, setor.	PI	Curso/Evento	Período/ Local/ Realização	Carga Horária (h/a)	Taxa de Inscrição (R\$)	Passag. Aérea (R\$)	V. Suprim. (R\$)	Diária. Participante (R\$)	Diária. Motorista (R\$)
ÁREA ADMINISTRATIVA											
Seção de Gestão de Pessoas - SGP											
Maria Marineide Marinho Cavalcanti	NI	SGP	À distância	Controles Aplicados à Gestão- Aposentadorias e Pensões	19/11 a 19/12/12	50	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		50	-	-	-	-	-
Karina Yokayama de Mello	NI	SGP	À distância	Controles Aplicados à Gestão- Aposentadorias e Pensões	19/11 a 19/12/12	50	-	-	-	-	-
	NI	SGP	À distância	Sistema de Gestão de Processos Administrativos Disciplinares (CGU-PAD)	12/12/12	03	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				02		53	-	-	-	-	-
Márcia Mônica Vieira de Moraes	NI	SGP	CAPACITA	Curso de Formação e Oficina de Aperfeiçoamento para Agentes de Desenvolvimento de Pessoas	30/09 a 06/10/12 Brasília- DF	40	-	718,52	-	1.480,44	-
	NI	SGP	CAPACITA	I Encontro Nacional dos Recursos Humanos PROVERH do MAPA	05 a 10/11/12 Florianópolis- SC	40	-	1.134,72	-	1.126,44	-
	NI	SGP	A distância	Controles Aplicados à Gestão- Aposentadorias e Pensões	19/11 a 19/12/12	50	-	-	-	-	-

TOTAL INDIVIDUAL				03		130	-	1.853,24	-	2.606,88	-
Carmen Berta Cavalcanti D. Machado	NI	SGP	CAPACITA	Encontro com Dirigentes de Recursos Humanos	22/10/12 Jaboatão dos Guararapes- PE	04	-	-	-	74,68	74,68
	NI	SGP	A distância	Controles Aplicados á Gestão- Aposentadorias e Pensões	19/11 a 19/12/12	50	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				02		54	-	-	-	74,68	74,68
TOTAL SGP				05		287	-	1.853,24	-	2.681,56	74,68
Seção de Apoio Operacional e Divulgação / SAOD / STI											
Josinea de Ataíde Morais	NI	SAOD	MAPA	Oficina da Integração da Comunicação do MAPA	08 a 12/10/2012 Brasília-DF	40	-	1.339,08 * Pago pelo MAPA	-	882,70 Pago pelo MAPA	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		40	-	1.339,08	-	882,70	-
TOTAL SAOD				01		40	-	1.339,08	-	882,70	-
Seção de Planejamento e Acompanhamento – SePA											
Maria do Socorro Niculau da Cunha	NI	SePA	CAPACITA	Oficina de Trabalho para Levantamento das Necessidades de Capacitação e Nivelamento de Procedimento de POA-2012	28/02 a 29/02/12 Recife- PE	08	-	-	-	290,96	-
	NI	SePA	MANUT	I Reunião Nacional de Avaliação da Execução Orçamentária do Plano Operativo de Jan.-Dez. das Áreas Administrativas das SFA's	11/06 a 15/06/12 Goiânia-GO	40	-	1.371,70	-	1.129,21	-
	NI	SePA	MANUT	Participar da Reunião das Áreas Administrativas que tem por Objetivo Principal a Elaboração do Plano Operativo - 2013	11/09 a 14/09/12 Fortaleza-CE	16	-	1.284,52	-	783,13	-

	NI	SePA	CAPACITA	Curso de Formação e Oficina de Aperfeiçoamento p/ Agentes de Desenvolvimento de Pessoas ADP's	30/09 a 06/10/12 Brasília-DF	40	-	1.483,21	-	718,52	-
	NI	SePA	CAPACITA	Participar da 3º Turma do Treinamento no SIOR/ SIAF Gerencial	15/10 a 19/10/12 Brasília-DF	24	-	1.096,48	-	1.034,81	-
	NI	SePA	AGE	Oficina de Capacitação em Gestão Estratégica e Planejamento Operacional e Inovação	18/11 a 24/11/12 Brasília-DF	40	-	1.139,68	-	1.483,21	-
TOTAL INDIVIDUAL				06		168	-	6.375,59	-	5.439,84	-
Eny Soares Pereira de Souza Oliveira	NI	SePA	CAPACITA	Participar da 3º Turma do Treinamento no SIOR/ SIAF Gerencial	15/10 a 19/10/12 Brasília-DF	24	-	1.096,48	-	1.034,81	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		24	-	1.096,48	-	1.034,81	-
Ary Bonifácio de Farias	NI	SePA	-	Curso de Gestão de Contratos de Terceirização e Fiscalização de Serviços	20 a 24/08/12 João Pessoa- PB	40	-	-	-	-	-
	NI	SePA	-	XIII Encontro Nacional sobre Encerramento do Exercício Financeiro 2012	12 a 14/11/12 João Pessoa- PB	24	-	-	-	-	-
				02		64	-	-	-	-	-
TOTAL SePA				08		256	-	7.472,07	-	6.474,65	-
Serviço de Apoio Administrativo – SAD											
Mário Ângelo Cahino	NI	SAD	CAPACITA	Oficina de Trabalho para Levantamento das Necessidades de Capacitação e Nivelamento de Procedimento de POA-2012	28 a 29/02/12 Recife- PE	08	-	-	-	290,96	290,96
	NI	SAD	MANUT	I Reunião Nacional de	11/06 a 15/06/12	40	-	1.371,70	-	1.129,21	-

				Avaliação da Execução Orçamentária do Plano Operativo de Jan.-Dez. das Áreas Administrativas das SFA's	Goiânia-GO						
TOTAL INDIVIDUAL				02		48	-	1.371,70	-	1.420,17	290,96
TOTAL SAD				02		48	-	1.371,70	-	1.420,17	290,96
Setor de Protocolo – SPR											
Luiz Aberto Macedo Campelo	NI	SPR	CAPACITA	Participar do Treinamento do SIGED	26/08 a 01/09/12 Brasília-DF	32	-	828,52	-	1.480,44	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		32	-	828,52	-	1.480,44	-
TOTAL SPR				01		32	-	828,52	-	1.480,44	-
Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF											
Eduardo Marcelo Meira	NI	SEOF	PCEANIMAL	IIV Reunião Nacional com Responsáveis por Convênios de Defesa Agropecuária	14 a 17/05/12 Recife- PE	32	-	-	-	652,32	-
	NI	SEOF	MANUT	I reunião Nacional de Avaliação da Execução Orçamentária do Plano Operativo de Jan.-Maio 2012 das Áreas Administrativas das SFA's	11/06 a 16/06/12 Goiânia-GO	40	-	1.319,42	-	1.084,44	-
	NI	SEOF	CAPACITA	Participar da Semana de Administração Orçamentária, Financeira e Contratos Públicos	25/11 a 01/12 Brasília-DF	40	-	466,60	-	1.438,44	-
	NI	SEOF	CAPACITA	XIII Encontro Regional de Normas de Encerramento do Exercício 2013	10 a 14/12/12 Campo Grande-MS	40	-	1.083,74	-	883,84	-
	NI	SEOF	SEDE	XIII Encontro Nacional sobre Encerramento do Exercício Financeiro 2012	12 a 14/11/12 João Pessoa- PB	24	-	-	-	-	-

TOTAL INDIVIDUAL				05	176	-	2.869,76	-	4.059,04	-
Enoque Gomes de Alencar	NI	SEOF	-	XIII Encontro Nacional sobre Encerramento do Exercício Financeiro 2012	12 a 14/11/12 João Pessoa- PB	24	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				01	24	-	-	-	-	-
TOTAL SEOF				04	200	-	2.869,76	-	4.059,04	-
Setor Material e Patrimônio - SMP										
Maria Zilma Moreira Gonçalves	NS	SCC	CAPACITA	Participar da Semana de Administração Orçamentária, Financeira e Contratos Públicos	25/11 a 01/12/12 Brasília-DF	40	-	804,88	-	1.483,44
TOTAL INDIVIDUAL				01	40	-	804,88	-	1.483,44	-
Alcides Gomes de Melo	NI	SMP	-	Curso de Gestão de Contratos de Terceirização e Fiscalização de Serviços	20 a 24/08/12 João Pessoa- PB	40	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				01	40	-	-	-	-	-
Agostinho Lopes Filho	NI	SMP	-	Curso de Gestão de Contratos de Terceirização e Fiscalização de Serviços	20 a 24/08/12 João Pessoa- PB	40	-	-	-	-
	NI	SMP	-	XIII Encontro Nacional sobre Encerramento do Exercício Financeiro 2012	12 a 14/11/12 João Pessoa- PB	24	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				02	64	-	-	-	-	-
TOTAL SMP				03	144	-	804,88	-	1.483,44	-
Gabinete Odontológico - Gab. Odontológico										
Vânia Lúcia da Silva Leyton	NS	GAB. ODONT.	A Distância	“Qualidade de Vida no Trabalho (QVT): Diagnóstico, Política e Programa de QVT como	Julho a Dezembro de 2012	120 hs	-	-	-	-

				Instrumentos para a Promoção à Saúde e Segurança no Trabalho na Administração Pública Federal”							
	NS	GAB. ODONT.	CAPACITA	Participar do I Encontro Nacional dos Recursos Humanos PROV RH do MAPHa	05 a 10/11/12 Florianópolis- SC	40	-	1.134,72	-	1.129,21	-
TOTAL INDIVIDUAL				02		160	-	1.134,72	-	1.129,21	-
TOTAL Gab. Odontológico				02		160	-	1.134,72	-	1.129,21	-
Seção de Atividades Gerais – SAG											
Marcos Antônio B. da Silva	NI	SAG	-	Treinamento do SCVA	15 a 17/05/12 João Pessoa- PB	24	-	-	-	-	-
	NI	SAG	-	Curso de Gestão de Contratos de Terceirização e Fiscalização de Serviços	20 a 24/08/12 João Pessoa- PB	40	-	-	-	-	-
	NI	SAG	-	XIII Encontro Nacional sobre Encerramento do Exercício Financeiro 2012	12 a 14/11/12 João Pessoa- PB	24	-	-	-	-	-
	NI	SAG	CAPACITA	Participar da Semana Orçamentária	25/11 a 01/12 Brasília-DF	40	-	804,88	-	1.480,44	-
TOTAL INDIVIDUAL				04		128	-	804,88	-	1.480,44	-
Maria do Carmo Barros	NI	SAG	-	Curso de Gestão de Contratos de Terceirização e Fiscalização de Serviços	20 a 24/08/12 João Pessoa- PB	40	-	-	-	-	-
	NI	SAG	-	XIII Encontro Nacional sobre Encerramento do Exercício Financeiro	12 a 14/11/12 João Pessoa- PB	24	-	-	-	-	-

				2012								
TOTAL INDIVIDUAL				02	64	-	-	-	-	-	-	
TOTAL SAG				04	192	-	804,88	-	1.480,44	-		
Setor de Transporte - STR												
Jonas Francisco de Oliveira	NI	STR	-	Treinamento do SCVA	15 a 17/05/12 João Pessoa- PB	24	-	-	-	-	-	
TOTAL INDIVIDUAL				01	24	-	-	-	-	-		
TOTAL STR				01	24	-	-	-	-	-		
Gabinete do Superintendente- GAB												
Bruno Figueiredo Roberto	NI	GAB	CAPACITA SE	Oficina de Trabalho para Levantamento das Necessidades de Capacitação e Nivelamento do POA- 2012	28 a 29/02/12 Recife-PE	08	-	-	-	290,96	-	
TOTAL INDIVIDUAL				01	08	-	-	-	-	290,96	-	
TOTAL do GAB				01	08	-	-	-	-	290,96	-	
TOTAL DA ÁREA ADMINISTRATIVA				32	1.391	-	18.478,85	-	21.382,61	365,64		
ÁREA TÉCNICA												
Divisão de Defesa Agropecuária - DDA												
Jerônimo Barata de Melo	FFA	DDA	CAPACITA SE	Oficina de Trabalho para Levantamento das Necessidades de Capacitação e Nivelamento do POA- 2012	28 a 29/02/12 Recife-PE	08	-	-	-	290,96	-	
	FFA	DDA	AGE/SDC	Oficina de Desdobramento da Estratégia 2012-2015	16 a 20/04/12 Brasília- DF	40	-	1.003,42	-	1.239,18	-	

	FFA	DDA	PCEVEGET AL	IV Reunião Nacional com responsáveis por Convênios de Defesa Agropecuária	16 a 19/05/12 Recife- PE	24	-	-	-	701,95	-
	FFA	DDA	PCEVEGET AL	Participação no XVI ENFIT- Encontro Nacional de Fitossanitaristas	15 a 19/10/12 Fortaleza- CE	32	-	-	-	866,71	-
	FFA	DDA	FISCPLAN TA2	Participar de Reunião Técnica sobre Harmonização e Procedimentos Operacionais sobre SIGVIG	09/11/12 Recife- PE	08	-	-	-	92,38	106,20
TOTAL INDIVIDUAL				05		112	-	1.003,42	-	3.191,18	106,20
TOTAL DDA				05		112	-	1.003,42	-	3.191,18	106,20
Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV											
Carlos Augusto Ferreira de Carvalho	FFA	SISV	PCEVEGET AL	Participação no XVI ENFIT- Encontro Nacional de Fitossanitaristas	15 a 19/10/12 Fortaleza- CE	32	-	-	-	886,71	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		32	-	-	-	886,71	-
Adriana Araújo Costa Truta	FFA	SISV	PCEVEGET AL	IV Reunião Nacional, com responsáveis por convênios de Defesa Agropecuária	16 a 19/05/12 Recife- PE	24	-		-	701,95	701,95
	FFA	SISV	PCEVEGET AL	Participar em Força Tarefa na Área de Análise de Risco de pragas, a convite do DSV	17 a 23/06/12 Brasília- DF	40	-	1.543,32	-	1.483,32	-
	FFA	SISV	PCEVEGET AL	Participação no XVI ENFIT- Encontro Nacional de Fitossanitaristas	15 a 19/10/12 Fortaleza- CE	32	-	-	-	886,71	886,71

TOTAL INDIVIDUAL				03	96	-	1.543,32	-	3.071,98	1.588,66	
Edson Arnaldo C. Loureiro	FFA	SISV	FISCPLAN TA2	Participar de Reunião Técnica sobre Harmonização e Procedimentos Operacionais sobre SIGVIG	09/11/12 Recife- PE	08	-	-	-	92,38	-
TOTAL INDIVIDUAL				01	08	-	-	-	92,38	-	
Jamir Mascena de Souza	FFA	SISV	FISCPLAN TA2	Participar de Reunião Técnica sobre Harmonização e Procedimentos Operacionais sobre SIGVIG	09/11/12 Recife- PE	08	-	-	-	92,38	-
TOTAL INDIVIDUAL				01	08	-	-	-	92,38	-	
Raimundo Luiz da Silva	FFA	SISV	PADCLASS IF	Participar de Reunião Técnica Relativa à Classificação Vegetal para Tratar da instrução Normativa da Farinha de Mandioca	10 a 11/05/12 Campina Grande- PB	16	-	-	-	237,86	-
	FFA	SISV	PADCLASS IF	Participar de Reunião de Avaliação das Atividades Relacionadas com a Execução do PI PADCLASSIF e ao Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes	02 a 06/07/12 Foz do Iguaçu- PR	40	-	1.617,80	-	822,41	-
TOTAL INDIVIDUAL				02	56	-	1.617,80	-	1.060,27	-	
José Ribamar Vidal	FFA	SSV	PADCLASS IF	Participar de Reunião de Avaliação das Atividades Relacionadas com a Execução do PI PADCLASSIF e ao Plano Nacional de	02 a 06/07/12 Foz do Iguaçu- PR	40	-	1.617,80	-	822,41	-

				Controle de Resíduos e Contaminantes							
TOTAL INDIVIDUAL				01	40	-	1.617,80	-	822,41	-	
TOTAL SISV				06	240		4.718,92	-	6.026,13	1.588,66	
Serviço de Inspeção e Saúde Animal - SISA											
Janete Vatanabe Okamoto Lima	FFA	SISA	FEBREAFTOS	Seminário sobre Vigilância Epidemiológica em Saúde Animal	07 a 10/05/12 Brasília- DF	32	-	696,46	-	824,43	-
	FFA	SISA	PCEANIMAL	Participar do II Encontro Presencial do Curso de Especialização em Defesa Sanitária Animal	17 a 24/06/12 Lavras- MG	40	-	715,32	-	1.474,69	-
	FFA	SISA	PCEANIMAL	Participar da Reunião do Departamento de Saúde Animal das Superintendências Federais de Agricultura	02 a 06/07/12 São Paulo- SP	40	-	1.551,52	-	981,71	-
	FFA	SISA	PCEANIMAL	Participar do II Encontro Presencial da Turma "B" do Curso de Especialização em Defesa Sanitária Animal	27/11 a 02/12/12 Lavras- MG	32	-	1.150,92	-	1.066,33	-
TOTAL INDIVIDUAL				04	144	-	4.114,22	-	4.347,16	-	
Frederico Ronaldo de Arruda	FFA	SISA	PCEANIMAL	IV Reunião Nacional com Responsáveis por Convênios de Defesa Agropecuária	14 a 17/05/12 Recife- PB	32	-	-	-	688,13	688,13
TOTAL INDIVIDUAL				01	32	-	-	-	688,13	688,13	
Antonio Hybernon da Silva	FFA	SISA	INSPANIMAL3	Seminário de Coordenação para Gestores de SISBI-POA e Chefes de Serviço, SISA, SIFISA, SIPOA	14 a 16/06/12 Salvador- BA	16	-	902,42	-	598,36	-

	FFA	SISA	PCEANIMAL	Participar da Reunião do Departamento de Saúde Animal das Superintendências Federais de Agricultura	02 a 06/07/12 São Paulo- SP	40	-	1.470,52	-	981,71	-
TOTAL INDIVIDUAL				02		56	-	2.372,94	-	1.580,07	-
Márcio Ayrton Cavalcanti de Almeida	FFA	SISA	INSPANIMA L3	Seminário de Coordenação para Gestores de SISBI-POA e Chefes de Serviço, SISA, SIFISA, SIPOA	14 a 16/06/12 Salvador- BA	16	-	902,42	-	598,36	-
	FFA	SISA	INSPANIMA L3	Continuação do Seminário de Coordenação para Gestores de SISBI-POA e Chefes de Serviço, SISA, SIFISA, SIPOA	25 a 29/06/12 Cuiabá-MT	40	-	1.443,90	-	928,61	-
TOTAL INDIVIDUAL				02		56	-	2.346,32	-	1.526,97	-
Wilton Ribeiro Pinho	FFA	SISA	INSPANIMA L3	Participar de Treinamento sobre Bem Estar Animal	15 a 17/08/12 Recife- PE	24	-	-	-	489,55	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		24	-	-	-	489,55	-
Marco Aurélio Viana Silva	FFA	SISA	PCEANIMAL	IV Reunião Nacional com Responsáveis por Convênios de Defesa Agropecuária	14 a 17/05/12 Recife- PB	32	-	-	-	688,13	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		32	-	-	-	688,13	-
TOTAL SISA				07		344	-	8.833,48	-	9.320,01	688,13
Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários - SEFAG											
Carlos Augusto Ferreira de Carvalho	FFA	SEFAG	FISCALSEM	Reunião Técnica de acompanhamento e Avaliação da Fiscalização de Insumos Agrícolas	23 a 27/04/2012 Brasília- DF	24	-	754,77	-	1.034,81	-
	FFA	SEFAG	FISCALSEM	V Reunião Anual de Insumos Agrícolas	26 a 30/11/12 Foz do Iguaçu- PR	24	-	1.165,75	-	822,41	-

TOTAL INDIVIDUAL				02	48	-	1.920,52	-	1.857,22	-	
Hailton Pereira do Nascimento	FFA	SEFAG	FISFECOI	Reunião Técnica da Fiscalização Federal de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes	26 a 30/03/12 Fortaleza- CE	24	-	DFIA/MAPA	-	981,71	-
	FFA	SEFAG	FISFECOI	V Reunião Anual de Insumos Agrícolas	26 a 30/11/12 Foz do Iguaçu- PR	24	-	1.964,83	-	822,41	-
TOTAL INDIVIDUAL				02	48	-	1.964,83	-	1.804,12	-	
José Noirto Monteiro	FFA	SEFAG	FISFECOI	Reunião Técnica da Fiscalização Federal de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes	26 a 30/03/12 Fortaleza- CE	24	-	DFIA/MAPA	-	981,71	-
	FFA	SEFAG	FISFECOI	V Reunião Anual de Insumos Agrícolas	26 a 30/11/12 Foz do Iguaçu- PR	24	-	1.964,83	-	822,41	-
TOTAL INDIVIDUAL				02	48	-	1.964,83	-	1.804,12	-	
Reginaldo Teixeira Ferreira	FFA	SEFAG	FISCALSEM	V Reunião Anual de Insumos Agrícolas	26 a 30/11/12 Foz do Iguaçu- PR	24	-	1.165,74	-	822,41	-
	TOTAL INDIVIDUAL				01	24	-	1.165,74	-	822,41	-
João Batista de Almeida	FFA	SEFAG	FISCALSEM	X Encontro de Fiscalização e Seminário Nacional sobre Agrotóxicos-ENFISA	17 a 22/06/12 Curitiba- PR	32	-	1.308,52	-	1.129,21	-
	TOTAL INDIVIDUAL				01	32	-	1.308,52	-	1.129,21	-
Mageciene Chaves de Oliveira	FFA	SEFAG	CETORGAN	Seminário sobre Certificação do Sistema Orgânico de Produção e Processamento	14/11/12 Campina Grande- PB	08	-	-	-	74,68	-
	TOTAL INDIVIDUAL				01	08	-	-	-	74,68	-
TOTAL SEFAG				05	208	-	8.324,44	-	7.491,76	-	
Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG											
Virgínio Carneiro da Silva	FFA	DPDAG	CERTORGA N	Curso de Auditoria na Aplicação dos Mecanismos de Garantia	15 a 19/10/12 Brasília -DF	36	-	1.352,33	-	1.034,81	-

				da Qualidade Orgânica.							
	FFA	DPDAG	CETORGAN	Seminário sobre Certificação do Sistema Orgânico de Produção e Processamento	14/11/12 Campina Grande- PB	08	-	-	-	74,68	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		36	-	1.352,33	-	1.109,49	-
Manoel Octávio Silveira da Mota	FFA	DPDAG	NOVAGRO CAPTA/SCD	Workshop para Formação de Redes Regionais de Recursos Genéticos Vegetais	19 a 22/03/12 Campinas- SP	32	-	-	-	-	-
	FFA	DPDAG	AGE/SDC	Oficina de Desdobramento da Estratégia 2012-2015	16 a 20/04/12 Brasília- DF	40	-	1.003,42	-	1.239,18	-
	FFA	DPDAG	NOVAGRO CAPTA/SCD	Feira Nacional de Agricultura Irrigada	22 a 25/05/12 Petrolina- PE	24	-	-	-	-	-
	FFA	DPDAG	REGENAGRO	Seminário "Pesquisa e a Política de Sementes do Semiárido	30 a 31/05	12	-	-	-	237,86	-
	FFA	DPDAG	REGENAGRO CAPTA/SCD	Congresso Brasileiro de Agricultura de Precisão	23 a 26/09/12 Ribeirão Preto- SP	20	-	-	-	-	-
	FFA	DPDAG	CERTORGAN	Curso de Auditoria na Aplicação dos Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica.	15 a 19/10/12 Brasília -DF	36	-	1.352,33	-	1.034,81	-
	FFA	DPDAG	INDGRAF	Curso sobre o Processo de Signos Distintivos – Indicação Geográfica e Marcas Coletivas	26/11 a 02/12/12 Parati- RJ	36	-	694,08	-	1.247,21	-
TOTAL INDIVIDUAL				07		200	-	3.049,83	-	3.759,06	-
Hermes Ferreira Barbosa	FFA	DPDAG	INFRALOG	Curso de Formação no Sistema Nacional de Certificações de Unidades Armazenadoras	18 a 24/11/12 Londrina- PR	40	-	2.172,49	-	1.176,41	106,20

TOTAL INDIVIDUAL				01	40	-	2.172,49	-	1.176,41	106,20	
Adalberto Nunes Soares	NS	DPDAG	MANUTSDC	Participar de Reunião com Objetivo de Discutir os resultados Estratégicos que estão sendo Acompanhados nas Superintendencias	03 a 05/12/12 Brasília- DF	24	-	-	-	389,85	-
TOTAL INDIVIDUAL				01	24	-	-	-	389,85	-	
TOTAL DPDAG				10	300	-	6.574,65	-	6.434,81	106,20	
TOTAL DA ÁREA TÉCNICA				33	1.204		29.454,91		32.463,89	2.489,19	
TOTAL SFA/PB				65	2.595		47.933,76		53.846,65	2.854,83	